

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS  
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

**ALEX TORRES DOMINGUES**

**A TERRITORIALIZAÇÃO DO GRUPO AGROINDUSTRIAL  
CANAVIEIRO LOUIS DREYFUS NO MATO GROSSO DO SUL**

**Dourados  
2010**

ALEX TORRES DOMINGUES

**A TERRITORIALIZAÇÃO DO GRUPO AGROINDUSTRIAL  
CANAVIEIRO LOUIS DREYFUS NO  
MATO GROSSO DO SUL**

Dissertação apresentada ao  
Programa de Pós-Graduação em  
Geografia da Faculdade de Ciências  
Humanas da Universidade Federal da  
Grande Dourados, para a obtenção  
do título de Mestre em Geografia.

Orientador: Profº. Dr. Antonio Thomaz Júnior.

Dourados  
2010

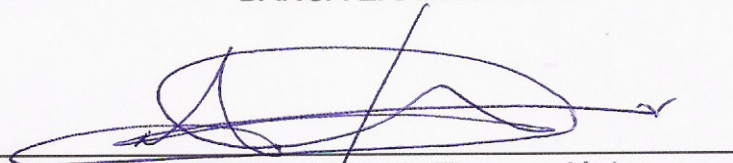
ALEX TORRES DOMINGUES

**A Territorialização do Grupo Agroindustrial Canavieiro Louis Dreyfus no Mato Grosso do Sul.**

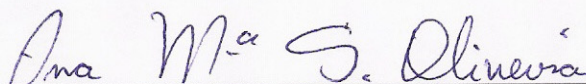
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados, para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof<sup>o</sup>. Dr. Antonio Thomaz Júnior.

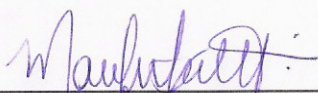
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Antonio Thomaz Júnior  
Programa de Pós-Graduação em Geografia/Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)  
Orientador



Profa. Dra. Ana Maria Soares de Oliveira  
Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul/Jardim



Profa. Dra. Márcia Yukari Muzusaki  
Programa de Pós-Graduação em Geografia/Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central - UFGD

|                          |   |
|--------------------------|---|
| 338.17361098171<br>D671t | Domingues, Alex Torres<br>A territorialização do grupo agroindustrial canavieiro Louis Dreyfus no Mato Grosso do Sul. / Alex Torres Domingues. – Dourados, MS : UFGD, 2010.<br>200f.<br><br>Orientador: Prof. Dr. Antônio Thomaz Júnior<br>Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Grande Dourados.<br><br>1. Agronegócio canavieiro – Mato Grosso do Sul. 2. Cana-de-açúcar – Impactos 3. Capital e Trabalho. 4. Indústria açucareira – Mato Grosso do Sul. I. Título. |
|--------------------------|---|

*Dedico este trabalho a minha esposa (Andréia)  
e à minha família.  
Vocês representam muito em minha vida!*

## AGRADECIMENTOS

Realizar os agradecimentos é muito bom, mas ao mesmo tempo nos traz certa insegurança, pois podemos esquecer alguém que colaborou de forma direta e indireta para a realização deste trabalho.

Primeiramente quero agradecer a Deus, por ter me dado força para o término deste.

À CAPES, pela bolsa parcial concedida, que tornou possível a elaboração deste trabalho.

À UFGD, FCH e Coordenadoria do Programa de Pós-Graduação em Geografia, pela oportunidade de dar continuidade à minha formação acadêmica.

Aos professores do mestrado, pela seriedade, profissionalismo e conhecimento conosco socializado, possibilitando-nos uma formação de qualidade.

Ao professor Antonio Thomaz Júnior, pela atenção disponibilizada ao meu trabalho. Tenho certeza que ganhei e que continuo ganhando muito, pessoal e profissionalmente em termos de conhecimento com ele.

Aos “Centro de Estudos da Geografia do Trabalho (CEGET)” e o “Grupo de Estudos sobre Território e Reprodução Social” (TERRHA), pelas oportunidades de reflexão e socialização do conhecimento.

Ao Laboratório de Geoprocessamento e Sensoriamento Remoto da Faculdade de Ciências Humanas da UFGD (LabGeo) que proporcionou a elaboração de mapas com o apoio do professor Adelsom e do técnico Ângelo que com paciência me ensinaram a trabalhar com os programas ArcGis e o Spring.

Aos professores Edvaldo César Moretti e Márcia Yukari Mizusaki, pelas considerações e sugestões no exame de qualificação, que muito contribuíram para a elaboração deste trabalho.

À professora Maria José Martinelli Silva Calixto, que me deu a oportunidade de pensar no mestrado como continuidade aos meus estudos e me deu total apoio quando precisei trocar de orientador por motivos institucionais.

Aos meus colegas de sala, pelas discussões, contribuições e pelo companheirismo nesses dois anos.

Ao José Roberto Nunes de Azevedo (Zé Roberto), por sua humildade e por ceder um pouco de seu conhecimento a mim, através de e-mails e conversas.

A todos os entrevistados (assentados, acampados, lideranças sindicais) que colaboraram incisivamente para a realização desse trabalho.

Aos Órgãos Governamentais (Agraer, INCRA) que me disponibilizaram documentos, dados e informações que foram muito úteis para a realização do mesmo.

À prefeitura dos municípios de Maracaju e Rio Brilhante por serem tão acessíveis e me receberem tão bem.

À minha mãe, minha avó e minhas irmãs, pela presença em todos os momentos de minha vida.

Ao José Vitor por ter me ajudado muito nesta longa caminhada e sempre ter torcido muito por mim e pela minha esposa.

À minha esposa Andréia, pelo apoio incondicional, amor, carinho, ternura, dedicação e por sempre estar ao meu lado.

## RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo analisar a relação que se estabelece entre o capital agroindustrial canavieiro e as questões sociais/trabalhistas, ambientais, territoriais na atual conjuntura política e econômica extremamente favorável ao setor agroindustrial canavieiro. Entende-se que a partir da implantação de novas unidades agroprocessadoras, houve um (re) arranjo da base agrícola, na qual outras culturas deixam de ser produzidas para ceder terras à cana-de-açúcar. Tem a intenção de responder a pergunta: quais os impactos causados pela implantação das unidades agroindustriais canavieiras e, conseqüentemente, do grupo Louis Dreyfus, uma vez que a expansão da área ocupada com o plantio de cana-de-açúcar é intensiva, no Estado de Mato Grosso do Sul, particularmente nos municípios de Maracaju e Rio Brillhante? Para tanto, realiza estudos e a pesquisa empírica. Essa combinação permite apreender as formas e as ações adotadas pelo grupo LDC-SEV. Nota-se, pois, que há uma maior intensificação/consolidação das atividades agroindustriais canavieiras em especial no Centro-Sul, mas há muitas especificidades locais e regionais. Destaca as relações de trabalho que nesse setor se expressam nas condições degradantes de trabalho ou na precarização do trabalho, de acordo com a retratação do capital, repercutindo diretamente na relação capital x trabalho. Aliado a isso, verifica-se que o sindicalismo é apenas uma corporação imóvel e fragilizada diante do poderio do capital. Contudo, a territorialização do capital canavieiro no Mato Grosso do Sul significa a monopolização do território por grupos nacionais, mas principalmente internacionais. Dessa forma, o setor encontra nas elites políticas e econômicas sua base de sustentação, ampliando as relações de dominação e controle social.

**Palavras-chave:** agronegócio canavieiro, trabalho, capital, disputa territorial, grupo LDC-SEV.



## ABSTRACT

This research aimed at analysing the relationship that is established between the sugar cane agro-industrial capital and the social/labour matters as well as the environmental and territorial ones in the current political and economical conjecture, which is extremely favourable for sugar cane agro-industrial capital. It is understood that owing to the implantation of the new agro-processing units, there was a re-arrangement of the agricultural basis in which other cultures stop being produced in order to provide land for the sugar cane. The intention here is to answer the following question: what are the impacts caused by both the implantation of the sugar cane agro-industrial units and, consequently, the implantation of the Louis Dreyfus group since the expansion of the land used for the cultivation of sugar cane is intensive in the state of Mato Grosso do Sul particularly in the municipalities of Maracaju and Rio Brilhante? Therefore, studies and an empirical research are performed. This combination allows us to learn the ways and the actions adopted by the LDC-SEV group. It is noticed that there is an intensification/consolidation of the sugar cane agro-industrial activities especially in the Center-South, but there are many local and regional specificities. Their working relations are highlighted as in this sector they are expressed in the degrading work conditions or in the work precariousation according to the capital retraction, reverberating through capital x labour in a direct way. Furthermore, it is verified that the trade unionism is only a fragile motionless corporation facing the capital power. Nonetheless, the territorialization of the sugar cane capital in Mato Grosso do Sul means the monopolization of the territory by the national groups, but mainly international ones. Thus, the sector finds its sustentation basis in the political and economical elites, enlarging the relations of domination and social control.

Key words: sugar cane agribusiness, labour, capital, territorial dispute, LDC-SEV group.

## LISTA DE FIGURAS

|   |    |
|---|----|
| FIGURA 01 – TERRITORIALIZAÇÃO DAS UNIDADES AGROINDUSTRIAIS CANAVIEIRAS NOS MUNICÍPIOS SUL-MATO-GROSSENSES – 2010..... | 17 |
| FIGURA 02 – DESTAQUE DOS MUNICÍPIOS DE RIO BRILHANTE E MARACAJU NO MATO GROSSO DO SUL.....                            | 33 |
| FIGURA 03 – EXPANSÃO DA CANA-DE-AÇÚCAR NOS MUNICÍPIOS MARACAJU E RIO BRILHANTE/MS – 2005.....                         | 39 |
| FIGURA 04 – EXPANSÃO DA CANA-DE-AÇÚCAR NOS MUNICÍPIOS MARACAJU E RIO BRILHANTE/MS – 2006.....                         | 40 |
| FIGURA 05 – EXPANSÃO DA CANA-DE-AÇÚCAR NOS MUNICÍPIOS MARACAJU E RIO BRILHANTE/MS – 2007.....                         | 41 |
| FIGURA 06 – EXPANSÃO DA CANA-DE-AÇÚCAR NOS MUNICÍPIOS MARACAJU E RIO BRILHANTE/MS – 2008.....                         | 42 |
| FIGURA 07 – EXPANSÃO DA CANA-DE-AÇÚCAR NOS MUNICÍPIOS MARACAJU E RIO BRILHANTE/MS – 2009.....                         | 43 |
| FIGURA 08 – REORDENAMENTO TERRITORIAL DA LDC-SEV NO BRASIL..  | 54 |
| FIGURA 09 – LDC BIOENERGIA S/A – UNIDADE RIO BRILHANTE EM CONSTRUÇÃO 2007 – RIO BRILHANTE/MS (I).....                 | 56 |
| FIGURA 10 – LDC BIOENERGIA S/A – UNIDADE RIO BRILHANTE EM CONSTRUÇÃO 2007 – RIO BRILHANTE/MS (II).....                | 57 |
| FIGURA 11 – ENTRADA DA UNIDADE RIO BRILHANTE – LDC BIOENERGIA S/A.....  | 57 |
| FIGURA 12 - ÁREA PLANTADA DE CANA-DE-AÇÚCAR NO BRASIL – 2000/2009 (MIL HECTARES).....                                 | 79 |
| FIGURA 13 – EXPANSÃO CANAVIEIRA NA REGIÃO CENTRO-SUL DO BRASIL – 2009.....  | 80 |
| FIGURA 14 - PRODUÇÃO DE CANA-DE-AÇÚCAR NO BRASIL – 2000/2009 (MIL TONELADAS).....                                     | 81 |
| FIGURA 15 – ÁREAS APTAS AO PLANTIO DE CANA-DE-AÇÚCAR NO BRASIL – 2009.....  | 89 |
| FIGURA 16 – ÁREAS APTAS AO PLANTIO DE CANA-DE-AÇÚCAR NO MATO GROSSO DO SUL – 2009.....                                | 90 |

|  |     |
|--|-----|
| FIGURA17 - ÁREA PLANTADA COM AS PRINCIPAIS CULTURAS DE MATO GROSSO DO SUL – 2000-2009 (HECTARES).....  | 96  |
| FIGURA 18 - PRODUÇÃO AGRÍCOLA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS. MATO GROSSO DO SUL – PERÍODO: 2000-2009 (TONELADAS).....  | 97  |
| FIGURA 19 – ACAMPAMENTO ESPERANÇA VI (FETAGRI) ÀS MARGENS DA BR 163 E AO FUNDO PLANTIO DE CANA-DE-AÇÚCAR NA FAZENDA SANTA EDWIRGES ARRENDADA DA UNIDADE RIO BRILHANTE.....               | 108 |
| FIGURA 20 – ACAMPAMENTO ESPERANÇA VI (FETAGRI) ÀS MARGENS DA BR163 E AO FUNDO PLANTIO DE CANA-DE-AÇÚCAR NA FAZENDA SANTA EDWIRGES ARRENDADA DA UNIDADE RIO BRILHANTE (OUTRO ÂNGULO)..... | 108 |
| FIGURA 21 – PRODUÇÃO DE MÁQUINAS UTILIZADAS NO SETOR CANAVIEIRO – PERÍODO 2005 A 2009.....   | 128 |
| FIGURA 22 – QUANTIDADE DE ASSENTAMENTOS IMPLANTADOS EM MATO GROSSO DO SUL – PERÍODO 1994 A 2009.....   | 134 |
| FIGURA 23 – VASILHAMES DE AGROTÓXICOS ENCONTRADOS À MARGEM DO CÓRREGO VACARIA, EM RIO BRILHANTE/MS – 2008.....   | 151 |
| FIGURA 24 – MORTANDADE DE PEIXES, DEVIDO À POLUIÇÃO DAS ÁGUAS DO CÓRREGO VACARIA, EM RIO BRILHANTE/MS – 2008.....  | 152 |
| FIGURA 25 – ENTERRAMENTO DE ÁRVORES EM PROPRIEDADE ARRENDADA PELA LDC-SEV, EM RIO BRILHANTE/MS – 2008.....   | 152 |
| FIGURA 26 – ÁREA QUEIMADA PELO FOGO DESCONTROLADO EM PROPRIEDADE ARRENDADA PELA LDC-SEV, EM RIO BRILHANTE/MS – 2010.....   | 153 |
| FIGURA 27 – CAMINHÃO QUEIMADO PELO FOGO DESCONTROLADO, EM RIO BRILHANTE/MS – 2010.....   | 154 |
| FIGURA 28 E 29: TANQUE DE RESFRIAMENTO DA LDC BIOENERGIA S/A - UNIDADE RIO BRILHANTE.....  | 162 |

## LISTA DE QUADROS

|  |    |
|--|----|
| QUADRO 01 – EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO DE CANA-DE-AÇÚCAR NO MATO GROSSO DO SUL (1984 – 2009).....  | 16 |
| QUADRO 02 – RANKING DA ÁREA PLANTADA DOS MUNICÍPIOS DE MARACAJU E RIO BRILHANTE E ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL EM RELAÇÃO AO BRASIL..... | 37 |
| QUADRO 03 – UNIDADES PRODUTIVAS DO GRUPO LDC NO BRASIL – 2010.....   | 52 |
| QUADRO 04 – PRINCIPAIS INVARIANTES ENCONTRADAS NO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO.....  | 75 |
| QUADRO 05 – PRINCIPAIS FASES DA AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA NO BRASIL.....  | 83 |
| QUADRO 06 – DIRETRIZES, OBJETIVOS E IMPACTOS ESPERADOS A PARTIR DO ZAE CANA – 2009.....  | 92 |

## LISTA DE TABELAS

|  |    |
|--|----|
| TABELA 01 – DESTAQUE DO MS, SEGUNDO OS PRINCIPAIS REBANHOS, A PRODUÇÃO DE ORIGEM ANIMAL E OS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS NO BRASIL – 2009..... | 12 |
| TABELA 02 – INSTALAÇÃO DE UNIDADES PRODUTIVAS DE CANA-DE-AÇÚCAR EM MATO GROSSO DO SUL (1979 – 1983).....   | 15 |
| TABELA 03 – UNIDADES PRODUTORAS DE AÇÚCAR E ÁLCOOL INSTALADAS EM MS – 2009.....  | 20 |
| TABELA 04 – ESTIMATIVA DE CANA-DE-AÇÚCAR MOÍDA E PRODUÇÃO DE AÇÚCAR E ÁLCOOL NO BRASIL – SAFRA 2009 (MIL TONELADAS).....                         | 24 |
| TABELA 05 – POSIÇÃO DAS UNIDADES PASSA TEMPO E MARACAJU COM RELAÇÃO À REGIÃO CENTRO-SUL DO BRASIL – SAFRA 2007/2008                              | 32 |
| TABELA 06 – ÁREA PLANTADA COM CANA-DE-AÇÚCAR NOS MUNICÍPIOS SUL-MATO-GROSSENSES PESQUISADOS ENTRE 2001 E 2009 (HECTARES).....                    | 34 |
| TABELA 07- PRODUÇÃO DE CANA-DE-AÇÚCAR EM MARACAJU E RIO BRILHANTE – 2008.....  | 37 |
| TABELA 08 – ÁREA ARRENDADA PELO GRUPO LDC EM 2009 (EM HECTARES).....   | 47 |
| TABELA 09 – PRODUÇÃO DA LDC-SEV NO MATO GROSSO DO SUL – 2009.....  | 58 |
| TABELA 10 – QUANTIDADE DE CANA-DE-AÇÚCAR COLHIDA PELA DREYFUS POR SISTEMA DE COLHEITA 2007-2010 (EM TONELADAS).....                              | 60 |
| TABELA 11 – QUANTIDADE E ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS RURAIS NO BRASIL E NO MATO GROSSO DO SUL – 2006.....  | 70 |
| TABELA 12 – PARTICIPAÇÃO DO AGRONEGÓCIO CANAVIEIRO NA BALANÇA COMERCIAL DO AGRONEGÓCIO 2000 A 2009 (BILHÕES DE US\$).....                        | 77 |
| TABELA 13 - PRODUÇÃO BRASILEIRA DE CANA-DE-AÇÚCAR – SAFRA 2004/2009 (TONELADAS).....   | 82 |
| TABELA 14 – ÁREA PLANTADA COM AS PRINCIPAIS CULTURAS DE MATO GROSSO DO SUL. PERÍODO 2000-2009 (HECTARES).....                                    | 95 |

|  |     |
|--|-----|
| TABELA 15 – PRODUÇÃO AGRÍCOLA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS – MATO GROSSO DO SUL – PERÍODO 2000-2009 (TONELADAS).....                                  | 96  |
| TABELA 16 – CUSTO DE PRODUÇÃO DA CANA-DE-AÇÚCAR (R\$/HA) – SAFRA 2008/2009.....  | 99  |
| TABELA 17 – CUSTO DE PRODUÇÃO DA CANA-DE-AÇÚCAR (R\$/T) – SAFRA 2008/2009.....   | 99  |
| TABELA 18 - ÁREA PLANTADA (HA) COM AS PRINCIPAIS CULTURAS NOS MUNICÍPIOS DE MARACAJU E RIO BRILHANTE/MS – 2000-2009.....                         | 104 |
| TABELA 19 – PRODUÇÃO DAS PRINCIPAIS CULTURAS DOS MUNICÍPIOS DE MARACAJU E RIO BRILHANTE / MS – 2000-2009.....                                    | 105 |
| TABELA 20 – QUANTIDADE DE BOVINOS NOS MUNICÍPIOS DE MARACAJU E RIO BRILHANTE / MS – 2000-2009.....   | 106 |
| TABELA 21 – PRODUÇÃO DAS PRINCIPAIS MÁQUINAS E VEÍCULOS UTILIZADOS NO SETOR AGROINDUSTRIAL CANAVIEIRO – PERÍODO 2005-2010.....                   | 117 |
| TABELA 22 – ASSENTAMENTOS DOS MUNICÍPIOS DE MARACAJU E RIO BRILHANTE.....  | 133 |
| TABELA 23 – CONFLITOS OCORRIDOS NO MATO GROSSO DO SUL NO ANO DE 2009.....  | 139 |
| TABELA 24 – RANKING DAS UNIDADES PRODUTORAS DE ENERGIA ELÉTRICA CO-GERADA A PARTIR DO BAGAÇO DE CANA NAS UNIDADES DA LDC-SEV.....                | 147 |
| TABELA 25 – RANKING DAS UNIDADES PRODUTORAS DE ENERGIA CO-GERADA A PARTIR DO BAGAÇO DE CANA NO MATO GROSSO DO SUL.....                           | 148 |
| TABELA 26 – EXPANSÃO DA CULTURA DA CANA NO CERRADO BRASILEIRO – 2007-2035.....   | 156 |
| TABELA 27 – ÁREAS PRIORITÁRIAS DO MATO GROSSO DO SUL, QUANTO À CONSERVAÇÃO E USO DA BIODIVERSIDADE AMEAÇADA PELA EXPANSÃO DA CANA-DE-AÇÚCAR..... | 158 |
| TABELA 28 – CONFLITOS RELACIONADOS À ÁGUA NO MATO GROSSO DO SUL – 2005-2009.....   | 164 |

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIações

AAPIRB – Associação dos Apicultores de Rio Brilhante.

AGE/MAPA – Assessoria de Gestão Estratégica do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

AGRAER – Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural.

ANA – Agência Nacional das Águas.

ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica.

ANFAVEA – Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores.

APP – Áreas de Preservação Permanente.

BAP – Bacia do Alto Paraguai.

BBA – Bolsa Brasileira de Álcool S.A.

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento.

BIOSUL – Associação dos Produtores de Bioenergia do Mato Grosso do Sul.

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

CAI – Complexo Agroindustrial.

CAND – Colônia Agrícola Nacional de Dourados.

CBCME – Comitê Brasileiro do Conselho Mundial de Energia.

CDI – Conselho de Desenvolvimento Industrial.

CEGET – Centro de Estudos de Geografia do Trabalho.

CENAL – Comissão Executiva Nacional do Álcool.

CEPAAL – Coligação das Entidades Produtoras de Açúcar e Álcool.

CIMI – Conselho Indigenista Missionário.

CMN – Conselho Monetário Nacional.

CNAL – Conselho Nacional do Álcool.

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento.

CONSECANA – Conselho dos Produtores de Cana, Açúcar e de Álcool.

CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura.

COPERSUCAR – Cooperativa de Produtores da Cana-de-açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo.

CPT – Comissão Pastoral da Terra.

CTC – Centro de Tecnologia Canavieira.

CUT – Central Única dos Trabalhadores.

DATAGRO – Empresa de Consultoria de Etanol e Açúcar.

DCAA – Departamento de Ciências Agrárias e Ambientais.  
EIA – Estudo de Impacto Ambiental.  
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.  
FAMASUL – Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul.  
FAT – Fundo de Amparo do Trabalhador.  
FCO – Fundo Nacional de Financiamento do Centro-Oeste.  
FERAESP – Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo.  
FETAGRI – Federação dos Trabalhadores na Agricultura.  
FINAME – Financiamento de Máquinas e Equipamentos.  
FUNAI – Fundação Nacional do Índio.  
IAA – Instituto do Açúcar e Alcool.  
IAC – Instituto Agrônomo de Campinas.  
IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas.  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.  
ICMS – Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços.  
IESA – Instituto de Estudos Sócio-Ambientais.  
IMASUL – Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul.  
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.  
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais “Anísio Teixeira”  
INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais.  
IPI – Imposto Sobre Produtos Industrializados.  
IPVA – Imposto Sobre a Propriedade de Veículos Automotores.  
ISNA – Índice de Satisfação das Necessidades de Água.  
ISO – Organização Internacional de Padronização.  
ISPN – Instituto Sociedade, População e Natureza.  
ISS – Imposto Sobre Serviços.  
LABGEO – Laboratório de Geoprocessamento e Sensoriamento Remoto.  
LDC-SEV – Louis Dreyfus Commodities Bioenergia S.A./Santa Elisa Vale  
MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.  
MCT – Ministério da Ciência e Tecnologia.  
MDIC – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.  
MMA – Ministério do Meio Ambiente.  
MPF – Ministério Público Federal.



MPT – Ministério Público do Trabalho.

MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra.

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego.

NEAD – Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural.

NIPE/UNICAMP – Núcleo Interdisciplinar de Planejamento Energético da Universidade de Campinas.

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento.

PAM – Produção Agrícola Municipal.

PECEGE/USP – Programa de Educação Continuada em Economia e Gestão de Empresas da Universidade de São Paulo.

PGT – Programa de Gestão Territorial.

PIB – Produto Interno Bruto.

PLANALSUCAR – Programa Nacional de Melhoramento da Cana-de-Açúcar.

PROÁLCOOL – Programa Nacional do Álcool.

PROGER – Programa de Geração de Emprego e Renda.

RIMA – Relatório de Impacto Ambiental.

SECEX – Secretaria Executiva do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

SEPLANCT – Secretaria de Planejamento, Cultura e Transporte.

SEPROTUR – Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário, da Produção, da Indústria, do Comércio e do Turismo.

SIG – Sistema de Informação Geográfica.

SNCR – Sistema Nacional de Crédito Rural.

SPAIE – Secretaria de Produção e Agroenergia.

UDOP – União dos Produtores de Bioenergia.

UFG – Universidade Federal de Goiás.

UFGD – Universidade Federal da Grande Dourados.

UFRPE – Universidade Federal Rural de Pernambuco.

UFU – Universidade Federal de Uberlândia.

UNCTAD – Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento.

UNICA – União da Agroindústria Canavieira de São Paulo.

ZAE CANA – Zoneamento Agroecológico da Cana-de-Açúcar.

ZARC – Zoneamento Agrícola de Risco Climático.

ZEE-MS – Zoneamento Ecológico-Econômico de Mato Grosso do Sul.

## SUMÁRIO

|  |     |
|--|-----|
| <b>INTRODUÇÃO</b> .....  | 1   |
| <br>   |     |
| <b>CAPÍTULO 1 - A TERRITORIALIZAÇÃO DA CANA-DE-AÇÚCAR NO MATO GROSSO DO SUL E SEUS DESDOBRAMENTOS</b> .....                      | 10  |
| 1.1 – O CRESCIMENTO DA ATIVIDADE AGROINDUSTRIAL CANAVIEIRA NO MATO GROSSO DO SUL.....  | 10  |
| 1.2 – O PAPEL DO ESTADO ENQUANTO REGULAMENTADOR E NORMATIZADOR DO PROCESSO DE EXPANSÃO DO CAPITAL AGROINDUSTRIAL CANAVIEIRO..... | 26  |
| 1.3 – O CRESCIMENTO DO SETOR AGROINDUSTRIAL CANAVIEIRO EM RIO BRILHANTE E MARACAJU E SEUS DESDOBRAMENTOS.....                    | 31  |
| 1.4 – A ATUAÇÃO DO GRUPO DREYFUS NO BRASIL E NO MATO GROSSO DO SUL.....  | 49  |
| <br>   |     |
| <b>CAPÍTULO 2 - AS FORMAS DE REALIZAÇÃO DO AGRONEGÓCIO CANAVIEIRO ENQUANTO OPÇÃO DE “DESENVOLVIMENTO” DO CAPITAL</b> .....       | 63  |
| 2.1 – O AGRONEGÓCIO COMO MODELO DE PRODUÇÃO.....   | 63  |
| 2.2 – OS DESDOBRAMENTOS DO AGRONEGÓCIO CANAVIEIRO NO BRASIL.....   | 67  |
| 2.3 – A DINÂMICA DO AGRONEGÓCIO CANAVIEIRO NO MATO GROSSO DO SUL.....  | 85  |
| 2.3.1 – Os Rearranjos Espaciais a partir da Chegada do Agronegócio Canavieiro em Mato Grosso do Sul.....                         | 94  |
| 2.4 – O AGRONEGÓCIO CANAVIEIRO EM MARACAJU E RIO BRILHANTE E A DISPUTA POR TERRITÓRIO.....                                       | 101 |
| 2.5 – O PROCESSO DE CONCENTRAÇÃO DE CAPITAIS E DESREGULAMENTAÇÃO DO SETOR AGROINDUSTRIAL CANAVIEIRO.....                         | 111 |

|  |                |
|--|----------------|
| <b>CAPÍTULO 3 - OS IMPACTOS DA TERRITORIALIZAÇÃO DO GRUPO LDC-SEV NO MATO GROSSO DO SUL PARA AS RELAÇÕES DE TRABALHO E AMBIENTAIS.....</b> | <b>115</b>     |
| 3.1 – ESTRATÉGIAS DO CAPITAL AGROINDUSTRIAL CANAVIEIRO E AS CONSEQUÊNCIAS PARA AS RELAÇÕES DE TRABALHO.....                                | 115            |
| 3.2 – O PROCESSO DE MECANIZAÇÃO DO CORTE DA CANA-DE-AÇÚCAR COMO MAIS UMA ESTRATÉGIA DE EXPLORAÇÃO DO CAPITAL.....                          | 127            |
| 3.3 – A RESISTÊNCIA POR PARTE DOS TRABALHADORES ASSENTADOS E A LUTA PELA TERRA.....  | 131            |
| 3.3.1 – Os Números dos Conflitos na Luta pela Terra.....   | 138            |
| 3.4 – A SUPEREXPLORAÇÃO DOS TRABALHADORES NO MATO GROSSO DO SUL.....   | 140            |
| 3.5 – AS CERTIFICAÇÕES AMBIENTAIS COMO ESTRATÉGIA DO CAPITAL AGROINDUSTRIAL CANAVIEIRO.....  | 144            |
| 3.6 – A CO-GERAÇÃO DE ENERGIA COMO MECANISMO DE ACUMULAÇÃO DE CAPITAL.....   | 146            |
| 3.7 – A EXPANSÃO CANAVIEIRA E OS DESDOBRAMENTOS AMBIENTAIS..   | 150            |
| 3.7.1 – Focando os Recursos Hídricos.....  | 159            |
| <br><b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>  | <br><b>166</b> |
| <br><b>REFERÊNCIAS</b>   | <br><b>171</b> |
| <br><b>ANEXOS</b>  | <br><b>180</b> |

## INTRODUÇÃO

Este trabalho busca compreender a expansão do capital agroindustrial canavieiro e seus desdobramentos no território sul-mato-grossense e, em particular, nas relações de trabalho.

Assim, nesse processo, estamos com as atenções voltadas para as repercussões da reestruturação produtiva do capital encimada nas cadeias produtivas do agronegócio canavieiro e para as vinculações que estão sendo construídas com os conglomerados/corporações transnacionais agro-químico-alimentar-financeiros que estão à frente da produção de insumos, processamento e comercialização da produção. Estas expressam ainda novos elementos de uma nova divisão internacional do trabalho<sup>1</sup>.

No bojo dessas discussões, delimitamos a nossa pesquisa fazendo uma análise do grupo agroindustrial canavieiro Louis Dreyfus Commodities Bioenergia S.A. (LCD-SEV), que atua, no Brasil, desde 1946, e tem como principais atividades: o processamento (industrialização, comércio e exportação) de oleaginosas, de citrus, de café em grãos, de algodão, e a produção de açúcar, álcool e energia. Além disso, este grupo armazena e transporta *commodities* para muitos países, controlando todo o processo produtivo onde atua, desde o plantio até a exportação.

No Estado de Mato Grosso do Sul, essas ações se expressa de diversas formas. A territorialização da monocultura canavieira, a exploração de mão-de-obra, principalmente indígena, e a degradação dos solos e da água e dos recursos naturais são as principais características.

Até meados dos anos de 1990, a atividade canavieira estava concentrada nos principais Estados produtores (São Paulo, Alagoas, Paraíba, Pernambuco, Paraná, Minas Gerais), porém atualmente há unidades produtivas por todos os estados da região Centro-Oeste, com destaque para o Mato Grosso do Sul e Goiás.

É notória a introdução da cana-de-açúcar no território sul-mato-grossense. No Estado, observa-se o crescimento das toneladas de cana moída desde a primeira safra até os últimos anos quando, segundo a Conab (Companhia Nacional

---

<sup>1</sup> Entendemos como divisão internacional do trabalho, a especialização das atividades produtivas das regiões, que foram intensificadas com a globalização da economia, ou seja, cada região ou país fica designado a produzir certo tipo de produto – de acordo com o clima, relevo, precipitação de cada um.

de Abastecimento) e a Udop (União dos Produtores de Bioenergia), foi de 2.386,6 toneladas na safra 1984/1985 e 28.811,9 toneladas na safra 2009/2010. Além das canas moídas, segundo o terceiro levantamento do mês de dezembro/2009 realizado pela Conab, o Mato Grosso do Sul apresentou um crescimento de 19% de área plantada de cana-de-açúcar, passando de 275,8 mil em 2008 para 328,2 mil hectares em 2009. Assim, no que diz respeito a todo o território brasileiro, a expansão da cana-de-açúcar no Mato Grosso do Sul ficou atrás apenas do Estado de Goiás que cresceu 29,5%<sup>2</sup>.

O contexto da cana-de-açúcar foi inserido no Mato Grosso do Sul, na década de 1980, e se fortaleceu com o Programa Nacional do Álcool (Proálcool), que foi criado em 1975. A partir de então, ocorreram mudanças e transformações de ordem econômica, social, espacial e cultural.

Ao refletirmos sobre a história do Mato Grosso do Sul, vimos que o Estado tem tradicionalmente sua economia vinculada à extração de produtos primários e de recursos naturais, com destaque inicial para a erva-mate<sup>3</sup>. A partir de meados do século XX, entra em decadência o modelo de desenvolvimento em curso, o que oportunizou que outras atividades produtivas passassem a ser praticadas. Este é o caso da soja, do milho, e da pecuária de corte. As economias que atualmente predominam no Estado são o agronegócio e a pecuária extensiva.

Com a expansão do setor canavieiro, nestes cinco últimos anos, Mato Grosso do Sul foi o segundo Estado do Brasil que mais recebeu unidades agroindustriais, segundo o Jornal Cana<sup>4</sup>. Este processo expansionista da cana-de-açúcar, além de obter incentivos fiscais oferecidos pelo governo estadual, também fez parte das prioridades do apoio financeiro do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) e de outras fontes de investimentos públicos como o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento). Esse foi um dos principais motivos que justificam os investimentos do grupo Louis Dreyfus<sup>5</sup> (doravante LDC-SEV ou Dreyfus) no Estado do Mato Grosso do Sul, objeto da nossa pesquisa.

---

<sup>2</sup> Terceiro levantamento realizado pela Conab, dezembro de 2009.

<sup>3</sup> Para maiores informações sobre o papel da erva-mate no contexto sul-mato-grossense, ver a tese de doutorado de Figueiredo (1968), com o título *A presença geoeconômica da atividade ervateira*. A autora discorre sobre a atividade ervateira desenvolvida pelos espanhóis em Asunción (PY), Guairá (noroeste do Paraná) e Maracaju (sul de Mato Grosso do Sul) e a posse das terras nas regiões citadas acima pelos castelhanos.

<sup>4</sup> Jornal Cana, edição de maio de 2008, p.58-59.

<sup>5</sup> O Grupo Louis Dreyfus, fundado por Leopold Louis-Dreyfus em 1851, é um conglomerado de empresas transnacionais controlado pela *holding* S.A. Louis Dreyfus & CIE, sediada em Paris. A

Diante da expansão canavieira, surgem alguns aspectos, no tocante às relações de trabalho que, particularmente junto ao corte manual da cana-de-açúcar, são consideradas extremamente precárias, pois além de estarem fundamentadas nos ganhos por produção, tem o incremento degradante do conseqüente esforço físico que os trabalhadores depreendem, ou “auto-intensificam” constantemente no ritmo e na intensidade do trabalho para atingirem as metas pré-estabelecidas pelo capital e, conseqüentemente, compõem seus rendimentos. Outro ponto a destacar é o distanciamento que os separa dos familiares, pois a maioria dos trabalhadores são migrantes e somente no término da safra<sup>6</sup> retornam aos seus lugares de origem.

O processo de superexploração do trabalho nos leva a pensar na afirmação de Marx (1978, p.18-19), uma vez que,

[...] não é o operário que utiliza os meios de produção, são os meios de produção que utilizam o operário. Não é o trabalho vivo que se realiza no trabalho objetivo (...); é o trabalho objetivo que se conserva e aumenta pela absorção do trabalho vivo, graças ao qual se converte em um *valor que se valoriza, em capital*, e como tal funciona [...].

De qualquer forma, o capital sempre encontra uma saída para se reproduzir. A forma mais utilizada por ele, no caso do capital agroindustrial canavieiro, é a precarização das relações de trabalho, seja no corte manual (pagamento por produção), seja no corte mecanizado (terceirização da mão-de-obra); ou seja, além da exploração da mão-de-obra, coloca o trabalhador alheio aos benefícios e lucros obtidos no processo produtivo. De acordo com Alves (2006),

[...] os trabalhadores trabalham no corte de cana por produção, em pleno século XXI, sem saberem quanto ganham, porque isto depende de quanto cortam. Além disto, mesmo cortando muitos metros podem ter um ganho pequeno, porque o valor do metro depende de uma conversão que não é controlada pelos trabalhadores e sim pelas usinas. Portanto, se todos os autores declaram que o pagamento por produção, além de ser uma forma de salário arcaica, perversa e desgasta os trabalhadores, porque sua produção e salário dependem de seu esforço físico, na cana esta forma de

---

*holding* é propriedade exclusiva da família Louis-Dreyfus. O Grupo em escala mundial atua na comercialização internacional de *commodities* agrícolas, de energia, no esmagamento e refino de sementes oleaginosas, no processamento de frutas cítricas, na manufatura de aglomerados de madeira, na exploração, no refino e comercialização de petróleo e de gás natural, em telecomunicações, em administração de frotas de navios oceânicos, e em projetos imobiliários.

<sup>6</sup> A safra da cana-de-açúcar no Mato Grosso do Sul varia de 08 a 10 meses ao ano.

trabalho é mais perversa porque o ganho não depende dos trabalhadores, mas de uma conversão feita pelo departamento técnico das usinas [...].

O modelo de acumulação de capital, como vimos com Alves, realmente dificulta o processo de luta dos trabalhadores por melhores condições nas relações de trabalho, uma vez que esses sujeitos precisam do trabalho para sustentarem suas famílias e se veem impossibilitados de realizar tal confronto.

O setor canavieiro está implantado no Mato Grosso do Sul desde o ano de 1983, porém sua territorialização não gerava um reflexo tão expressivo na economia, na cultura, nos serviços públicos e nas relações de trabalho como no pós-2000. Isto se deve ao fato de que, no início, o cenário político era outro e o setor não se revelava tão destrutivo diante do processo de expansão. Logo, toda a demanda de aceleração do crescimento do setor canavieiro nos motivou, a entender no âmbito da ciência geográfica e das relações de trabalho, seus desdobramentos e/ou repercussões encontradas no mesmo, com a delimitação espacial de dois municípios sul-mato-grossenses envolvidos (Rio Brillhante e Maracaju).

Vale ressaltar que o que analisamos é o processo de territorialização da cana-de-açúcar na porção do território sul-mato-grossense. Com a intenção de apreendemos as estratégias do grupo transnacional estudado, verificamos suas ações territoriais e econômicas e o que isto influencia na vida da população local dos municípios. Também apreendemos os impactos gerados – por parte da Dreyfus - como a contratação de mão-de-obra migrante, que rebatem diretamente no âmbito municipal, devido a procura por serviços públicos (saúde e educação, principalmente) se tornar muito maior do que a demanda.

Para análise espacial dos dados, foram utilizados aplicativos de SIG<sup>7</sup> (Sistemas de Informações Geográficas) do LabGeo (Laboratório de Geoprocessamento e Sensoriamento Remoto da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados) e informações do Canasat/INPE<sup>8</sup>

---

<sup>7</sup> Entre esses aplicativos, utilizamos o Arcgis, o Spring e o Trake Maker.

<sup>8</sup> Para monitorar as imagens de sensoriamento remoto, elas devem ser obtidas por satélites a cerca de 800 km de altitude e podem ser utilizadas para observar diversas mudanças que ocorrem na superfície terrestre, dentre elas, o monitoramento do cultivo da cana-de-açúcar. No Estado de São Paulo, esse projeto vem trabalhando desde 2003. Para os demais estados produtores de cana da região centro-sul, desde 2005. O projeto Canasat utiliza imagens de satélites para identificar e mapear a área cultivada com cana-de-açúcar, gerando a cada ano mapas temáticos com a distribuição espacial da cana. Estes mapas estão disponíveis na internet no site do Canasat onde os canaviais podem ser visualizados sobre as imagens. Além disso, é possível consultar sobre a

(Mapeamento de cana via imagens de satélite de observação da Terra do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais).

Os dados empíricos foram levantados numa amostra composta por treze assentamentos, três unidades agroindustriais canavieiras, além de sindicatos, secretarias municipais, representantes de movimentos sociais e algumas pessoas da comunidade local, tendo como objetivo, analisar os avanços e retrocessos causados pela expansão canavieira.

Para a caracterização dos municípios, utilizamos dados coletados nas bases *on line* do IBGE, Semac, Conab e MAPA, que se referem a indicadores demográficos e econômicos. Dados de campo foram obtidos por meio de questionários e entrevistas (Anexos I ao V). O questionário, por nós elaborados, foi aplicado às pessoas responsáveis por cada local pesquisado (acampamentos, assentamentos, prefeituras, unidades agroindustriais, movimentos sociais, associações, entre outros).

Em levantamento junto ao banco de teses da CAPES, evidenciamos que no Estado do Mato Grosso do Sul ainda são poucas as pesquisas realizadas sobre o agronegócio canavieiro no âmbito da ciência geográfica por se tratar de um tema novo. Mesmo assim, este se constitui num tema muito relevante. Nesse setor produtivo, ocorrem alterações instantâneas quanto às relações de trabalho e às relações de produção (entrada de novas tecnologias frente às condições de atraso tecnológico existentes, o que exige uma mão-de-obra mais especializada), causando um impacto nas relações calcadas sobre a soja e o gado, uma vez que estas relações se davam através de pessoas com experiência no setor onde trabalham, porém sem escolaridade exigida.

No tocante às relações de trabalho no setor canavieiro no Mato Grosso do Sul, encontramos o trabalho de Azevedo (2008), que aborda a expansão canavieira, em especial as transformações econômicas, sociais e espaciais resultantes de tal processo. Constata-se que a territorialização do capital canavieiro se dá através do monopólio de terras por grupos nacionais e internacionais. A este respeito o autor enfatiza que os grupos agroindustriais já consolidados no setor bem como os grupos entrantes contam com apoio das elites econômicas e políticas locais, o que lhes tem

---

localização dos canaviais, a área cultivada e a evolução do cultivo da cana nos últimos anos tanto por município quanto por estado. Estas informações são utilizadas por diversos setores do agronegócio e do meio ambiente que direta ou indiretamente estão envolvidos com a produção de cana. Disponível em: <<http://150.163.3.3/canasat/>>.



permitido ampliar as relações de dominação e de controle. Assim, por meio desses procedimentos, expressam o destrutivismo imanente ao metabolismo do capital ao atingirem sumariamente os camponeses, os indígenas, os migrantes etc. Contudo, tal exploração é legitimada pelo Estado e embalada por relações de interesses que se dão através de uma teia de relações entre tais sujeitos e o capital.

Há também Backes (2009). Esta autora analisa as interfaces geográficas e econômicas que se sobrepõem no campo sul-mato-grossense e as relações que se dão nesse espaço, demonstrando a intenção de investimentos de empresas com a expansão da cana-de-açúcar. Vale lembrar que essas relações econômicas e políticas ganham legitimidade com o apoio do Estado, estabelecendo novas relações. Com todas estas mudanças, há uma diferenciação no preço da terra (arrendamento, parceira, entre outros), tornando-se vantajoso a instalação de unidades processadoras de cana no Mato Grosso do Sul.

No território sul-mato-grossense, o avanço do setor canavieiro é visível, principalmente no que diz respeito à substituição da pecuária e da soja. É o que observamos nos municípios de Maracaju e Rio Brilhante.

Com a expansão canavieira, surgem algumas consequências que, de antemão, seriam: a) ampliação das relações de dominação do capital sobre o trabalho; b) controle social; c) “exclusão” dos camponeses, indígenas, migrantes do campo; d) imposição do capital à monocultura; etc.

Outros reflexos do desenvolvimento, cujas características nos fazem ter interesse em citá-los, são as novas descobertas e mercadorias que são disponibilizadas através da ciência para satisfazer os desejos e as necessidades de consumo da população em geral. O capital monopolista será o responsável pela globalização desse padrão de consumo. Com isso, o que percebemos é que a ciência está a serviço do capital, na proporção em que este se utiliza dela para o desenvolvimento das relações de produção e o desenvolvimento das forças produtivas.

Nota-se, tanto em Rio Brilhante como em Maracaju, que um processo de expansão da monocultura da cana-de-açúcar está em marcha e que a implantação de mais unidades agroindustriais nos coloca atentos para os desdobramentos da nova divisão territorial do trabalho nestes municípios<sup>9</sup>.

---

<sup>9</sup> Rio Brilhante tem instaladas três usinas de álcool e açúcar (Usina Passa Tempo e Usina Rio Brilhante ambas do Grupo Louis Dreyfus e Usina Eldorado do Grupo Odebrecht). Segundo, o IBGE, a

As ações do agronegócio canavieiro se baseiam na distinção produtiva, na adoção e, ao mesmo tempo, na subordinação de tecnologias de ponta, na produção em larga escala, na exploração dos recursos naturais e na monocultura voltada para a exportação. Aliado a isso, o Estado, tem como objetivo central, ampliar o processo de concentração de riquezas no meio rural gerando divisas para elevar o superávit da balança comercial.

A corrida desenfreada pelo capital através do agronegócio nos traz o lado perverso disto, provocando uma série de impactos negativos (degradação ambiental, expulsão das famílias de pequenos agricultores de seus territórios tradicionais, artificialização da produção agrícola, instabilidades na soberania alimentar etc.).

Assim, uma das questões da pesquisa, situa-se no campo da análise das relações de trabalho e na precarização dessas relações no setor agroindustrial canavieiro, que com o avanço do capitalismo e suas formas de regulação, causam impactos estruturais no mundo do trabalho.

Analisamos, também, como se deu o crescimento das áreas de cultivo da cana-de-açúcar por meio da implantação da Usina Rio Brilhante e da ampliação das plantas agroindustriais das unidades Passa Tempo e Maracaju, além da reação e das disputas territoriais consoante às demais *commodities* da região, tais como a soja e o milho.

O conjunto de leituras efetuadas, a investigação empírica e os levantamentos que realizamos junto às outras fontes (jornais, revistas, *sites*, entre outras) nos deram o suporte necessário para a compreensão e reflexão acerca da temática em estudo. A partir daí, o texto foi organizado em três capítulos e as considerações finais. É importante destacar que o caminho norteador da dissertação são as ações do capital agroindustrial canavieiro, representado pelo grupo LDC-SEV com relação ao trabalho, ou as formas de exploração no corte da cana-de-açúcar.

O principal desafio está em compreender a territorialização do capital canavieiro e as relações de trabalho que envolve o setor, suas contradições e dominações exercida pelos poderes hegemônicos, como os capitalistas, os latifundiários e o Estado, uma vez que, as estratégias são planejadas com o intuito

---

cidade já representa 1% da produção nacional, sendo o segundo maior produtor de cana-de-açúcar brasileiro. Em dois anos, a área plantada cresceu 109,8%. Tal incremento permitiu que o município saltasse da 13ª posição em 2007 para a segunda em 2009. Notícia publicada no "Jornal Rio Brilhante" no dia 18 de outubro de 2009. Disponível em: <<http://www.jornalriobrilhante.com.br/leitura.php?codCanal=2&codNews=8147>>. Acesso em: 25 de outubro de 2009.

de enfraquecer o embate capital x trabalho e as possíveis lutas de resistência. Assim, nos aprofundamos no processo de territorialização do capital agroindustrial canavieiro, destacando as estratégias do grupo LDC-SEV, tanto do ponto de vista econômico e de produção, como do ponto de vista ambiental e trabalhista.

No primeiro capítulo, analisamos a territorialização da cana-de-açúcar no Mato Grosso do Sul, destacando os fatores que tem atraído o capital agroindustrial canavieiro para esta nova frente de expansão. Esta análise utilizou informações e dados disponíveis sobre o setor. Analisaram-se, também, as ações do Estado que legitimam o processo, a participação do capital estrangeiro e as estratégias adotadas pelos grupos e empresas agroindustriais canavieiras implantadas, no âmbito das mudanças das relações de trabalho, tipicamente familiar para assalariada, que visam atender as demandas do corte manual da cana-de-açúcar. Nos municípios de Rio Brilhante e Maracaju, evidenciamos por meio da implantação e da ampliação das unidades agroindustriais do grupo LDC-SEV, o novo reordenamento territorial e produtivo do setor, apontando suas relações e articulações com a região onde estão instalados.

No segundo capítulo, demonstramos os (re)arranjos espaciais dos cultivos existentes (o milho, a soja e a pecuária), e como os mesmos reagiram ao crescimento intenso do setor agroindustrial canavieiro nos municípios abarcados, além das possíveis resistências e/ou concessões por parte dos agricultores e pecuaristas locais, que, em sua maioria, possuem grandes propriedades. Analisamos também as estratégias adotadas e o posicionamento tomado pela classe considerada à margem da discussão (pequenos agricultores, indígenas, assentados, acampados). Ainda, abordamos a internacionalização de capitais ocorrida no decurso da implantação da unidade agroindustrial no município de Rio Brilhante.

No terceiro capítulo, analisamos a degradação das relações de trabalho e os níveis de exploração que caracterizam as contradições nesse setor da economia, ou seja, a manutenção de relações regressivas que se expressam no pagamento por produção, contratação de migrantes, contaminação de nascentes, dos solos e do meio ambiente em geral, e o convívio com processos automatizados e tecnicamente vinculados aos setores de ponta do ponto de vista tecnológico. Isso rebate diretamente na fragilização das relações de trabalho, na perda constante e crescente da qualidade de vida dentro e fora do trabalho.

Nas considerações finais, analisamos as relações que permeiam a atividade canavieira em Mato Grosso do Sul e seus possíveis desdobramentos (ambiental, territorial, social e econômico). Nesta análise, relembramos o percurso do trabalho, apresentando a resposta obtida para o problema de pesquisa, registrando se foram alcançados nossos objetivos e as conclusões a que chegamos.

# CAPÍTULO I

## A TERRITORIALIZAÇÃO<sup>10</sup> DA CANA-DE-AÇÚCAR NO MATO GROSSO DO SUL E SEUS DESDOBRAMENTOS.

*Se é possível obter água cavando o chão, se é possível enfeitar a casa, se é possível crer desta ou daquela forma, se é possível nos defendermos do frio ou do calor, se é possível desviar leitos de rios, fazer barragens, se é possível mudar o mundo que não fizemos, ou da natureza, por que não mudar o mundo que fazemos: o da cultura, o da história, o da política? (FREIRE, 2000).*

O crescimento da área ocupada com cana-de-açúcar no município de Rio Brilhante e de Maracaju, através da implantação da Usina Rio Brilhante e da ampliação da Usina Passa Tempo e Usina Maracaju, é notório. Este processo nos faz agregar o desafio de decifrar o crescimento do setor e as razões para o Grupo LDC-SEV ter se territorializado no Estado de Mato Grosso do Sul e quais seus objetivos, além da obtenção de lucros.

Assim, iniciaremos o capítulo tratando do crescimento do capital agroindustrial canavieiro no Mato Grosso do Sul. Em um segundo momento, apresentaremos as características dos referidos municípios, abordando, também, as unidades produtivas do Grupo LDC-SEV que possuem filiais em Rio Brilhante e Maracaju.

### 1.1 – O CRESCIMENTO DA ATIVIDADE AGROINDUSTRIAL CANAVIEIRA NO MATO GROSSO DO SUL

Verificamos que a agricultura brasileira, desde o seu início, foi estrategicamente organizada com o objetivo de “fornecer produtos” (FABRINI, 1996) ao mercado externo. Primeiramente, as doações feitas pelo Rei de Portugal eram de grandes porções de terra. O primeiro produto a ser cultivado para a exportação foi a

---

<sup>10</sup> O território, para ter sentido a sua existência, possui alguns elementos que são a sociedade o espaço e o tempo. “[...] o território se apóia no espaço, mas não é espaço. É uma produção a partir do espaço [...]” (RAFFESTIN, 1993, p.144).

cana-de-açúcar e, como sabemos, esta cultura exige grandes áreas e um grande número de mão-de-obra. Portanto notamos que as condições de início para a exploração do campo brasileiro foram a monocultura, o trabalho escravo, a produção para exportação e, conseqüentemente, a grande propriedade.

A partir daí, vemos que a cultura da cana se espalhou por todo o Brasil, em alguns lugares mais em outros menos. No entanto, a Região Nordeste ocupou a ponta da produção até o século XIX. Já no século XX, a Região Sudeste passa a ser a principal, no qual o Estado que desponta a produção é São Paulo, o que se consolida ainda no final do século XX, com o objetivo de se espalhar para outras áreas não tradicionais, tais como: Triângulo Mineiro, Noroeste do Paraná, Centro-Sul-Leste do Mato Grosso do Sul e Centro-Sul-Sudeste de Goiás.

No sul de Mato Grosso<sup>11</sup>, a ocupação das terras pelos não-índios teve início a partir do século XIX com a delimitação das posses de terras pelos portugueses e os espanhóis. Mais tarde, a região sul passou a ser atrativa para as atividades de agricultura e pecuária desenvolvidas por gaúchos, paranaenses, paulistas da região noroeste, paraguaios e imigrantes estrangeiros.

Desde sua colonização, o sul de Mato Grosso tem sua base na agricultura. Em 1943, a Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND) foi criada pelo Ministério da Agricultura, distribuindo em torno de 6.500 lotes de 20 a 50 hectares a trabalhadores brasileiros que não eram proprietários de terras. Para compreendermos a dinâmica agrária atual do Estado, precisamos analisar suas condições históricas, a apropriação capitalista da terra, como sendo uma condição preliminar (FABRINI, 1996).

Segundo Andrade (1994, p. 139-140), o crescimento da cana, “só se tornaria exponencial a partir de 1979, quando o Proálcool passou a financiar a implantação de destilarias de álcool em todo o país”, e é nesse momento que o sul de Mato Grosso se tornaria centro de atrações do capital agroindustrial canavieiro.

O sul de Mato Grosso intensificou o seu crescimento em decorrência da ferrovia Noroeste do Brasil que passa a interligar a Região Noroeste paulista com o Sul do então Mato Grosso do Sul, surgindo os núcleos urbanos e cidades, como: Aquidauana, Maracaju, Campo Grande, Coxim. Com a vinda da mesma, ocorreu a expansão econômica gerando um aumento significativo na produção, no comércio e

---

<sup>11</sup> Assim era chamado o atual Estado de Mato Grosso do Sul antes de sua divisão, que aconteceu em 01 de Janeiro de 1979, instituída pela Lei Complementar nº 31 de 11 de Outubro de 1977.

na vida socioeconômica do Estado, atraindo mais migrantes do Rio Grande do Sul e do Paraná.

A partir desta migração, a atividade da pecuária se expandiu. O sistema de produção foi realizado de forma extensiva em grandes áreas e o Estado se destacou cada vez mais na agricultura e pecuária brasileira, atraindo migrantes de outras regiões.

O Mato Grosso do Sul vem ganhando maior destaque no mercado do agronegócio, sendo que a pecuária é uma das atividades de maior importância para a economia do Estado. Segundo o IBGE, em 2009, Mato Grosso do Sul foi destaque em vários produtos agropecuários (Tabela 01).

TABELA 01 – DESTAQUE DO MS, SEGUNDO OS PRINCIPAIS REBANHOS, A PRODUÇÃO DE ORIGEM ANIMAL E OS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS NO BRASIL – 2009

| <b>Ranking Brasileiro</b>      | <b>1</b> | <b>2</b> | <b>3</b>  | <b>4</b>  | <b>5</b>  | <b>6</b>  | <b>7</b>  | <b>8</b>  |
|--------------------------------|----------|----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| <b>Bovinos</b>                 | MT       | MG       | <b>MS</b> | GO        | PA        | RS        | RO        | SP        |
| <b>Equinos</b>                 | MG       | BA       | RS        | GO        | SP        | PR        | <b>MS</b> | MT        |
| <b>Ovinos</b>                  | RS       | BA       | CE        | PE        | PI        | PR        | RN        | <b>MS</b> |
| <b>Suínos</b>                  | SC       | RS       | PR        | MG        | GO        | MT        | BA        | SP        |
| <b>Galos, frangos e pintos</b> | PR       | SP       | SC        | RS        | MG        | GO        | MT        | PE        |
| <b>Galinhas</b>                | SP       | PR       | MG        | RS        | SC        | GO        | PE        | BA        |
| <b>Lã</b>                      | RS       | PR       | SC        | <b>MS</b> | SP        | MG        | GO        | -         |
| <b>Bicho-da-Seda</b>           | PR       | SP       | <b>MS</b> | SC        | -         | -         | -         | -         |
| <b>Milho</b>                   | PR       | MT       | MG        | GO        | RS        | SP        | SC        | <b>MS</b> |
| <b>Soja</b>                    | MT       | PR       | RS        | GO        | <b>MS</b> | MG        | BA        | SP        |
| <b>Trigo</b>                   | PR       | RS       | SC        | SP        | MG        | GO        | <b>MS</b> | DF        |
| <b>Algodão Herbáceo</b>        | MT       | BA       | GO        | <b>MS</b> | MG        | MA        | SP        | PI        |
| <b>Cana-de-Açúcar</b>          | SP       | MG       | PR        | GO        | AL        | <b>MS</b> | PE        | MT        |
| <b>Mandioca</b>                | PA       | PR       | BA        | RS        | MA        | AM        | SP        | MG        |
| <b>Arroz</b>                   | RS       | SC       | MT        | MA        | TO        | PA        | GO        | PI        |

FONTES: PAM e PPM – IBGE.  
ORG.: DOMINGUES, A. T., 2010.

Como podemos observar o Mato Grosso do Sul destaca-se em 3º lugar no Brasil com a pecuária e o bicho-da-seda, em 4º lugar com a produção de lã e algodão, em 5º com a soja, e em 6º com a cana-de-açúcar. No entanto, o Estado aumentou ainda mais a produção da cana-de-açúcar, pois segundo o terceiro levantamento realizado pela Conab em dezembro de 2009, ele finalizou o mesmo ano em quinto lugar, no ranking brasileiro, com 28.811,9 milhões de toneladas.

Vale destacar também que, em função do desenvolvimento e do apoio incondicional ao agronegócio por parte do Estado, o Mato Grosso do Sul tem deixado de produzir os alimentos básicos ao ser humano, como arroz e a mandioca que não estão demonstrados na tabela 01. Contudo, estes itens aparecem em 9º lugar e 18º lugar, respectivamente, quanto à produção. Notamos, por meio destas informações, a concentração de terras existente, pois a produção que mais se destaca é a pecuária que exige grandes extensões de terra para se desenvolver.

Os investimentos que o capital agroindustrial canavieiro vem fazendo no Estado foi devido a alguns incentivos da esfera estadual e federal, principalmente após o Programa Nacional do Álcool (Proálcool)<sup>12</sup>, em 1975. Este Programa pode

---

<sup>12</sup> O Proálcool foi criado em 14 de novembro de 1975 pelo decreto nº 76.593, e segundo Thomaz Jr (2002, p.76), foi “[...] com o propósito de produzir internamente uma alternativa energética própria, contrapondo-se à dependência do petróleo”, visando o atendimento do mercado interno e externo e da política de combustíveis automotivos. De acordo com o decreto, a produção do álcool oriundo da cana-de-açúcar, da mandioca ou de qualquer outro insumo deveria ser incentivada por meio da produção agrícola, da modernização e ampliação das destilarias existentes e da instalação de novas unidades produtoras, anexas a usinas ou autônomas, e de unidades armazenadoras. Também segundo Bray, Ferreiras e Ruas (2000), o PROÁLCOOL é um programa federal, sendo administrado pelo Ministério da Indústria e Comércio por meio da CENAL – Comissão Executiva Nacional do Álcool, com o propósito de aumentar a produção das safras agro-sucro-energéticas e a capacidade industrial de transformação no país, visando a obtenção de álcool para a substituição da gasolina, assim como para incremento de uso no setor químico. Porém, conforme Thomaz Junior (2002), o Programa não se estruturou apenas de objetivos ‘oficiais’, não se limitando apenas às questões ditas econômicas, como também ‘livrar o país dos gastos crescentes com a importação de petróleo’. Buscando apoio de vários outros setores da sociedade, ‘previa-se’, fazer uma articulação com algumas questões estruturais, como a diminuição das desigualdades regionais de renda, o processo de internalização do desenvolvimento com a desconcentração da propriedade da terra, o crescimento da renda interna brasileira, a aumento da produção de bens de capital e geração de empregos. Na verdade este Programa foi uma substituição em larga escala dos derivados de petróleo, pois o país pretendia evitar a dependência do mercado externo, principalmente, quando dos choques de preço de petróleo. O principal motivo para o lançamento do programa foi o forte impacto negativo na economia nacional causado pelos dois “choques do petróleo”, respectivamente em 1973 e 1978. Acrescido a isso, o Programa substitui uma fração de álcool anidro (entre 1,1% a 25%) em volume de gasolina pura consumida, evitando, assim, emissões de gás carbônico (contido no CO<sub>2</sub>). Também pode-se dizer que, o Proálcool “modernizou” a agricultura, através de incentivos à tecnologia e à industrialização, que no campo fez várias transformações, como máquinas mais eficientes e eficazes, pesquisa com insumos e fertilizantes, no qual procurava-se a melhoria da produtividade e a redução dos custos de produção. Essa “modernização”, promovida pelo Estado, segundo Thomaz Junior (2002, p.82), não passou de um “projeto de dominação de classe”, cuja existência beneficiou “atores seletos” (que seriam, “os grandes proprietários de terras e grandes grupos empresariais e



ser considerado a fonte principal da instalação de unidades agroindustriais em Mato Grosso do Sul, pois ao analisarmos a Tabela 02, verifica-se que somente após quatro anos do Programa, é que houve instalações de unidades agroprocessadoras.

---

financeiros”), fazendo a base de “profunda exclusão” e “deixando à margem a imensa maioria dos produtores rurais”. Neste Programa, destacam-se cinco fases distintas: a primeira fase, chamada de fase inicial, compreende os anos de 1975 a 1979. Nesta fase, havia um esforço muito grande por parte do governo para a produção de álcool anidro para a mistura com a gasolina. A segunda fase – ou fase de afirmação – abrange desde o ano de 1980 até 1986. Neste período, o governo brasileiro intensificou a implementação do Programa e criou organismos para facilitar tal implantação como o: Conselho Nacional do Álcool (CNAL) a Comissão Executiva Nacional do Álcool (CENAL), por conta do segundo “choque do petróleo” (1979-1980), no qual o preço do barril praticamente triplicou. Também, neste período, segundo Thomaz Junior (2002, p. 95), “o consumo foi lastreado a incentivos fiscais aos consumidores, tais como rebaixamento de IPI, IPVA, isenção de ICMS e preços atraentes para o consumo do combustível”. Já a terceira fase ou fase de estagnação, estende-se de 1986 a 1995. A partir de 1986, o preço do petróleo cai abruptamente em todo o mundo (período denominado “Contra-Choque do Petróleo”) e coloca em xeque os programas de substituição do petróleo e de uso eficiente da energia em todo o mundo. No cenário brasileiro, os efeitos desta queda foram sentidos a partir de 1988, período em que há escassez de recursos públicos para subsidiar os programas de estímulo as energias alternativas. Os baixos preços pagos aos produtores de álcool a partir de inesperada queda dos preços internacionais do petróleo (que se iniciou ao final de 1985) impediram a elevação da produção interna do produto. Por outro lado, a demanda pelo etanol, por parte dos consumidores, continuou sendo estimulada por meio da manutenção de preço relativamente atrativo ao da gasolina e da manutenção de menores impostos nos veículos a álcool em relação aos movidos a gasolina. Essa combinação de desestímulo à produção de álcool e de estímulo à sua demanda, pelos fatores de mercado e intervenção governamental assinalados, gerou a crise de abastecimento da entressafra 1989-90 e afetou a credibilidade do Proálcool, que, juntamente com a redução de estímulos ao seu uso, provocou, nos anos seguintes, um significativo decréscimo da demanda das vendas de automóveis movidos por esse combustível. Na quarta fase – ou fase de redefinição – (período de 1995 a 2000), os mercados de álcool combustível, encontram-se liberados em todas as suas fases de produção, distribuição e revenda sendo os seus preços determinados pelas condições de oferta e procura. Em 28 de maio de 1998, foi criada a medida provisória nº 1.662, que dispõe que será elevado o percentual de adição de álcool anidro à gasolina em até 24% em todo o território nacional. A última fase ou fase atual compreende desde 2000 até os dias atuais. Hoje, trinta e quatro anos após o início do Proálcool, o Brasil vive uma nova realidade com expansão do setor agro-sucro-energético e das exportações de açúcar e álcool em grande escala. Nos dias atuais, a iniciativa privada está ampliando suas unidades e construindo novas usinas, convicta de que o álcool terá, a partir de agora, um papel cada vez mais importante como combustível, no Brasil e no mundo, ou seja, a mesma tomou as “rédeas” da situação. Como perspectiva, o governo brasileiro tem mostrado interesse em manter e ativar novamente o Proálcool, dado que o álcool combustível exerce um importante papel na estratégia energética para um desenvolvimento. Junto a isso, as perspectivas de elevação do consumo do álcool se somam a um momento favorável para o aumento das exportações do açúcar, e o resultado é o início de uma onda de crescimento sem precedentes para o capital agroindustrial canavieiro. Além deste panorama, temos a questão do meio ambiente, ou seja, a produção de uma energia totalmente sustentável.

TABELA 02 – INSTALAÇÃO DE UNIDADES PRODUTIVAS DE CANA-DE-AÇÚCAR EM MATO GROSSO DO SUL (1979 – 1983)

| Unidades             | Cidades              | Ano de Instalação |
|----------------------|----------------------|-------------------|
| Usina Aquarius       | Pedro Gomes*         | 1979              |
| Usina Santa Helena   | Nova Andradina       | 1982              |
| Usina Maracaju       | Maracaju             | 1982              |
| Usina Passa Tempo    | Rio Brilhante        | 1982              |
| Usina Santa Fé       | Rio Brilhante**      | 1982              |
| Usina Santa Olinda   | Sidrolândia          | 1982              |
| Usina Santa Quitéria | Aparecida do Taboado | 1983              |
| Usina Coopernavi     | Naviraí              | 1983              |
| Usina Debrasa        | Brasilândia          | 1983              |

FONTES: Diversas.

NOTA: \*Atual cidade de Sonora. \*\* Atual cidade de Nova Alvorada do Sul

ORG.: DOMINGUES, A. T., (2010).

Verificamos que houve uma “explosão”<sup>13</sup> do capital canavieiro no Mato Grosso do Sul no que diz respeito à instalação de unidades agroprocessadoras entre os anos de 1979 e 1983. Este período compreende duas fases do Proálcool: a fase inicial e a fase de afirmação. Apesar das instalações nestes anos, segundo o IBGE, houve produção da cana-de-açúcar no Estado somente a partir da safra do ano de 1984 (Quadro 01).

Notamos também que Maracaju e Rio Brilhante se destacam logo nas primeiras iniciativas por parte do setor, uma vez que, os mesmos iniciam-se no setor respectivamente com uma e duas unidades canavieiras. Desse último foi desmembrado o município de Nova Alvorada do Sul em 1991.

<sup>13</sup> Utilizamos a palavra “explosão” no sentido de “crescimento súbito”.

QUADRO 01 – EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO DE CANA-DE-AÇÚCAR NO MATO GROSSO DO SUL (1984 – 2009)

| <b>Safra</b> | <b>Toneladas</b> |
|--------------|------------------|
| 1984         | 2.386.583        |
| 1985         | 3.190.944        |
| 1986         | 3.101.609        |
| 1987         | 4.092.640        |
| 1988*        | -                |
| 1989         | 3.789.328        |
| 1990         | 3.977.877        |
| 1991         | 3.935.141        |
| 1992         | 3.706.409        |
| 1993         | 4.168.742        |
| 1994         | 3.769.729        |
| 1995         | 4.674.560        |
| 1996         | 5.404.638        |
| 1997         | 5.952.034        |
| 1998         | 6.590.160        |
| 1999         | 7.786.547        |
| 2000         | 6.520.923        |
| 2001         | 7.798.913        |
| 2002         | 8.275.501        |
| 2003         | 8.805.710        |
| 2004         | 9.700.048        |
| 2005         | 9.037.916        |
| 2006         | 11.635.093       |
| 2007         | 14.869.063       |
| 2008         | 18.200.917       |
| 2009**       | 28.811.000       |

FONTE: Anuário Estatístico da Agroenergia, 2009 (MAPA).

NOTA: \* Dado não informado. \*\* Informação extraída da Conab, 2009.

ORG.: DOMINGUES, A. T., 2010.

Notamos que, o crescimento na produção da cana-de-açúcar no Mato Grosso do Sul veio aumentando a cada ano, pois na primeira safra que foi em 1984/1985 produzia-se pouco mais de 2 milhões de toneladas e, em vinte e cinco anos depois, na safra de 2009/2010 tem-se uma produção de mais de 28 milhões de toneladas. Assim, houve um crescimento de mais de 1100% desde a primeira safra. Contudo, a maior evolução ocorreu na última safra (2009), quando houve um crescimento maior que 58% com relação à produção de 2008.

Vale ressaltar que, o capital agroindustrial canavieiro está ocasionando diversos impactos no Mato Grosso do Sul, isto é, transformações econômicas,

sociais, políticas, ambientais e espaciais (veremos detalhadamente mais adiante). Com isso, a região que mais se notabiliza quanto ao interesse deste capital, o que é revelado pelo crescimento do número de empresas agroindustriais é a região Centro-Sul do Estado (Figura 01).

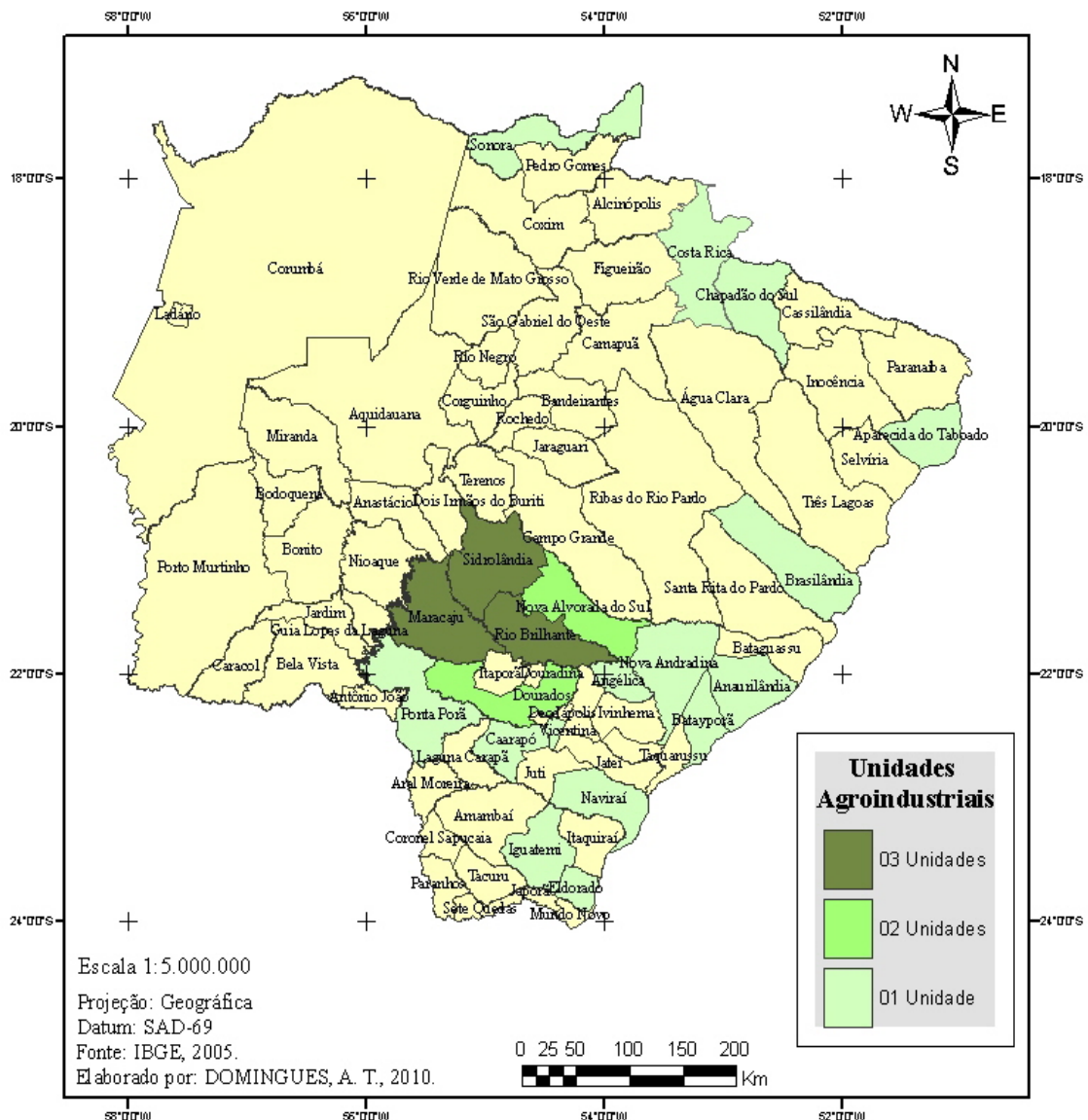


FIGURA 01 – TERRITORIALIZAÇÃO DAS UNIDADES AGROINDUSTRIAIS CANAVIEIRAS NOS MUNICÍPIOS SUL-MATO-GROSSENSSES – 2010

Como vemos, há um predomínio e uma concentração maior das unidades agroprocessadoras na região centro-sul do Mato Grosso do Sul, no entanto há também, algumas outras unidades espalhadas pelo restante do estado, com

exceção da região pantaneira, que é protegida por lei<sup>14</sup> (Zoneamento Agroecológico da Cana-de-açúcar – ZAE Cana).

Vale lembrar que o principal objetivo do zoneamento é o direcionamento para a produção da cana-de-açúcar. No entanto, não se trata apenas de uma política estatal direcionadora, mas também de sinalizar onde o capital agroindustrial pode explorar com mais intensidade de todos os recursos disponíveis, como as melhores terras (planas, férteis e localização favorável e logística de transporte adequada), acesso à água, formando o Polígono do Agrohídronegócio (THOMAZ JUNIOR, 2009).

Um dos diferenciais do Mato Grosso do Sul é a sua localização, pois o mesmo está muito próximo dos grandes centros consumidores do país, particularmente o Estado de São Paulo, o que contribui muito para o seu desenvolvimento econômico.

Podemos afirmar que o principal motivo da Dreyfus ter vindo para o Estado foi à questão do preço da terra. Segundo os entrevistados<sup>15</sup>, a disputa por terras entre as usinas em São Paulo – principalmente no pontal do Paranapanema, região produtora tradicional da cana-de-açúcar – fez com que o preço das mesmas disparasse, não se tornando viável economicamente, instalar mais unidades naquela localidade. Além é claro, do fato de estarem instalando em terras devolutas.

Podemos complementar que, além do preço pago pelo arrendamento ou compra da terra, em Mato Grosso do Sul, tem-se poucas lutas consistente e constante por parte das organizações que envolvem a luta pela terra (MST, CUT, FETAGRI, CONTAG), criando um clima propício para essa expansão.

A única luta marcante no Estado é a questão da demarcação das terras indígenas, que aguarda definições por parte da FUNAI (Fundação Nacional do Índio)

---

<sup>14</sup> Foi instituído o decreto nº 6.961 de 17 de setembro de 2009, que aprova o Zoneamento Agroecológico da Cana-de-açúcar (ZAE Cana). Estudo coordenado pelo MAPA em parceria com o Ministério do Meio Ambiente (MMA) a fim de estabelecer normas para o crescimento e ordenamento do setor agro-sucro-energético e determinar ao Conselho Monetário Nacional (CMN) regras para o financiamento de tal setor. Tem como objetivo principal indicar e espacializar o potencial das terras para a expansão da produção da cana-de-açúcar no país planejando o uso sustentável das terras e em harmonia com a biodiversidade. Baseia-se em algumas diretrizes que permitirão a expansão da produção, que são: (a) indicação de áreas com potencial agrícola para o cultivo da cana-de-açúcar sem restrições ambientais; (b) exclusão de áreas com vegetação original e indicação de áreas atualmente sob uso antrópico; (c) exclusão de áreas para cultivo nos biomas Amazônia, Pantanal e na Bacia do Alto Paraguai; (d) diminuição da competição direta com áreas de produção de alimentos, e (e) indicação de áreas com potencial agrícola (solo e clima) para o cultivo da cana-de-açúcar em terras com declividade inferior a 12%, propiciando produção ambientalmente adequada com colheita mecânica.

<sup>15</sup> Informações obtidas através da pesquisa de campo (Anexo I).

para que sejam feitas as mesmas. O que notamos com isso é que o discurso do desenvolvimento baseado no avanço do agronegócio canavieiro coloca a demarcação sob uma pressão muito forte. Além disso, há um movimento no sentido de coibir a criação de novas terras indígenas, favorecendo a expansão canavieira (OLIVEIRA, 2009).

O Mato Grosso do Sul tem 79 municípios<sup>16</sup>, dentre os quais muitos deles estão direta ou indiretamente ligados ao setor canavieiro. O Estado é uma das novas fronteiras da bioenergia no Brasil. Segundo o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e a União dos Produtores de Bioenergia (UDOP), em 2009, havia 28 unidades agroprocessadoras de cana-de-açúcar em operação e implantação (Tabela 03), além de alguns outros projetos que estavam sendo analisados pela SEPROTUR (Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário, da Produção, da Indústria, do Comércio e do Turismo).

No Estado, o cultivo da cana cresceu significativamente. Segundo a previsão do Conselho de Desenvolvimento Industrial (CDI) – ligado à Secretaria da Produção e Turismo do Governo do Estado –, haverá desenvolvimento e crescimento do setor sucroalcooleiro no mesmo, mas não há nenhum estudo que identifique os agentes econômicos e as atividades desenvolvidas pela cadeia produtiva do açúcar e do álcool em MS.

Vale dizer que, conforme a Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul (FAMASUL, 2009), o Estado tem mais 17 plantas aprovadas para implantação e 30 projetos que ainda não foram analisados, mostrando assim que a produção de cana-de-açúcar avança em ritmo acelerado, com um crescimento de 95% nos três últimos anos.

---

<sup>16</sup> Recentemente, em 2009, foi emancipado o município de Paraíso das Águas.

TABELA 03 – UNIDADES PRODUTORAS DE AÇÚCAR E ÁLCOOL INSTALADAS EM MS – 2009

| Nome Fantasia               | Razão Social                                   | Cidade               | Produção |
|-----------------------------|--|----------------------|----------|
| Alcoovale                   | Alcoovale S.A. - Açúcar e Álcool               | Aparecida do Taboado | Aç. Alc. |
| Angélica                    | Angélica Agroenergia Ltda                      | Angélica             | Aç. Alc. |
| Aurora                      | Aurora Açúcar e Álcool Ltda                    | Anaurilândia         | Aç. Alc. |
| Costa Rica                  | Cia Brasileira de Energia Renovável            | Costa Rica           | Álcool   |
| Brilhante                   | Usina Brilhante – Energia Açúcar e Álcool Ltda | Maracaju             | Aç. Alc. |
| CBAA – Sidrolândia          | Cia. Brasileira de Açúcar e Álcool             | Sidrolândia          | Aç. Alc. |
| CBAA – Debrasa              | Cia. Brasileira de Açúcar e Álcool             | Brasilândia          | Álcool   |
| Centro Oeste Iguatemi Ltda. | Destilaria Centro Oeste Iguatemi Ltda          | Iguatemi             | Álcool   |
| Dourados                    | Dourados S/A Açúcar e Álcool                   | Dourados             | Aç. Alc. |
| Eldorado                    | Usina Eldorado Ltda                            | Rio Brilhante        | Aç. Alc. |
| IACO                        | IACO Agrícola S.A.                             | Chapadão do Sul      | Álcool   |
| Laguna                      | Usina Laguna Álcool e Açúcar Ltda              | Batayporã            | Álcool   |
| LDC – Unidade Passa Tempo   | LDC Bioenergia S.A.                            | Rio Brilhante        | Aç. Alc. |
| LDC – Unidade Rio Brilhante | LDC Bioenergia S.A.                            | Rio Brilhante        | Aç. Alc. |
| LDC – Unidade Maracaju      | LDC Bioenergia S.A.                            | Maracaju             | Aç. Alc. |
| Monte Verde                 | Monte Verde Agro-Energética S.A.               | Ponta Porã           | Álcool   |

| Nome Fantasia   | Razão Social                           | Cidade               | Produção |
|-----------------|--|----------------------|----------|
| Nova América    | Nova América S.A. - Industrial Caarapó | Caarapó              | Aç. Ál.  |
| Pantanal        | Pantanal Agroindustrial S/A            | Sidrolândia          | Aç. Ál.  |
| Rio Paraná      | Usina Rio Paraná S/A                   | Eldorado             | Aç. Ál.  |
| Safi            | Safi Brasil Energia Ltda               | Nova Alvorada do Sul | Álcool   |
| Santa Helena    | Energética Santa Helena Ltda           | Nova Andradina       | Álcool   |
| Santa Luzia     | Agro Energia Santa Luzia Ltda          | Nova Alvorada do Sul | Álcool   |
| São Fernando    | São Fernando Açúcar e Álcool Ltda      | Dourados             | Álcool   |
| Sonora Estância | Cia Agrícola Sonora Estância           | Sonora               | Aç. Ál.  |
| Usinavi         | Usina Naviraí – Açúcar e Álcool        | Naviraí              | Aç. Ál.  |
| Vale do Vacaria | Vale do Vacaria Açúcar e Álcool S/A    | Sidrolândia          | Aç. Ál.  |
| Vicentina       | Central Energética Vicentina Ltda      | Vicentina            | Aç. Ál.  |
| Vista Alegre    | Vista Alegre Açúcar e Álcool Ltda      | Maracaju             | Aç. Ál.  |

FONTES: MAPA/Secretaria de Produção e Agroenergia e UDOP.

ORG.: DOMINGUES, A. T., 2010.



Diríamos, em acréscimo que, dentre os municípios onde as unidades agroindustriais estão instaladas, Dourados, Maracaju, Nova Alvorada do Sul, Rio Brillhante e Sidrolândia retém uma maior concentração do capital canavieiro, totalizando 14 unidades agroprocessadoras.

Vale reforçar o interesse do capital agroindustrial canavieiro no Mato Grosso do Sul, onde, segundo a Seprotur (2009)<sup>17</sup>, em 2001, havia uma área em torno de 99 mil hectares sendo cultivada com cana-de-açúcar. Desde então, ocorreu um aumento significativo, pois na safra de 2009, já somam mais de 328.000 hectares com a mesma ocupação, registrando, então, um crescimento de aproximadamente 332%. A previsão é que o Estado alcance 700.000 hectares com aproximadamente 51 milhões de toneladas de cana até 2012.

Nesta última década, o Estado de Mato Grosso do Sul encontra-se em 5º no ranking nacional da produção de cana-de-açúcar (Tabela 04). São Paulo, Paraná, Minas Gerais e Goiás (CONAB, 2009), respectivamente, são os estados que o antecedem. Entretanto, a expectativa do governo estadual para 2012 é que o Mato Grosso do Sul seja o segundo maior produtor nacional, o que representaria segundo o governador, mais “distribuição da riqueza”, garantindo nesse caso o desenvolvimento regional.

Porém, é notável que as atividades canavieiras no Mato Grosso do Sul estão se territorializando em áreas tradicionalmente ligadas à pecuária. O governador do Estado omite o fato de que ao invés de “distribuição da riqueza”, haverá uma maior concentração de terras sob a influência de grupos internacionais e menos terra para a reforma agrária. Portanto, haverá menos “distribuição da riqueza”, levando em consideração que em uma propriedade de 20 hectares se produz para uma família inteira, enquanto que para a produção do agronegócio canavieiro de exportação são necessárias grandes extensões de terra.

O pedido de instalação de unidades agroprocessadoras por todo o Mato Grosso do Sul vem aumentando. Segundo a Seprotur, em 2007, o Estado tinha recebido 20 cartas de consulta de grupos empresariais interessados em instalar novas unidades. Já entre 2007 e 2008, recebeu 60 cartas, ou seja, nos últimos três anos, foram 80 consultas de instalação de unidades produtivas. A Seprotur ainda

---

<sup>17</sup> Dados obtidos na Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário, da Produção, da Indústria, do Comércio e do Turismo (Seprotur) no site <<http://www.seprotur.ms.gov.br/index.php?inside=1&tp=3&comp=1768&show=977>>. Acesso em: 17/12/2009.

lembra que deste total, 34 caminharam para a efetivação, no qual três entraram em funcionamento no ano de 2008, dentre elas Angélica Agroenergia, LDC – Rio Brilhante e Central Energética Vicentina.

Outras cartas de intenções estão vinculadas a projetos de expansão das 11 unidades já existentes no Estado. Francisco Pacca diz que há ainda 50 solicitações que estão em processos de negociação. Deste total, não sabemos quantos projetos vão sair do papel, mas a Seprotur está trabalhando com a projeção de uma área de 1 milhão de hectares de cana no Estado entre 2012 e 2015. De acordo com Roberto Hollanda (presidente da Biosul<sup>18</sup>), a previsão é de que em 2015 a área plantada supere 1 milhão de hectares<sup>19</sup>.

Já entre 2012 e 2013, a instalação de mais dez usinas está prevista, ou seja, em menos de uma década, ocorrerá um salto muito significativo quanto ao número de empresas agroindustriais canavieiras implantadas no Estado. Com todo crescimento demonstrado, a estimativa é que o setor gere em torno de 37 mil empregos entre o campo e a indústria. Isto acontece, pois cada um destes novos projetos emprega em média 1,2 mil pessoas, contabilizando os 31 empreendimentos garantidos até 2013 (SEPROTUR, 2009).

Vale lembrar que pelo menos no caso da unidade Rio Brilhante da LDC Bioenergia S.A. isso não ocorre, pois a mesma trabalha com 100% de sua colheita mecanizada, diminuindo a quantidade de empregos e obtendo aproximadamente 900 funcionários para toda a unidade agroprocessadora. Esta tem capacidade para processar 5 milhões de toneladas de cana. Desta forma, os números apresentados pelo governo não mostram a realidade, pois além da Dreyfus, existem outros grupos e unidades que atuam da mesma forma, o que deve diminuir drasticamente a quantidade de empregos citados pelo governo e criados no setor.

Também podemos afirmar que, a produção canavieira está concentrada na região Centro-Sul<sup>20</sup> do país. Cerca de 548.811,0 milhões de toneladas (89,6%) estão

---

<sup>18</sup> Associação dos Produtores de Bioenergia de Mato Grosso do Sul.

<sup>19</sup> Palestra ministrada por Roberto Hollanda, com o título “Perspectiva do Setor Sucroalcooleiro em Mato Grosso do Sul” no “II Simpósio sobre Produção de Cana-de-Açúcar” entre os dias 22 e 23 de novembro de 2010.

<sup>20</sup> A região Centro-Sul é composta pelas regiões: Sudeste, Centro-Oeste e Sul. Nesse sentido, temos também, Thomaz Junior (2002, p. 49) que nos esclarece que essa regionalização do território canavieiro foi proposta pelo Planalsucar (Programa Nacional de Melhoramento da Cana-de-Açúcar) no início dos anos de 1970. Esta regionalização é utilizada largamente na literatura específica tanto no meio acadêmico como nos documentos e boletins de safra produzidos no âmbito dos órgãos estatais.

sendo moídas em tal região, enquanto que 63.400,2 milhões (10,4%) são da região Norte/Nordeste. (Tabela 04).

TABELA 04 – ESTIMATIVA DE CANA-DE-AÇÚCAR MOÍDA E PRODUÇÃO DE AÇÚCAR E ÁLCOOL NO BRASIL – SAFRA 2009 (MIL TONELADAS)

| Região / UF           | Unidade Agroindustrial |                  |                  |
|-----------------------|------------------------|------------------|------------------|
|                       | Cana-de-açúcar         | Açúcar           | Álcool           |
| <b>Norte</b>          | <b>976,9</b>           | <b>351,8</b>     | <b>625,1</b>     |
| RO                    | 111,5                  | -                | 111,5            |
| AM                    | 211,0                  | 104,4            | 106,6            |
| PA                    | 576,5                  | 247,3            | 329,2            |
| TO                    | 77,9                   | -                | 77,9             |
| <b>Nordeste</b>       | <b>62.423,3</b>        | <b>35.172,4</b>  | <b>27.250,9</b>  |
| MA                    | 1.854,9                | 102,0            | 1.752,9          |
| PI                    | 1.013,1                | 445,8            | 567,3            |
| CE                    | 118,8                  | -                | 118,8            |
| RN                    | 3.411,9                | 1.876,5          | 1.535,4          |
| PB                    | 6.328,9                | 1.854,4          | 4.474,5          |
| PE                    | 18.062,7               | 11.697,4         | 6.365,3          |
| AL                    | 26.433,5               | 17.472,5         | 8.961,0          |
| SE                    | 2.223,2                | 622,5            | 1.600,7          |
| BA                    | 2.976,3                | 1.101,2          | 1.875,1          |
| <b>Centro-Oeste</b>   | <b>86.740,1</b>        | <b>25.890,1</b>  | <b>60.850,0</b>  |
| MT                    | 13.436,3               | 3.277,1          | 10.159,2         |
| <b>MS</b>             | <b>28.811,9</b>        | <b>8.931,7</b>   | <b>19.880,2</b>  |
| GO                    | 44.491,9               | 13.681,3         | 30.810,6         |
| <b>Sudeste</b>        | <b>411.861,5</b>       | <b>190.897,5</b> | <b>220.964,0</b> |
| MG                    | 49.776,2               | 21.553,1         | 28.223,1         |
| ES                    | 4.168,9                | 750,4            | 3.418,5          |
| RJ                    | 3.556,3                | 2.009,3          | 1.547,0          |
| SP                    | 354.360,1              | 166.548,7        | 187.775,4        |
| <b>Sul</b>            | <b>50.209,4</b>        | <b>23.695,0</b>  | <b>26.513,9</b>  |
| PR                    | 50.096,1               | 23.695,0         | 26.400,6         |
| RS                    | 113,3                  | -                | 113,3            |
| <b>Norte/Nordeste</b> | <b>63.400,2</b>        | <b>35.524,1</b>  | <b>27.876,1</b>  |
| <b>Centro-Sul</b>     | <b>548.811,0</b>       | <b>240.483,0</b> | <b>308.328,0</b> |
| <b>Brasil</b>         | <b>612.211,2</b>       | <b>276.007,1</b> | <b>336.204,1</b> |

FONTE: CONAB – 3º Levantamento: Dezembro 2009

ORG.: DOMINGUES, A. T., 2010.

Por meio dessa tabela, podemos verificar o ranking dos estados brasileiros produtores de cana-de-açúcar no ano de 2009. NO decorrente ano, o Estado de São Paulo destaca-se em primeiro lugar, seguido por Paraná, Minas Gerais, Goiás, Mato

Grosso do Sul, Alagoas e Pernambuco, sendo os de maior significação na produção da gramínea.

Entre 2008 e 2009, o Mato Grosso do Sul teve um aumento significativo na produção de cana-de-açúcar, pois em 2008, segundo a Conab<sup>21</sup>, existia uma área plantada em torno de 275,8 mil hectares onde produziu 20,7 milhões de toneladas com uma produtividade de 75,3 toneladas por hectares. Já em 2009 teve sua área aumentada em torno de 19% passando para 328,2 mil hectares produzindo 38,8% a mais que no ano anterior, em torno de 28,8 milhões de toneladas com uma produtividade 16,7% maior totalizando 87,8 toneladas por hectares. Os dados confirmam o crescimento da produção do setor agroindustrial canavieiro<sup>22</sup> no Estado, uma vez que, em 2008, estava na 6ª posição nacional e em 2009 subiu uma posição, fechando o ano em 5º no ranking brasileiro.

Algumas condições podem ter influenciado a escolha por Mato Grosso do Sul no que tange a instalação de novas unidades agroindustriais, pois o Estado tem muitas características favoráveis ao agronegócio canavieiro<sup>23</sup>. Segundo o IBGE, a área estudada compreende a microrregião de Dourados que abrange os municípios de Amambai, Antônio João, Aral Moreira, Caarapó, Douradina, Dourados, Fátima do Sul, Itaporã, Maracaju, Ponta Porã, Rio Brilhante, Juti, Laguna Carapã, Nova Alvorada do Sul e Vicentina.

O Mato Grosso do Sul está tendo um redimensionamento territorial, principalmente no que tange o processo de territorialização da cana-de-açúcar, pois até o final do século XX, este Estado não tinha nenhuma representatividade como produtor de cana-de-açúcar e seus derivados (açúcar e álcool).

Todavia, o mesmo passou a integrar o mercado canavieiro entre as décadas de 1970 e 1980, período em que várias unidades agroprocessadoras financiadas

---

<sup>21</sup> Dados analisados do Terceiro Levantamento (Dezembro 2008) e Terceiro Levantamento (Dezembro 2009), ambos realizados pela Conab.

<sup>22</sup> Apesar de vários órgãos governamentais ainda utilizarem a terminologia sucroalcooleiro, avaliamos que já não responde mais às complexidades produtivas e estratégicas do empreendimento do capital no setor.

<sup>23</sup> Dentre outros fatores, destacam-se: - diferentes classes de solos, sendo que o solo de maior expressão é o do tipo latossolo vermelho escuro. Este solo é muito fértil e precisa de pouca correção. Ele está distribuído na porção centro-sul do Estado, ou seja, local onde se encontram Maracaju e Rio Brilhante (dados do SEPLANCT, "Secretaria de Planejamento, Cultura e Transporte", 2006); - alto TCH (toneladas de cana por hectare), apresentado nesta região por conta deste solo, que segundo o 3º Levantamento da Conab realizado em dezembro de 2009, foi de 88 ton./ha; e, - pouca ou nenhuma representatividade da classe dos trabalhadores, pois não há ainda uma organização solidificada na região, ou seja, os sindicatos ficam a refém do processo, pois não tem apoio maciço da maioria dos trabalhadores do setor.

foram implantadas pelo Proálcool. Mais recentemente, houve um crescimento abrupto devido aos incentivos que os governos (federal e estadual) aplicaram por conta do crescimento da demanda pelo combustível no cenário internacional.

## 1.2 – O PAPEL DO ESTADO ENQUANTO REGULAMENTADOR E NORMATIZADOR DO PROCESSO DE EXPANSÃO DO CAPITAL AGROINDUSTRIAL CANAVIEIRO

Para viabilizar ainda mais a consolidação desse modelo de agricultura, o agronegócio canavieiro tem ainda o apoio incondicional do Estado e das políticas públicas, por meio principalmente dos créditos rurais, das pesquisas agropecuárias, dos instrumentos de regulação dos preços e dos mercados, das estruturas de armazenamento, etc.

Segundo Ianni (1996, p. 219-220), o Estado está

[...] no centro das atividades e das reflexões de uns e outros, como síntese das condições e possibilidades ou impossibilidades, das identidades e diversidades [...]. [...] Sob vários aspectos, o Estado moderno e contemporâneo pode realmente ser visto como uma surpreendente obra de arte; uma obra de arte coletiva [...]. [...] A preocupação com a centralidade do Estado na sociedade moderna e contemporânea, isto é, na sociedade burguesa ou capitalista, está presente tanto em Marx como em Gramsci e Mandel, passando por Kautsky, Lênin, Trotsky, Rosa Luxemburgo, Hilferding e outros. São vários e fundamentais os temas que polarizam os escritos e as controvérsias desses e outros autores; tanto no âmbito do marxismo como no das polêmicas com autores e teorias alheios. Estes são alguns dos temas freqüentes: Estado e sociedade civil, classes sociais e lutas de classes, Estado e capital, democracia e tirania, reforma e revolução, soberania e hegemonia, capitalismo e socialismo. Tudo que diz respeito à sociedade, em seu todo e em partes, ressoa no Estado, como produto e condição [...]. [...] Na história moderna, a vontade do Estado obedece, em geral, às necessidades variáveis da sociedade civil, à supremacia desta ou daquela classe e, em última instância, ao desenvolvimento das forças produtivas e das condições de intercâmbio [...]. [...] O Estado não é senão o poder total organizado das classes possuidoras, dos proprietários de terras e dos capitalistas em face das classes exploradas, dos camponeses e dos operários [...]. [...] O Estado moderno, por outro lado, não passa de uma organização criada pela sociedade burguesa para defender as condições gerais do modo capitalista de produção contra os ataques, tanto dos operários, como de capitalistas isolados. O Estado moderno, qualquer que seja sua forma, é uma máquina essencialmente capitalista, é o Estado dos capitalistas, o capitalista coletivo ideal. E quanto mais forças produtivas passarem para sua propriedade, tanto mais se converterá em capitalismo coletivo, e tanto maior quantidade de cidadãos explorará. Os operários continuarão sendo operários

assalariados proletários. A relação capitalista, longe de se extinguir com estas medidas, tornar-se-á mais intensa [...].

O papel do Estado<sup>24</sup> na normatização do setor é imprescindível, pois há discursos e práticas que são impostos por parte do mesmo de forma a não se abrir um espaço para discussões e diálogos. Também vemos que o Estado realiza a fase pré-inicial do empreendimento que é “difundir o lugar”, revelando suas possibilidades e potencialidades para o capital sucroalcooleiro. Com relação ao papel do Estado, concordamos com Thomaz Junior (2002, p. 56) quando pondera que:

[...] a participação do Estado, especificamente nesse setor da economia, não se restringe apenas às instâncias de planejamento e controle, bem como na fiscalização da produção, distribuição e comercialização dos produtos. Está presente também, assim como para as demais esferas da atividade econômica, na normatização e regramento jurídico-institucional das relações sociais de trabalho, com o atributo de realizar a mediação entre capital e trabalho [...].

No entanto, a partir da década de 1990, observou-se uma sensível modificação no tocante ao papel do Estado e das políticas públicas em relação ao agronegócio que se consolidou e se estruturou em bases privadas. Assim, a assistência técnica pública foi dispensada dentro do modelo adotado pelo sistema agroindustrial, devido ao processo de homogeneização tecnológica coordenado pelos grandes empreendimentos.

De acordo com a Embrapa (2003), o próprio papel do crédito rural vem perdendo sua importância devido à crescente utilização de formas de

---

<sup>24</sup> Destacamos que, entre os programas e leis firmadas pelo Estado brasileiro para incentivar a economia canavieira no século XX, entra em ação a criação do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) na década de 1930 quando iniciou uma fase de planejamento da agroindústria canavieira nacional, tornando permanente a intervenção federal nesse setor (BARRETO, 2008). O IAA surgiu para cooperar com a melhoria das condições da agroindústria canavieira, resolvendo o excedente da produção de açúcar como fomento do álcool combustível, através da estabilização dos preços do açúcar e da construção de novos equipamentos para as destilarias destinadas à produção do álcool. No entanto, o IAA contribuiu apenas com os usineiros. Estes capitalizaram-se e aparelharam-se na insaciedade de crescimento produtivo das unidades agroprocessadoras através da ampliação da capacidade das moendas. Desta forma, os usineiros se aplicaram no crescimento e modernização do setor industrial. Nos anos de 1940, o Estatuto da Lavoura Canavieira foi implantado pelo governo de Getúlio Vargas por meio do Decreto nº. 3.855 em 1941. Seu objetivo principal era regulamentar as relações entre os fornecedores de cana-de-açúcar e usineiros, além de estabelecer um salário mínimo ao trabalhador rural canavieiro. Mas, em 1944, os trabalhadores foram legalmente amparados somente pelo IAA por meio da Lei nº. 6.969, que tinha a pretensão de assegurar alguns direitos como: a garantia do direito a estabilidade no emprego, da moradia digna, da assistência médico-hospitalar e odontológica sem ônus e próxima a moradia e a proibição da redução dos seus salários durante a safra da cana-de-açúcar.

financiamentos coordenadas pelo sistema agroindustrial. O modelo de pesquisa agropecuária – financiada com recursos públicos – começa também a sofrer a influência dos enormes investimentos efetuados em PD&I pelas maiores corporações, particularmente no setor de insumos, que considera a questão da inovação tecnológica como uma peculiaridade principal do padrão de concorrência internacional.

O governador André Puccinelli, em entrevistas para jornais e para a mídia local, mostra-se empolgado em realizar uma política voltada para o alargamento do setor canavieiro aqui no Estado. Ele diz que “temos potencial para ser responsável por 20% da produção de etanol no Brasil e abastecer 10% do mercado mundial em 30 anos, mas para isso teria que aumentar em 12 vezes a produção atual”.

Sendo assim, pretende-se a qualquer custo implantar várias unidades industriais sem se preocupar com as consequências advindas das mesmas<sup>25</sup>, como aumento inesperado da população dos pequenos municípios, que é o caso de Rio Brillhante e Maracaju, não dando suporte nenhum aos mesmos, ficando os mesmos reféns do capital agroindustrial canavieiro.

Como exemplo de que o governo estadual apoia incondicionalmente o agronegócio canavieiro, vamos tomar como referência o “Programa MS Empreendedor”. O programa foi implantado em 2001. Com ele, o Estado oferece isenção de até 67% do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviços) às indústrias que estão ampliando suas unidades ou àquelas em processo de instalação. A isenção pode durar até 15 anos. Os benefícios em relação ao imposto sobre serviços são negociados diretamente com as administrações municipais de cidades onde estão sendo implantados os projetos. Existe redução de até 90%.

Com isso podemos afirmar que o governo vê na industrialização a possibilidade de crescimento econômico estadual. Com o governador Puccinelli e através de suas falas em entrevistas, enxergamos que é um governo totalmente

---

<sup>25</sup> As consequências das quais o trecho acima trata estão sendo de toda forma ocultadas pela mídia local, como exemplo elencamos a seguinte matéria “Posição de MS na Produção de Bioenergia” publicada no canal da cana. Disponível em: <[www.canaldacana.com/novo/view/index/?act=listar&cod\\_editoria=2185](http://www.canaldacana.com/novo/view/index/?act=listar&cod_editoria=2185)>, do dia 21/07/09, no qual todos os entrevistados da comissão do Canasul (Congresso de Tecnologia na Cadeia Produtiva da Cana-de-açúcar em Mato Grosso do Sul), defendem a idéia de desenvolvimento a partir do ampliação do setor canavieiro, desconsiderando todas as características regionais, utilizando do discurso para que se torne uma realidade, como: “Nosso objetivo é sempre caminhar junto com o setor, que cresce a uma velocidade espantosa, para que tenhamos condições de atender as demandas que se apresentam...” disse Paulo Engel (Secretário Estadual adjunto de Desenvolvimento Agrário, Produção, Comércio, Indústria e Turismo – SEPROTUR).

desenvolvimentista, não medindo as consequências desse desenvolvimento econômico a qualquer custo.

Segundo o Portal MS (2008), um outro dado interessante trata sobre o agronegócio sul-mato-grossense e discorre que,

[...] o Mato Grosso do Sul também é destaque no tocante ao aumento de mais de 100% no volume de vendas externas do agronegócio no mês de julho. As informações são do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), em comparação com o mesmo período de 2007<sup>26</sup> [...].

Tal informação nos expõe que o Estado como um todo não se preocupa em apoiar a produção de alimentos, mas sim com produtos para a exportação, ou seja, o agronegócio.

O setor canavieiro vem sendo estimulado cada vez mais pelo Estado brasileiro e a preocupação fundamental é a manutenção da lógica da reprodução do capital. Essas ações e discursos que justificam, no Mato Grosso do Sul, a exploração da força de trabalho (indígenas e migrantes na sua maioria Nordestinos) pela via da expansão da monocultura da cana, desmatamento de terras, exploração/depredação dos recursos naturais locais (principalmente a terra e a água), nos coloca desafios iminentes, ou seja, quais os impactos na produção de alimentos?

Vale ressaltar que, além de apoio do governo estatal, as empresas tem também o forte amparo do governo federal, que financia seus projetos com valores altos, pagamento em longo prazo e com juros baixos, que às vezes acabam por perdoar a dívida.

O BNDES é um exemplo claro disso, pois tomou como sua responsabilidade o projeto de expansão (a qualquer custo) do agronegócio canavieiro no Brasil, que no governo Lula, somente em 2008, direcionou R\$ 6,7 bilhões ao setor e realizou, em novembro do mesmo ano, em São Paulo, a “Conferência Internacional de Biocombustíveis”, patrocinada pelo governo federal e com a participação de todo o

---

<sup>26</sup> Notícia publicada no site do Portal MS, na data do dia 28/08/2008, intitulada “Agronegócio do MS em julho de 2008 cresce mais de 100%”. Disponível em: <<http://www.portalms.com.br/noticias/detalhe.asp?cod=20694>>. Acesso em: 15/03/09. Segundo a reportagem, o Estado teve destaque nas exportações de papel, têxteis, couro, rações, carne suína e bovina in natura, soja em grãos e outros produtos de origem animal.



corpo ministerial, além dos representantes do capital agroindustrial canavieiro e alguns setores direta ou indiretamente ligados ao setor energético (THOMAZ JUNIOR, 2009).

Pretende ainda, em 2010, desembolsar R\$ 6 bilhões de reais para empréstimo ao setor. Esse montante será destinado a projetos relacionados à produção de açúcar e álcool, instalação de plantas de co-geração de energia a partir do bagaço da cana e à expansão de mais canaviais (RB<sup>27</sup>, 2009).

Além do BNDES, o governo federal está atuando no setor por meio da Petrobrás Biocombustíveis (subsidiária da empresa estatal brasileira de petróleo). O objetivo da empresa é comprar a participação acionária e se tornar sócia de empreendimentos ligados ao ramo do etanol. Como exemplo disto, destacamos que em 2009, a Petrobrás comprou 40% da usina Total, localizada em Bambuí (MG). Ela fechou acordo com a estatal chinesa Petrochina para estudar projetos conjuntos direcionados à exportação<sup>28</sup>. Ela, também, utiliza-se de créditos financeiros através do FCO (Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste); FINAME (Agência Especial de Financiamento Industrial); PROGER (Programa de Geração de Emprego e Renda); e BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento).

Podemos dizer que até mesmo o Zoneamento Agroecológico da Cana-de-Açúcar é uma forma de apoio estatal, pois direciona a expansão e a partir dela faz o planejamento para mais investimentos, vendendo a imagem de produção sustentável e ecologicamente correta.

Vale ressaltar que o governo Lula proporcionou uma política pública mais voltada para grandes investimentos – principalmente em infraestrutura -, tornando o setor mais competitivo. A nova política é o PAC (Política de Aceleração do Crescimento). Nesta, a construção de um alcoolduto/poliduto ligando o Mato Grosso ao Porto de Paranaguá, passando por Mato Grosso do Sul e Paraná; investimentos em hidrovias, ferrovias e rodovias com o objetivo de escoamento da produção, e a construção de pontes estão previstos, dentre outras obras de infraestrutura e saneamento básico.

---

<sup>27</sup> A ONG Repórter Brasil, que lançou o relatório “O Brasil dos Agrocombustíveis – Cana 2009: Impacto das lavouras sobre a terra, o meio e a sociedade”. Disponível em: <[http://www.reporterbrasil.org.br/documentos/o\\_brasil\\_dos\\_agrocombustiveis\\_v6.pdf](http://www.reporterbrasil.org.br/documentos/o_brasil_dos_agrocombustiveis_v6.pdf)>. Acesso em: 27/05/2010.

<sup>28</sup> CF. Repórter Brasil, 2009.

Em Mato Grosso do Sul, o governo do estado, ainda criou a lei nº 3.404, de 30 de julho de 2007, que tem o objetivo de ordenar o processo de produção de álcool e açúcar, delimitando zonas para o cultivo, além dos determinados pelo ZAE Cana. Pretende também promover o Zoneamento Ecológico-Econômico com o intuito semelhante a tal lei. Portanto, notamos que o Estado vem dando um suporte e uma direção de onde o capital agroindustrial canavieiro deve ou não investir e, em que medida se deve fazer isso para conseguir financiamentos.

Uma questão que está sendo deixada de lado pelo poder público diz respeito às relações de trabalho encontradas no setor. Há uma série de incentivos e vantagens para a instalação, implantação e ampliação do setor canavieiro, não questionando quais as formas de trabalho utilizadas e, ainda, anunciando um enorme número de vagas no mesmo. Contudo, muitas vezes não há as mínimas condições humanas de trabalho, o que em alguns casos chega ao trabalho escravo. Nos aprofundaremos melhor neste assunto no terceiro capítulo, destacando a precarização das relações de trabalho encontradas, como a utilização de mão-de-obra indígena.

Entretanto, o que notamos até agora é que o Estado continua direcionando políticas específicas para a expansão da cana-de-açúcar em várias regiões do país, como em períodos anteriores, onde destacamos o Pontal do Paranapanema e as novas fronteiras agrícolas, dentre elas o Mato Grosso do Sul, visando o mercado internacional e baseando-se no discurso do combustível renovável. Entendemos então que os interesses do capital internacional estão induzindo a expansão de cana no Brasil através de aquisições e/ou fusões entre grupos do setor agroindustrial canavieiro.

### 1.3 - O CRESCIMENTO DO SETOR AGROINDUSTRIAL CANAVIEIRO EM RIO BRILHANTE E MARACAJU E SEUS DESDOBRAMENTOS

O tema do setor agroindustrial canavieiro no Estado é muito abrangente e para delimitar o espaço de estudo, resolvemos restringir apenas com ações do grupo Louis Dreyfus e somente onde suas relações se dão com maior força, que são: Rio Brilhante e Maracaju (Figura 02).

Estes municípios também nos chamaram atenção por se destacarem no setor canavieiro dentro do Estado, onde as duas unidades produtivas do grupo LDC (Passa Tempo e Maracaju) são apontadas e ocupam respectivamente 77º e 103º no ranking da região Centro-Sul do país (Tabela 05).

TABELA 05 – POSIÇÃO DAS UNIDADES PASSA TEMPO E MARACAJU COM RELAÇÃO À REGIÃO CENTRO-SUL DO BRASIL – SAFRA 2007/2008

| Unidade     | Posição no Centro-Sul | Cana-de-açúcar moída | Açúcar  | Álcool (mil litros) |           | Total  |
|-------------|-----------------------|----------------------|---------|---------------------|-----------|--------|
|             |                       |                      |         | Anidro              | Hidratado |        |
| Passa Tempo | 77                    | 1.906.447            | 133.031 | 27.178              | 47.772    | 74.950 |
| Maracaju    | 103                   | 1.708.280            | 118.251 | 25.573              | 32.004    | 57.577 |

FONTE: UNICA.

ORG.: DOMINGUES, A. T., 2010.

Lembramos que na tabela 05 apenas mostramos duas unidades da Dreyfus, pois a Unidade Rio Brilhante passou a operar em 2008. Assim, não sendo citada acima.

Além do destaque das unidades agroindustriais canavieiras do grupo LDC, nos chamou a atenção, a expansão em área dos municípios pesquisados (Tabela 06).

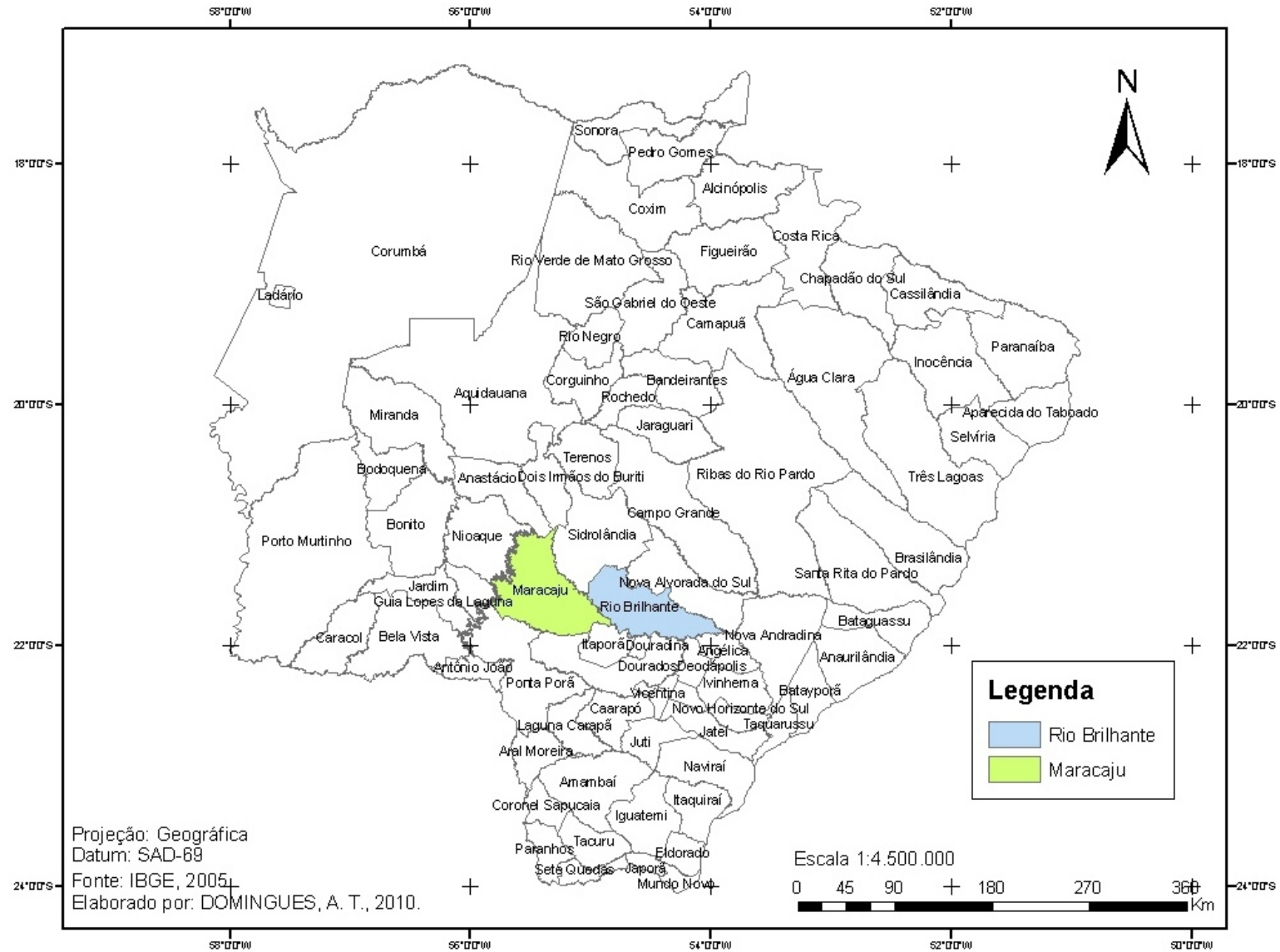


FIGURA 02 – DESTAQUE DOS MUNICÍPIOS DE RIO BRILHANTE E MARACAJU NO MATO GROSSO DO SUL

TABELA 06 – ÁREA PLANTADA COM CANA-DE-AÇÚCAR NOS MUNICÍPIOS SUL-MATO-GROSSENSES PESQUISADOS ENTRE 2001 E 2009 (HECTARES)

| Ano/Safra     | Maracaju | Rio Brilhante | Total   | Variação (%)   |
|---------------|----------|---------------|---------|----------------|
| <b>2001</b>   | 9.529    | 12.388        | 21.917  | <b>-11,52*</b> |
| <b>2002</b>   | 9.627    | 11.845        | 21.472  | <b>-2,0*</b>   |
| <b>2003</b>   | 9.364    | 12.146        | 21.510  | <b>0,18</b>    |
| <b>2004</b>   | 9.983    | 10.469        | 20.452  | <b>-4,9*</b>   |
| <b>2005</b>   | 13.307   | 18.810        | 32.117  | <b>57,04</b>   |
| <b>2006</b>   | 14.597   | 20.303        | 34.900  | <b>8,6</b>     |
| <b>2007</b>   | 20.000   | 31.000        | 51.000  | <b>46,1</b>    |
| <b>2008</b>   | 24.227   | 63.958        | 88.185  | <b>72,9</b>    |
| <b>2009**</b> | 33.245   | 75.708        | 108.953 | <b>23,5</b>    |

FONTE: Produção Agrícola Municipal – IBGE (2008).

NOTA: \*Valores negativos, ou seja, houve recuo da expansão canavieira, com relação aos anos anteriores. \*\*Dados obtidos no site do canasat. Disponível em: <[http://150.163.3.3/canasat/data/xls/MS\\_2009-2010.xls](http://150.163.3.3/canasat/data/xls/MS_2009-2010.xls)>. Acesso em: 29/05/2010.

ORG.: DOMINGUES, A. T, 2010.

Por meio da Tabela 06, confirmamos que os dois municípios sul-mato-grossenses estão em processo de expansão no que tange ao setor agroindustrial canavieiro, pois, em 2001, Maracaju<sup>29</sup> e Rio Brilhante<sup>30</sup> tinham uma área de pouco mais de 21.000 hectares com cana-de-açúcar plantada. No entanto, após oito anos, em 2009, as mesmas deram um salto para quase 109.000 hectares, o que mostra que as terras continuam sendo alvos da ambição do capital agro-sucro-energético para sua reprodução.

Vale ressaltar que houve uma expansão mais expressiva da área plantada com cana-de-açúcar nos municípios no ano de 2008. O crescimento atingiu mais de 72% em relação a 2007. Também verificamos que dentre os municípios analisados, Rio Brilhante apresenta uma maior expansão de área plantada, pois em 2001 tinha pouco mais de 12 mil hectares, obtendo um incremento de mais de 511%, chegando

<sup>29</sup> O município de Maracaju possui uma área de 5.298,84 Km<sup>2</sup>. Ele faz limite ao norte com Sidrolândia e Anastácio, ao sul com Itaporã, Dourados e Ponta Porã, a leste com Rio Brilhante e a oeste com Nioaque e Guia Lopes da Laguna.

<sup>30</sup> Já, o município de Rio Brilhante possui área de 3.998,1 Km<sup>2</sup>. Ele faz limite ao norte com Nova Alvorada do Sul e Sidrolândia, ao sul com Angélica, Douradina, Deodápolis, Itaporã e Dourados, a leste com Nova Alvorada do Sul e a oeste com Maracaju.

a atingir um valor superior a 75 mil hectares em 2009. No mesmo ano o último município ganhou destaque na mídia nacional, pois se encontra como o segundo município brasileiro em área plantada com a gramínea, segundo o IBGE.

Toda a expansão do setor agroindustrial canavieiro nos leva a refletir sobre o tipo de desenvolvimento do qual se fala, ou, ainda, sobre o desenvolvimento para quem e sobre o fato de querermos ou não um desenvolvimento tão avassalador como este. No tocante à produção de alimentos, devido ao crescimento estrondoso da cana-de-açúcar, enxergamos nos dados do IBGE<sup>31</sup> que, houve um recuo muito expressivo nos municípios pesquisados.

Em 2000, Maracaju tinha uma área aproximada de 2.250 hectares de arroz e, em 2008, essa área foi reduzida em 60%, chegando a 900 hectares. Por outro lado, Rio Brillante apresentava em 2000 uma área plantada com a mesma cultura de 16.000 hectares<sup>32</sup> e, em 2008, temos uma redução de 37,5%, perfazendo uma diminuição da área plantada para 10.000 hectares. Vale pontuar que, no que diz respeito à produção de feijão, os dados do IBGE, mostram que também há reduções nos municípios apresentados, tendo Maracaju uma perda de 56,3%, e Rio Brillante 30% da área plantada com tal cultura.

Assim, apontamos que, com a entrada gananciosa do capital agroindustrial canavieiro, os alimentos vão deixando aos poucos de serem produzidos nestes municípios, sendo atropelados pelo setor. No entanto, segundo Aleson Alípio Cândido<sup>33</sup>, a expansão do setor canavieiro não atingiu diretamente a produção de alimentos no município, pois a área destinada à cana-de-açúcar pertence aos grandes proprietários que criavam gado nas mesmas.

Entendemos que o crescimento do setor canavieiro não afete diretamente, mas, sim, indiretamente, a produção de alimentos, pois o pequeno produtor ou assentado que fornecia alguns tipos de frutas, verduras e legumes passa a deixar de gerar o mesmo, devido a alguns pesticidas e herbicidas que são aplicados, via aviões, na lavoura canavieira, que praticamente os cercam<sup>34</sup>.

---

<sup>31</sup> Dados do PAM (Produção Agrícola Municipal), 2000-2008.

<sup>32</sup> A área expressiva, que se apresenta em Rio Brillante, trouxe para o município a característica de ser a “capital do arroz irrigado” de Mato Grosso do Sul por ser o município no Estado que mais produz tal cultura. No entanto, o município acaba perdendo essa característica após a chegada das duas últimas unidades agroindustriais implantadas (unidades Eldorado e Rio Brillante)

<sup>33</sup> Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico de Rio Brillante. A secretaria engloba o setor da pecuária, indústria, comércio e meio ambiente (Entrevista Anexo II).

<sup>34</sup> No município de Maracaju, três assentamentos estão instalados: Canta Galo, Santa Guilhermina e Valinhos. Em Rio Brillante, doze assentamentos estão estabelecidos: Bebedouro, Bom Sucesso,

Em Rio Brilhante, a produção familiar que tenta de toda forma produzir alimentos foi afetada diretamente com a produção da cana-de-açúcar. No entanto, além dos pequenos agricultores familiares, os apicultores também foram atingidos com a expansão canavieira. Segundo Ruy Sichinel, presidente da Associação dos Apicultores de Rio Brilhante (AAPIRB), o desmatamento e a invasão de área pela cana provocaram uma queda significativa na produção de mel na região, em torno de 40%. Com o desmatamento, as abelhas estão indo muito longe atrás de mel ou então pegam o açúcar liberado pelos tocos de cana. Esta situação acaba estragando o sabor puro do mel, ficando com aparência, gosto e cheiro de melado.

Isso faz com que muitos dos pequenos apicultores assentados desistam da atividade. Em menos de dois anos, mais de 60% dos apicultores deixaram a atividade por conta da baixa produtividade causada principalmente pela monocultura da gramínea. Outro ponto interessante, diz respeito ao uso do regente, utilizada na lavoura canavieira, que destrói totalmente a colmeia que for afetada pelo mesmo.

De forma geral, a monocultura da cana-de-açúcar acaba com a potencialidade da diversidade na produção nestes locais. De acordo com Walter Beck<sup>35</sup>, apesar da “invasão de área” ou – como podemos dizer – da disputa pelo território pela cana, ele conseguiu continuar com sua produção, mas precisou ir mais longe, atrás de regiões que ainda não foram “alvos” do capital agroindustrial canavieiro. Também nos disse que se a cana-de-açúcar não for queimada, não há problemas. O importante é não haver o uso de inseticidas, para que não prejudique a produção de mel. Sendo assim, o que notamos é que os produtores estão reféns da expansão da cana-de-açúcar, ou seja, sua produção afeta direta e indiretamente milhares de famílias.

Ainda reforçamos a expansão desenfreada que vem ocorrendo no território sul-mato-grossense, atingindo índices jamais vistos nessa região. Assim, a produção de cana-de-açúcar aumenta a cada safra, alcançando novos recordes (Tabela 07).

---

Fortaleza, Fortuna, Lagoa Azul, Margarida Alves, Mutum, São Judas, Silvio Rodrigues, Taquara, Tereré e Triângulo. Todos os assentamentos citados acima são “vizinhos” do plantio do agronegócio da soja ou da cana-de-açúcar, o que influencia diretamente na produção de hortaliças para abastecer os municípios.

<sup>35</sup> Produtor de mel mais antigo do município de Rio Brilhante.

TABELA 07- PRODUÇÃO DE CANA-DE-AÇÚCAR EM MARACAJU E RIO BRILHANTE – 2008

| <b>Ano/Safra</b> | <b>Maracaju</b> | <b>Rio Brilhante</b> | <b>Total</b> | <b>Total do MS</b> | <b>%</b> |
|------------------|-----------------|----------------------|--------------|--------------------|----------|
| <b>2001</b>      | 892.867         | 1.044.802            | 1.937.669    | 7.556.956          | 25,64    |
| <b>2002</b>      | 928.688         | 996.756              | 1.925.444    | 8.575.190          | 22,45    |
| <b>2003</b>      | 815.234         | 1.104.277            | 1.919.511    | 9.030.833          | 21,26    |
| <b>2004</b>      | 1.017.870       | 1.046.038            | 2.063.908    | 9.572.305          | 21,56    |
| <b>2005</b>      | 1.404.002       | 1.815.939            | 3.219.941    | 9.513.818          | 33,85    |
| <b>2006</b>      | 1.444.402       | 2.167.264            | 3.611.666    | 12.011.538         | 30,06    |
| <b>2007</b>      | 1.980.000       | 2.987.284            | 4.967.284    | 15.839.993         | 31,35    |
| <b>2008</b>      | 2.422.700       | 6.267.884            | 8.690.584    | 21.362.034         | 40,68    |
| <b>2009</b>      | 2.814.667       | 6.261.596            | 9.076.263    | 25.228.034         | 35,98    |

FONTE: IBGE – Produção Agrícola Municipal, 2009.

ORG.: DOMINGUES, A. T., 2010.

Como notado anteriormente, o período que compreende 2001 a 2009 recebe um crescimento vertiginoso da cultura canavieira nos municípios pesquisados e, conseqüentemente, no Mato Grosso do Sul, pois em menos de uma década tem-se o aumento de mais de 368% nos dois municípios e 233% no Estado. Cabe dizer também que pouco mais de 35% da produção sul-mato-grossense de cana-de-açúcar é oriunda de Maracaju e Rio Brilhante. Segundo o IBGE, Rio Brilhante se destaca no Brasil no que diz respeito à área plantada do setor agroindustrial canavieiro, pois em 2009 o mesmo está em segundo lugar com a produção de tal cultura (Quadro 02).

QUADRO 02 – RANKING DA ÁREA PLANTADA DOS MUNICÍPIOS DE MARACAJU E RIO BRILHANTE E ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL EM RELAÇÃO AO BRASIL

| <b>Ano</b>  | <b>Maracaju</b> | <b>Rio Brilhante</b> | <b>MS</b> |
|-------------|-----------------|----------------------|-----------|
| <b>2005</b> | 129°            | 57°                  | 9°        |
| <b>2006</b> | 118°            | 56°                  | 9°        |
| <b>2007</b> | 66°             | 28°                  | 8°        |
| <b>2008</b> | 58°             | 3°                   | 7°        |
| <b>2009</b> | 55°             | 2°                   | 5°        |

FONTE: PAM (Produção Agrícola Municipal) – IBGE, 2009.

ORG.: DOMINGUES, A. T., 2010.



Podemos verificar que, nos dois municípios e também no Estado, a área plantada com cana vem crescendo a cada ano, de forma espantosa, pois em, cinco anos Maracaju subiu 129º para 55º lugar e Rio Brilhante passou do 57º para 2º posição no ranking brasileiro. Já Mato Grosso do Sul obteve um crescimento mais modesto, mas devemos considerar que os outros estados brasileiros também expandiram quanto ao plantio da cultura.

Segundo imagens de satélites do INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), a expansão da monocultura da cana-de-açúcar nos municípios estudados se deu de forma avassaladora e ininterrupta. Por isso, utilizamos dados do Canasat para uma melhor visualização deste fato, a fim de concluirmos sobre a expansão da lavoura canavieira (Figuras 03 a 07<sup>36</sup>).

De acordo com o Censo 2000, Rio Brilhante contava com uma população de 22.528 habitantes. Deste número, cerca de 74% encontram-se na zona urbana e 26% estão na zona rural. Segundo a Contagem da População feita em 2007 pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o município conta atualmente com 26.560 habitantes. A partir daí, notamos que, igualmente à população brasileira, o município conta com a maior parte de sua população na zona urbana, o que poderia sinalizar uma concentração de terras por parte dos grandes produtores de grãos, os pecuaristas, e mais recentemente, os grupos canavieiros.

Considerando o mesmo censo populacional, Maracaju contava com uma população de 26.219 habitantes. 81% destes encontravam-se na zona urbana e 19%, na zona rural. O município conta com 30.912 habitantes (segundo a Contagem da População feita em 2007 pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). A concentração de terras é muito mais visível que no município de Rio Brilhante.

---

<sup>36</sup> Nas figuras a seguir, utilizamos uma linguagem padrão, na legenda, quanto ao período em que se encontra a cana-de-açúcar. Cana em reforma – seriam àquelas que já obtiveram certo número de cortes e estão sendo reformadas. Cana em expansão – são os locais para onde a gramínea está expandindo. Cana reformada – são as que já passaram pela reforma. Cana soca – são canas que já foram colhidas por pelo menos uma vez.

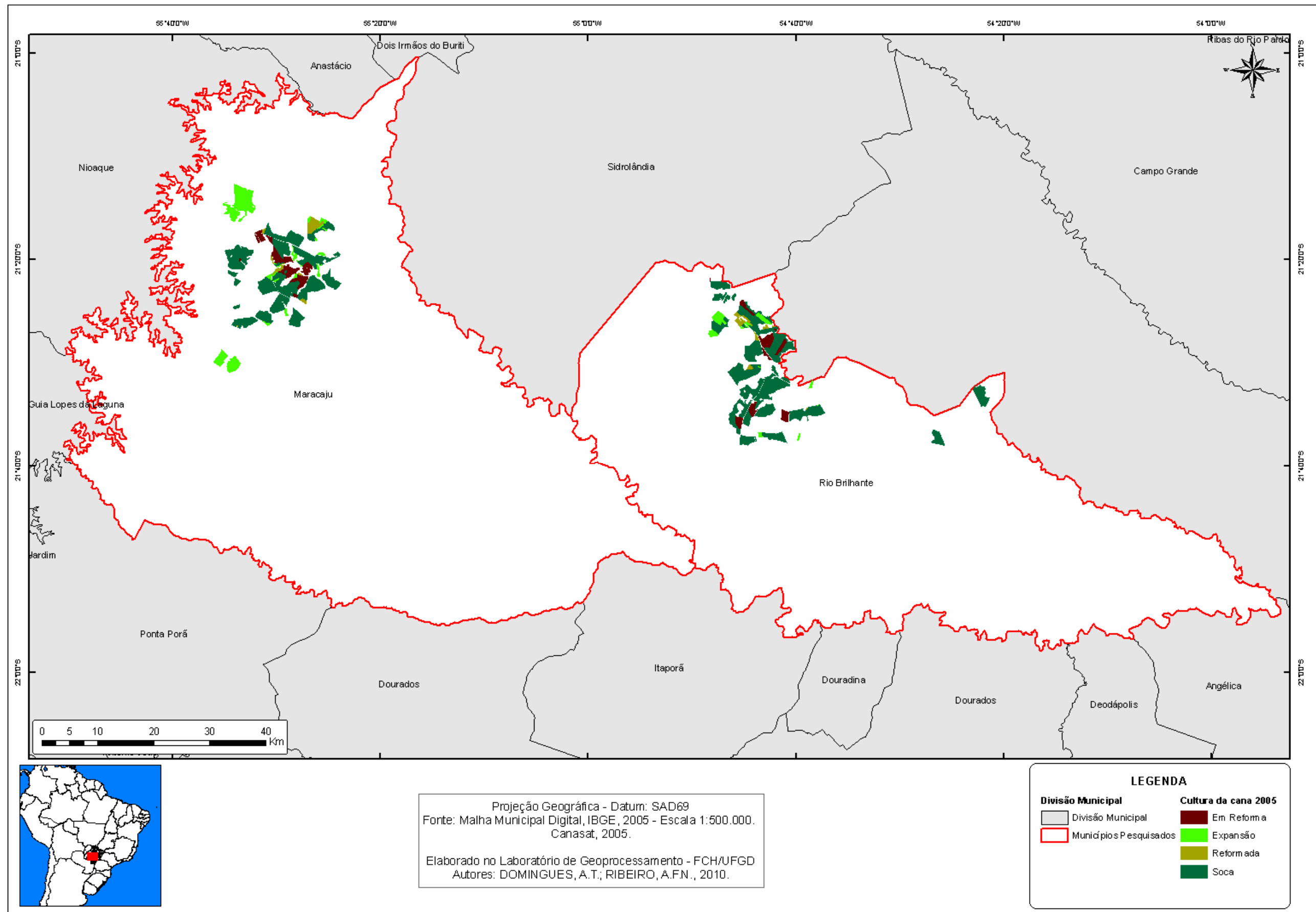


FIGURA 03 – EXPANSÃO DA CANA-DE-AÇÚCAR NOS MUNICÍPIOS MARACAJU E RIO BRILHANTE/MS – 2005

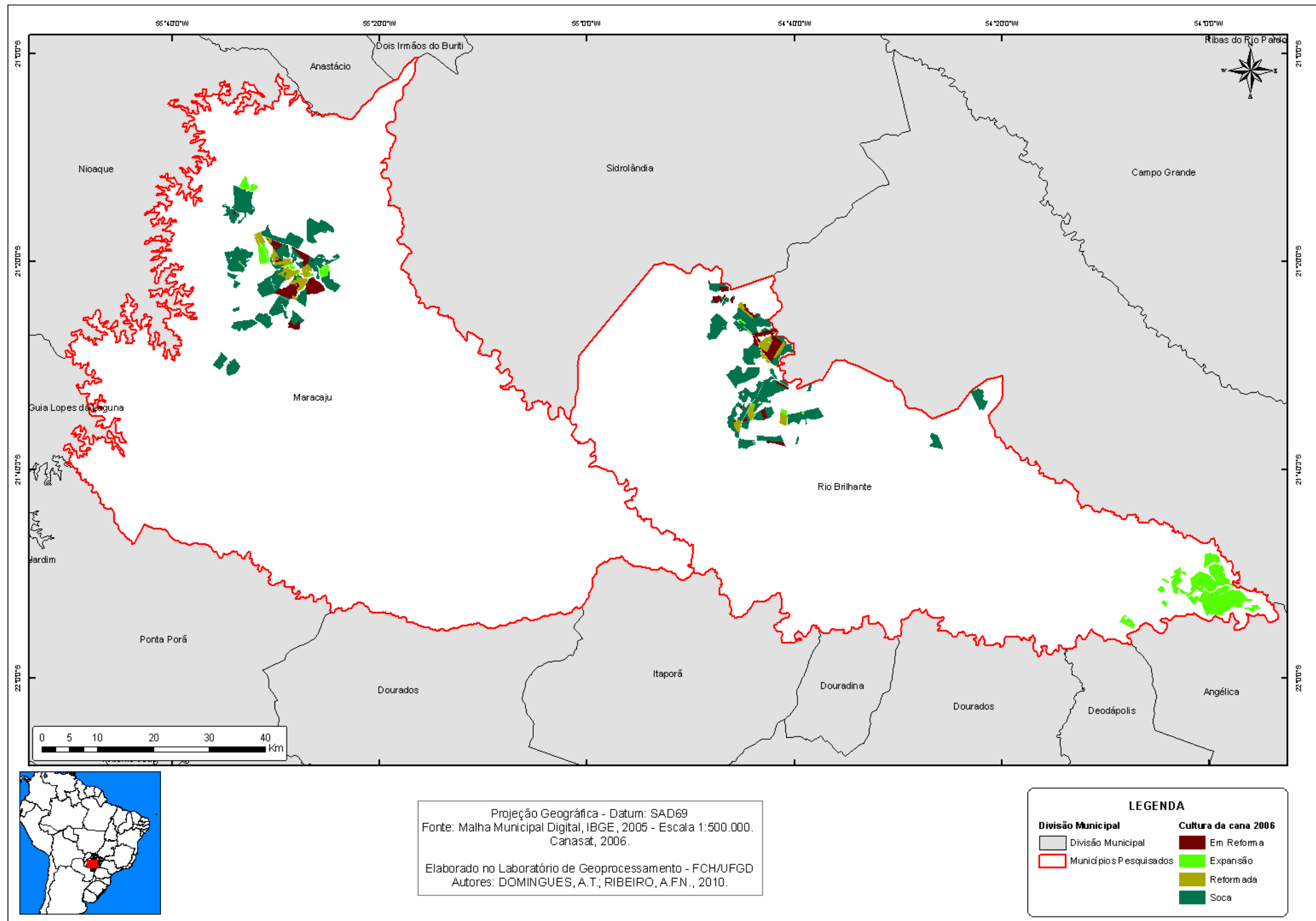


FIGURA 04 – EXPANSÃO DA CANA-DE-AÇÚCAR NOS MUNICÍPIOS MARACAJU E RIO BRILHANTE/MS – 2006

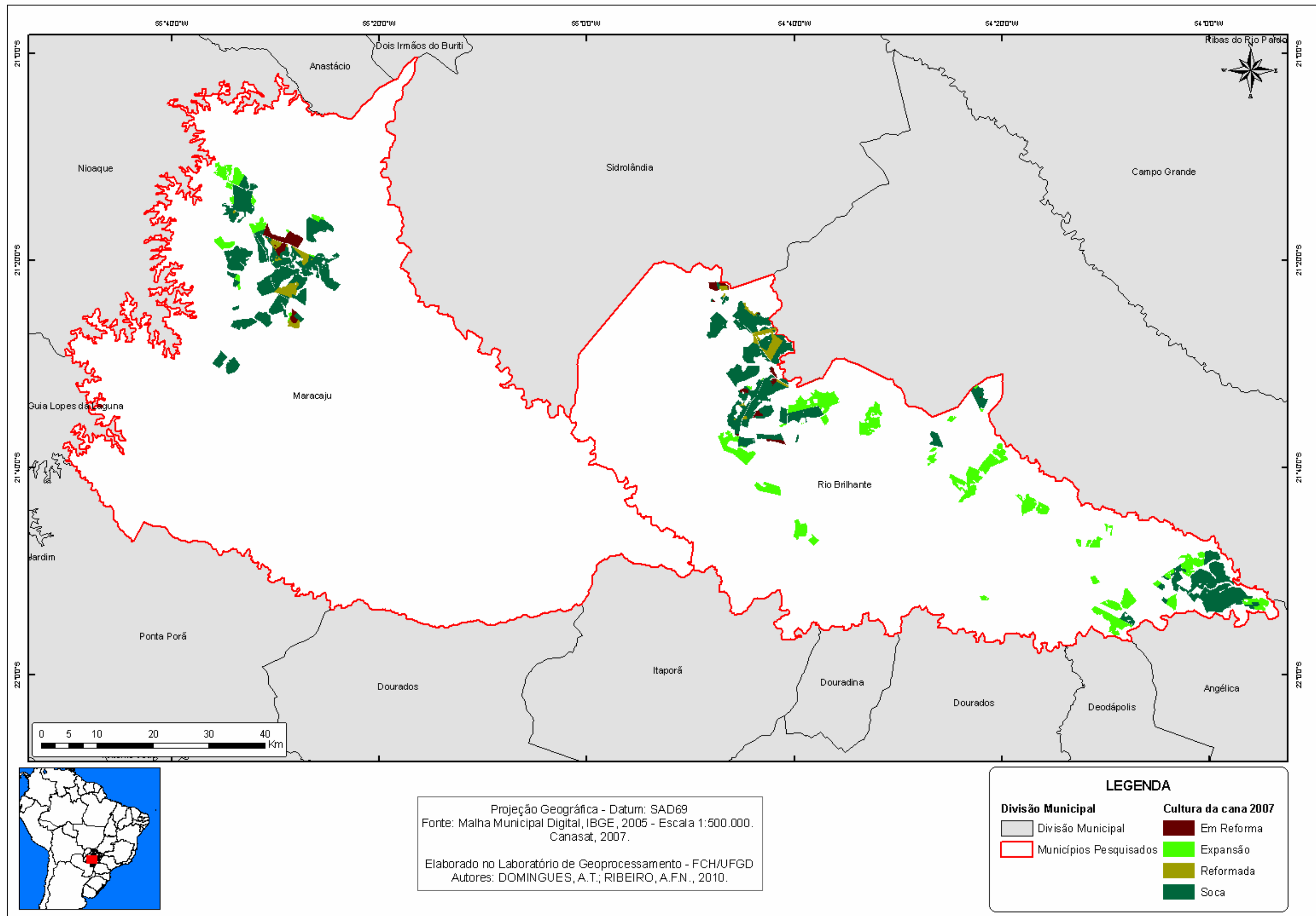


FIGURA 05 – EXPANSÃO DA CANA-DE-AÇÚCAR NOS MUNICÍPIOS MARACAJU E RIO BRILHANTE/MS – 2007

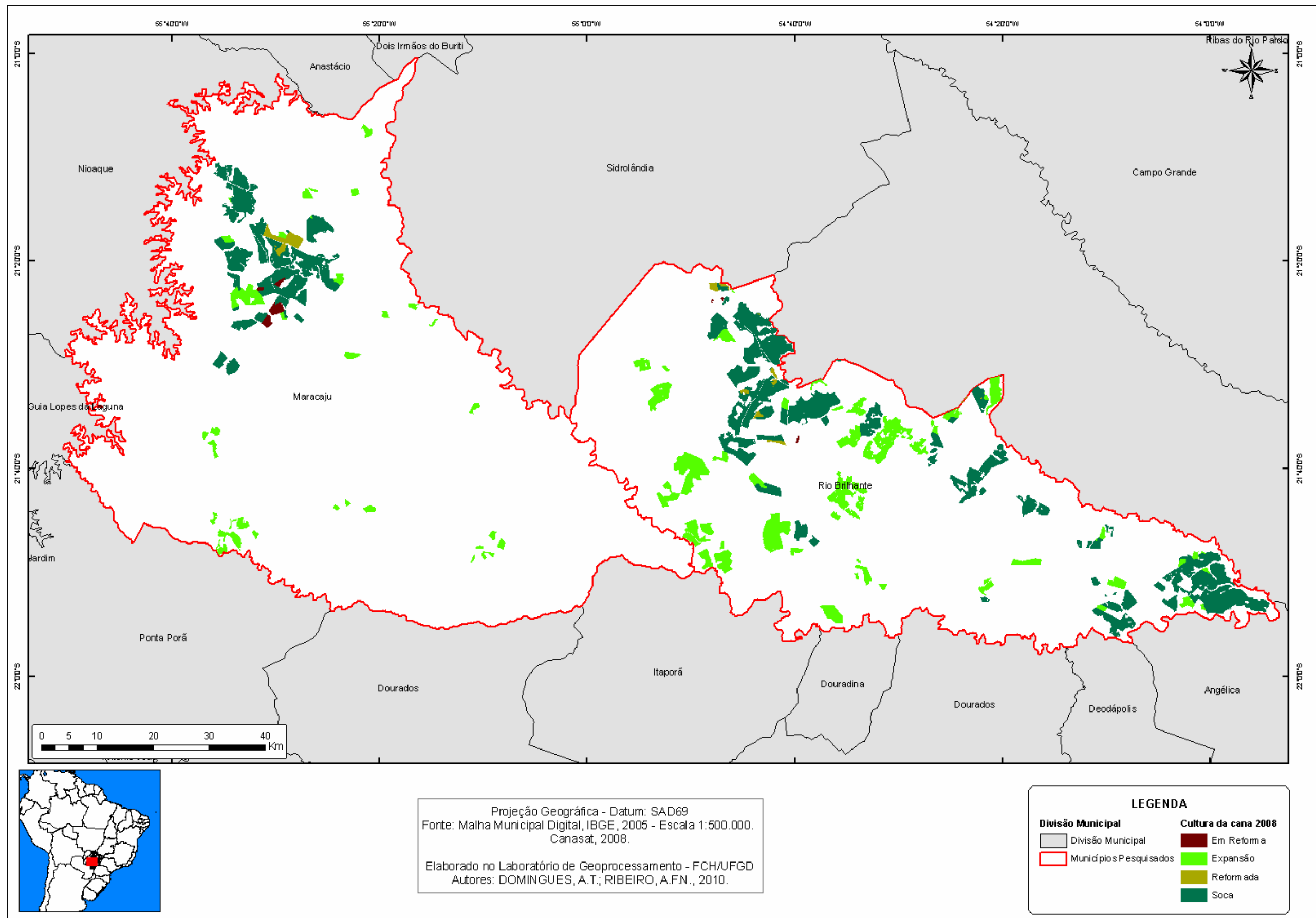


FIGURA 06 – EXPANSÃO DA CANA-DE-AÇÚCAR NOS MUNICÍPIOS MARACAJU E RIO BRILHANTE/MS – 2008

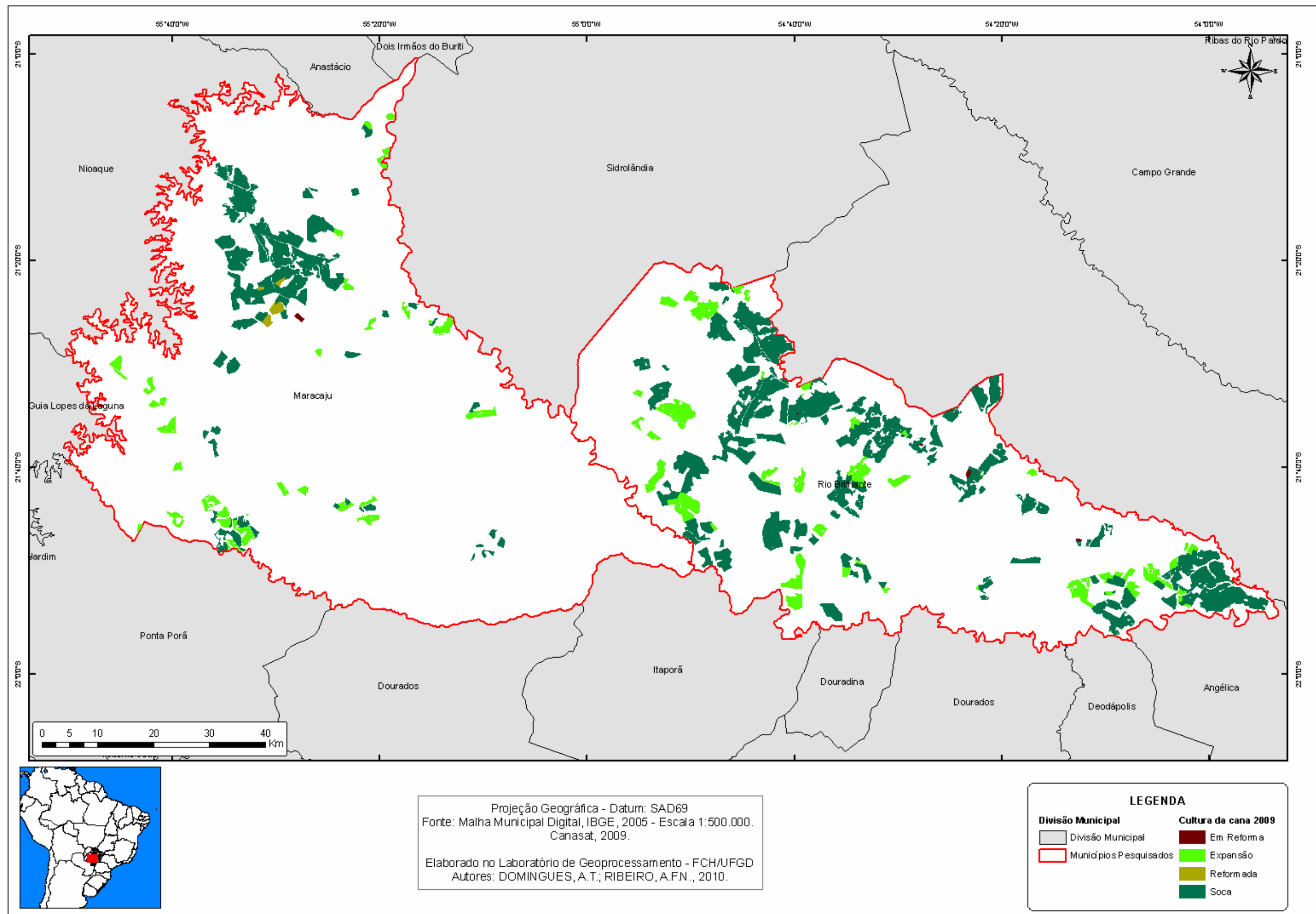


FIGURA 07 – EXPANSÃO DA CANA-DE-AÇÚCAR NOS MUNICÍPIOS MARACAJU E RIO BRILHANTE/MS – 2009

Como podemos notar, o período de cinco anos promoveu um alargamento do território plantado com a cultura da cana de açúcar, passando de 100 mil hectares nesses municípios, conforme dados exibidos na tabela 6 e nas figuras 03 à 07. Novamente reforçamos, por meio das figuras, a entrada severa da cana-de-açúcar, impulsionada pelo capital agroindustrial canavieiro.

Verificamos que em Maracaju houve um crescimento maior da área plantada com a cana-de-açúcar ao Norte do município enquanto que em Rio Brilhante essa expansão se deu em todas as regiões de forma conjunta.

Vale lembrar que em Rio Brilhante, até a década de 1970, cerca de 60% de sua população encontrava-se na zona rural. No entanto, nos anos de 1980, houve uma queda crescente dessa população. Este declínio durou até o ano de 2007 quando apenas 24% ainda residiam na zona rural, enquanto que 76%, ou seja, mais de 20 mil habitantes, moravam na zona urbana. Em Maracaju, a situação é bem similar, apenas em proporções diferentes. Em 1970, mais de 65% da população já era urbana, porém esse índice chega a atingir mais de 84% em 2007, ou seja, mais de 26 mil habitantes morando na cidade.

No entanto, com a expansão do capital agroindustrial canavieiro, esses municípios passam a ter um redimensionamento no que diz respeito ao êxodo rural, pois famílias inteiras mudam para a cidade com o sonho da melhoria de vida. Algumas são expropriadas de suas terras, formando assim um excesso de mão-de-obra não especializada. Isto causa uma nova precarização dos serviços públicos que acabam por não atenderem de forma satisfatória essa “nova” população que carece de “cuidados” (como saúde, educação, lazer, moradia, infraestrutura, entre outros).

Contudo, o que verificamos é que os crescimentos populacionais da zona urbana dos municípios de Maracaju e Rio Brilhante tomaram impulso a partir da década de 1970 e, mais recentemente, devido à expansão das monoculturas e à modernização da agricultura. Este fato faz com que a maioria das cidades brasileiras comecem a ter novos redimensionamentos e novas funções sob outros prismas.

Segundo Graziano Neto (1982), a teoria da modernização agrícola apoia-se basicamente na criação e dispersão desta nova tecnologia ou, ainda, na criação de novos conhecimentos e de novos insumos, que trazem como consequência, o aumento de produtividade. Por sua vez, a estratégia do desenvolvimento agrícola

assenta-se na intensificação de pesquisas criando esses conhecimentos e esses insumos.

Segundo Kageyama e Graziano da Silva (1987), o processo de industrialização da agricultura envolve tanto mudanças da base técnica, quanto transformações significativas nas relações de trabalho, decorrendo daí maiores especializações, resultando numa maior complexidade das relações de trabalho.

No tocante à expansão da agricultura da década de 1970, Thomaz Júnior (2002, p. 27), nos diz que:

[...] a crise estrutural do capital que abateu fortemente todo o planeta no início dos anos 70 desafiou o capital a implementar um amplo processo de reestruturação, reordenando e redefinindo seu metabolismo societário, com vistas à recuperação do seu ciclo reprodutivo e que afetou sobremaneira o trabalho ou o conjunto das relações sociais que se interpenetram no mundo do trabalho propriamente dito, fragmentando ainda mais os trabalhadores [...].

Após a crise estrutural<sup>37</sup>, como trata Thomaz Júnior (2002), os municípios brasileiros passaram por muitas alterações no que diz respeito à sua estrutura. No caso de Maracaju e Rio Brilhante, desde a instalação das unidades Passa Tempo e MR<sup>38</sup>, os desdobramentos do processo expansionista do capital, vêm gerando grandes efeitos nas duas cidades.

Estes efeitos começam a surgir, nos municípios, logo após o processo de instalação das unidades produtivas, que são: aumento dos migrantes que veem na atividade canavieira uma oportunidade de melhorar as suas condições financeiras, lembrando que estes migrantes<sup>39</sup>, não vêm somente para trabalhar como cortadores de cana, mas também em cargos de líderes, de coordenadores e até de gerentes; concentração de terras por parte das usinas através de arrendamentos ou parcerias

---

<sup>37</sup> A crise de que trata o texto, foi a crise estrutural do sistema metabólico do capital que decorre dos seus próprios modelos de produção taylorista e fordista. Esta crise se caracteriza por uma série de aspectos, como: grande desenvolvimento do sistema financeiro, que se destacava diante dos capitais produtivos; o aumento do preço da força de trabalho, aliada a queda da taxa de lucro e à intensificação das lutas sociais dos anos de 1960, o estopim do padrão de acumulação taylorista-fordista, aliada à diminuição do consumo e ao aumento do desemprego estrutural; o aumento da concentração de capitais sucessivos das fusões ocorridas entre as empresas monopolistas e oligopolistas; uma crise do “Estado de bem-estar social”, que levou a uma crise fiscal, à retração dos gastos públicos e sua transferência para o setor privado, a elevação das privatizações e uma certa tendência às desregulamentações e à flexibilização do processo produtivo, dos mercados e da força de trabalho (ANTUNES, 2007).

<sup>38</sup> Nome dado a Unidade de Maracaju, ainda pelo Grupo Tavares de Melo.

<sup>39</sup> Esses migrantes são oriundos de várias partes do Brasil, mas principalmente dos estados de: Alagoas, Bahia e Minas Gerais.



agrícolas; crescimento de vendas no comércio local; e um aumento muito grande na procura pelos serviços públicos, como saúde, segurança, educação e infraestrutura; dentre outras.

Vale ressaltar também, que as migrações ocorreram muito rápidas com a instalação da planta industrial da unidade agroindustrial Rio Brilhante, o que ocasionou numa falta de estrutura da cidade, pois não havia sequer casas para alugar no referido período. O déficit habitacional em alguns meses do ano de 2008<sup>40</sup> foram absurdos<sup>41</sup>, uma vez que, os trabalhadores vieram de outras regiões para trabalhar por certo período e após o término do serviço deixaram a cidade em busca de uma nova planta industrial a ser instalada.

Porém todo o processo de migrações trouxe, para a população já residente em Rio Brilhante, muitos transtornos como: filas em postos de saúde e hospital, supermercados muito cheio no período de pagamento, filas enormes no único Banco Bradesco da cidade<sup>42</sup>, filas em praticamente todos os lugares públicos e o mais impactante, foi a especulação imobiliária, pois o preço dos aluguéis disparou, inclusive aos moradores locais.

Com relação à concentração de renda e da propriedade da terra, Rio Brilhante sofre uma influência muito forte, por parte da Dreyfus, pois cerca de 79% das terras arrendadas à unidade Passa Tempo, pertencem ao referido município (o que seria em torno de 28 mil hectares), além das terras arrendadas em outros municípios como Nova Alvorada do Sul e Sidrolândia (Tabela 08). Ainda, há a unidade Rio Brilhante que somente no mesmo município, ocupa cerca de 88% das terras arrendadas, o que seria em torno de mais de 31 mil hectares, e no entanto a unidade ainda concentra uma área de cerca de 4 mil hectares arrendadas no município de Nova Alvorada do Sul.

---

<sup>40</sup> Na verdade os migrantes começaram a chegar ao município em janeiro de 2007, vindo através de várias empresas terceirizadas de alguns estados brasileiros (São Paulo, Minas Gerais, Alagoas, Goiás e Paraná). Logo após o término da obra, o que aconteceu em junho de 2008, os mesmos deixaram a cidade.

<sup>41</sup> Algumas residências de tamanho normal (com dois quartos, sala, cozinha e banheiro), chegavam a ter, sob o mesmo teto, mais de 15 homens. Também não havia vaga nos três hotéis existentes no município, pois além dos trabalhadores braçais, vieram vários engenheiros.

<sup>42</sup> Nos dias de pagamento, as filas no Banco Bradesco começam a se formar antes das cinco horas da manhã e permanecem durante o dia todo, devido ao pagamento ser feito aos trabalhadores das unidades Passa Tempo e Rio Brilhante apenas por esta instituição.

TABELA 08 – ÁREA ARRENDADA PELO GRUPO LDC EM 2009 (EM HECTARES)

| Municípios                  | Unidade Maracaju |     | Unidade Passa Tempo |       | Unidade Rio Brillhante |       |
|-----------------------------|------------------|-----|---------------------|-------|------------------------|-------|
|                             | Hectares         |     | Hectares            | %     | Hectares               | %     |
| <b>Maracaju</b>             | 20.368,20        | 100 | -                   | -     | -                      | -     |
| <b>Nova Alvorada do Sul</b> | -                | -   | 327,78              | 0,92  | 4.273,25               | 11,86 |
| <b>Rio Brillhante</b>       | -                | -   | 28.348,45           | 79,27 | 31.770,03              | 88,14 |
| <b>Sidrolândia</b>          | -                | -   | 7.084,43            | 19,81 | -                      | -     |
| <b>Total</b>                | 20.368,20        | 100 | 35.760,66           | 100   | 36.043,28              | 100   |

FONTE: LDC Bioenergia S/A (EIA/RIMA).

ORG.: DOMINGUES, A. T., 2010.

Vale frisar que, só em Rio Brillhante há mais de 60 mil hectares arrendadas ao grupo LDC, o que sem dúvida é a maior concentração de terras à apenas um grupo de capital internacional no município. Lembramos que neste, ainda há a unidade Eldorado do Grupo Odebrecht, na qual serão processados 4,8 milhões de toneladas de cana na safra 2012/2013<sup>43</sup>, concentrando em torno de 34 mil hectares.

Portanto no município temos mais de 90 mil hectares sob o domínio do capital agroindustrial canavieiro (entre terras arrendadas, próprias da Dreyfus, próprias da ETH, do sistema de parceria e de fornecedores) considerando que, em Rio Brillhante há em torno de 399.800 hectares<sup>44</sup>, somente a cultura da cana-de-açúcar ocupa cerca de 23% da área do município.

Prevendo a concentração de terras foi aprovada em 2007, uma lei municipal que determina o limite máximo de cana-de-açúcar a ser plantado, onde o plantio não deve exceder 40% da extensão territorial total do município<sup>45</sup>. Se levarmos em conta tal lei, em Rio Brillhante a cana pode expandir até 160 mil hectares aproximadamente. Isso nos leva a pensar que, apenas 60% da área restante é destinada a outras culturas, como soja, milho, arroz irrigado, além é claro da agricultura familiar, ou seja, quase metade da área municipal pode estar plantada

<sup>43</sup>Matéria publicada no portal [http://ultimosegundo.ig.com.br/economia/safra/2008/01/18/cana\\_de\\_acucar\\_usina\\_eldorado\\_ms\\_plan\\_eja\\_expansao\\_para\\_safra\\_200910](http://ultimosegundo.ig.com.br/economia/safra/2008/01/18/cana_de_acucar_usina_eldorado_ms_plan_eja_expansao_para_safra_200910), intitulada “A Usina Eldorado, localizada em Rio Brillhante/MS, processou na safra 2007/08 aproximadamente 1,8 milhão de toneladas de açúcar. Para a safra 2008/09, a terceira da unidade, a perspectiva de moagem é de 2,2 milhões de toneladas de cana”, do dia 18/01/2008 e acessado em 01/07/2009.

<sup>44</sup> Aqui foram contabilizados toda a área do município, porém não podemos esquecer que há áreas de APPs (Área de Preservação Permanente), Reserva Legal, dentre outras.

<sup>45</sup> Lei nº 1.507 de 21 de dezembro de 2007 (Anexo VII).

com a cana. Esse reordenamento territorial deve-se a chegada do capital agroindustrial que não mede esforços para expandir ainda mais seus capitais.

Possivelmente com a expansão da cana-de-açúcar e a diminuição de área para outras culturas, os maiores reflexos se darão sobre os alimentos (arroz irrigado principalmente), que aos poucos deixarão de ser produzidos.

Já em Maracaju, a LDC-SEV tem pouco mais de 20 mil hectares arrendadas, no entanto, encontramos a unidade Vista Alegre<sup>46</sup> do Grupo Santa Cândida que já está em operação e as unidades Esmeralda e Brilhante, ambas em implantação, onde serão processados três milhões de toneladas em 2011 cada uma e obtém sob sua propriedade em torno de 33 mil hectares<sup>47</sup>.

No caso da Usina Brilhante, a mesma não iniciou suas atividades, mesmo assim fornecem sua cana-de-açúcar plantada ao grupo LDC-SEV. Logo o município tem uma área superior a 50 mil hectares comprometidos com a cultura da cana-de-açúcar, porém este índice não é tão expressivo quanto em Rio Brilhante, pois o referido município possui cerca de 529.900 hectares e apenas 9% de suas terras estão sob o domínio do capital agroindustrial canavieiro.

No entanto, não podemos esquecer que Maracaju é o maior produtor de soja do Estado. Em 2009, a área plantada com tal cultura passa de 180 mil hectares e a produção é de mais de 496 mil toneladas<sup>48</sup>. Assim, gostaríamos de deixar registrado que há uma resistência por parte dos sojicultores, quanto à expansão canavieira, uma vez que os mesmos são organizados e suas representações políticas trabalham com o intuito de fortalecer ainda mais essa união entre a classe de produtores de soja.

No que tange à divisão municipal não respeitada pelo capital, Thomaz Júnior (2002, p. 67), nos diz que,

[...] nas porções do território onde a cana-de-açúcar se apresenta mais concentrada, conformando-se em manchas contínuas, é onde também se concentra o maior número de empresas, englobando, ainda, municípios canavieiros que não contam com unidades agroindustriais, já que tal distribuição está diretamente ligada à “mancha da cana” e, portanto, não

---

<sup>46</sup> Um dos diferenciais desta unidade produtiva é que ela começa operando suas atividades com 100% de colheita mecanizada.

<sup>47</sup> Matéria publicada no endereço eletrônico <<http://www.agroind.com.br/content/view>>, intitulada “Usina do MS nasce 100% mecanizada”, datada de 18/08/2008, acessado dia 01/07/2009.

<sup>48</sup> Dados do PAM – IBGE, 2009.

respeita as fronteiras político-administrativas adotadas pela divisão municipal [...].

Concordando com Thomaz Junior, vale pontuar que, o capital agroindustrial canavieiro não respeita os limites político-administrativos que possuem os municípios, abrangendo algumas cidades ao seu entorno, ou seja, próximas às unidades agroprocessadoras, facilitando assim a logística do transporte da cana.

As unidades Passa Tempo e Maracaju, não tiveram o crescimento de suas áreas comparando os anos/safras de 2007/2008 e 2008/2009, segundo o EIA/RIMA, no entanto, a unidade Rio Brilhante<sup>49</sup>, por ser de implantação recente, obteve um crescimento de 28%, passando de 25.990 em 2007/2008 para 36.043 hectares em 2008/2009.

Portanto o que notamos é que, nos municípios de Maracaju e Rio Brilhante, este último principalmente, houve um novo reordenamento territorial e produtivo do setor canavieiro a partir da implantação e da ampliação das unidades do grupo Dreyfus e também suas articulações com os mesmos.

#### 1.4 – A ATUAÇÃO DO GRUPO LDC-SEV<sup>50</sup> NO BRASIL E NO MATO GROSSO DO SUL

Para identificarmos melhor o objeto de estudo que se pauta nas ações do Grupo Louis Dreyfus, é interessante conhecermos um pouco mais sobre o capital agroindustrial do mesmo.

No Brasil, o grupo é conhecido e denominado como LDC-SEV ou Dreyfus, atua desde 1946, e tem como principais atividades o processamento de oleaginosas, o processamento de citros e, mais recentemente, a produção de açúcar, álcool e energia.

Por intermédio da empresa Comércio e Indústrias Brasileiras (Coinbra S.A.), o grupo LDC-SEV atua na industrialização, comércio e exportação de soja, óleo,

---

<sup>49</sup> Esta unidade da LDC-SEV tem a capacidade de moagem de cana da ordem de 5.000.000 t/safra, o necessário para produzir 8.950.000 sacas de açúcar/safra e 135.000 m<sup>3</sup> de álcool anidro/safra.

<sup>50</sup> Algumas informações e dados do presente sub-capítulo foram obtidas na Usina Rio Brilhante através dos: Estudo dos Impactos Ambientais (EIA) e do Relatório dos Impactos Ambientais (RIMA), cedidos pela mesma.

farelo, gorduras e outros derivados da soja (Jataí/GO, Ponta Grossa/PR e Alto Araguaia/MT), bem como de café em grãos (Varginha/MG), milho, trigo, algodão e óleo de algodão (Luís Eduardo Magalhães/ BA, Alto Araguaia/MT e Paraguaçu Paulista/SP).

Através da LDC Bioenergia S.A, o grupo atua na produção de cana-de-açúcar, na industrialização, no comércio e na exportação de açúcar, álcool e seus derivados, bem como na co-geração de energia. Por meio da Coinbra Frutesp S.A., o grupo produz laranjas, exporta e comercializa sucos de laranja, limão, pomelo<sup>51</sup>, farelo de polpa cítrica, óleos essenciais, aromas e outros derivados do processamento de frutas cítricas. Além disso, o grupo armazena e transporta *commodities* para mais de 65 países, ou seja, controla todo o processo produtivo, desde o plantio até a exportação ou, ainda, desde a montante até a jusante.

O Grupo Louis Dreyfus iniciou suas atividades relacionadas à produção de açúcar e álcool no Brasil após a aquisição da Unidade Agroindustrial Cresciumal no município de Leme (SP), em outubro de 2000. Daí em diante, foi aumentando e incrementando o setor canavieiro. O mesmo é dono da marca de açúcar Dinalsucar, presente em todo o Estado de Minas Gerais. O álcool anidro e hidratado produzido pelo grupo é fornecido a grandes distribuidoras de combustível, como é o caso da Petrobrás.

Em 2006, foi considerado o terceiro maior exportador de açúcar e estava entre os maiores exportadores de álcool do Brasil. Devido à sua integração, acrescentando também a sua imposição mundial, o grupo está presente em todas as pontas da demanda e da oferta.

Diante do cenário canavieiro em expansão, o Grupo LDC-SEV mostra seu principal objetivo que é a implantação de unidades para a produção de álcool e açúcar no Mato Grosso do Sul. Nas unidades, a baixa industrialização e a baixa concorrência por terras, diferentemente do Estado de São Paulo onde as terras são muito ambicionadas pelo capital agroindustrial canavieiro, principalmente no Oeste Paulista, são tidas como fator preponderante para a escolha desta região, além é claro, dos incentivos que o governo estadual oferece.

---

<sup>51</sup> Fruto cítrico muito grande, de casca grossa e solta, polpa muitas vezes grosseira e seca. Pequena árvore cítrica de copa redonda. Combina a forma de uma laranja grande e a cor amarela de um limão, ainda que também existam variedades de cor verde, semelhante à pele de uma lima. A tonalidade de sua polpa é variada e atrativa e vai do amarelo ao roxo, passando pelo alaranjado.

O Grupo possui unidades produtivas no Centro-Sul e no Norte-Nordeste do Brasil (Quadro 03), o que permite dois períodos de safra distintos, produzindo o ano todo. Suas principais atividades consistem no comércio e no processamento mundial de diversas commodities agrícolas e de energia.

QUADRO 03 – UNIDADES PRODUTIVAS DO GRUPO LDC NO BRASIL – 2010.

| <b>Unidade Produtiva</b> | <b>Município</b> | <b>Estado</b>       | <b>Capacidade de Produção (milhões ton.)</b> | <b>Ano de Aquisição e/ou Implantação</b> | <b>Grupo Pertencente Anterior a Compra e/ou Fusão</b>          |
|--------------------------|------------------|---------------------|--|--|--|
| Continental              | Colômbia         | São Paulo           | 2,6  | 2009                                     | Central Energética Santa Elisa                                 |
| Cresciumal               | Leme             | São Paulo           | 1,9  | 2000                                     | Família Souza Queiroz  |
| Estivas                  | Arês             | Rio Grande do Norte | 1,7  | 2007                                     | Família Tavares de Melo  |
| Giasa                    | Pedras de Fogo   | Paraíba             | 1,1  | 2007                                     | Família Tavares de Melo  |
| Jardest                  | Jardinópolis     | São Paulo           | 1,5  | 2009                                     | Central Energética Santa Elisa                                 |
| Luciânia                 | Lagoa da Prata   | Minas Gerais        | 03   | 2001                                     | Cia Industrial e Agrícola Oeste de Minas                       |
| Maracaju                 | Maracaju         | Mato Grosso do Sul  | 2,1  | 2007                                     | Família Tavares de Melo  |
| MB                       | Morro Agudo      | São Paulo           | 03   | 2009                                     | Central Energética Santa Elisa                                 |
| Passa Tempo              | Rio Brilhante    | Mato Grosso do Sul  | 3,6  | 2007                                     | Família Tavares de Melo  |
| Rio Brilhante            | Rio Brilhante    | Mato Grosso do Sul  | 05   | 2008                                     | Louis Dreyfus Commodities                                      |
| Santa Elisa              | Sertãozinho      | São Paulo           | 06   | 2009                                     | Central Energética Santa Elisa                                 |
| São Carlos               | Jaboticabal      | São Paulo           | 2,1  | 2004                                     | Família Bellodi - Usina Açucareira de Jaboticabal S/A          |
| Vale do Rosário          | Morro Agudo      | São Paulo           | 6,4  | 2009                                     | Família Junqueira Franco - Central Energética Santa Elisa-Vale |

FONTE: Pesquisa de Campo, 2010.

ORG.: DOMINGUES, A. T., 2010.

Como vemos, o grupo francês controla várias unidades agroindustriais em cinco estados e onze municípios brasileiros que são: Lagoa da Prata/MG, Leme, Colômbia, Jardinópolis, Morro Agudo, Sertãozinho e Jaboticabal – todos localizados no estado de São Paulo, Rio Brilhante/MS e Maracaju/MS, Arês/RN e em Pedras de Fogo/PB. Assim notamos a territorialização da cana-de-açúcar controlada pela LDC-SEV, uma vez que todas as unidades já estão em plena operação (Figura 08).

Houve no Brasil uma desregulamentação e a conseqüente redução da intervenção do Estado. Assim, o agronegócio canavieiro viu-se diante da possibilidade de potencializar a formulação de estratégias autônomas. Isso fez emergir no início dos anos 1990 uma crise no âmbito do setor<sup>52</sup>.

Portanto, acreditamos que as inovações tecnológicas e organizacionais aderidas a partir de então pelo setor foram estimuladas tanto pelo cenário de reestruturação da economia mundial como pelas mudanças econômicas e a mecanização do corte da cana; e também através de políticas em curso no cenário nacional, como as exigências das leis trabalhistas e da legislação ambiental onde é prevista a redução gradual da queima da cana<sup>53</sup>.

Ainda, segundo Oliveira (2009), esse incremento tecnológico levou ao aumento da produtividade e à consolidação das formas de gestão e controle do processo de produção, como automação microeletrônica, a mecanização do corte de cana, a certificação ambiental, os sistemas de controle de qualidade, mais conhecidos como ISOs e o sequestro de carbono, entre outros, tendo assim uma diferenciação inter-empresas.

Ainda derivando da reestruturação produtiva do capital agroindustrial canavieiro, vale destacar que muitas empresas familiares ou grupos tradicionalmente envolvidos no agronegócio uniram-se por meio de fusão e/ou aquisição de novas empresas e a associação com capitais externos, visando com isso à sobrevivência no setor e garantindo mais acumulação de capital. Isto estimula ainda mais a concentração e centralização de capitais no âmbito do segmento produtivo. Essa lógica explica o deslocamento territorial desencadeado pelo capital agroindustrial canavieiro em direção a vários estados do Centro-Sul<sup>54</sup>.

---

<sup>52</sup> Cf. OLIVEIRA, 2009.

<sup>53</sup> Ibidem.

<sup>54</sup> Ibidem.



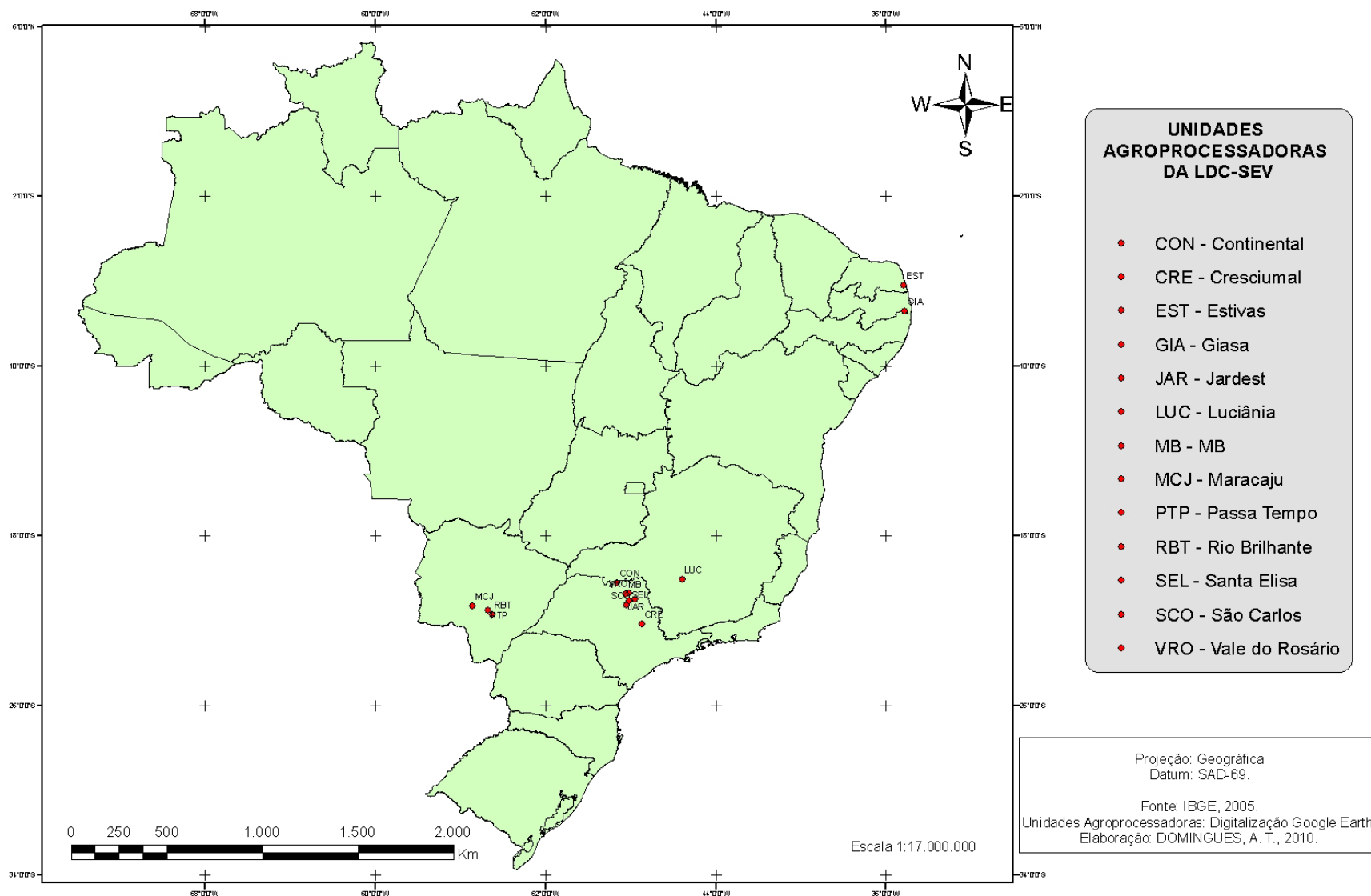


FIGURA 08 – REORDENAMENTO TERRITORIAL DA LDC-SEV NO BRASIL

Os rearranjos do capital agroindustrial canavieiro proporcionam o processo de reestruturação produtiva do capital, as fusões, as aquisições de empresas por vários outros grupos do setor. Podemos citar como exemplo, primeiro a aquisição das unidades do grupo Tavares de Melo pela LDC-SEV e, por último, a fusão com o grupo Santa Elisa Vale (SEV).

No ano de 2009, a LDC se tornou a vice-líder do mercado mundial de açúcar e álcool quando da fusão com a Central Energética Santa Elisa ou mais conhecida como Santa Elisa Vale (SEV), formando o grupo LDC-SEV, com 13 unidades agroindustriais e um valor estimado de R\$ 8 bilhões. “O presidente da empresa, Bruno Melcher, disse que o objetivo é obter a liderança do setor”<sup>55</sup>. Sua capacidade de moagem é de 40 milhões de toneladas de cana-de-açúcar por ano, ficando atrás apenas do Grupo Cosan, que tem capacidade de moagem em torno de 61,5 milhões de toneladas, mais que o segundo colocado no ranking nacional que é no Estado do Paraná, com 60,8 milhões de toneladas. Segundo Melcher, a LDC-SEV terá uma política agressiva de expansão para o qual utilizará a injeção de capital de R\$ 800 milhões dos novos investidores em curto prazo<sup>56</sup>.

Vale lembrar que o grupo ainda pretende implantar mais uma unidade agroprocessadora em Maracaju, com o nome de Usina Esmeralda<sup>57</sup>. A implantação ainda não se concretizou devido à crise econômica que houve no mundo em 2009, no qual muitos grupos ligados ao setor agroindustrial canavieiro adiaram seus investimentos. No entanto, a cana-de-açúcar plantada, que seria em torno de 6 mil hectares<sup>58</sup>, já está sendo processada parte pela unidade Passa Tempo, parte pela Maracaju, ambas do mesmo grupo.

---

<sup>55</sup> Informações obtidas através do Jornal Cana. Disponível em: <<http://www.jornalcana.com.br/pdf/191/%5Cusinas.pdf>>. Acesso em: 29/05/2010, com a publicação intitulada “Com a Santelisa Vale, LDC-SEV torna-se a 2º maior usina do mundo”. Matéria publicada em novembro de 2009. Conforme tal notícia, a LDC tem 60% de participação na nova empresa, os antigos acionistas da SEV ficarão com 18%, os bancos credores com 13% e os novos investidos com 9%.

<sup>56</sup> Notícia publicada no Portal Exame. Disponível em: <<http://portalexame.abril.com.br/ae/economia/ldc-sev-nasce-valor-mercado-r-8-bilhoes-581601.shtml>>, no dia 28/10/2009. Acesso em: 01/11/2009.

<sup>57</sup> Esta unidade começou a ser construída, mas devido à crise, as obras paralisaram e ainda não retornaram.

<sup>58</sup> Informação obtida na pesquisa de campo.

Em Mato Grosso do Sul, além da Passa Tempo e da Maracaju, o grupo LDC-SEV<sup>59</sup> construiu a unidade Rio Brilhante (Figura 09, 10 e 11) que começou a operar em julho de 2008 e se localiza a 8 km da zona urbana de Rio Brilhante.



FIGURA 09 – LDC BIOENERGIA S/A – UNIDADE RIO BRILHANTE EM CONSTRUÇÃO 2007 – RIO BRILHANTE/MS (I)

FONTE: Divulgação LDC Bioenergia.

---

<sup>59</sup> Segundo informações adquiridas no *site* da LDC, este Grupo teve um faturamento superior a US\$ 2,5 bilhões em 2007, tem sua sede brasileira em São Paulo, gera mais de 20 mil empregos em todo o Brasil e opera quatro fábricas de processamento de oleaginosas, oito usinas de açúcar e álcool, três fábricas de suco de laranja, dois terminais portuários e mais de 50 armazéns graneleiros. Também administra mais de 170 mil hectares de terras, entre pomares de laranja e canaviais, o que mostra a concentração de terras nas mãos das multinacionais deste setor. Com isso, nota-se que, este grupo assim como a maioria das multinacionais do setor canavieiro, instaladas no Brasil, detém todo o processo de produção, desde o preparo de solo em uma área até a exportação para os países consumidores. Disponível em: [www.ldc.commodities.com](http://www.ldc.commodities.com). Acesso em: 25/01/2009.



FIGURA 10 – LDC BIOENERGIA S/A – UNIDADE RIO BRILHANTE EM CONSTRUÇÃO 2007 – RIO BRILHANTE/MS (II)

FONTE: EIA/RIMA, 2007.



FIGURA 11 – ENTRADA DA UNIDADE RIO BRILHANTE – LDC BIOENERGIA S/A

FONTE: Pesquisa de Campo, 2010.

Quanto à área plantada no Estado, verificamos que há sob o domínio do capital da LDC-SEV mais de 90 mil hectares no entorno dos municípios de Maracaju, Rio Brilhante, Sidrolândia e Nova Alvorada do Sul, obtendo maior influência nos dois primeiros. No tocante à produção, em 2009, o montante foi de mais de 6 milhões de toneladas de cana (Tabela 09).

TABELA 09 – PRODUÇÃO DA LDC-SEV NO MATO GROSSO DO SUL – 2009 (TONELADAS)

| <b>Ano</b>   | <b>Maracaju</b> | <b>Passa Tempo</b> | <b>Rio Brilhante</b> | <b>Total</b> |
|--------------|-----------------|--------------------|----------------------|--------------|
| <b>2007</b>  | 1.708.280       | 1.906.447          | -                    | 3.614.727    |
| <b>2008</b>  | 1.511.042       | 2.644.040          | 1.453.082            | 5.608.165    |
| <b>2009</b>  | 1.378.621       | 2.294.751          | 2.405.619            | 6.078.991    |
| <b>2010*</b> | 1.223.300       | 2.151.364          | 3.081.479            | 6.456.144    |

FONTE: Pesquisa de Campo.

NOTA: \*Quantidade de cana moída até setembro de 2010.

ORG.: DOMINGUES, A. T., 2010.

Podemos notar por meio da leitura da tabela 09 que a LDC-SEV, a cada safra aumenta a produção de cana-de-açúcar. Em apenas dois anos, a produção dobrou, pois em 2007 moeu mais de 3,5 milhões, passando para 6 milhões de toneladas em 2009. Apesar do aumento significativo, percebemos que nas unidades Maracaju e Passa Tempo, houve uma queda na produção no ano de 2009 em relação ao período anterior. Esse declive deve-se à precipitação pluviométrica do mesmo ano que registrou chuvas acima da média histórica<sup>60</sup>.

Colocamos também na tabela a produção de 2010 desde o início do ano até o mês de setembro para mostrarmos que, em sete meses desta safra, as unidades já moeram mais de 6,4 milhões de toneladas. Este número já ultrapassa toda a produção do ano de 2009. Percebe-se que o grupo canavieiro não está medindo esforços, no que diz respeito à sua vontade de chegar ao primeiro lugar, lembrando que o mesmo não leva em consideração as condições sociais locais.

No tocante à modernização da produção brasileira que vem ocorrendo desde os anos de 1970, um dos meandros que se desenvolveu e ainda se

<sup>60</sup> Informação obtida na pesquisa de campo, 2010.

desenvolve é a mecanização do campo, o que no setor canavieiro não seria diferente. Thomaz Júnior (1996, p. 142) reforça esta afirmação, dizendo que:

[...] é em torno dos objetivos industriais que se promovem as mudanças técnico-organizacionais na lavoura canavieira. Tais mudanças se dão em sincronia com as decisões globais da unidade processadora que, por sua vez, também têm que se adaptar às mudanças ocorridas na parte agrícola [...].

Uma das mudanças na parte agrícola em que a indústria acompanhou foi a mecanização do plantio e da colheita da cana-de-açúcar, no qual a prioridade é a maior produtividade possível. Assim, verificamos que há menos trabalhadores na área agrícola e mais produtividade por meio das plantadeiras, colhedoras, etc.

A mecanização gera conflitos, pois de um lado temos menos esforço físico realizado pelo homem no corte e plantio, além de não haver condições subumanas de trabalho; de outro lado, os trabalhadores que são trocados pelas máquinas (em torno de 100 trabalhadores por máquina). Estes ficam desolados, pois nem todos os mesmos são reabsorvidos em outras funções, tanto por falta de qualificação de mão-de-obra quanto por abertura mínima de vagas para as devidas funções.

Notamos que as mudanças são sentidas, principalmente no que diz respeito à colheita manual, que está em queda e à colheita mecânica que constantemente cresce. A LDC-SEV nos dá uma noção melhor do que estamos falando (Tabela 10).

TABELA 10 – QUANTIDADE DE CANA-DE-AÇÚCAR COLHIDA PELA DREYFUS POR SISTEMA DE COLHEITA 2007-2010 (TONELADAS)

| Ano               | Maracaju  |           | Passa Tempo |           | Rio Brilhante |           | Total     |           |
|-------------------|-----------|-----------|-------------|-----------|---------------|-----------|-----------|-----------|
|                   | Man.      | Mec.      | Man.        | Mec.      | Man.          | Mec.      | Man.      | Mec.      |
| <b>2007</b>       | 1.191.793 | 516.486   | 1.149.526   | 756.920   | -             | -         | 2.341.319 | 1.273.406 |
| <b>Percentual</b> | 70%       | 30%       | 60,3%       | 39,7%     | -             | -         | 64,8%     | 35,2%     |
| <b>2008</b>       | 584.704   | 926.338   | 793.325     | 1.850.715 | 128.300       | 1.324.782 | 1.506.329 | 4.101.835 |
| <b>Percentual</b> | 38,7%     | 61,3%     | 30%         | 70%       | 8,8%          | 91,2%     | 26,9%     | 73,1%     |
| <b>2009</b>       | 249.074   | 1.129.547 | 575.254     | 1.719.497 | 130.845       | 2.274.774 | 955.173   | 5.123.818 |
| <b>Percentual</b> | 19,1%     | 80,9%     | 25,1%       | 74,9%     | 5,5%          | 94,5%     | 15,7%     | 84,3%     |
| <b>2010*</b>      | 86.507    | 1.136.793 | 9.630-      | 2.141.734 | -             | 3.081.479 | 96.137    | 6.360.006 |
| <b>Percentual</b> | 7,1%      | 92,9%     | 0,4         | 99,6%     | -             | 100%      | 1,5%      | 98,5%     |

FONTE: Pesquisa de campo.

NOTA:\* Dados até o mês de setembro de 2010.

ORG.: DOMINGUES, A. T., 2010.

Analizamos, por meio da tabela 10 que, enquanto as unidades Maracaju e Passa Tempo faziam parte do grupo Tavares de Melo, em 2007, as mesmas trabalhavam com 70% e 60% respectivamente com a colheita manual. Após a incorporação da LDC-SEV, essas unidades começaram a modificar sua base agrícola. Isso se deu basicamente por conta da ideologia empregada pelo grupo, uma vez que, o ele veio acompanhando as inovações tecnológicas e o seu principal objetivo é se tornar líder na produção de cana-de-açúcar, obtendo a maior produtividade possível, diminuindo os custos da produção.

Vale lembrar que, desde então, gradativamente houve uma troca de trabalhadores por máquinas, pois em 2008 já enxergamos uma mudança radical no tocante à mecanização, quando menos de 27% da colheita foi feita manualmente no total das unidades. Esse percentual de colheita manual caiu ainda mais no ano de 2009, onde apenas 15% do total foram colhidos por cortadores de cana, e em 2010, já está extinta a colheita manual destas unidades agroprocessadoras, uma vez que a pequena percentagem que mostramos na tabela 10, é oriunda de fornecedores.

Na unidade Rio Brilhante, apesar de contar com um pequeno percentual de cana manual, a unidade opera desde 2008 somente com cana colhida mecanicamente, uma vez que os baixos percentuais encontrados vêm de cana-de-açúcar de fornecedores. Diante disso, podemos considerar que um dos desdobramentos do processo de modernização, mecanização e fortalecimento do agronegócio é a substituição do “trabalho vivo” pelo “trabalho morto” (ANTUNES, 2007), ou ainda, o trabalho do homem pelo trabalho da máquina. Vale ressaltar que, para a mecanização da base agrícola encontrada nessas unidades da LCD-SEV, o grupo contou com o apoio do Estado.

Uma pesquisa realizada por estudiosos do NEAD<sup>61</sup> (Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural) relata que:

[...] o impacto das novas colhedoras sobre o nível de demanda de mão-de-obra agrícola é muito significativo: na cultura do algodão, uma colhedora substitui o trabalho de 80 a 150 pessoas; no café, uma colhedora automotriz pode eliminar o trabalho de até 160 pessoas; na cana-de-açúcar, uma colhedora elimina o trabalho de 100 a 120 pessoas; da mesma forma, na cultura do feijão, uma colhedora pode substituir o trabalho de 100 a 120 pessoas [...] (Sensor Rural Seade, 2001). (grifo nosso)

---

<sup>61</sup> Informação colhida no site <<http://www.nead.org.br/index.php?acao=biblioteca&publicacaoID=272>>. Publicado em 08/04/2002. Acesso em: 15/05/2010.



No que diz respeito ao financiamento do setor, por parte do poder público, no Mato Grosso do Sul, a LDC Bioenergia recebeu R\$ 719,7 milhões, ou 82,2% dos recursos destinados pelo BNDES ao Estado<sup>62</sup>. Este montante corresponde ao financiamento da unidade Rio Brilhante (707,5 milhões), que foi inaugurada em 2008 e ampliação da unidade Passa Tempo (12,2 milhões)<sup>63</sup>. Em 2005, o BNDES já havia concedido um financiamento de 21,5 milhões para o Grupo Tavares de Melo investir nesta última.

Como vemos o aporte econômico dado pelo Estado é muito grande e quem aproveita esses financiamentos são simplesmente os grupos canavieiros que emprestam milhões e o seu retorno à sociedade é muito pequeno, oferecendo algumas centenas de empregos, uma vez que a maior parte dos seus recursos vem do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador), mas não se destina aos trabalhadores de forma mais geral, ou seja, apenas alguns grupos ou setores abocanham o que deveria ser destinado a reforma agrária, por exemplo.

Os financiamentos, que na maioria das vezes se tornam subsídios, servem para alavancar um setor cada vez mais concentracionista tanto de terra quanto de capital. Isso produz um reordenamento espacial, econômico, cultural e social em todo o centro-sul do Mato Grosso do Sul. Como nossa pesquisa foca apenas a Dreyfus, esses rearranjos dar-se-ão no âmbito de Maracaju e Rio Brilhante.

---

<sup>62</sup> Dados obtidos do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (iBase), no site <<http://www.polis.org.br/utilitarios/editor2.0/UserFiles/File/BNDES+para+o+MST%5B1%5D.doc>>, dia 11 de maio de 2009. Acesso em: 25/05/2010. Lembramos que o BNDES recebe basicamente de quatro fontes os seus recursos, que são: do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador), responsável por cerca de 50% do orçamento do Banco; do retorno dos empréstimos, dos aportes conseguidos junto ao mercado internacional e empréstimos do tesouro nacional. Segundo a publicação, o BNDES, o Banco Central e a Petrobrás formam o tripé do poder econômico nacional.

<sup>63</sup> Informação do site <[http://www.plataformabndes.org.br/mapas/index.php?c=1&f=consultar&tipofrm=geral&cidade\\_ref\\_1=BR.MS&cidade\\_ref=BR.MS.05400&textoBusca=&mostratabela=0&buscar=buscar](http://www.plataformabndes.org.br/mapas/index.php?c=1&f=consultar&tipofrm=geral&cidade_ref_1=BR.MS&cidade_ref=BR.MS.05400&textoBusca=&mostratabela=0&buscar=buscar)>. Acesso em: 25/05/2010.

## **CAPÍTULO II**

### **AS FORMAS DE REALIZAÇÃO DO AGRONEGÓCIO CANAVIEIRO ENQUANTO OPÇÃO DE “DESENVOLVIMENTO” DO CAPITAL**

*O agronegócio é um novo tipo de latifúndio, e ainda mais amplo, pois agora não concentra e domina apenas a terra, mas também a tecnologia de produção e as políticas de desenvolvimento (FERNANDES, 2004).*

Neste capítulo, buscamos avançar no entendimento do agronegócio canavieiro no Brasil e os rearranjos espaciais que o mesmo produz nos locais onde está sendo implantado, devido à intensidade que se territorializa. Também abordamos as resistências, as concessões e a incorporação por parte dos produtores e pecuaristas da região ao processo expansionista do capital agroindustrial canavieiro, que tem a peculiaridade de expressar uma das características mais destacadas em relação ao volume de negócios e operações de transferências/vendas e aquisições. Todos estes fatores incrementam o processo de internacionalização de capitais, como é o caso do grupo LDC, no município de Rio Brillhante.

O capítulo está organizado em cinco seções que contém as análises do agronegócio canavieiro no Brasil e suas conseqüências no Mato Grosso do Sul, principalmente nos municípios analisados (Maracaju e Rio Brillhante).

#### **2.1 – O AGRONEGÓCIO COMO MODELO DE PRODUÇÃO**

Para explicarmos melhor o agronegócio canavieiro, detalhamos primeiro o conceito de agronegócio, como o mesmo surgiu e quais suas artimanhas utilizadas pelo Brasil afora.

O conceito de *agribusiness*<sup>64</sup> foi inicialmente proposto por Davis e Goldberg em 1957 como a junção das operações de produção e distribuição de suprimentos agrícolas, processamentos e distribuição dos produtos agrícolas e itens produzidos a partir dos mesmos. Então, de acordo com o conceito de agronegócio, a agricultura passa a ser abordada de maneira associada aos outros agentes responsáveis por todas as atividades, que garantem a transformação, produção, distribuição e consumo de alimentos. Logo, a agricultura passa a ser considerada como parte de uma extensa rede de agentes econômicos.

Para David e Goldberg, *agribusiness* é um complexo de sistemas que compreende agricultura, indústria, mercado e finanças, onde o movimento do complexo e suas políticas formam um modelo de desenvolvimento econômico controlado por corporações transnacionais ou multinacionais – como alguns autores preferem –, que trabalham com uma ou mais *commodities* e atuam em diversos outros setores da economia (FERNANDES, 2004). Com isso, entendemos que essa condição confere às transnacionais do agronegócio<sup>65</sup>, em particular do ramo canavieiro, um poder extraordinário que possibilita a manipulação dos processos em todos os sistemas e subsistemas do complexo.

Visto como um sistema completo, o agronegócio é redefinido como sendo um “sistema de commodities” que engloba todos os atores envolvidos como a produção, processamento e distribuição de um produto. O sistema inclui o “mercado de insumos agrícolas, a produção agrícola, operações de estocagem, processamento, atacado e varejo, demarcando um fluxo que vai dos insumos até o consumidor final”. (GOLDBERG, 1968, apud ZYLBERSZTAJN, 2000, p.5).

Em síntese, o agronegócio é a nova denominação do formato do capital agroindustrial processador no século XXI, uma vez que esse modelo não é novo e sua origem está nas grandes fazendas de café, depois de cana, afinadas na herança

---

<sup>64</sup> Agricultura de negócio.

<sup>65</sup> Este termo foi traduzido para o Brasil, e proposto como “complexo agroindustrial” ou “agronegócio” por Ney Bittencourt, Ivan Wedekin e Luiz A. Pinazza nos anos 80. Neste período, o mesmo teve uma enorme repercussão nos meios empresarial e acadêmico (OLIVEIRA, 2005). De acordo com Marcos Sawaya Jank, o agronegócio nada mais é do que um marco conceitual que delimita os sistemas integrados de produção de alimentos, fibras e biomassa, operando desde o melhoramento genético até o produto final. Todos os agentes que se propõem a produzir matérias-primas agropecuárias devem se inserir, sendo eles pequenos ou grandes produtores, agricultores familiares ou patronais, fazendeiros ou assentados. Baseado no Portal do Agronegócio, ele pode ser entendido como toda relação comercial que envolve os produtos agrícolas. No Brasil, o termo é utilizado quando se refere a um tipo especial de produção agrícola, ou seja, àquela caracterizada pela agricultura em grande escala, baseada no plantio (ou na criação de rebanhos) em grandes extensões de terras (SOUZA e CONCEIÇÃO, 2008).

da sesmarias, do latifúndio e da *plantation*<sup>66</sup>, onde as grandes propriedades e/ou extensões de terra são a referência da produção para a exportação (THOMAZ JÚNIOR, 2009).

Desde o princípio do capitalismo em suas diferentes fases, esse modelo de produção passa por modificações e adaptações, intensificando a exploração da terra e do homem. O latifúndio carrega em si a imagem da exploração, do trabalho escravo, dos altos índices de concentração da terra, das práticas do coronelismo, dos contrastes abissais entre os que tem e os que não tem.

Com isso, verificamos que o agronegócio<sup>67</sup> foi construído para renovar o modelo da agricultura capitalista, ou seja, para "modernizá-la" ou "industrializá-la". Com a tentativa de ocultar o caráter concentrador, predador e excludente do mesmo para dar relevância somente ao caráter produtivista, destacando o aumento da produção, da riqueza e das novas tecnologias.

Logo, as ações estabelecem uma lógica perversa que provocam uma série de impactos negativos, como a degradação ambiental; a expulsão das famílias de pequenos agricultores de seus territórios tradicionais; a instabilidade na soberania alimentar; o atraso na demarcação de terras indígenas, entre outros.

O agronegócio canavieiro articula entre formas de produção distintas (latifúndios, pequenas propriedades e produção industrial), estabelecendo novos elos de interesse comum para a reprodução do capital. Trata-se de uma atualização do modelo de desenvolvimento capitalista diante do contexto da globalização e da abertura do comércio internacional.

Como vemos acima, o agronegócio é a expansão do setor agropecuário, onde o mesmo faz alianças e contratos entre os agricultores e as cadeias agroindustriais para obter mais ganhos, contando ainda com o apoio destacado das políticas públicas.

---

<sup>66</sup> Plantation é um tipo de sistema agrícola baseado na monocultura de exportação mediante a utilização de extensas áreas, ou grandes latifúndios, e, também, na sua maioria com a presença da mão-de-obra escrava ou assalariada. Foi bastante utilizado no período de colonização principalmente no cultivo de gêneros tropicais, como no caso do Brasil, os cultivos de café e cana-de-açúcar.

<sup>67</sup> Para desenvolver ainda mais o seu caráter concentrador de terras e capitais, o agronegócio utiliza-se de algumas estratégias que são: valorização de terras, sua própria internacionalização, transferência de renda da sociedade para os agricultores, ganho de imagem da agricultura, queda na resistência aos produtos transgênicos, problemas graves na oferta de fertilizantes, problemas na oferta de alguns defensivos, máquinas, colhedoras e equipamentos industriais, aceleração na profissionalização do agronegócio, dentre outras (NEVES e CONEJERO, 2007).

O agronegócio canavieiro recebe ênfase por ser a grande possibilidade para o campo brasileiro. O discurso ideológico se faz presente, exatamente, no sentido de demonstrar que os problemas rurais brasileiros encontram-se superados, tendo em vista as perspectivas de aumento da produção e da produtividade, e não as condições de vida daqueles que vivem no campo – os trabalhadores rurais e camponeses (SOUZA, 2010).

Para fundamentarmos o que foi dito, vemos diariamente através de jornais e artigos que as diversas empresas difusoras do agronegócio canavieiro, como exemplo, as de máquinas e outras tecnologias, ostentam resultados positivos a respeito do modelo. Este se apresenta com fortes perspectivas de crescimento, além da mídia televisiva que apresenta os resultados do mesmo com ênfase na produção e exportação do etanol e do açúcar, não mostrando as consequências disso, como expropriação de camponeses, o uso de terras devolutas, principalmente no Estado de São Paulo, entre outras.

Por meio deste discurso, é suplantada a necessidade de revisão da estrutura fundiária brasileira, em direção à reforma agrária, assim como uma política de manutenção do homem no campo, a menos que seja enquanto “agricultor familiar” sujeitado as demandas do agronegócio (SOUZA e CONCEIÇÃO, 2008).

Vale ressaltar que, o agronegócio canavieiro nos mostra duas facetas. A primeira já foi apresentada anteriormente, que seria a modernização da agricultura, elevação da produtividade; enfim, todos os aspectos positivos. A outra faceta engloba os aspectos negativos. Estes têm sido apontados pelos movimentos sociais, entidades e alguns pesquisadores como responsáveis pelo esgotamento da fertilidade natural das terras, quando as empresas vão à busca de novas áreas de arrendamento ou parceira, inclusive de pequenos proprietários, deixando para trás a terra arrasada (FABRINI, 2008). Ainda há a contaminação e destruição de mananciais e cursos d'água, pois normalmente utiliza-se água para irrigação das lavouras.

Diante disso, acrescentamos os conflitos que já estão acontecendo pelo Brasil afora em torno do acesso à água, como por exemplo, a transposição do rio São Francisco para atender às necessidades do agronegócio frutícola daquela região. “Na realidade, o conflito pela água, vinculado às disputas em torno do acesso a terra vem sendo objeto de pesquisas no âmbito do CEGeT” (Centro de Estudos de

Geografia do Trabalho)<sup>68</sup>, sendo que os resultados apesar de importantes ainda não são significativos, mas indicam a necessidade de realização de novos estudos.

Outra determinante do agronegócio canavieiro seria a geração de empregos diretos e indiretos que se constitui em mais um mito, pois além da baixa remuneração que são oferecidas aos trabalhadores (cortadores de cana, principalmente), os postos de trabalho gerados pelo mesmo estão muito aquém, se comparados com os empregos gerados pela pequena propriedade (assentados, agricultores familiares).

Portanto, entendemos que o agronegócio canavieiro perpassa por vários setores deste modo de produção capitalista (economia, campo, cidade, indústria), tendo o apoio incondicional do Estado e das classes sociais dominantes brasileiras (grandes produtores, empresas capitalistas, comerciantes, entre outras), e vindo contra os interesses do grupo de luta pela terra (MST). Por ser alvo de discussões e embates ideológicos, tem-se a sensação de que tais disputas de interesses entre classes permanecerão por décadas.

## 2.2 – OS DESDOBRAMENTOS DO AGRONEGÓCIO CANAVIEIRO NO BRASIL

No Brasil, a partir da segunda metade do século XX, o agronegócio canavieiro passou por diversas transformações, fundamentado não apenas pela modernização tecnológica da agricultura e da planta processadora, mas também por diversos fatores relevantes, tais como a abertura da economia internacional e a globalização, impondo novas condições à competitividade<sup>69</sup>.

Estudos mostram, que as mudanças, grande parte das quais com efeitos extraordinários na estrutura do campo brasileiro, geram forte impacto no desenvolvimento social, cultural, político e econômico do País, contribuindo para o equilíbrio das contas públicas e para a inserção do Brasil no mercado globalizado, porém com certas imposições e restrições<sup>70</sup>.

A situação da agricultura brasileira, no plano internacional, tende a enfrentar grandes transformações em função basicamente das mudanças que vem se

---

<sup>68</sup> Cf. THOMAZ JÚNIOR, 2009.

<sup>69</sup> Cf. EMBRAPA, 2003.

<sup>70</sup> Ibidem.

verificando na base tecnológica da produção, tendo, de um lado, a expansão da biotecnologia e, de outro, a tendência de se acelerar os passos para a transição da matriz energética no mundo.

No entanto, do ponto de vista do capital, esse processo tende a promover, outras dinâmicas, como:

1– O crescimento do setor industrial voltado para a produção agrícola, desde a produção de máquinas, equipamentos e insumos, passando pela agroindustrialização e comercialização desses produtos em escala mundial;

2– O aprofundamento da concentração das grandes empresas transnacionais, agravando o ciclo de dependência, reduzindo ainda mais a capacidade de autonomia dos agricultores e submetendo-os a uma acentuada elevação dos custos de produção;

3– A ampliação da participação de empresas estrangeiras nas exportações dos países que possuem um Produto Interno Bruto (PIB) dependente do setor agrícola; como é o caso do Brasil;

4 – Aumento da competitividade entre os países produtores e exportadores de produtos agropecuários, como por exemplo, a cana-de-açúcar;

5– A elevação das escalas de produção e da produtividade, com a conseqüente redução estrutural dos preços recebidos pelos produtores e, também, a valorização econômica de produtos destinados à monocultura e à exportação, como é o caso do agronegócio canavieiro, e

6– O aumento da importância dos produtos agrícolas na pauta de exportação dos países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil<sup>71</sup>.

Todas essas características são de grande relevância para o desenvolvimento do modelo de crescimento econômico adotado no Brasil. Contudo, o Estado e a mídia tratam do agronegócio canavieiro brasileiro como sendo a salvação do desenvolvimento do campo brasileiro, ocultando a realidade de embates e lutas por terra em todo o país. Alguns autores chegam a pensar que, com isso, a questão do campo já está resolvida.

---

<sup>71</sup> Ibidem.

Segundo a Embrapa (2003), a década de 1970 pode ser caracterizada como o período de internacionalização, modernização ou – ainda – globalização do modelo de produção agrícola intensiva em insumos e tecnologia, período no qual foi denominado de “Revolução Verde”<sup>72</sup>, tendo requerido de países como o Brasil a implementação de políticas públicas ativas para sua viabilização, como: políticas de crédito rural, de assistência técnica pública, de pesquisa e desenvolvimento apropriados à agricultura tropical e políticas de implantação de indústrias de insumos básicos (fertilizantes, corretivos, defensivos agrícolas etc.).

Durante a revolução, a geração de novos conhecimentos na área de Ciência, Tecnologia e Inovação, tornou-se um imperativo para a competitividade, levando ao início da estruturação de um sistema de PD&I<sup>73</sup> para o agronegócio canavieiro, com forte investimento na formação de pessoal e, com significativos impactos no mesmo.

No tocante ao setor agroindustrial canavieiro, o cultivo da cana-de-açúcar no Brasil com a produção de açúcar nos engenhos vem desde a colonização representando uma atividade de grande importância no desenvolvimento econômico do país. Sabe-se que a cana-de-açúcar não é um produto único; ela é também matéria-prima na produção do álcool anidro, hidratado, energia natural, bebidas, cosméticos, plásticos, papéis, rações animais, entre outros. O Brasil é o maior produtor de cana-de-açúcar do mundo, seguido pela Índia e Austrália, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Até pouco tempo atrás, o setor agroindustrial canavieiro no Brasil ficava de fora dos setores-alvo dos capitais externos, que na última década, absorveram uma intensa entrada de capital internacional no âmbito da produção de açúcar e álcool.

Segundo Oliveira (2003), um exemplo disso se dá na mudança da razão social da Unidade Santa Elisa, no início dos anos 90, para Cia. Energética Santa Elisa, do Grupo Maurílio Biagi. A Unidade Santa Elisa, a Unidade São Geraldo, o

---

<sup>72</sup> A Revolução Verde foi um programa inicialmente patrocinado pelo grupo Rockefeller, que deu seus primeiros passos por volta de 1943. Neste ano, surge a preocupação com a questão alimentar. Tinha como intuito contribuir no aumento da produção e da produtividade agrícola no mundo, por meio do desenvolvimento de experiência genética vegetal, onde as sementes se adequariam de acordo com o clima e o solo e seriam resistentes às doenças e pragas. Foi neste período que se desenvolveram tratamentos culturais mais eficientes. No entanto, por trás da imagem bondosa, ocultavam-se poderosos interesses econômicos (principalmente no que diz respeito a venda de insumos modernos, como sementes, máquinas, equipamentos, fertilizantes, defensivos e implementos agrícolas) e políticos ligados à expansão e fortalecimento das grandes corporações a caminho da transnacionalização, tornando os produtores dependentes do novo sistema de produção (BRUM, 1988).

<sup>73</sup> Pesquisa Científica e Desenvolvimento Tecnológico com Inovação.



Banco Bradesco e a família Junqueira foram envolvidos na transação. A participação do referido banco na transação se deu em função de um passivo financeiro, ou seja, o Bradesco assumiu parte das ações do grupo que tinha dívidas financeiras com tal instituição.

Portanto, houve uma concentração de capitais por meio de fusões e aquisições de várias empresas e associações com o capital internacional, processo que continua até os dias atuais. Às vezes surgem algumas tradings<sup>74</sup> que passam a competir com empresas especializadas em atividades específicas, como por exemplo, a Coimbra Comércio e Indústria Brasileira. A mesma é controlada pelo grupo francês Louis Dreyfus que atua em mais de cinquenta países e possui presença expressiva na comercialização de *commodities* agrícolas e energéticas, sendo também uma das maiores processadoras mundiais de soja e laranja.

No Brasil, temos índices de concentração de terras muito elevados (Tabela 11). Grande parte da concentração se deve ao processo histórico dos grandes latifúndios. No entanto, entendemos que o agronegócio canavieiro levou este índice a acirrar-se ainda mais, uma vez que o modelo utiliza-se de grandes propriedades para produzir, concentrando terras e capitais.

TABELA 11 – QUANTIDADE E ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS RURAIS NO BRASIL E NO MATO GROSSO DO SUL – 2006

| Total de Hectares    | Brasil              |             | Mato Grosso do Sul |            |
|----------------------|---------------------|-------------|--------------------|------------|
|                      | Nº Estabelecimentos | Área        | Nº Estabelecimento | Área       |
| Menos de 10          | 2.477.071           | 7.798.607   | 13.396             | 64.816     |
| De 10 a menos de 100 | 1.971.577           | 62.893.091  | 29.277             | 873.699    |
| Menos de 100         | 4.448.648           | 70.691.698  | 42.673             | 938.515    |
| De 100 a 1000        | 424.906             | 112.696.478 | 15.286             | 5.995.105  |
| Acima de 1000        | 46.911              | 146.553.218 | 6.603              | 23.123.307 |
| Total                | 5.171.489           | 329.941.393 | 64.862             | 30.056.947 |

FONTE: Censo Agropecuário, 2006.

ORG.: DOMINGUES, A. T., 2010.

<sup>74</sup> Empresas voltadas para a comercialização que, tradicionalmente, atuam no setor em todos os segmentos da distribuição, como negociação, transporte, financiamento, seguro, etc.

Notamos, por meio da Tabela 11, que a concentração de terras no Brasil é marcante. Há quase 2,5 milhões de propriedades com menos de 8 milhões de hectares no Brasil, enquanto na outra extremidade, há pouco mais de 46 mil propriedades com uma área de mais de 146 milhões de hectares<sup>75</sup>.

No Mato Grosso do Sul, a concentração é ainda mais acentuada, pois em mais de 13 mil estabelecimentos rurais não somam 65 mil hectares, ao passo que, apenas 6.603 estabelecimentos reúnem mais de 23 milhões de hectares, detendo mais de 76% das terras sul-mato-grossenses.

O setor canavieiro nos deixa claro que uma de suas estratégias é investir em novas fronteiras agrícolas de produção; principalmente, devido a não se ter organizações e movimentos que contradizem com o seu projeto de crescimento, juntamente com o preço da terra pago por meio de arrendamentos e compras, ou seja, terras mais baratas e com pouca organização sindical.

A Dreyfus é um exemplo disso. Logo após fazer a fusão com a Santa Elisa Vale, o grupo noticiou que continuará firme e que projetos “greenfield<sup>76</sup>” já estão sendo traçados, sendo as novas fronteiras, dentre elas, Mato Grosso do Sul<sup>77</sup>, o principal destino.

Vale ressaltar que no setor agroindustrial canavieiro, como em vários outros setores do agronegócio, há uma apropriação da renda da terra. O preço da produção é ditado pelo mercado, ou seja, na circulação, pelo capital agroindustrial<sup>78</sup>.

No Brasil, a partir do final da década de 1980, após a crise do petróleo, iniciou-se uma nova fase na produção da cana-de-açúcar, na qual, além de incentivos do governo através do Proálcool, houve o processo denominado por Thomaz Junior (1989) de “territorialização do monopólio”. A produção, que até então

---

<sup>75</sup> Cf. INCRA, 2003.

<sup>76</sup> Projetos Greenfield, quer dizer projetos iniciados a partir do zero, ou seja, unidades agroprocessadoras que ainda serão construídas.

<sup>77</sup> Notícia publicada no site: <<http://ethanolbrasil.blogspot.com/2009/10/ldc-sev-traca-planos-para-novas-usinas.html>>, no dia 28 de outubro de 2009, com o título: LDC-SEV traça planos para novas usinas. Acesso em: 20/05/2010.

<sup>78</sup> No caso do capital, tem-se duas formas de apropriação, conforme Oliveira (1981). A primeira ocorre quando a produção subordina a circulação, ou seja, quando o preço do produto é ditado na produção. A segunda forma de apropriação se dá quando a circulação subordina a produção, ou quando o preço dos produtos são impostos na circulação. O exemplo mais visível está na agroindústria canavieira que, “mediada pela ação do Estado, tem conseguido subordinar totalmente a produção à circulação, processo esse denominado por territorialização do capital”. Afirma ainda, que esta prática do capital comercial e industrial tem se constituído, ou seja, sujeitar a agricultura aos seus ditames. Ao estabelecer o monopólio na circulação, o capital subjuga os produtores de um lado e os consumidores de outro. Esta forma tem sido gradativamente aderida pelos grandes capitais, principalmente as multinacionais.

era desenvolvida pela livre iniciativa do usineiro ou a mando do Estado, começa a ser capturada pelo capital agroindustrial em consonância com o capital financeiro que passam a ditar as regras em todo o processo produtivo, ou seja, desde o plantio da cana até o produto final (o açúcar ou álcool, de acordo com o que o mercado interno ou externo necessita).

A Dreyfus pode ser um exemplo, uma vez que toda a sua produção, ou safra, é vendida antecipadamente ao mercado externo, por meio de contratos, ou seja, está a serviço do capital internacional, seguindo regras e normas que são impostas “de fora para dentro”, considerando que o grupo é composto de capital estrangeiro e provavelmente faz remessas de lucros<sup>79</sup>.

Isso acaba refletindo nas decisões tomadas pelas agroindústrias no que diz respeito a “certas pressões” que as mesmas fazem sobre os trabalhadores e as empresas prestadoras de serviços para que produzam mais, sobre o preço pago aos proprietários de terras (na maioria arrendamentos, no caso da Dreyfus) para conseguirem o menor preço possível, buscando se “apropriar” da mesma, entre outros.

Nesse sentido, Oliveira (1981) corrobora quando fala que a terra não é capital, e o lucro e a renda da terra são produzidos e apropriados por distintas classes sociais (caso das agroindústrias canavieiras). No entanto, Martins, (1983, p. 159-160) diz que a “terra não é produto nem do trabalho assalariado nem de nenhuma outra forma de trabalho”, ou seja, “é um bem natural, que não pode ser reproduzido, não pode ser criado pelo trabalho [...], a terra não é a materialização do trabalho humano, mas se transforma em mercadoria”. Ao analisarmos as formas de apropriação da renda da terra, notamos que a renda pode ser apropriada pelo capitalista ou pelo proprietário da terra.

A partir do momento em que o proprietário estabelece um contrato de arrendamento, parceira ou de fornecimento de cana-de-açúcar com a Dreyfus, o mesmo cria uma ligação de dependência do capital internacional, pois além dos contratos que são realizados, a empresa faz empréstimos aos seus “parceiros”. Isso configura o que Martins (1995) denomina de “sujeição da renda da terra ao capital”.

Dando continuidade, vale ressaltar que, a busca de inovações tecnológicas tem destinado boa parte dos recursos e das pesquisas para o setor agroindustrial

---

<sup>79</sup> Constatado em pesquisa de campo.

canavieiro. Também houve mudanças técnico-organizacionais na lavoura canavieira que de acordo com os objetivos industriais visam estratégias para o aumento na produtividade.

Os resultados foram aparecendo aos poucos após as inovações. Entre eles, encontramos: o aumento do tempo da colheita, que em 1950 era de no máximo 5 meses e hoje pode chegar de 8 a 10 meses<sup>80</sup>, dependendo das condições pluviométricas; desenvolvimento de novas variedades da cana-de-açúcar, através de pesquisas<sup>81</sup>, que facilita a colheita antes do ciclo natural e de acordo com a especificidade de cada região produtora; aumento significativo na mecanização do corte da cana-de-açúcar; expansão da área plantada; incorporação de outras regiões que até então não eram tradicionais na produção, como exemplo o Mato Grosso do Sul; substituição gradativa da maturação natural por maturação química<sup>82</sup>; eficiência do maquinário fabril, entre outros.

No tocante à modernização da planta fabril, Oliveira nos diz, que

[...] os avanços obtidos na capacidade de extração e de operação das moendas têm produzido reflexos diretos nos índices de produtividade de várias empresas. Estes avanços têm ocorrido em função da adoção de novas tecnologias, especialmente pela instalação de máquinas e equipamentos periféricos e de novos procedimentos operativos [...] (2009, p.71).

Com isso, podemos afirmar que, no Mato Grosso do Sul, as inovações ainda estão em processo de implantação. No que diz respeito aos projetos *greenfield*, eles já estão sendo implantados com a tecnologia disponível, principalmente por conta

---

<sup>80</sup> Este é o caso da Dreyfus que, no decorrente ano, começou sua colheita em março e pretende se estender até dezembro de 2010.

<sup>81</sup> O IAC (Instituto Agrônomo de Campinas) produz a variedade IAC, o PLANALSUCAR com a variedade RB, o CTC (Centro de Tecnologia Canavieira) com a variedade CTC e a COPERSUCAR produz a variedade SP.

<sup>82</sup> O processo de maturação da cana-de-açúcar pode ser definido como o processo fisiológico que envolve a formação de açúcares nas folhas e seu deslocamento e armazenamento no colmo. Maturadores são produtos químicos que induzem o amadurecimento de plantas, causando, assim, a translocação e o armazenamento dos açúcares na planta. São utilizados para antecipar e otimizar o planejamento da colheita. Os maturadores podem, ainda, apresentar substâncias que dessecam a planta, o que favorece a queima e diminui as impurezas vegetais ou que inibem o florescimento. Cf. Agência de Informação Embrapa. 2005-2007. Disponível em: <[http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/cana-de-acucar/arvore/CONTAG01\\_90\\_2212200615441.html](http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/cana-de-acucar/arvore/CONTAG01_90_2212200615441.html)>. Acesso em: 09/06/2010. Existem vários tipos de maturadores químicos, no entanto o mais conhecido é o Glyphosate que contém em sua composição o Glifosato. O uso frequente do dessecante prejudica e muito, os pequenos agricultores, que moram ao redor dos canaviais, pois o mesmo acaba prejudicando o desenvolvimento de plantas, frutas e verduras.

dos financiamentos concedidos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) ao setor.

Notamos também que a utilização da automação microeletrônica na agroindústria canavieira, especialmente a adoção do processo ininterrupto nas indústrias de processamento de açúcar e álcool, está agregada, entre outros fatores, à necessidade de aumentar a velocidade de processamento das informações; uma vez que as operações industriais são cada vez mais complexas, necessitando por sua vez, de mais controle e de mecanismos de regulação que tornam possível tomar decisões com maior rapidez e que aumentem, tanto o nível de produtividade como a eficiência do processo produtivo.

Assim, muitas empresas, em particular a LDC-SEV, vem monitorando por meio de programas computacionais todo o processo de produção, tanto da parte agrícola como da parte industrial, tendo em vista eliminar ou diminuir o máximo possível as perdas causadas pela imprecisão no controle da produção agrícola. Isso reflete numa nova exigência, no tocante à qualificação, as habilidades e funções dos trabalhadores.

No Brasil, o sistema de PD&I<sup>83</sup> é considerado como um dos principais fatores de sucesso do agronegócio e, em particular, o agronegócio canavieiro. Isso está representado institucionalmente na Embrapa, que tem como missão a viabilização de soluções para o desenvolvimento sustentável do agronegócio no País, através da geração, da adaptação e da transferência de conhecimentos e tecnologias, em benefício de toda a sociedade.

Apesar de o agronegócio apresentar muitas variantes, há também algumas invariantes, que são fatores ou processos com forte inércia e consolidação que não sofrerão alterações, qualquer que seja o futuro<sup>84</sup>. No entanto, sabemos que muitas das invariantes não estão dadas como verdade absoluta, porém estão divididas em duas categorias, sendo a primeira do agronegócio e a segunda dos fatores relacionados à PD&I para o agronegócio (Quadro 04).

---

<sup>83</sup> Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação.

<sup>84</sup> Cf. Embrapa (2003).

QUADRO 04 – PRINCIPAIS INVARIANTES ENCONTRADAS NO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO

| 1 – Invariantes do Agronegócio.   | 2 – Invariantes da PD&I para o Agronegócio.  |
|---|--|
| Desaceleração das taxas de crescimento populacional e de urbanização;   | Aumento da demanda por tecnologias apropriadas à agricultura familiar;   |
| Elevação do nível educacional da população, inclusive nas áreas rurais;   | Incremento da capacidade de conversão do conhecimento científico em tecnologia (eficiência da pesquisa);                       |
| Maior consciência dos temas ligados ao meio ambiente e ao desenvolvimento social  | Crescente incorporação de informação, conhecimento e tecnologia no agronegócio;  |
| Aumento do poder de pressão dos movimentos sociais;   | Avanço da biotecnologia;   |
| Acirramento da competição pelos mercados associados ao processo de globalização;  | Crescente aplicação e uso da tecnologia da informação;   |
| Maiores exigências do mercado consumidor com crescimento da demanda por produtos certificados, priorizando produtos de qualidade e de origem conhecida, e produzidos com responsabilidade social e ecológica; | Fortalecimento da apropriação do conhecimento e transferência de tecnologia (propriedade intelectual);                         |
|   | Destacada participação do setor público na PD&I na maioria dos segmentos do agronegócio;                                       |
| Oligopolização dos fornecedores de insumos, dos traders, distribuição e pontos de venda com forte presença de grandes empresas;   | Aumento da complexidade e da disputa (por recursos, patentes, etc.) dentro do ambiente de ciência e tecnologia do agronegócio; |
| Gradativa incorporação da agricultura familiar/pequeno produtor na economia de mercado;   | Elevação dos custos de PD&I;   |
| Multifuncionalidade do espaço rural, com introdução de práticas não típicas e não agrícolas no setor rural;   | Multidisciplinaridade nas ações de PD&I;   |
| Existência de grandes diferenças socioeconômicas macrorregionais, especialmente entre o Norte-Nordeste e o Centro-Sul;  | Aumento da pesquisa em apoio à melhoria da qualidade dos produtos, do meio ambiente e dos processos de gestão;                 |
| Redução do número de produtores e da mão-de-obra ocupada diretamente na agricultura;  | Avanço da participação do setor privado em segmentos específicos da PD&I para o agronegócio;                                   |

FONTE: Embrapa, 2003.

ORG.: DOMINGUES, A. T., 2010.

Tais aspectos são registrados não apenas no Brasil, mas também no mundo do agronegócio como um todo, gerando uma situação muito semelhante em outros países e este conjunto de elementos traz um impacto social sem precedentes. Segundo Viladesau (2008), no Paraguai foram encontrados casos de morte e intoxicações de trabalhadores rurais e morte de animais domésticos por agrotóxicos, sendo citado o Roundup<sup>85</sup> como um dos propulsores do problema, que está apenas no início.

As ações do agronegócio no Brasil desencadeiam em ações no agronegócio canavieiro, que se pautam pela especialização produtiva, pela monocultura voltada para a exportação, pela adoção de tecnologias de ponta e de produção em larga escala, pela dependência das tecnologias “modernas” (biotecnologia) e numa visão predatória de “exploração” dos ecossistemas, dos recursos naturais e da mão-de-obra.

As exportações do agronegócio canavieiro vem aumentando ao longo dos anos (Tabela 12) e em 2009 já representava cerca de 15% das exportações do agronegócio brasileiro (dentre os principais produtos estão a soja, o milho, o café, carnes entre outros).

---

<sup>85</sup> Herbicida utilizado na lavoura canavieira e de grãos para o controle de ervas daninha no pré-plantio das mesmas. É fabricado pela Monsanto cuja base é o glifosato. É nocivo à saúde, inclusive em doses mínimas, segundo alguns autores. Existe várias classificações, como: Roundup Original, Roundup Ready, Roundup WG, Roundup Transorb, Roundup NA, Roundup Ultra e Roundup Transorb R.

TABELA 12 – PARTICIPAÇÃO DO AGRONEGÓCIO CANAVIEIRO NA BALANÇA COMERCIAL DO AGRONEGÓCIO 2000 A 2009 (BILHÕES DE US\$)

| Ano         | Exportações |        |        | Participação do Açúcar / Etanol no Agronegócio |
|-------------|-------------|--------|--------|--|
|             | Agronegócio | Açúcar | Etanol |  |
| <b>2000</b> | 20.594      | 1.199  | 35     | 6%   |
| <b>2001</b> | 23.857      | 2.278  | 92     | 9,9%   |
| <b>2002</b> | 24.840      | 2.090  | 169    | 9,1%   |
| <b>2003</b> | 30.645      | 2.140  | 158    | 7,5%   |
| <b>2004</b> | 39.029      | 2.640  | 498    | 8%   |
| <b>2005</b> | 43.617      | 3.919  | 766    | 10,7%  |
| <b>2006</b> | 49.465      | 6.167  | 1.476  | 15,5%  |
| <b>2007</b> | 58.420      | 5.100  | 1.467  | 11,2%  |
| <b>2008</b> | 71.806      | 5.539  | 2.390  | 11%  |
| <b>2009</b> | 64.756      | 8.378  | 1.338  | 15%  |

FONTES: MAPA<sup>86</sup>, baseado na AgroStat Brasil, SECEX/MDIC.  
ORG.: DOMINGUES, A. T., 2010.

Notamos que, mesmo com as exportações do agronegócio brasileiro aumentando gradativamente, o setor canavieiro tem acompanhado, senão tido um crescimento maior que o anterior, pois além de aumentar sua produção, avançou também no percentual de participação do mercado de produtos que são exportados. Em 2000, representava 6% e em 2009, 15% do total do agronegócio exportado.

Além disso, reparamos que a cada ano, novos recordes são alcançados, chegando a ter um superávit de mais de 8,3 bilhões e 1,3 bilhão respectivamente nas exportações de açúcar e álcool. Ainda com relação a 2009, houve um crescimento na exportação de açúcar e um recuo na de álcool. Isso se deve ao fato de que a produção da Índia, que atualmente é o maior mercado consumidor de açúcar, foi relativamente baixa por conta das chuvas torrenciais que atingiram a região.

<sup>86</sup> Informações obtidas no portal do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), no endereço:  
<[http://www.agricultura.gov.br/pls/portal/docs/page/mapa/menu\\_lateral/agricultura\\_pecuaria/relacoes\\_internacionais/promocoes\\_internacionais/indicadores\\_agronegocio/S%C9RIE%20HIST%D3RICA%20BCA%20RESUMIDA%201989-2009.XLS](http://www.agricultura.gov.br/pls/portal/docs/page/mapa/menu_lateral/agricultura_pecuaria/relacoes_internacionais/promocoes_internacionais/indicadores_agronegocio/S%C9RIE%20HIST%D3RICA%20BCA%20RESUMIDA%201989-2009.XLS)>.



Segundo a Conab (2010)<sup>87</sup>, a agricultura brasileira está fortemente voltada ao agronegócio, pois em 2009 enquanto a área da cultura do binômio soja/milho foi de 23,2 e 12,9 milhões hectares respectivamente, a dos alimentos mais consumidos no Brasil, o arroz e o feijão, juntos atingiram apenas 6,7 milhões de hectares, ou seja, três vezes menos que a produção de commodities. Isso reforça a opção do Brasil por culturas que sustente o agronegócio e importe alimentos.

A área cultivada com as principais culturas (algodão, amendoim, arroz, feijão, girassol, mamona, milho, soja, sorgo, aveia, canola, centeio, cevada, trigo e triticale<sup>88</sup>) para a safra de 2009/10 é estimada em 47,65 milhões de hectares, equivalendo a mesma área plantada em 2008/09. A soja apresenta crescimento em todos os Estados produtores, com a exceção de Mato Grosso do Sul, onde a cultura perde área para o cultivo da cana-de-açúcar, devido à implantação de novas usinas no Estado (CONAB, 2010).

Já no tocante à produção, vemos a consolidação deste modelo agrícola, pois a safra de 2009/10 tem um montante estimado em mais de 67 milhões e 51 milhões de toneladas para as respectivas culturas de soja/milho, enquanto que o arroz e o feijão serão em torno de 11 milhões e 3,5 milhões de toneladas cada um.

Contudo, não podemos nos esquecer de outra commodity citada acima, que também tem se expandido muito na última década, que é a cana-de-açúcar (Figura 12). Segundo dados da Conab e do Mapa, na safra 2000/01 tínhamos uma extensão territorial ocupada com a cana-de-açúcar em torno de 4,8 milhões de hectares. Já na safra 2009/2010, a estimativa é de mais de 7,5 milhões de hectares, ou seja, em uma década houve um crescimento de 56,5%. Lembramos, também, que o desenvolvimento do setor canavieiro no Brasil, se deu com mais intensidade na região Centro-Sul do país (Figura 13).

A área de cana-de-açúcar plantada está em constante crescimento no Brasil. No ano de 2000, havia uma área de mais de 4,8 milhões de hectares ocupados com tal cultura. Uma década depois, obteve-se um crescimento de mais de 53,5%, atingindo o montante de 7,4 milhões de hectares em 2009.

---

<sup>87</sup> Sexto levantamento realizado em março de 2010.

<sup>88</sup> É o resultado da hibridação de duas culturas distintas (trigo e centeio).

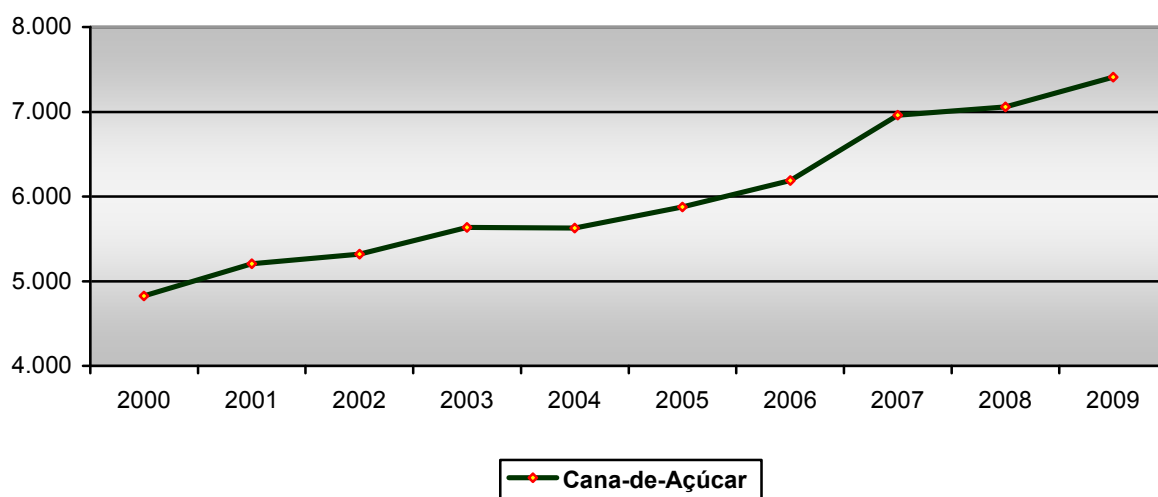


FIGURA 12 - ÁREA PLANTADA DE CANA-DE-AÇÚCAR NO BRASIL – 2000/2009 (MIL HECTARES)

FONTES: Mapa, IBGE e Conab.

ORG.: DOMINGUES, A. T., 2010.

A região Centro-Sul do país é a que obteve maior crescimento de área plantada nos últimos anos. Segundo a Conab (2010b), a região Centro-Sul teve um aumento de mais de 9% em área plantada contra 5% alcançada pela região Norte-Nordeste. Também lembramos que dos 8 milhões de hectares plantados com a gramínea, mais de 85% se encontra em tal região.

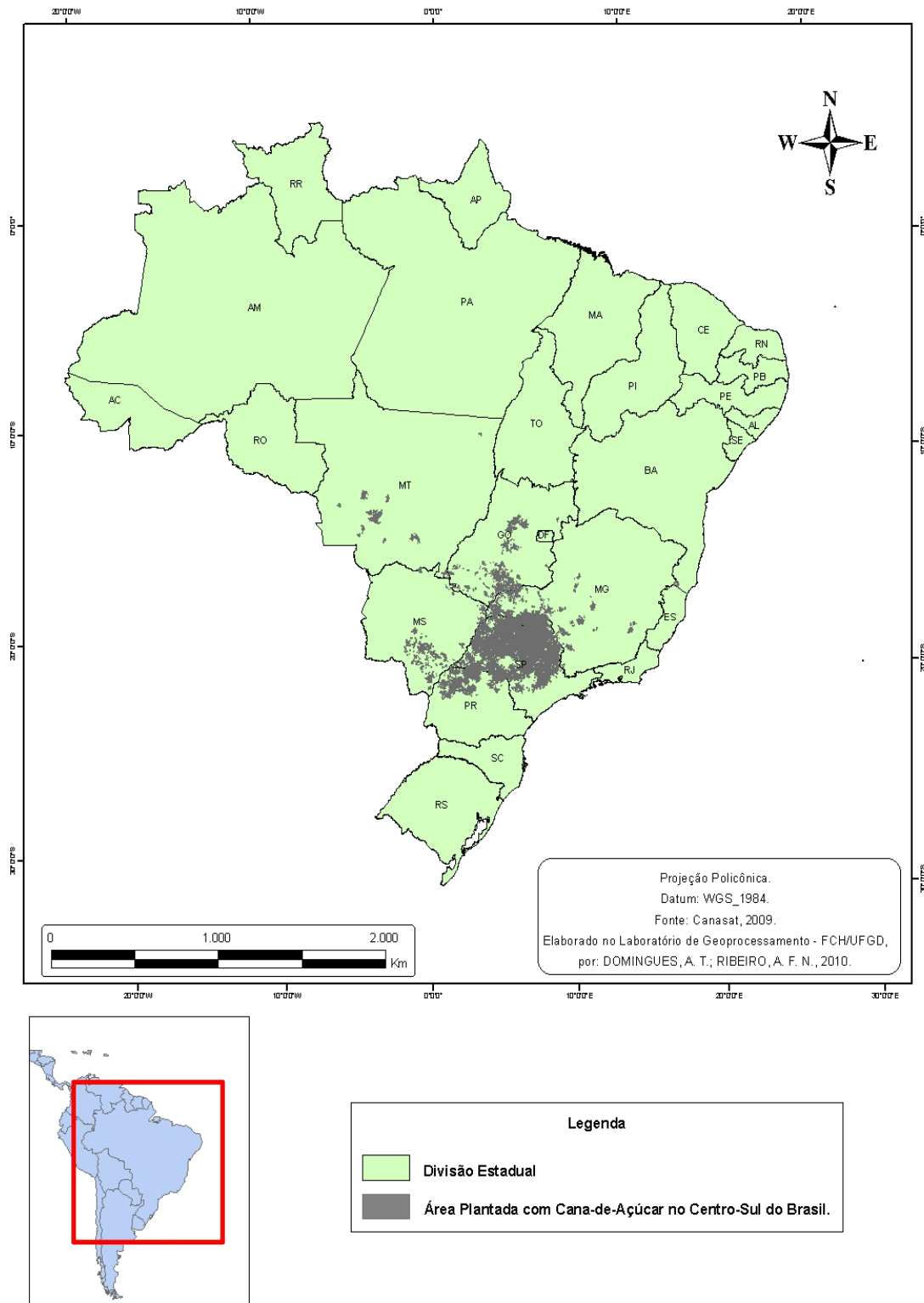


FIGURA 13 – EXPANSÃO CANAVIEIRA NA REGIÃO CENTRO-SUL DO BRASIL – 2009

A Figura 13 ilustra quais os estados brasileiros, principalmente na Região Centro-Sul, há uma maior propagação da expansão canavieira. No que diz respeito à produção da cana-de-açúcar no Brasil (Figura 14), vemos que esta também encontra-se em expansão, assim como o agronegócio da soja e do milho. No entanto, há uma taxa de crescimento maior que os mesmos, pois segundo o IBGE e a Conab, na safra 2000/01, havia uma produção de mais de 331 milhões de toneladas de cana processada<sup>89</sup>. Na última safra analisada (2009/10), há um total de 612 milhões de toneladas, o que nos mostra um crescimento de quase 85%. Esta taxa é superior às existentes em outras culturas, consolidando a cana como um propulsor do agronegócio.

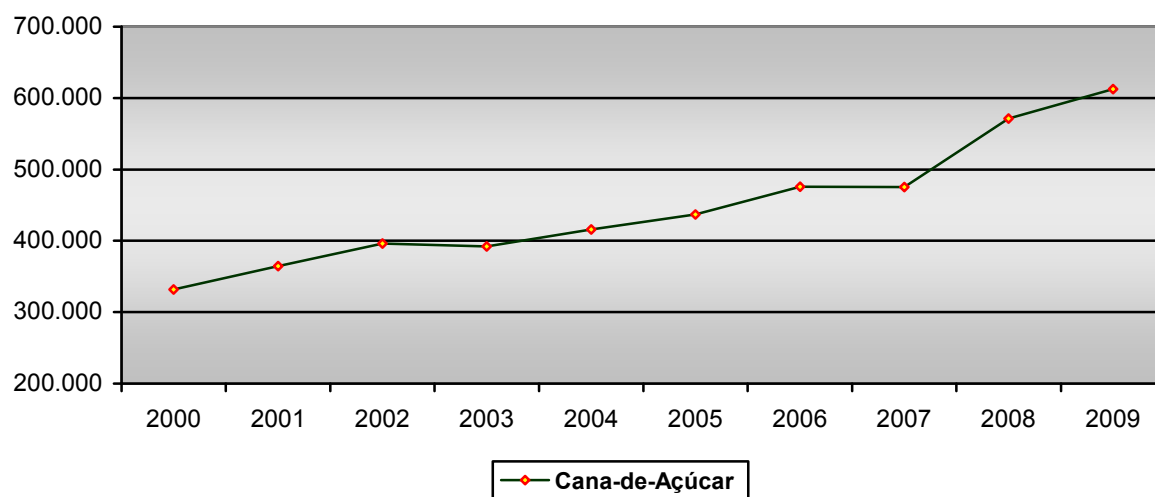


FIGURA 14 - PRODUÇÃO DE CANA-DE-AÇÚCAR NO BRASIL – 2000/2009 (MIL TONELADAS)

FONTES: IBGE e Conab.

ORG.: DOMINGUES, A. T., (2010).

Notamos que houve um crescimento mais intenso da cultura da cana no período de 2005 a 2009 (Tabela 13). Todavia, este dado apresenta algumas divergências quanto aos valores divulgados pela Conab (por motivo de fornecerem dados estimados e não realizados); ainda assim, o resultado é o mesmo, ou seja, a cada safra a produção aumenta com uma taxa de crescimento acima da média de qualquer outro produto brasileiro.

<sup>89</sup> Total de cana moída, ou seja, sem a separação entre cana moída destinada ao açúcar ou ao álcool.

TABELA 13 - PRODUÇÃO BRASILEIRA DE CANA-DE-AÇÚCAR – SAFRA 2004/2009 (TONELADAS)

| Regiões                    | Safras             |                    |                    |                    |                    |
|----------------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|
|                            | 2005               | 2006               | 2007               | 2008               | 2009               |
| <b>Norte/<br/>Nordeste</b> | 48.345.359         | 54.405.520         | 64.609.676         | 64.099.738         | 56.412.228         |
| <b>Centro/<br/>Sul</b>     | 334.136.643        | 373.912.899        | 431.233.516        | 508.638.751        | 537.558.089        |
| <b>Brasil</b>              | <b>382.482.002</b> | <b>428.318.419</b> | <b>495.843.192</b> | <b>572.738.489</b> | <b>593.970.317</b> |

FONTE: DCAA/SPAE/MAPA.  
ORG.: DOMINGUES, A. T., 2010.

Na tabela 13 notamos que, entre as safras abordadas, o ano em que houve maior incremento na produção de cana foi entre 2006 e 2007, na qual a mesma chegou a 15,7%, totalizando mais de 67 milhões de toneladas. Já na última safra (2008 e 2009), houve um crescimento mais modesto na produção, atingindo um total de aproximadamente 3,7%. Verificamos também que a participação da região Norte/Nordeste no total da produção nacional vem diminuindo a cada safra, pois em 2005 participa com 12,5% e em 2009 fechou a safra com 9,5%. Isso mostra que o capital agroindustrial canavieiro quer investir em novas fronteiras de expansão, ou seja, na região Centro-Sul.

Segundo a AGE/MAPA, que projetou previsões de safras, há uma estimativa de que no ano de 2019, o Brasil estará produzindo mais de 890 milhões de toneladas de cana-de-açúcar sobre uma área superior a 12 milhões de hectares, no qual mais de 80% da produção será na região Centro-Sul<sup>90</sup>.

É importante salientar que para se chegar aos números recordes de produção de cana-de-açúcar, a agroindústria canavieira passou por diversas fases (Quadro 05). Tais fases foram caracterizadas pela centralização de capitais, uma vez que, desde os anos de 1929 a agroindústria canavieira pautou-se na transferência de renda e na interferência estatal<sup>91</sup>.

<sup>90</sup> Assessoria de Gestão Estratégica do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

<sup>91</sup> Via financiamentos subsidiados, armazenamento e comercialização, pesquisa e assistência técnica entre outros.

QUADRO 05 – PRINCIPAIS FASES DA AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA NO BRASIL

| <b>Período</b> | <b>Acontecimentos</b>   | <b>Política Adotada</b>                                 | <b>Resultados Principais</b>  |
|----------------|---|---|---|
| 1929-33        | Crise mundial/ superprodução de açúcar.<br>Disputa de mercado (PE x SP)   | Criação do IAA (quotas de produção, controle de preços) | Controle da produção nacional e estabilização dos preços  |
| 1939-45        | II Guerra Mundial. Problemas com abastecimento de gasolina e açúcar em SP                                       | Incentivo ao “álcool-motor”                             | Aumento da produção paulista  |
| 1959-62        | Problemas sociais no NE e erradicação dos cafezais em SP  | Tentativa de modernização da produção do Nordeste       | Exportação para os EUA.<br>Crescimento da produção paulista   |
| 1968-71        | Alto preço internacional, falta de açúcar no mercado mundial  | Modernização da Agroindústria                           | Expansão da produção paulista   |
| 1974-75        | Queda nos preços mundiais do açúcar. Primeiro choque do petróleo  | Proálcool   | Crescimento da produção de álcool anidro  |
| 1979-83        | Segundo Choque do petróleo  | Reforço do Proálcool                                    | Crescimento da produção de álcool hidratado   |
| 1985-89        | Reversão de preços do petróleo, crise nas finanças públicas e falta de álcool                                   | Investimentos na produção nacional de petróleo          | Quebra da confiança do álcool combustível   |
| 1990-99        | Extinção do IAA<br>(Brasil: maior produtor mundial protecionismo/ subsídios, fontes e alternativas energéticas) | Medidas paliativas. CIMA, PACTO, CONSECANA              | Preços e mercados instáveis   |
| Pós 2000       | Reestruturação produtiva. Questão social e ambiental. Racionamento de energia.                                  | Investimentos em novas pesquisas e tecnologias          | Mercados mais instáveis e redução severa na mão-de-obra. Expansão do setor para outros estados brasileiros (MS, MT, GO, entre outros) |

FONTE: Belik, W. e Vian, C. E. F. 2003.

ORG.: DOMINGUES, A. T., 2010.

Ao analisarmos o Quadro 05, verificamos que em quase todos os recortes temporais mostrados, temos um aumento do setor agroindustrial canavieiro no Estado de São Paulo, despontando, a partir daí, a região Centro-Sul como líder do cultivo da cana no país, deixando a região Norte-Nordeste em segunda posição.

No período pós-2000, mais precisamente em 2001, encontramos o maior racionamento de energia elétrica vivido pelo país. Isso serviu de alguma forma para marcar a biomassa de cana como uma das formas de co-geração de energia e incentivar os empresários do setor a projetarem investimentos na ampliação da produção de energia nas agroindústrias canavieiras.

Diante desse quadro as unidades agroindustriais canavieiras começam a investir na co-geração de energia e para tanto, buscam financiamentos no BNDES, onde conseguem até 80% do investimento. O financiamento seria favorável, pois uma usina hidrelétrica ou nuclear custaria muito mais e alongaria o prazo para o seu término<sup>92</sup>.

O aumento da geração de energia a partir de fontes alternativas, a redução do consumo de combustíveis fósseis, bem como o desenvolvimento de novas tecnologias no setor agropecuário são os principais segmentos a serem explorados no Brasil, segundo o MCT (Ministério da Ciência e Tecnologia). Assim, o setor agroindustrial canavieiro já começa a visualizar a possibilidade de novos negócios através da co-geração de energia a partir da queima do bagaço, da produção de álcool combustível e também do sequestro de carbono<sup>93</sup> (OLIVEIRA, 2003).

No tocante ao álcool, Neves e Conejero (2007) estimam baseados em estudos da Nipe/Unicamp (Núcleo Interdisciplinar de Planejamento Energético), que os investimentos nos próximos 20 anos no Brasil serão em torno de US\$ 10 bilhões por ano, com o qual o país poderá se tornar um grande abastecedor internacional de etanol, podendo substituir até 5% da demanda mundial de gasolina.

---

<sup>92</sup> Segundo o CBCME (Comitê Brasileiro do Conselho Mundial de Energia), a construção de uma usina hidrelétrica de grande porte leva em média de oito a onze anos, com um custo por KW de US\$ 2 mil. Uma usina nuclear demora praticamente o mesmo tempo para ser construída, com um custo por KW entre US\$ 4 e 5 mil. Uma termelétrica a gás leva em torno de dois anos para ser construída, mas o custo do quilowatt ainda é alto, mais ou menos US\$ 1 mil. Já a co-geração a partir do bagaço de cana-de-açúcar leva aproximadamente um ano para se efetuar, a um custo de US\$ 400 o quilowatt.

<sup>93</sup> O sequestro de carbono fundamenta-se na preservação de áreas verdes para que as mesmas absorvam dióxido de carbono e reduzam os problemas decorrentes do efeito estufa, ou seja, as áreas verdes irão capturar o carbono emitido pelas indústrias.

Contudo, a produção nacional de álcool poderá atingir 104 bilhões de litros/ano em 2025 – 60% na região Centro-Sul e 40% na região Norte-Nordeste; com 615 destilarias com capacidade de moagem anual de 1,2 bilhão de toneladas de cana; a produção de eletricidade com o bagaço de cana será de 50.000 GWh/ano, as exportações chegarão a US\$ 31 bilhões; o aumento do PIB será de R\$ 153 bilhões, contando rendas diretas e indiretas<sup>94</sup>.

Outro aspecto interessante em termos de energia é a capacidade de co-geração das unidades produtoras de cana-de-açúcar, pois – pelos cálculos de Plínio Nastari<sup>95</sup> – o potencial de geração térmica a partir da queima do bagaço da cana hoje existente é de 8 mil MW (Itaipu dispõe de 12,6 mil MW de potência). No entanto, a potência instalada para a geração de energia por meio da queima do bagaço não passa dos 860 MW. Isso mostra o total despreparo que o Brasil possui com relação ao desenvolvimento de técnicas para um melhor aproveitamento dos recursos energéticos<sup>96</sup>.

Portanto há, no Brasil, uma relação agrária exportadora bem definida, uma vez que o campo subordinou-se aos interesses do capital. Isso, de fato, gera relações dentro deste cenário que nos faz refletir até que ponto isso ocorrerá, tendo como principal característica fundiária, a concentração de terras e a produção quase que totalmente voltada para a exportação, ou seja, o agronegócio.

### 2.3 – A DINÂMICA DO AGRONEGÓCIO CANAVIEIRO NO MATO GROSSO DO SUL

Além de incentivos na área tributária, o Mato Grosso do Sul possui condições edafo-climáticas favoráveis para o desenvolvimento das plantações de cana-de-açúcar. De acordo com Luiz Carlos Ferreira<sup>97</sup>, “no Sul do Estado, a cultura chegou a apresentar uma produtividade de 150 a 160 toneladas de cana por hectare e uma média de 100 t/h, considerando 5 cortes. O solo apresenta elevado teor de argila e o inverno é pouco chuvoso”. Ainda segundo Ferreira, “as áreas com

<sup>94</sup> Cf. NEVES e CONEJERO, 2007.

<sup>95</sup> Presidente da Datagro – Empresa de Consultoria Especializada na área de Cana-de-açúcar.

<sup>96</sup> Cf. NEVES e CONEJERO, 2007.

<sup>97</sup> Professor da Faculdade de Ciências Agrárias da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Dourados - Mato Grosso do Sul, também em entrevista realizada pelo “Jornal da Cana” no mês de maio de 2008.



topografia plana têm preços mais acessíveis do que São Paulo e Paraná, por isso acabam sendo outro fator que atrai investidores para o Estado”.

Do ponto de vista do agronegócio, Mato Grosso do Sul aparece na mídia como um dos mais dinâmicos na medida em que representa uma fronteira agrícola-econômica para a expansão de capitais. Percebe-se que o governo estadual está muito interessado em garantir a expansão das plantações de cana-de-açúcar e da agroindústria canavieira, por conseguinte, dos grupos empresariais no seu território, uma vez que acredita ser uma das formas de consolidar a mudança da matriz produtiva do Estado para uma base mais diversificada, não ficando refém simplesmente do binômio boi-soja<sup>98</sup>.

Na contramão deste cenário, temos a existência de desafios por parte do poder público, dentre os quais podemos destacar aqueles relativos ao desenvolvimento<sup>99</sup> rural e urbano dos municípios que recebem tais empreendimentos, isto é, a necessidade de se garantir para a população local, incluindo os migrantes, acesso à educação, segurança, lazer, saúde, saneamento básico (água, esgoto), habitação, transporte, etc<sup>100</sup>. Ou seja, a atividade canavieira ao gerar empregos traz consigo a obrigatoriedade de amparar os trabalhadores envolvidos no setor haja vista que os mesmos muitas vezes se deslocam no território em busca de garantir sua existência e, nesse sentido, os trabalhadores quer seja sozinhos quer seja em família carecem de recursos para se manterem.

Tais investimentos refletem os atrativos oferecidos pelo Estado para setor, uma vez que além de incentivos fiscais, dispõe de boas condições de infra-estrutura, proximidade com o mercado consumidor, expressivo estoque de terras, bem como preço reduzido em comparação com outras regiões do país, topografia plana e clima propício ao cultivo da mesma etc.

---

<sup>98</sup> Cf. AZEVEDO (2008, p. 26).

<sup>99</sup> Tudo isso se dá em torno de um desenvolvimento, que segundo Montenegro Gómez (2006, p.27), é estratégico, pois ao mesmo tempo, reproduz o capital e detém o controle social, que serviria para ajustar os “transtornos temporais” provocados pela dinâmica própria do sistema, “permitindo que os pobres (subdesenvolvidos) possam desfrutar num futuro muito próximo, das benesses que os ricos (desenvolvidos) já desfrutam”. Assim, as políticas de desenvolvimento seriam a preocupação e a consciência do sistema capitalista, saindo em ajuda dos mais necessitados. Segundo Oliveira (2009), as políticas desenvolvimentistas estão estabelecidas na Declaração Universal dos Direitos Humanos, no qual destaca o desenvolvimento como um direito que não se pode alienar do ser humano e dos povos, e que cabe ao Estado garanti-lo. Todavia, no panorama capitalista a efetivação do desenvolvimento se reverte em favor do capital, que por sua vez, se apropria das políticas implementadas pelo Estado para promover sua auto-reprodução.

<sup>100</sup> Cf. AZEVEDO (2008, p.76).

Apesar dos diversos aspectos positivos em relação à expansão canavieira em Mato Grosso do Sul, não podemos deixar de ressaltar, no entanto, a existência de muitos obstáculos relacionados à atividade econômica em jogo, sendo os principais: (a) desenvolvimento tecnológico, já que o Estado ainda é dependente de outros pólos agroindustriais para suprir suas demandas; (b) barreiras comerciais devido a questões ambientais e sociais visto que para o capital se torna viável a fluidez no território; (c) zoneamento agro-ecológico tendo em vista o ordenamento territorial para fins de expansão da cana-de-açúcar; (d) plano de logística e transporte mais eficaz e abrangente, e (e) questões indígenas através de estudos para demarcação de terras<sup>101</sup>.

Pensando nisso, o governo federal beneficia-se do PAC para trazer muitos investimentos em áreas deficitárias do Mato Grosso do Sul, como por exemplo, melhoria e ampliação da infraestrutura logística, com o objetivo de melhor escoar a produção, e aumento do potencial energético do Estado, através de investimentos na co-geração de energia<sup>102</sup>. Isto reforça a intenção de efetivar o capital canavieiro na região.

O BNDES também tem a sua cota de participação. No Estado, os seus investimentos para as indústrias cresceram mais de 849% nos primeiros nove meses de 2009 em relação ao mesmo período de 2008, saltando de R\$ 155,8 milhões para R\$ 1,4 bilhão<sup>103</sup>.

O apoio estatal é encontrado também nas leis que dão suporte e sustentam o capital agroindustrial canavieiro, como o ZEE-MS<sup>104</sup> (Zoneamento Ecológico-

---

<sup>101</sup> Cf. AZEVEDO (2008, p. 85).

<sup>102</sup> Com esses investimentos, a Louis Dreyfus conseguiu mais de 400 milhões de reais para modificar e ampliar as plantas industriais das unidades Passa Tempo e Maracaju, com o intuito de gerar energia.

<sup>103</sup> As informações são do Posto de Informações do BNDES na FIEMS – Federação das Indústrias de Mato Grosso do Sul -, informando que, no geral, os repasses para o Estado de janeiro a setembro de 2009 foram 266% maiores que os de janeiro a setembro de 2008, aumentando de R\$ 481,7 milhões para R\$ 1,7 bilhão. Segundo Fábio Fonseca (agente do Posto de Informações do BNDES na Fiems), “As maiores liberações foram para as grandes indústrias, que utilizaram o recurso como capital de giro para enfrentar a turbulência financeira”. Dados encontrados no endereço < <http://www.perfilnews.com.br/noticias/?id=176317>>. Notícia publicada em 07/10/2009. Acesso em: 20/05/2010.

<sup>104</sup> Lei nº 3.839, de 28 de dezembro de 2009, também conhecida como Programa de Gestão Territorial (PGT/MS). Tem por objetivo geral organizar programas e projetos que utilizam recursos naturais direta ou indiretamente, “assegurando a plena manutenção do capital” e dos serviços ambientais, além de ser um importante instrumento de gestão pública para o uso e ocupação do território. Reações políticas contra o mesmo foram levantadas por deputados que são contra tal lei por entenderem a mesma contrária normas federais impostas pelo ZAE Cana, abrindo caminho para o plantio de cana-de-açúcar e a instalação de unidades agroindústrias canavieira na Bacia do Alto Paraguai (BAP). Tal Bacia tem uma área de 1,2 milhão de hectares, localizada ao norte do Estado e

Econômico de Mato Grosso do Sul), que determina e direciona para o capital agroindustrial canavieiro onde se reproduzir com maior facilidade obtendo maiores lucros. No entanto, o ZEE-MS deve submeter-se ao ZARC<sup>105</sup> (Zoneamento Agrícola de Risco Climático) que – por sua vez – obedece ao ZAE Cana (Zoneamento Agroecológico da Cana-de-Açúcar), embora todos tenham a mesma finalidade, que seria o direcionamento da expansão da cana-de-açúcar.

Com relação ao ZAE Cana na questão sobre a produção de etanol e açúcar, surgiu da necessidade estratégica de se avaliar, indicar e territorializar o potencial das terras para a expansão da produção da cultura da cana-de-açúcar como base para o planejamento do uso sustentável das terras em harmonia com a biodiversidade. O seu objetivo geral compreende fornecer subsídios técnicos para formulação de políticas públicas.

O zoneamento foi analisado por meio de técnicas de processamento digital, onde procedeu-se uma avaliação do potencial das terras para a produção da cultura da cana-de-açúcar. Tomou-se como base as características físicas, químicas e mineralógicas dos solos expressos espacialmente em levantamentos de solos e em estudos sobre risco climático, relacionados com os requerimentos da cultura (precipitação, temperatura, ocorrência de geadas e veranicos) (BRASIL, 2009).

Segundo o ZAE Cana, os resultados obtidos demonstram que o país dispõe de cerca de 63,5 milhões de hectares de áreas aptas à expansão do cultivo com

---

contém muitos afluentes da Bacia do Rio Paraguai. Portanto qualquer acidente ambiental que sofrer a região, afetará diretamente o Pantanal. Disponível em: <<http://www.campogrande.news.com.br/canais/canaldacana>>. Datada do dia 05 fev de 2010. Acesso em: 01/06/2010.

<sup>105</sup> O ZARC é uma portaria que relaciona os municípios que estão aptos e que são indicados ao plantio de cana-de-açúcar em dezesseis estados brasileiros, dentre eles o Mato Grosso do Sul. É realizado pelo Departamento de Gestão de Risco Rural da Secretaria de Política Agrícola do Ministério da Agricultura. Tem como objetivo minimizar os riscos de perdas das safras em função de adversidades climáticas, indicando para cada município a melhor época de plantio. Também é utilizado pelos agentes financeiros como orientação na concessão de crédito rural e contratação de seguro para as lavouras. Disponível em: <<http://www.primeirahora.com.br/noticia.php?intNotID=22005>>. Datada do dia 24 novembro de 2009. Acesso em: 01/06/2010. No ano de 2009, segundo o Zoneamento, 77 municípios do estado estavam aptos a plantar cana desde que fossem utilizadas áreas que já estavam ocupadas com tal cultura. Já quando se trata da expansão da cultura com o plantio em novas áreas, o novo estudo é mais restritivo. Seguindo o que já havia sido determinado pelo ZAE CANA, que veda o plantio no Pantanal e Bacia do Alto Paraguai, o ZARC estipula que 20 municípios sul-mato-grossenses estão impedidos de ampliarem as áreas de canaviais. Sendo oito da região Norte (Alcinópolis, Coxim, Pedro Gomes, Rio Verde, Rio Negro, Corguinho, São Gabriel do Oeste e Sonora), dois da região pantaneira (Aquidauana e Miranda), sete do Sudoeste (Bela Vista, Bodoquena, Bonito, Caracol, Guia Lopes da Laguna, Jardim e Porto Murtinho), um do Sul (Maracaju) e dois do Cone Sul (Mundo Novo e Taquarussu). Disponível em: <<http://www.campogrande.news.com.br/canais/canaldacana>>. Datada do dia 05 fev de 2010. Acesso em: 01/06/2010.

cana-de-açúcar (Figura 15). Somente no Mato Grosso do Sul são mais de 10 milhões de hectares aptos a tal cultura (Figura 16). As estimativas do estudo revelam que o país não necessita incorporar áreas novas ao processo produtivo, podendo expandir a área de cultivo com cana-de-açúcar sem afetar diretamente as terras utilizadas para a produção de alimentos.

De acordo com o mesmo, foram selecionados quatro aspectos na delimitação das áreas, que são: temperatura média do ar, deficiência hídrica anual, índice de satisfação das necessidades de água (ISNA) e risco de geada. A partir daí, foram traçadas algumas diretrizes e objetivos (Quadro 06).

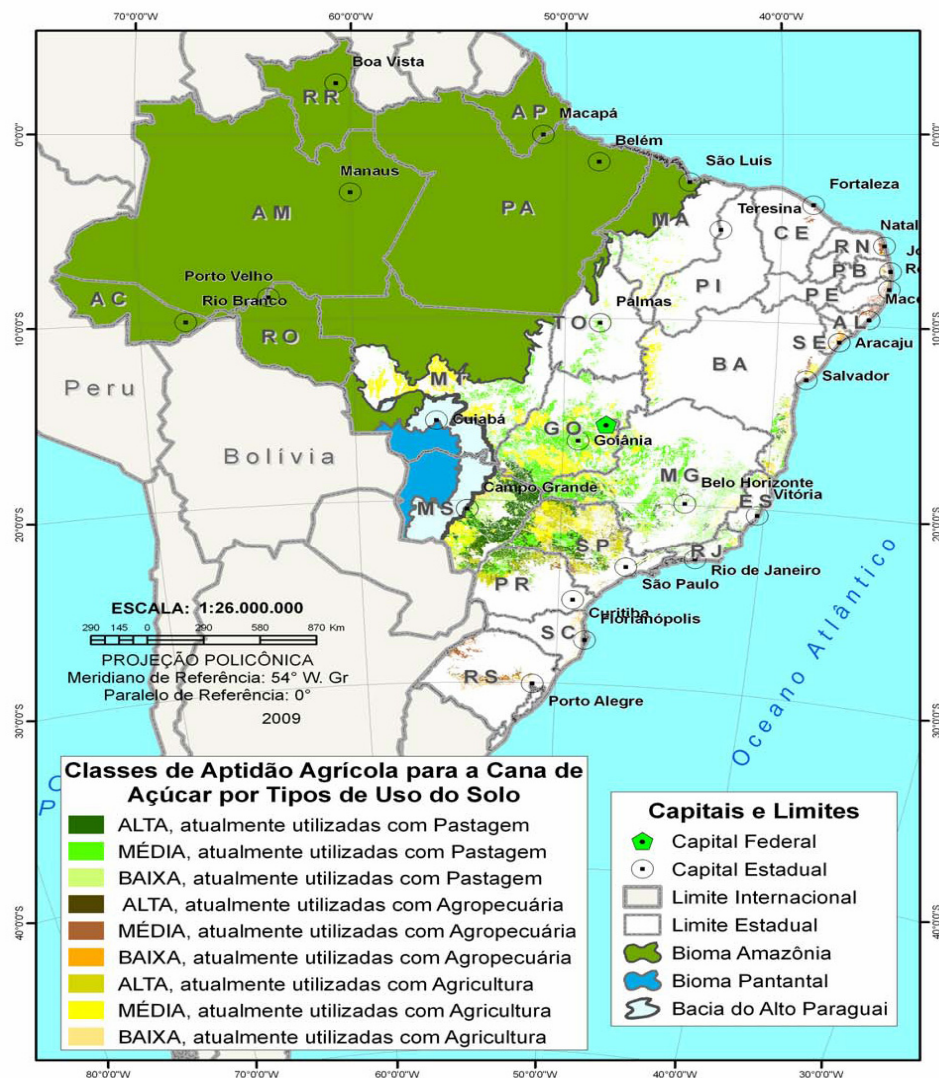


FIGURA 15 – ÁREAS APTAS AO PLANTIO DE CANA-DE-AÇÚCAR NO BRASIL – 2009

FONTE: ZAE Cana.

Analisamos por meio da Figura 15, que o ZAE Cana é um instrumento do poder público com o objetivo de formar o *Polígono do Agronegócio*<sup>106</sup> Canavieiro no Brasil, pois a maior parte das áreas que estão hábeis ao cultivo da gramínea, ou seja, áreas onde a mesma pode expandir-se sem certas restrições, permanecem intensificadas na região Centro-Sul do país.

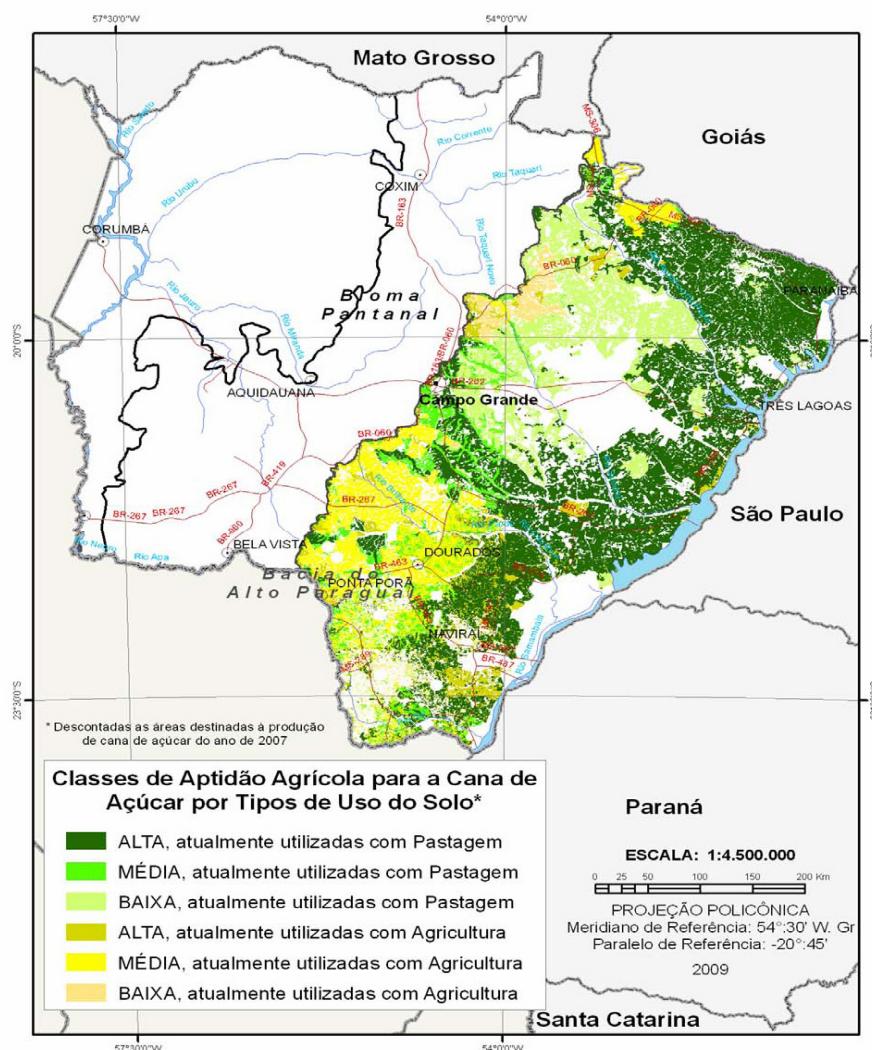


FIGURA 16 – ÁREAS APTAS AO PLANTIO DE CANA-DE-AÇÚCAR NO MATO GROSSO DO SUL – 2009

FONTE: ZAE Cana.

<sup>106</sup> Segundo Thomaz Júnior (2008, p.18-19), as pesquisas estão sinalizando que a maior parte das terras férteis agricultáveis está sob o controle dos empreendimentos do agronegócio, sendo que a cana-de-açúcar ocupa lugar de destaque não só em São Paulo, mas nas porções do território objeto da expansão recente ou que se consolidam nesse circuito; tais como Mato Grosso do Sul, Triângulo Mineiro, Sul-Sudoeste de Goiás, Noroeste do Paraná, o que o autor denomina de *Polígono do Agrohidronegócio* no Brasil.

No Mato Grosso do Sul, percebemos que a região propensa a desenvolver a cultura da cana-de-açúcar é a leste. Vemos também que se efetivarem as estimativas do governo estadual quanto à expansão da gramínea, haverá redução de grande parte das áreas com pastagem, sendo que a mesma ainda tem lugar de destaque na espacialização do Estado.

QUADRO 06 – DIRETRIZES, OBJETIVOS E IMPACTOS ESPERADOS A PARTIR DO ZAE CANA – 2009

| <b>Objetivo Geral</b>  | <b>Objetivo Específico</b>  | <b>Impactos Ambientais Esperados</b>   | <b>Impactos Econômico-Sociais Esperados</b>  |
|--|---|--|--|
| Fornecer subsídios técnicos para formulação de políticas públicas visando ao ordenamento da expansão e a produção sustentável de cana-de-açúcar no território brasileiro | Oferecer alternativas econômicas sustentáveis aos produtores rurais   | Ordenamento da produção evitando expansão em área com cobertura vegetal nativa                                   | Indução tecnológica na produção e colheita de cana-de-açúcar   |
|  | Disponibilizar uma base de dados espaciais para o planejamento do cultivo sustentável das terras com cana-de-açúcar em harmonia com a biodiversidade e a legislação vigente | Co-geração de energia elétrica diminuindo a dependência de combustíveis fósseis e gerando créditos de carbono    | A produção da cana-de-açúcar para etanol permitirá o emprego de energias limpas com o aproveitamento de créditos de carbono e outros mecanismos nacionais e internacionais que permitam atrair investimentos nas regiões destes empreendimentos.   |
|  | Fornecer subsídios para o planejamento de futuros pólos de desenvolvimento no espaço rural  |  | Aumento da ocupação permanente da mão-de-obra local com a substituição da colheita manual pela mecânica.   |
|  | Alinhar o estudo com as políticas governamentais sobre energia  | Produção de biocombustíveis de forma sustentável e ecologicamente limpa  | Geração de renda ao longo do ano durante o ciclo da cultura (estabilidade econômica e otimização do uso da mão-de-obra)  |
|  | Indicar e espacializar áreas aptas à expansão do cultivo de cana-de-açúcar em regime de sequeiro (sem irrigação plena)  | Conservação do solo e da água através de técnicas conservacionistas diminuindo a erosão dos solos cultivados     | Qualificação dos trabalhadores do setor face à tecnificação progressiva do cultivo, significando investimentos públicos e privados em educação e treinamentos especializados   |
|  | Fornecer as bases técnicas para a implementação e controle das políticas públicas associadas  | Diminuição da emissão de gases de efeito estufa pela substituição progressiva da queimada pela colheita mecânica | Organização dos fornecedores de cana em cooperativas visando à colheita mecânica<br>Investimentos em complexos agroindustriais demandando ainda outros investimentos em infraestrutura local como logística, transporte, energia e suporte técnico |

FONTE: ZAE Cana.

ORG.: DOMINGUES, A. T., 2010.

O Zoneamento não discorre sobre o Cerrado brasileiro que vem carregando o peso de metade do agronegócio brasileiro e agora terá de abrir espaço também para a produção de biocombustíveis. Um fardo e tanto para um bioma que já tem 52% de sua área ocupada, segundo pesquisas da Universidade Federal de Goiás (UFG). Apenas na região da Bacia do Alto Paraguai, no Cerrado, foi vetado o plantio de cana, devido ao nascimento da maioria dos rios que abastecem o Pantanal<sup>107</sup>.

Segundo a Repórter Brasil, para garantir o selo verde do etanol brasileiro, o governo e as agroindústrias canavieiras estão utilizando a estratégia de assegurar que a expansão da cana só ocorra sobre áreas já abertas, de pastagens degradadas ou subutilizadas, sem competir com a produção de alimentos nem agredir o meio ambiente. Porém, vale lembrar que se houver uma ocupação muito grande da gramínea, outras atividades como a agricultura e pecuária principalmente podem forçar a produção dessas em outras regiões como o Pantanal e Amazônia. Principalmente para cima da floresta amazônica, onde a terra é barata e a chuva mantém as pastagens verdes o ano todo<sup>108</sup>.

No âmbito estadual, os zoneamentos (ZEE, ZARC e ZAE Cana), mesmo com algumas divergências, estão direcionando a expansão canavieira para a região centro-leste-sul de Mato Grosso do Sul, ou seja, na Bacia do Rio Paraná.

Assim, no atual contexto de expansão da cana-de-açúcar, devemos estar atentos aos aspectos socioeconômicos<sup>109</sup>. Ao mesmo tempo, não podemos ficar alheios às questões relacionadas ao trabalho, o qual deve ser visto no bojo de uma sociedade de classes, onde as relações econômicas são conflituosas, dado os interesses serem divergentes, o que nos coloca diante da exploração dos trabalhadores nessa atividade produtiva<sup>110</sup>.

É fundamental repensarmos a forma de desenvolvimento adotado pelos "donos do poder" no país e, em particular, no Mato Grosso do Sul, uma vez que os

---

<sup>107</sup> Cf. Repórter Brasil, do dia 29 de setembro de 2009. No endereço eletrônico: <<http://www.reporterbrasil.com.br/agrocombustiveis/clipping.php?id=144>>. Matéria intitulada: "Zoneamento da cana pode alterar dinâmica de ocupação no Cerrado". Acesso em: 08 de junho de 2010.

<sup>108</sup> Ibidem.

<sup>109</sup> As palavras de THOMAZ (2002, p. 213) resumem as relações sociais e de trabalho com a modernização: "A 'modernização' da agroindústria canavieira, então, restringe-se exclusivamente ao aspecto técnico-organizacional-econômico do capital; ainda que tenham ocorrido avanços e conquistas sociais e políticas importantes por parte dos trabalhadores, não seria correto nem sequer verdadeiro esquecer de frisar que as relações sociais continuam deterioradas, com traços nítidos de superexploração do trabalho".

<sup>110</sup> Cf. AZEVEDO (2008, p. 204).



“capitães do agronegócio” vem estabelecendo jogos de interesses puramente mercadológicos que não prezam pela diversidade produtiva e da própria segurança alimentar. Portanto, buscam as alternativas viáveis para o conjunto da população que vive em condições precárias e de verdadeira exclusão na atual conjuntura, o que envolve um projeto político com vistas a assegurar ao homem do campo, por exemplo, condições dignas de vida para os assentados e os indígenas, que por sua vez tem sido incorporados à agroindústria canavieira enquanto mão-de-obra barata e, paralelamente, expulsos da terra<sup>111</sup>. Também é importante pensar no estímulo a outras atividades econômicas no Estado, respeitando nesse caso as características locais e regionais.

Com isso podemos dizer que Mato Grosso do Sul está vivenciando uma constante e intensa mudança no setor produtivo e não se sabe ainda qual delas é a melhor ou a mais viável para a agricultura e também para todo o desencadeamento social, cultural e econômico do Estado. Diante deste quadro faremos uma análise sobre os dados das áreas plantadas e da produção agrícola do Estado<sup>112</sup>.

### 2.3.1 – Os Rearranjos Espaciais a partir da Chegada do Agronegócio Canavieiro em Mato Grosso do Sul

Para reforçarmos o que os estudiosos nos afirmaram até o momento sobre o avanço perverso do capital, em particular do capital agroindustrial canavieiro, encontramos alguns dados estatísticos. No que diz respeito à área plantada com as três principais culturas de Mato Grosso do Sul (cana-de-açúcar, milho e soja), notamos que a cada ano estas vão se expandindo (Tabela 14).

---

<sup>111</sup> Cf. AZEVEDO, (2008).

<sup>112</sup> Ibidem.

TABELA 14 – ÁREA PLANTADA COM AS PRINCIPAIS CULTURAS DE MATO GROSSO DO SUL. PERÍODO 2000-2009 (HECTARES)

| <b>Ano</b>  | <b>Cana-de-Açúcar</b> | <b>Milho</b> | <b>Soja</b> | <b>Total</b> |
|-------------|-----------------------|--------------|-------------|--------------|
| <b>2000</b> | 98.958                | 513.397      | 1.106.301   | 1.718.656    |
| <b>2001</b> | 99.673                | 548.479      | 1.065.026   | 1.713.178    |
| <b>2002</b> | 112.100               | 490.598      | 1.195.744   | 1.798.442    |
| <b>2003</b> | 120.534               | 709.198      | 1.412.307   | 2.242.039    |
| <b>2004</b> | 145.268               | 629.034      | 1.812.006   | 2.586.308    |
| <b>2005</b> | 136.803               | 565.997      | 2.038.176   | 2.740.976    |
| <b>2006</b> | 152.747               | 646.903      | 1.907.688   | 2.707.338    |
| <b>2007</b> | 191.577               | 864.306      | 1.718.031   | 2.773.914    |
| <b>2008</b> | 252.544               | 987.680      | 1.732.031   | 2.972.255    |
| <b>2009</b> | 323.901               | 852.266      | 1.717.436   | 2.893.603    |

FONTE: PAM – IBGE.

ORG.: DOMINGUES, A. T., 2010.

Podemos perceber que a soja e o milho tiveram uma expansão gradativa entre os anos 2000 e 2009, pois aumentaram sua área em 55% e 66%, respectivamente. A soja obteve sua maior área em 2005, atingindo mais de 2 milhões de hectares, sendo que em seguida foi perdendo espaço para outras culturas devido principalmente à queda de preço do produto no mercado externo. Já a cana-de-açúcar alcançou em 2009 mais de 323 mil hectares com um crescimento da área de mais de 227%. Entendemos também que sua participação no setor agrícola ampliou na última década (Figura 17).

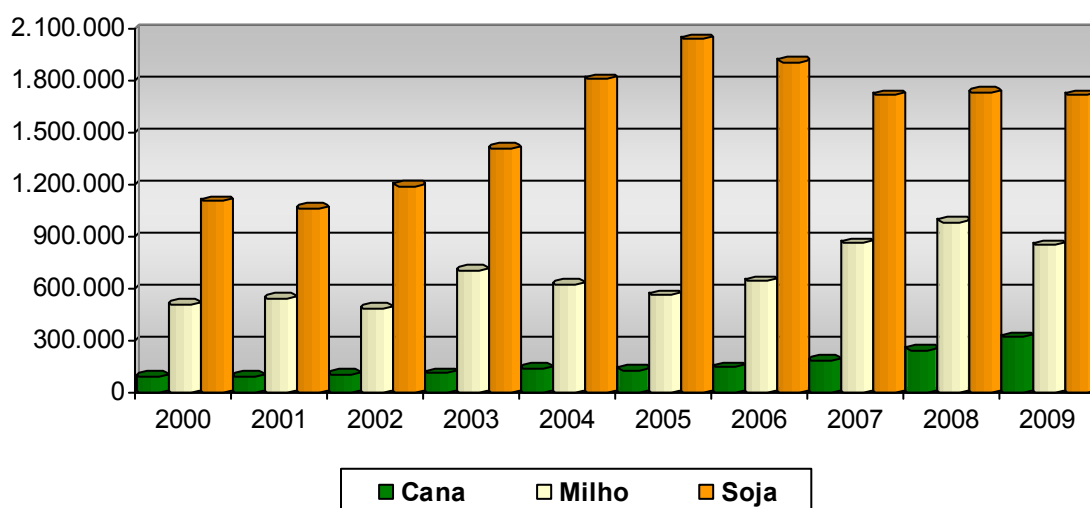


FIGURA 17 - ÁREA PLANTADA COM AS PRINCIPAIS CULTURAS DE MATO GROSSO DO SUL – 2000-2009 (HECTARES)

FONTE: PAM – IBGE.

ORG.: DOMINGUES, A. T., 2010.

No tocante à produção agrícola sul-mato-grossense, notamos que a cana-de-açúcar tem papel de destaque (Tabela 15), uma vez que a mesma apresenta considerável crescimento.

TABELA 15 – PRODUÇÃO AGRÍCOLA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS – MATO GROSSO DO SUL – PERÍODO 2000-2009 (TONELADAS)

| Ano         | Cana-de-Açúcar | Milho     | Soja      |
|-------------|----------------|-----------|-----------|
| <b>2000</b> | 5.837.456      | 1.069.571 | 2.486.120 |
| <b>2001</b> | 7.556.956      | 2.185.846 | 3.115.030 |
| <b>2002</b> | 8.575.190      | 1.381.604 | 3.267.084 |
| <b>2003</b> | 9.030.833      | 3.071.632 | 4.090.892 |
| <b>2004</b> | 9.572.305      | 2.374.015 | 3.282.705 |
| <b>2005</b> | 9.513.818      | 1.291.901 | 3.718.514 |
| <b>2006</b> | 12.011.538     | 2.342.619 | 4.153.542 |
| <b>2007</b> | 15.839.993     | 2.972.221 | 4.846.031 |
| <b>2008</b> | 21.362.034     | 3.675.526 | 4.570.771 |
| <b>2009</b> | 28.627.005     | 2.181.429 | 4.046.223 |

FONTE: PAM – IBGE.

ORG.: DOMINGUES, A. T., 2010.

Percebemos que, no período entre 2000 e 2009, enquanto o milho obteve um aumento de 104% e soja de 62% na produção, a cana-de-açúcar cresceu mais de 390%, chegando a uma safra recorde em 2009 de mais de 28 milhões de toneladas, o que alavancou a produção estatal e colocou o estado na quinta posição no ranking nacional.

É válido considerar a sua participação na produção entre os três produtos analisados, pois em 2000 sua parcela de contribuição era de 62% e em 2009 passou para 82%. Notamos, portanto, que sua participação no setor agrícola ampliou consideravelmente na última década (Figura 18).

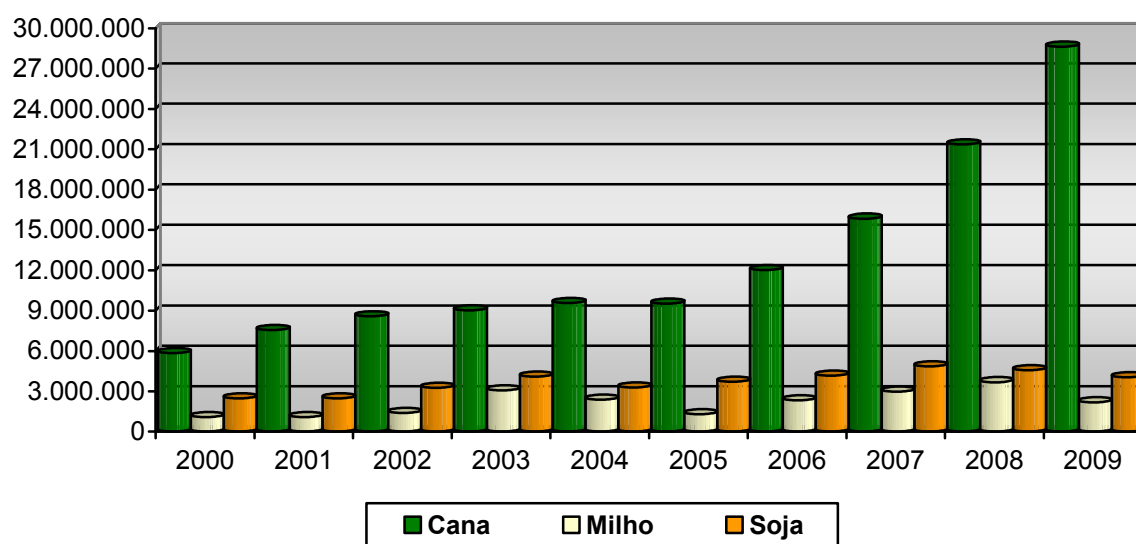


FIGURA 18 - PRODUÇÃO AGRÍCOLA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS. MATO GROSSO DO SUL – PERÍODO: 2000-2009 (TONELADAS)

FONTE: PAM – IBGE.  
ORG.: DOMINGUES, A. T., 2010.

Aqui, devemos salientar que enquanto as duas outras culturas (milho e soja) cresceram gradativamente e depois de um período se mantiveram quase estagnadas, a cana após 2007 disparou sua produção. Isto se deve ao fato de que novas unidades agroprocessadoras estão sendo implantadas no Estado e, conseqüentemente, o plantio da cana-de-açúcar aumenta também, apreendendo áreas consuetudinárias com cultura da soja e do milho.

No entanto, isso se verifica devido à questão de que o valor pago pela renda da terra desde 2006 vem diferenciando a decisão do proprietário, que acaba arrendando terras para as unidades implantadas recentemente ao invés de tornar a arrendar para a soja ou o milho. Há também o fato de que o arrendante<sup>113</sup> não assume os riscos da cultura, como os produtores de grãos e fornecedores de cana.

O *boom* da nova fronteira de expansão da cana-de-açúcar é impulsionado por produtores locais decepcionados com os mercados de grãos e carne bovina e que encaram o cultivo da cana-de-açúcar como um novo impulso econômico<sup>114</sup>. No entanto, mais recentemente, o forte avanço da cana-de-açúcar sobre as áreas de grãos está perdendo força. A recuperação dos preços da soja e do milho nos mercados nacional e internacional fez os grãos voltarem a ficar atrativos para os produtores, segundo o levantamento da consultoria e informações em agronegócios AgraFNP<sup>115</sup>. Assim a expansão canavieira recai sobre a pecuária.

Em Mato Grosso do Sul, a rentabilidade da cana está um pouco abaixo com relação aos grãos. Conforme o levantamento da AgraFNP, o custo de produção da soja no Estado (2008) foi de R\$ 1.039,83 por hectare, com rentabilidade de R\$ 413,67. Já a cana-de-açúcar tem custo de produção de R\$ 3.240,60 por hectare, para uma rentabilidade de R\$ 536,20.

Quanto ao custo de produção e a rentabilidade da cana-de-açúcar na região “Centro-Sul Expansão” do país, este ainda é maior se comparado a do Nordeste brasileiro<sup>116</sup> (Tabela 16 e 17). No entanto, vale pontuar que os estudos apontam para uma realidade já modificada, uma vez que, em 2008 não se tinham todas as inovações tecnológicas e as pesquisas sobre a gramínea existentes atualmente.

---

<sup>113</sup> Proprietário de fazenda que arrenda terra para o capital do agronegócio.

<sup>114</sup> Cf. Valor Econômico de 28 de out de 2006. Encontrada no site <<http://www.sucre-ethique.org/Cana-avanca-sobre-areas-de.html>>. Acessada em 01/06/2010.

<sup>115</sup> Cf. FMC Agricultural Products. Publicada em 10 de jan de 2008. Site: <<http://www.fmcagricola.com.br/news/detNoticia.php?idNoticia=892&agrolink=1>>. Acesso em: 05/06/2010.

<sup>116</sup> Segundo o PECEGE (Programa de Educação Continuada em Economia e Gestão de Empresas) da ESALQ/USP (Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” da Universidade de São Paulo).

TABELA 16 – CUSTO DE PRODUÇÃO DA CANA-DE-AÇÚCAR (R\$/HA) – SAFRA 2008/2009

| <b>Etapa de Produção</b>     | <b>Centro-Sul Tradicional</b> | <b>Centro-Sul Expansão</b> | <b>Nordeste</b> |
|------------------------------|-------------------------------|----------------------------|-----------------|
| Formação do Canavial         | 2.977,63                      | 3.250,53                   | 2.915,20        |
| Tratos Culturais Cana-Planta | 312,40                        | 564,51                     | 803,42          |
| Tratos Culturais Cana-Soca   | 1.006,42                      | 797,49                     | 673,40          |
| Colheita                     | 1.458,17                      | 1.382,99                   | 1.281,75        |
| Remuneração da Terra         | 641,32                        | 386,83                     | 310,94          |
| Custos Administrativos       | 401,94                        | 193,46                     | 283,93          |
| Depreciações                 | 225,60                        | 95,50                      | 126,53          |
| Remuneração do Capital       | 148,83                        | 153,95                     | 181,85          |
| <b>Custo total</b>           | <b>3.858,57</b>               | <b>3.206,91</b>            | <b>3.063,15</b> |

FONTE: PECEGE.

ORG.: DOMINGUES, A. T., 2010.

TABELA 17 – CUSTO DE PRODUÇÃO DA CANA-DE-AÇÚCAR (R\$/T) – SAFRA 2008/2009

| <b>Etapa de Produção</b>     | <b>Centro-Sul Tradicional</b> | <b>Centro-Sul Expansão</b> | <b>Nordeste</b> |
|------------------------------|-------------------------------|----------------------------|-----------------|
| Formação do Canavial         | 5,83                          | 7,20                       | 9,63            |
| Tratos Culturais Cana-Planta | 0,58                          | 1,28                       | 2,54            |
| Tratos Culturais Cana-Soca   | 10,72                         | 9,42                       | 11,68           |
| Colheita                     | 15,26                         | 15,99                      | 21,62           |
| Remuneração da Terra         | 8,62                          | 5,51                       | 6,55            |
| Custos Administrativos       | 5,40                          | 2,76                       | 5,98            |
| Depreciações                 | 3,03                          | 1,36                       | 2,66            |
| Remuneração do Capital       | 2,00                          | 2,19                       | 3,83            |
| <b>Custo total</b>           | <b>51,45</b>                  | <b>45,70</b>               | <b>64,49</b>    |

FONTE: PECEGE.

ORG.: DOMINGUES, A. T., 2010.

Vale destacar que, conforme pesquisa realizada pelo PECEGE, a região considerada como Centro-Sul tradicional é àquela região mais antiga na produção de tal cultura, diferentemente da Centro-Sul expansão que é a área no qual a cana chegou mais recentemente (“nova fronteira de expansão”) e por último a região Nordeste brasileira.

Quanto à quantia gasta no custo de produção por hectares no geral, enxergamos que o Nordeste é a região mais vantajosa para cultivar a gramínea e obter maior lucro. Sobretudo a região Centro-Sul expansão (e aí acrescentaríamos o Mato Grosso do Sul) se torna a mais lucrativa no que diz respeito ao custo da

produção por tonelada. Toda essa análise nos faz entender que as novas frentes de expansão, ainda estão em fase de adaptação da cultura canavieira.

Outra característica importante é sobre a remuneração da terra no qual o custo é maior na região Centro-Sul tradicional do que na Centro-Sul em expansão, tanto por hectare quanto por tonelada. Nesse cenário, a região Centro-Sul em expansão se torna o principal destino onde as agroindústrias canavieiras desejam se instalar.

Com a realização desta pesquisa, percebemos que a entrada do setor canavieiro vem atingindo outros ramos de atividade que alteram lentamente seu curso na ordem da produção, como a pecuária. No entanto, inicialmente, o que se mostra mais em evidencia nesse processo é a renda da terra, ocorrendo muita oferta da mesma para a entrada do plantio da cana-de-açúcar e pouca terra para arrendamento para o cultivo de outros produtos. Verifica-se um poder de pagamento pela renda da terra muito maior pelo capitalista que está buscando plantar cana-de-açúcar<sup>117</sup>.

Através do *boom* do etanol nos mercados interno e externo, o governo de Mato Grosso do Sul estimulou o plantio de cana no Estado, sobretudo em áreas de pastagens<sup>118</sup>. Assim, boa parte das terras arrendadas pelas unidades agroprocessadoras no Estado são de antigas propriedades de criação de bovinos<sup>119</sup>. Em Rio Brillhante, mais de 80% das terras arrendadas são provenientes de áreas antecedidas pela pecuária<sup>120</sup>.

Contudo, analisamos que no Mato Grosso do Sul, o avanço desenfreado da cana-de-açúcar não diminuiu significativamente a produção e a quantidade de área ocupada com outras culturas como o milho e a soja. Na verdade, tais culturas permaneceram praticamente estáveis, mas não podemos dizer o mesmo da pecuária, que retroceu com relação à área ocupada com tal empreendimento. No entanto, esta última ainda está tendo os mesmos resultados, utilizando novas

---

<sup>117</sup> Cf. BACKES, 2008.

<sup>118</sup> Vale lembrar que, no Mato Grosso do Sul, as áreas de pastagens ocupam cerca de 22 milhões de hectares e os grãos em geral mais 2 milhões.

<sup>119</sup> Cf. notícia publicada no dia 10 de jan de 2008, no site <<http://www.fmcagricola.com.br/news/detNoticia.php?idNoticia=892&agrolink=1>>. Acesso em: 01/06/2010.

<sup>120</sup> Pesquisa de campo.

tecnologias e novas formas de produzir, como o boi confinado, que não precisa de grandes extensões de terras para tal produção.

#### 2.4 – O AGRONEGÓCIO CANAVIEIRO EM MARACAJU E RIO BRILHANTE E A DISPUTA POR TERRITÓRIO

Os rearranjos causados pela expansão do agronegócio Brasil afora são visíveis nos territórios onde estão sendo instaladas as plantas agroindustriais e nas extensas lavouras, ou naqueles lugares onde as plantas processadoras já estão inseridas há certo tempo, ou seja, onde as mesmas se encontram territorializadas.

Segundo Thomaz Júnior (2009, p.09), as frações do território em disputa (intra e inter-capital) – com a participação crescente de grupos estrangeiros – expressam,

[...] não somente uma *nova* geografia do espaço agrário, no Brasil, mas consolidam o poder de classe do capital sobre as melhores terras agricultáveis do país e da maior incidência de disponibilização de água de subsolo da América Latina. O capital nada mais tem à disposição do que o Aquífero Guarani, o que lhe assegura o controle territorial das melhores e de manancial [sic] de águas de subsolo para irrigação, nada comparável em nenhuma outra parte do planeta, para destinação e uso comercial. Essa evidente vinculação entre a pose [sic] da terra e da água nos remete a refletir o papel do Estado no empoderamento do capital e seus efeitos no quadro social de exclusão, da fome, e da emergência da Reforma Agrária e da Soberania Alimentar. Esse processo recente de expansão do agronegócio, que se consolida em praticamente todos os biomas brasileiros, se fortalece com intensidade no Cerrado, concilia interesses dos conglomerados agro-químico-alimentar-financeiros, portanto a produção de produtos para a exportação (*commodities*), tais como: a soja, milho, algodão e mais recentemente o álcool de cana-de-açúcar, o fortalecimento da pecuária em grandes extensões de terra, a verticalização das granjas (suínos, frangos). Atualmente vincula também, de forma direta ou consorciada, a outros grupos econômicos, aos negócios da construção de barragens e hidrelétricas [...].

Raffestin (1993) nos esclarece a importância de compreendermos que o espaço é anterior ao território. O território se constitui a partir do espaço, ou seja, é o



resultado de uma ação dirigida por um ator versátil em qualquer nível. Ao nos apropriarmos de um espaço, concreta ou abstratamente, o ator “territorializa” o espaço. Na concepção do autor, o território é tratado, principalmente, como um espaço marcado pelo trabalho humano, ou seja, é palco de conflitos e revela relações marcadas pelo poder. “O território se apóia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolve, se inscreve num campo de poder [...]”. (RAFFESTIN, 1993, p. 144).

Haesbaert (2006) analisa o território por meio de três vertentes básicas: 1) *jurídico-político (territórios-zona)*, no qual “o território é visto como um espaço delimitado e controlado, através do qual se exerce um determinado poder”, especialmente o de caráter estatal; 2) *simbólico-cultural (aglomerados de exclusão)*, que “prioriza dimensão simbólica e mais subjetiva, em que o território é visto, sobretudo, como o produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido”; e 3) *econômico (territórios-rede)*, “ênfatisa a dimensão espacial das relações econômicas, território como fonte de recursos e/ou incorporado no embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho, como produto da divisão ‘territorial’ do trabalho”. (HAESBAERT, 2006, p.40).

No entanto, é importante destacar que:

[...] esses três elementos não são mutuamente excludentes, mas integrados num mesmo conjunto de relações sócio-espaciais, ou seja, compõem efetivamente uma territorialidade ou uma espacialidade complexa, somente apreendida através da justaposição dessas três noções ou da construção de conceitos “híbridos” como o território-rede. (HAESBAERT, 2002, p. 38).

Podemos afirmar que, segundo os autores, o território se constitui em uma porção espacial, que ora se torna palco de conflitos econômicos, sociais, ambientais, e culturais ora vivem as transformações ocorridas na sociedade.

De fato, o território sul-mato-grossense é palco da disputa pelo poder econômico que estamos focando. Os municípios sul-mato-grossenses são na sua totalidade dependentes da agricultura e da pecuária, ligados a este direta ou indiretamente. Maracaju e Rio Brilhante não são diferentes, ou seja, são totalmente dependentes do setor agrícola. Tudo que é produzido, no campo, nesses municípios

visa a venda de seus produtos tentando fazer assim como o Brasil, ter saldo positivo nas exportações.

Com isso, a atividade agrícola que melhor se desenvolve é o agronegócio (soja, milho, cana-de-açúcar, algodão, girassol, entre outros), ou seja, a produção de commodities para exportação. Isso tem causado contínuos e constantes arranjos e/ou rearranjos espaciais.

Para consolidação do modelo de agricultura explicitado, os municípios contam com o apoio político estatal, regional e municipal<sup>121</sup>, que através do discurso de desenvolvimento da região, efetivam ações do agronegócio e implantam grupos internacionais, como é o caso da Louis Dreyfus Commodities.

Nos municípios analisados, os prefeitos sustentam esses discursos. Em Rio Brilhante a situação é mais atenuante, pois o prefeito atual, além de obter máquinas prestando serviço às unidades Passa Tempo e Rio Brilhante, tem também, propriedades que arrenda para as mesmas. Diante desse quadro, em tais locais, o plantio das culturas só tem a ampliar cada vez mais e suas relações se aprofundarem ainda mais (Tabela 18).

---

<sup>121</sup> Além dos incentivos já citados por parte do governo federal e estadual, há também incentivos municipais, como a doação de áreas para a construção da planta industrial da unidade Passa Tempo em Rio Brilhante e MR em Maracaju, e a isenção de ISS (em nível municipal por um período). Em tese, é uma contrapartida dos governos em relação às essas empresas, ao julgar que estas propiciarão desenvolvimento gerando mais emprego e renda, principalmente nos pequenos municípios.

TABELA 18 - ÁREA PLANTADA (HA) COM AS PRINCIPAIS CULTURAS NOS MUNICÍPIOS DE MARACAJU E RIO BRILHANTE/MS – 2000-2009

| Ano         | Maracaju |         |         | Rio Brilhante |        |         |
|-------------|----------|---------|---------|---------------|--------|---------|
|             | Cana     | Milho   | Soja    | Cana          | Milho  | Soja    |
| <b>2000</b> | 9.931    | 32.500  | 82.000  | 14.841        | 29.000 | 48.000  |
| <b>2001</b> | 9.529    | 47.000  | 95.440  | 12.388        | 33.000 | 45.130  |
| <b>2002</b> | 9.627    | 70.000  | 130.000 | 11.845        | 33.000 | 55.000  |
| <b>2003</b> | 9.364    | 91.300  | 145.000 | 12.146        | 55.500 | 75.000  |
| <b>2004</b> | 9.983    | 76.500  | 175.000 | 10.469        | 62.000 | 110.000 |
| <b>2005</b> | 13.307   | 72.000  | 200.000 | 18.810        | 60.500 | 125.000 |
| <b>2006</b> | 14.597   | 67.000  | 185.000 | 20.303        | 63.000 | 115.000 |
| <b>2007</b> | 20.000   | 92.000  | 180.000 | 31.000        | 73.000 | 110.000 |
| <b>2008</b> | 24.227   | 112.000 | 180.000 | 63.958        | 72.000 | 105.000 |
| <b>2009</b> | 26.829   | 132.500 | 180.000 | 66.434        | 57.000 | 100.000 |

FONTE: Produção Agrícola Municipal – IBGE.  
ORG.: DOMINGUES, A. T., 2010.

Vale ressaltar que ambos os municípios nos demonstram um crescimento significativo da área ocupada com a cultura da cana-de-açúcar. Em Maracaju, no período de 2000 até 2009, houve um aumento de mais de 170%, passando de quase 10 mil para mais de 26 mil hectares. Já em Rio Brilhante, no mesmo período, a elevação passou de 348%, chegando de pouco mais de 14 mil a quase 67 mil hectares<sup>122</sup>. No ano de 2005, período em que os incentivos para a expansão da cana começaram a se intensificar, houve área recorde de produção de soja, porém a oleaginosa obteve quedas anuais nos anos subsequentes.

No tocante à área de outras culturas que trabalham de forma consorciada, notamos que, houve uma leve queda da soja e um aumento do milho no período de 2000 a 2009. A partir daí, pode-se afirmar que a expansão da cultura canavieira não impediu ou alterou significativamente o desenvolvimento das outras culturas já existentes no município.

<sup>122</sup> Vale lembrar que, no ano de 2009, obtivemos a informação do Canasat (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) de que Maracaju tem mais de 33 mil e Rio Brilhante mais de 75 mil hectares ocupados com a cana-de-açúcar.

Se analisarmos a produção destes municípios, reforçamos o crescimento da dependência dos mesmos ao agronegócio (Tabela 19).

TABELA 19 – PRODUÇÃO DAS PRINCIPAIS CULTURAS DOS MUNICÍPIOS DE MARACAJU E RIO BRILHANTE / MS – 2000-2009

| Ano         | Maracaju  |         |         | Rio Brilhante |         |         |
|-------------|-----------|---------|---------|---------------|---------|---------|
|             | Cana      | Milho   | Soja    | Cana          | Milho   | Soja    |
| <b>2000</b> | 778.461   | 65.450  | 171.150 | 999.111       | 40.950  | 82.800  |
| <b>2001</b> | 892.867   | 163.700 | 285.660 | 1.044.802     | 105.900 | 135.234 |
| <b>2002</b> | 928.688   | 129.000 | 327.600 | 996.756       | 73.500  | 159.500 |
| <b>2003</b> | 815.234   | 382.680 | 414.720 | 1.104.277     | 251.550 | 225.000 |
| <b>2004</b> | 1.017.870 | 305.400 | 345.906 | 1.046.038     | 222.000 | 187.000 |
| <b>2005</b> | 1.404.002 | 140.340 | 340.000 | 1.815.939     | 47.400  | 222.750 |
| <b>2006</b> | 1.444.402 | 243.600 | 488.400 | 2.167.264     | 174.600 | 241.500 |
| <b>2007</b> | 1.980.000 | 334.800 | 561.600 | 2.987.284     | 161.400 | 330.000 |
| <b>2008</b> | 2.422.700 | 441.600 | 507.600 | 6.267.884     | 177.600 | 283.500 |
| <b>2009</b> | 2.814.667 | 272.352 | 496.800 | 6.261.596     | 89.100  | 192.000 |

FONTE: Produção Agrícola Municipal – IBGE.  
ORG.: DOMINGUES, A. T., 2010.

Com relação à produção, destacamos que o setor agroindustrial canavieiro está num ritmo muito elevado com relação às outras culturas englobadas; principalmente se levarmos em consideração a sua produtividade. Em Maracaju, o setor obteve um aumento de mais de 260% atingindo um valor superior a 2 milhões de toneladas. Rio Brilhante chegou a um crescimento acima de 525% no referido período, passando de quase 1 para mais de 6 milhões de toneladas de cana-de-açúcar processada, tornando-se assim o maior produtor da gramínea no Estado.

Assim na tabela 19, verificamos que houve nos municípios tratados certo recuo quanto à produção da soja em 2008, assim como à área plantada. Houve também um acréscimo na produção do milho. Um dos motivos para o fato ter acontecido foi a expansão furiosa da cana nas regiões citadas. Mesmo assim, a produção das outras culturas veio crescendo a cada ano devido às novas tecnologias incorporadas ao setor, como sementes geneticamente modificadas, que

tem maior resistência à pragas (sementes transgênica), adubos mais eficientes, entre outros.

No entanto, parece que o objetivo das unidades agroprocessadoras da Dreyfus implantadas em Maracaju e Rio Brilhante é o uso de grandes extensões de terras que são utilizadas atualmente pela atividade pecuária (Tabela 20).

TABELA 20 – QUANTIDADE DE BOVINOS NOS MUNICÍPIOS DE MARACAJU E RIO BRILHANTE / MS – 2000-2009

| <b>Ano</b>  | <b>Maracaju</b> | <b>Rio Brilhante</b> | <b>Total</b> |
|-------------|-----------------|----------------------|--------------|
| <b>2000</b> | 352.664         | 279.110              | 631.774      |
| <b>2001</b> | 367.311         | 279.800              | 647.111      |
| <b>2002</b> | 381.916         | 290.891              | 672.807      |
| <b>2003</b> | 348.765         | 261.860              | 610.625      |
| <b>2004</b> | 326.624         | 247.770              | 574.394      |
| <b>2005</b> | 325.783         | 227.868              | 553.651      |
| <b>2006</b> | 327.412         | 228.324              | 555.736      |
| <b>2007</b> | 272.129         | 170.670              | 442.799      |
| <b>2008</b> | 272.466         | 178.342              | 450.808      |
| <b>2009</b> | 263.195         | 182.352              | 445.547      |

FONTE: PPM (Produção Pecuária Municipal) – IBGE.

ORG.: DOMINGUES, A. T., 2010.

Verificamos que a quantidade de bovinos contida no municípios pesquisados em 2000 era em torno de 630 mil cabeças e em 2009 este número sofreu uma redução de mais de 29% na produção, caindo para 445 mil cabeças de gado. Tal redução nos confirma o fato de que a expansão da cana-de-açúcar rearranja os territórios, ou pelo menos porção dele. Vale lembrar que não obtivemos dados do ano de 2010<sup>123</sup>, durante o qual as reduções devem ter sido ainda maiores.

Dentre os municípios pesquisados, nota-se que a pecuária extensiva foi a atividade que mais perdeu área para o plantio de cana-de-açúcar, pois em Maracaju houve uma redução de 25% na criação de bovinos e Rio Brilhante 30% aproximadamente. Lembrando que este último foi o município que mostrou a maior

<sup>123</sup> Até o presente momento, não obtivemos informações estatísticas do IBGE sobre a Produção Pecuária Municipal, o que deixa um importante dado que confirma a origem das áreas para o plantio da cana-de-açúcar da maioria das unidades canavieiras.

expansão da cana, o que reafirma nossa suspeita de que uma das consequências do investimento no setor canavieiro é o rearranjo espacial<sup>124</sup>.

Com isso, a região perde a referência da especialização da produção agrícola, ou seja, deixa de ser conhecida como a capital do arroz irrigado para ser chamada de capital da cana, e o que observamos é que há uma tendência de vários municípios do Mato Grosso do Sul assumirem a especialização na cana-de-açúcar, mesmo em regiões não tradicionais na atividade.

Por meio da substituição de gado por cana, podemos dizer que a pecuária ao ceder espaço para a cana-de-açúcar procura outras formas de se reproduzir, seja através de novas tecnologias, que são incorporadas ao setor (boi confinado), seja pela ocupação de novas fronteiras como é o caso da Amazônia.

Contudo, verificamos que nos municípios analisados houve e ainda há uma disputa por território muito visível e longe de terminar. De um lado há as grandes propriedades, na sua maioria com a atividade da pecuária e do plantio das commodities soja e milho. De outro, as agroindústrias que vem com força total sobre a região, principalmente por conta do preço das terras e do apoio estatal. E no meio disso tudo há ainda, os assentamentos e pequenas propriedades que lutam a cada dia por sua permanência na terra.

Visualizamos também, em Rio Brilhante, os movimentos e organizações de luta pela terra como o MST (Movimento Sem Terra), a Fetagri (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do MS), a CUT (Central Única dos Trabalhadores) e as famílias independentes que estão representando os cinco acampamentos localizados às margens da rodovia BR163, a uma distância máxima de 10 km do município (Figura 19 e 20). Já em Maracaju, encontramos apenas um acampamento às margens do Rio Brilhante na BR-267 a 20 km do município. Os acampamentos estão a mais de 2 anos no mesmo local sem conseguir seu objetivo: o acesso a um pedaço de terra para nela trabalhar e viver com a sua família.

---

<sup>124</sup> Um exemplo, seriam os caminhoneiros que antes da instalação da unidade Rio Brilhante, tinham trabalho no escoamento da soja. Com a crise por qual passou a commodities, os mesmos resolveram adaptar seus veículos para prestarem serviços à LDC. O setor de serviços também sentiu necessidade de fazer algumas mudanças para dar conta das demandas da nova unidade agroindustrial canavieira que estava despontando no município.



FIGURA 19 – ACAMPAMENTO ESPERANÇA VI (FETAGRI) ÀS MARGENS DA BR 163 E AO FUNDO PLANTIO DE CANA-DE-AÇÚCAR NA FAZENDA SANTA EDWIRGES ARRENDADA DA UNIDADE RIO BRILHANTE

FOTO: DOMINGUES, A. T., 2010.



FIGURA 20 – ACAMPAMENTO ESPERANÇA VI (FETAGRI) ÀS MARGENS DA BR 163 E AO FUNDO PLANTIO DE CANA-DE-AÇÚCAR NA FAZENDA SANTA EDWIRGES ARRENDADA DA UNIDADE RIO BRILHANTE (OUTRO ÂNGULO)

FOTO: DOMINGUES, A. T., 2010.

Podemos visualizar através das figuras que, está muito presente o conflito pelo território nesta região. As imagens ilustram o acampamento às margens da rodovia enquanto aguardam pela reforma agrária e ao fundo a lavoura canavieira que arrenda a fazenda Santa Edwirges que o MST tenta ocupar para produzir.

Com relação ao acampamento das figuras 19 e 20, houve um processo na justiça no qual os moradores do local impediram as máquinas de entrarem e plantarem cana em tal fazenda que até então era improdutivo<sup>125</sup>. No entanto, a força do capital canavieiro falou mais forte e foi decidido judicialmente que a terra seria arrendada à LDC e, conseqüentemente, não seria desapropriada para reforma agrária. No entanto foi negociada com os acampados outra propriedade, porém muito longe de Rio Brilhante, quase sem acesso, originando o assentamento Lagoa Azul.

Sobretudo, logo após os acampados se mudarem para tal assentamento, outras pessoas ocuparam o mesmo local. Segundo os novos moradores, a principal dificuldade enfrentada até recentemente foi quando a LDC foi colher toda a cana-de-açúcar que se encontrava próxima aos barracos utilizando a queima. Os moradores se reuniram para impedir que tal fato acontecesse, pois se colocassem fogo nos talhões próximos, os mesmos correriam o risco de terem seus barracos consumidos pelo fogo.

Podemos notar claramente aí as resistências dos acampados, ou então as estratégias de subexistências, uma vez que, não somente o capital (representado na agroindústria e nos fazendeiros) possui suas estratégias, mas também essa classe considerada à margem da sociedade. Uma das formas de resistência seria a permanência de outro grupo de pessoas no mesmo local do acampamento Esperança VI. A outra seria a união de todos do referido acampamento para impedir o fato da queima da cana.

Dentre os cinco acampamentos de Rio Brilhante, há um que é composto somente por indígenas. No local habitam aproximadamente 150 índios da etnia Guarani-Kaiowá e encontram-se acampados próximo ao Rio Brilhante às margens da BR163, desde fevereiro de 2008. Eles estão à espera da demarcação de terras do qual foram expropriados (Fazenda Santo Antonio de Nova Esperança), cuja extensão de área conta com quase 450 hectares.

---

<sup>125</sup> Dados obtidos através da entrevista com os acampados do local (Anexo IV).



Esses indígenas foram despejados em setembro de 2009 por decisão de Fábio Rubem David Müzel (juiz substituto da 2ª Vara Federal de Dourados), que determinou a reintegração de posse por parte do suposto proprietário<sup>126</sup>. Os mesmos foram obrigados a acampar em frente a citada propriedade e ficaram sob forte ameaça do proprietário que chegou a contratar pistoleiros para manter tais indígenas fora da fazenda. Estes seguranças faziam plantão e se revezavam para coibir qualquer ação por parte dos índios<sup>127</sup>.

Assim, notamos que há um movimento muito grande, apoiado por fazendeiros e seus representantes como a Famasul (Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul) e a força política (Deputado Zé Teixeira), que tentam boicotar a demarcação de territórios indígenas. Discursos são construídos contra a demarcação e a favor do capital quando ambos dizem que tal feito viria a engessar atividade do agronegócio na região. Em Maracaju, as forças representativas dos produtores, como a Famasul, Sindicato Rural e Deputado Reinaldo Azambuja fizeram uma manifestação contra a demarcação dos territórios indígenas. Na manifestação, eles repudiaram algumas portarias da Funai. Segundo o deputado, o Governo do Estado deve liderar um movimento em defesa da classe produtora, “que é quem sustenta o país e MS”. Também disse que a classe precisa do apoio de toda a sociedade<sup>128</sup>.

Entendemos que o território sul-mato-grossense vive em constante conflito, onde tais embates estão mais aflorados por conta da chegada de mais um capital financeiro que tenta submeter outras culturas às suas, como a atividade canavieira.

Segundo Thomaz Junior (2009), o espaço é uma categoria de ordem e o território é a sua materialidade. Logo, é a partir daí que a geografia se propõe a apreender a dinâmica geográfica da totalidade do território e seus entraves. O capital do agronegócio interessou-se pela região por conta de que as lutas de resistência por parte dos movimentos sócias existem em menores quantidades que em outras regiões do país – como São Paulo, por exemplo –, o que influencia para

---

<sup>126</sup> Cf. notícia publicada em 04 de setembro de 2009. Disponível em: <[http://www.folhadoms.com.br/site/index.php?option=com\\_content&view=article&id=1694:juiz-ordena-despejo-imediato-de-indios-em-rio-brilhante&catid=52:justica&Itemid=125](http://www.folhadoms.com.br/site/index.php?option=com_content&view=article&id=1694:juiz-ordena-despejo-imediato-de-indios-em-rio-brilhante&catid=52:justica&Itemid=125)>. Acesso em: 01/06/2010.

<sup>127</sup> Pesquisa de campo.

<sup>128</sup> Cf. matéria publicada em 29 de julho de 2008. Disponível em: <[http://www.indiosonline.org.br/novo/indios\\_podem\\_ficar\\_sem\\_terras\\_em\\_maracaj/](http://www.indiosonline.org.br/novo/indios_podem_ficar_sem_terras_em_maracaj/)>. Acesso em: 01/06/2010.

onde o capital vai migrar com mais ou menos intensidade. Não obstante, graças a estes negócios inseridos

[...] no âmbito da agropecuária, mais especificamente com os produtos de exportação (incluindo o álcool, nos últimos três anos), que se realizam elevados investimentos também consorciados entre capitais nacionais e grupos estrangeiros/transnacionais, que, por sua vez, dão identidade à composição dos conglomerados agro-químico-alimentar-financeiros. Esses e suas *holdings* dominam direta ou indiretamente a produção das matérias-primas, a circulação, o processamento, o transporte, a distribuição, a produção de sementes etc. com algumas recombinações, soa os mesmos que se compõem com grupos transnacionais ou não, mas com sede no Brasil, para igualmente materializar seus interesses no setor de produção de energia, com a construção de hidrelétricas, mineração, exploração/destruição florestal. Além de estabelecer disputas internas entre si, por território, expõem em níveis de crueldade a desterritorialização de índios, quilombolas, pescadores artesanais, camponeses e assalariados rurais[...]. (2009, p.12)

No entanto, o capital se vê obrigado a conflitar com ele próprio. Há uma classe de agricultores consolidados, que em sua maioria não querem arrendar terras à lavoura canavieira. Esse embate se dá nos âmbitos municipais pesquisados como um todo, mas as unidades da Dreyfus estão negociando arrendamentos com valores mais elevados fazendo com que alguns proprietários rurais arrendem suas propriedades<sup>129</sup>.

## 2.5 – O PROCESSO DE CONCENTRAÇÃO DE CAPITAIS E DESREGULAMENTAÇÃO DO SETOR AGROINDUSTRIAL CANAVIEIRO.

No Brasil, o setor canavieiro iniciou seu caráter concentracionista, após a criação do SNCR (Sistema Nacional de Crédito Rural) em 1965, que criou uma política de créditos subsidiados, totalmente seletivo e excludente, no qual o Estado privilegia os grandes grupos empresariais. Isso favoreceu o aumento na produção e a elevação da internacionalização do capital, baseada na especulação fundiária e na intensificação da concentração da propriedade da terra. O resultado do processo foi

---

<sup>129</sup> Pesquisa de Campo.

a desterritorialização de pequenos proprietários, colonos, posseiros, entre outros, como também a redefinição das relações de trabalho (THOMAZ JÚNIOR, 2002).

Ainda, Thomaz Júnior (2002, p.82), destaca a real intenção do Estado consorciado com o capital no processo concentracionista quando diz que,

[...] a “modernização” da agricultura no Brasil, associada à industrialização da agricultura e casada com a “revolução verde” -, potenciada e dirigida pelo Estado, via incorporação diferencial e seletiva do “progresso técnico” – intensificou a integração intersetorial através da constituição e consolidação do CAI<sup>130</sup>, priorizando os produtos exportáveis, tais como: açúcar, suco de laranja concentrado, soja e seus derivados [...].

Em consequência da modernização da agricultura e do crédito subsidiado para máquinas e equipamentos, houve a expansão das áreas plantadas com a cana-de-açúcar. Em decorrência disso, sucedeu-se o processo de concentração da propriedade da terra, ou seja, essa expansão se deu, sobretudo, em áreas passíveis de mecanização (e aí podemos dizer que iniciou o plantio dos canaviais em novas frentes de expansão).

Durante a década de 1970, o setor canavieiro esteve sob forte intervenção estatal, por meio do IAA (Instituto do Açúcar e Alcool), que definia os planos de safra, fixava cotas de produção e atuava na comercialização do álcool e do açúcar e no monopólio das exportações do açúcar. O processo de intervenção foi reforçado com o Proálcool, que além das intervenções anteriores, também fixava os preços aos produtores e aos combustíveis pagos nos postos de revenda, comercializava a produção de álcool durante 9 meses, manutenção de estoques de álcool, financiamentos de novas unidades e reestruturação das já existentes e financiamento dos estoques de álcool, dentre outros<sup>131</sup>.

Vale lembrar que, em 1988, o Estado inicia sua retirada do setor. Isso se deu por meio de ações como a eliminação do sistema de fixação de cotas, quebra do

---

<sup>130</sup> Essa terminologia do CAI (Complexo Agroindustrial) passou a ser utilizada para o setor agroindustrial canavieiro pelo fato da consolidação entre agricultura e planta fabril, garantindo a monopolização da produção da matéria-prima na esfera da produção da mesma (THOMAZ JÚNIOR, 2002)

<sup>131</sup> Cf. OLIVEIRA, 2003.

monopólio estatal nas exportações, exclusão na comercialização da produção em 9 meses do ano e eliminação dos estoques estratégicos do álcool<sup>132</sup>.

O IAA, principal organismo de intervenção e regulação estatal, é extinto em 1990, o que desencadeia no processo de desregulamentação do setor e em 1999 libera os preços às leis do mercado, através da Portaria nº 275 de outubro de 1998 (Anexo IX).

A partir daí, com o intuito de se fortalecer no ramo agroindustrial, o setor canavieiro cria seus próprios organismos, como por exemplo, a UNICA (União da Agroindústria Canavieira de São Paulo), a CEPAL (Coligação das Entidades Produtoras de Açúcar e Alcool), a Brasil Alcool, a BBA (Bolsa Brasileira de Alcool S/A), a CONSECANA-SP (Conselho dos Produtores de Cana, Açúcar e de Alcool de São Paulo), e a criação de grupos de comercialização, dentre outros.

Tudo isso aliado ao processo de globalização da economia e do avanço da política neoliberal desencadeia na abertura da economia ao capital externo, passando a absorver uma intensa entrada de capital internacional no âmbito da produção de açúcar e álcool. A entrada deste novo capital associada ao aumento da concentração de terra e renda acabou terminando em fechamento e/ou falências de empresas e/ou grupos econômicos do setor. Consequentemente, houve uma tentativa de se recuperar de tal fato por meio de fusões e aquisições entre os capitais internos e externos.

Assim, no Mato Grosso do Sul, a territorialização do setor agroindustrial canavieiro, que vem ocorrendo na última década, vem reforçar o processo internacionalização do capital por meio da concentração e fortalecimento de grupos com a incorporação do capital externo via aquisições de empresas e/ou participação acionária (OLIVEIRA, 2009).

Em Maracaju e Rio Brilhante, notamos que houve claramente o processo de internacionalização de capitais por conta da venda das unidades MR e Passa Tempo pelo grupo pernambucano Tavares de Melo, e da compra das mesmas pelo grupo francês Louis Dreyfus Commodities Bioenergia.

Esse processo aconteceu em 2007, e a partir de então enxergamos muitas mudanças. Primeiro, na fase agrícola, pois o primeiro fazia a colheita quase que 100% manual e passou bruscamente para 100% de colheita mecanizada. Em

---

<sup>132</sup> Ibidem.

segundo lugar, na fase industrial, quando houve ampliação da capacidade produtiva, além de implantação de vários equipamentos modernos.

No que diz respeito às fusões e aquisições por parte do capital internacional, há vários deles ligado ao grupo Dreyfus, pois em 2000 adquiriu sua primeira unidade da família Souza Queiroz em Leme/SP. Daí em diante, as aquisições foram sempre ininterruptas. Em 2001, comprou uma unidade da Cia Industrial e Agrícola Oeste de Minas e uma do grupo Usina Açucareira de Jaboticabal S/A, em 2007 adquiriu quatro unidades do grupo Tavares de Melo e sua última estratégia foi em 2009 com a fusão que fez com a Central Energética Santa Elisa, num total de cinco unidades, formando o grupo LDC-SEV.

Contudo notamos que se por um lado o Estado deixa de ser tão intervencionista, por outro continua a subsidiar o capital agroindustrial canavieiro por meio de incentivos fiscais, infra-estrutura, logística, créditos e financiamentos. Em contrapartida, vemos que o setor canavieiro não estaria se expandindo dessa forma se não fosse por algumas intervenções estatais nas escalas local, estadual e federal. Um exemplo pode ser o Mato Grosso do Sul, que além de apoiar no tocante à logística e a infra-estrutura o governo estadual, oferece um conjunto de incentivos e benefícios para os empresários agroindustriais canavieiros interessados em desenvolver economicamente tal Estado.

### **CAPÍTULO III**

## **OS IMPACTOS DA TERRITORIALIZAÇÃO DO GRUPO LDC-SEV NO MATO GROSSO DO SUL PARA AS RELAÇÕES DE TRABALHO E AMBIENTAIS**

*Seja na cana-de-açúcar, seja na laranja, seja na Scania, seja na IBM, seja no Bradesco, seja no Mc Donald's, seja na Odebrecht, enfim, o trabalho é precarizado (Thomaz Júnior, 2007).*

No presente capítulo, analisamos a degradação das relações de trabalho e os diversos níveis de exploração que caracterizam as contradições no setor canavieiro, que expressam-se no pagamento por produção, contratação de migrantes, contaminação de nascentes, dos solos e do meio ambiente em geral. Ainda, há a convivência com processos automatizados e tecnicamente vinculados aos setores de ponta no tocante ao aparato tecnológico que estimula a fragilização das relações de trabalho, a perda constante e crescente da qualidade de vida dentro e fora do trabalho.

### **3.1 – ESTRATÉGIAS DO CAPITAL AGROINDUSTRIAL CANAVIEIRO E AS CONSEQUÊNCIAS PARA AS RELAÇÕES DE TRABALHO**

A territorialização do setor canavieiro nas novas fronteiras de expansão, inclusive o Mato Grosso do Sul, aponta para uma reorganização espacial muito importante que resulta em uma mudança no perfil da produção agropecuária, repercutindo na produção de outras culturas, como é o caso dos alimentos.

Entendemos que a vigoração do zoneamento ecológico-econômico promovida por diversos governos estaduais permite que o uso da terra seja direcionado. Municípios de São Paulo e Mato Grosso do Sul já instalaram ou estão em processo de instalação de mais uma unidade agroprocessadora dentro dos seus limites territoriais. Diversos municípios sul-mato-grossenses, como por exemplo, Maracaju, Nova Alvorada do Sul, Rio Brillhante e Sidrolândia contam com os resultados deste direcionamento.

De acordo com Martins (1995), não há sujeição real do trabalho no setor agroenergético sobre a pequena propriedade. Essa hipótese é descartada justamente porque os pequenos proprietários que trabalham para o setor continuam em sua maioria donos da terra e dos instrumentos de trabalho. Isso ocorre até mesmo em caso de aumento do domínio do capital sobre a produção agrícola. Na verdade, há uma sujeição da renda da terra ao capital, sendo que isso se oculta na circulação da mercadoria, no crédito bancário e na transferência de riqueza para as empresas urbanas através de alimentos a baixo custo.

Sobretudo, encontramos uma intensa exploração da mão-de-obra na apropriação da renda da terra e no preço da terra, no qual o capital tem usado sua astúcia para perpassar por todos os setores sem que haja qualquer tipo de reação contrária,

[...] o capital tem se apropriado diretamente de grandes propriedades ou promovido a sua formação em setores econômicos do campo em que a renda da terra é alta, como no caso da cana, da soja, da pecuária de corte. Onde a renda é baixa, como no caso de setores de alimentos de consumo interno generalizado, como os que já foram indicados, o capital não se torna o proprietário da terra, mas cria as condições para extrair o excedente econômico, ou seja, especificamente renda onde ela aparentemente não existe [...] (MARTINS, 1995, p.175).

Ou seja, Martins (1995) nos lembra que o capital se utiliza de várias formas de exploração para se apropriar da renda da terra e subtrair o lucro advindo da mesma, uma vez que essa renda encontra-se subjugada ao capital, o que impede que o trabalhador, seja ele familiar ou um pequeno produtor, liberte-se desse circuito de miserabilidade que lhe é imposto.

Nestes últimos anos, a expansão do setor agroindustrial canavieiro sucede principalmente por conta do aumento da demanda interna por etanol devido a proliferação da produção de carros flex<sup>133</sup>, além da expectativa da elevação da exportação. Com isso, houve aumento da produção e da oferta de etanol no país, fazendo com que houvesse preços mais baixos do produto e, também, com que houvesse uma elevação na venda dos veículos flex.

---

<sup>133</sup> Veículos que podem utilizar gasolina e/ou etanol.

Do ponto de vista da demanda, segundo dados da Anfavea (Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores), o ambiente para o setor é positivo. Parece que o setor automobilístico brasileiro esteve imune à crise mundial de 2008/2009, pois a venda de veículos flex representou 92,3% do total de unidades negociadas no país em 2009. Ainda, 2,6 milhões de veículos novos foram vendidos ao longo do mesmo ano. A venda evidencia uma alta de 13,9% em relação ao ano anterior. Parcialmente, isto se deve ao apoio dado ao setor pelo Estado, quando, no mesmo ano, retira o IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) dos carros.

Houve aumento não apenas na venda de veículos flex, mas também na demanda por máquinas e equipamentos utilizados na lavoura canavieira, como caminhões, tratores, colhedoras, reboques, ônibus, entre outros (Tabela 21).

TABELA 21 – PRODUÇÃO DAS PRINCIPAIS MÁQUINAS E VEÍCULOS UTILIZADOS NO SETOR AGROINDUSTRIAL CANAVIEIRO – PERÍODO 2005-2010

| <b>Veículo/Ano</b>      | <b>2005</b> | <b>2006</b> | <b>2007</b> | <b>2008</b> | <b>2009</b> | <b>2010*</b> |
|-------------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|--------------|
| <b>Caminhão</b>         | 118.000     | 106.644     | 137.281     | 167.330     | 123.632     | 158.151      |
| <b>Colheitadeira</b>    | 4.229       | 2.314       | 5.148       | 8.407       | 4.503       | 5.649        |
| <b>Retroescavadeira</b> | 2.907       | 3.444       | 4.067       | 4.909       | 3.865       | 5.028        |
| <b>Trator</b>           | 40.871      | 35.586      | 50.719      | 66.504      | 55.024      | 63.180       |
| <b>Trator Esteira</b>   | 2.681       | 2.781       | 3.347       | 3.415       | 986         | 1770         |

FONTE: Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores – ANFAVEA.

NOTA: \* Estatística considerada até o mês de outubro de 2010.

ORG.: DOMINGUES, A. T., (2010).

Na lavoura canavieira, encontramos alguns veículos que são utilizados na preparação/cultivo/plantio/colheita da cana-de-açúcar. Para nossa análise, elencamos alguns veículos e máquinas que são considerados como principais. O caminhão serve para carregar a cana inteira ou picada da lavoura até a agroindústria; a colheitadeira é a protagonista; a retroescavadeira é usada para amontoar o bagaço residual e quando necessário, colocá-lo dentro da esteira que o leva até a caldeira para a queima do bagaço; o trator é o utilizado tanto no campo onde há a colheita da cana quanto ao lado da colheitadeira quando a mesma está



em pleno funcionamento; e, por último, o trator esteira que é útil para trabalhar apenas quando a área está muito úmida.

Não obstante, notamos, por meio da Tabela 21, que a produção da maioria desses veículos atingiram um maior crescimento dentro do período analisado (o ano de 2008), ou seja, quando houve maior expansão da atividade canavieira, principalmente no Oeste Paulista e na região Centro-Oeste do país. No mesmo ano, o número de veículos produzidos no Brasil teve um crescimento de mais de 22% para o caminhão, 63% para a colheitadeira, 20% para a retroescavadeira, 31% para o trator e 2% para o trator esteira.

Vale destacar que até outubro de 2010 a produção das máquinas utilizadas na lavoura canavieira superou a produção do ano inteiro de 2009. Tais indicadores da ANFAVEA nos ajudam a ter uma noção do crescimento da produção dos veículos, porém não sabemos qual a finalidade exata de tais modelos, podendo ser usados na lavoura canavieira ou em outras lavouras. O destaque maior é para a colheitadeira que é o símbolo da reestruturação do capital.

No setor canavieiro, a crise de 2008, que percorreu por todo o ano de 2009, desencadeou um aumento de dívidas de algumas empresas que já vinham se endividando ao longo dos anos. Estas tentavam modernizar sua planta fabril com instalação de novos equipamentos e processos, como por exemplo, a co-geração de energia, a ampliação dos canaviais e, conseqüentemente, da capacidade produtiva, e a aquisição de máquinas para uso no transporte, plantio e colheita, uma vez que o processo de produção na região Centro-Sul inclina-se mais pela mecanização do processo agroindustrial canavieiro como um todo<sup>134</sup>.

Uma das empresas que entrou com o processo de reestruturação de dívidas foi a Santelisa Vale. Após fazer várias análises, a empresa optou por resolver seus problemas através de fusão ou venda de ações para outros grupos interessados e atuantes do setor. Foi então que, em outubro de 2009, a Louis Dreyfus Commodities (LDC) adquiriu parte das ações se tornando sócio majoritário com 60%.

Essa é uma das articulações que o capital adota para se reproduzir. Isto se reflete diretamente no âmbito das relações de trabalho. Para citarmos um exemplo, temos o atraso dos salários dos trabalhadores e dos fornecedores, que gera interrupção dos pagamentos além de uma série de transtornos em cadeia, tais como

---

<sup>134</sup> Cf. OLIVEIRA, 2009.

emissão de cheques sem fundo, baixos salários e manifestações por parte dos trabalhadores. Há também as ameaças de corte de algumas conquistas dos trabalhadores, como hora “*in itinere*”, cesta básica etc.<sup>135</sup>.

O capital agroindustrial canavieiro planeja algumas estratégias de forma a precarizar e aumentar a exploração do trabalho. Sendo assim, as relações de trabalho no setor canavieiro passam por um amplo espectro de flexibilização.

Segundo Alves (2005, p. 38), a mundialização e a reestruturação produtiva nos mostram uma nova ofensiva do capital na produção baseada no modelo de acumulação toyotista com o consentimento operário, denominada como “*captura da subjetividade operária pela produção do capital*”.

Isso acontece com as unidades da LDC-SEV em Mato Grosso do Sul, pois a mesma faz investimentos pesados em equipamentos de ponta, visando qualidade no sistema de gestão e certificação ambiental, saúde e segurança do trabalho, na lavoura e na indústria, para que a mesma seja mais competitiva no mercado, obtendo lucros mais rendosos.

A partir de 2009, na LDC-SEV, o plantio e a colheita são realizados em 100% de mecanização com máquinas próprias exceto para o transporte da muda e da cana, que é todo terceirizado. Isto facilita a ação dos terceiros expressando-se na precariedade e na flexibilização do trabalho como superexploração da força de trabalho e, às vezes, formas que se assemelham a de trabalho escravo, uma vez que os patrões das empresas terceirizadas pressionam os mesmos para produzirem o máximo possível, ou seja, fazerem o maior número de viagens com a cana-de-açúcar. Os trabalhadores ao se verem pressionados, acabam ingerindo o rebite<sup>136</sup>, para forçar o organismo a dar o máximo de si.

---

<sup>135</sup> Ibidem.

<sup>136</sup> É uma droga derivada da anfetaminas que estimula o sistema nervoso central fazendo com que ele tenha um ritmo mais acelerado de trabalho. O rebite afeta várias áreas comportamentais do organismo. A pessoa apresenta um quadro de insônia, perda de apetite, fala rápida, sente-se revigorado, fazendo com que o organismo trabalhe de forma excessiva de suas condições reais. Após passado o efeito, muitos tomam outra dose para continuar seus afazeres, porém a droga passa a ter sua eficiência reduzida pelo fato de que o organismo já está cansado, fraco e sem condições de manter o pic desejado. A droga produz a dilatação dos olhos causando maior ofuscamento, taquicardia, aumento da pressão sanguínea, agressividade, irritação, delírio persecutório, alucinações, paranoia, palidez e degeneração das células cerebrais. O uso contínuo dessa droga leva o organismo a acostumar-se com tal substância, fazendo com que o usuário tome doses cada vez maiores. Tal fato atenta para o vício e para a síndrome da abstinência. Algumas pessoas quando não consomem a droga ficam depressivas ou irritadas, entretanto, não é uma regra geral. Dados obtidos por meio do site <http://www.brasilecola.com/drogas/rebite-ou-bolinha.htm>, acessado em 01/12/2010.

Os trabalhadores rurais da unidade Maracaju fizeram uma paralisação em setembro de 2008 que contou com o apoio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Maracaju e a CUT MS (Central Única dos Trabalhadores de Mato Grosso do Sul). Suas reivindicações não eram apenas reajuste salarial, mas melhores condições de trabalho e de vida, pois, segundo eles, são mais de 700 trabalhadores em regime de escravidão, uma vez que todos são do Nordeste e foram contratados para ganhar por tonelada; no entanto, estão recebendo por dia, além de serem usados para outros trabalhos que não seja o corte da cana<sup>137</sup>.

Também alegam que a refeição é de qualidade muito inferior e seus dormitórios são próximos a um depósito de veneno, colocando em risco a saúde dos trabalhadores. Reforçam que a greve só aconteceu após esgotar todas as tentativas de entendimento junto à direção da empresa. O clima permaneceu tenso por sete dias, pois a LDC-SEV se mostrou insensível diante das alegações por parte dos trabalhadores, o que estimulou o bloqueio do portão de entrada de cana-de-açúcar na indústria.

Entre os bastidores<sup>138</sup>, o motivo de tal paralisação, além das causas citadas acima, encerrava o fato de que os trabalhadores queriam pressionar a unidade pela não-mecanização que estava ocorrendo de forma avassaladora, uma vez que os mesmos eram migrantes e ficariam sem empregos nas próximas safras.

Vale ressaltar que a empresa foi procurada para dar explicações e a mesma disse que não estava sob seu conhecimento as faltas relatadas pelos trabalhadores. Assim, verificamos que isso não se justifica, pois como é que uma empresa não está a par do que vem acontecendo com seus funcionários? Notamos, portanto que, mesmo assim o procedimento da mecanização é adotado, visando um aumento do lucro e um maior volume de reprodução do capital.

Segundo Oliveira (2009), isso reafirma a tese de que o capital se alimenta de formas modernas de produção e gestão do processo produtivo e de trabalho. No entanto, ele mantém as relações degradantes de trabalho, na maioria das vezes, disfarçadas pelo discurso que defende a adoção de práticas economicamente viáveis, socialmente justas e ambientalmente corretas. Com isso, temos de um lado a qualidade dos procedimentos adotados em todos os segmentos da empresa e a

---

<sup>137</sup> Notícia publicada no site: <<http://www.cut.org.br/content/view/10337/170/>>, em 02 de set de 2008, intitulada "CUT e sindicatos negociam greve na Usina MR em Maracaju. Acesso em: 20/12/2009.

<sup>138</sup> Dizemos dessa forma, pois no período citado trabalhava na unidade Passa Tempo e ficava sabendo das reais intenções das situações que estavam acontecendo.

melhoria das condições de trabalho e, por outro, péssimas condições de moradia, alimentação e trabalho.

Conforme Thomaz Júnior (2009, p. 249), caso pudéssemos ser taxativos, diríamos que a segunda metade da década de 1990 demonstrou mudanças no processo de regulação e de controle do capital sobre o trabalho, com mais ou menos intensidade para cada setor da atividade laborativa. E ainda, afirma que a esse respeito,

[...] poderíamos lembrar: a) a adoção de procedimentos de gestão do trabalho que impõem rotinas fundadas na eliminação de postos de trabalho, sem que haja qualquer inovação tecnológica (ou mesmo de ordem incremental), em nome da racionalização dos gastos e da 'parceria entre os pares'; b) as atualizações tecnológicas e inovações à base da tecnologia da informação (TI); c) as mudanças frequentes em relação ao reconhecimento da entidade sindical dos trabalhadores, por parte do empresariado, que, ao sabor de sua decisão, direciona a contribuição sindical para outra corporação, mas principalmente deixa de reconhecer legalmente a representação sindical (corporativa) dos trabalhadores para fins de acordo coletivo, cumprimento e rescisão contratual etc.; d) a agressividade das fusões, realocações, incorporações de empresas do setor, redefinindo o ordenamento territorial da atividade canavieira, ensejando principalmente procedimentos de controle do trabalho mais centralizados. [...] Esses grupos padronizam determinados procedimentos, apesar das diferenças, conforme os planos e estratégias do Grupo para todas as empresas [...]. (2009, p. 249).

Contudo, enxergamos que a utilização de técnicas mais modernas na produção e as certificações são estabelecidas nas empresas com um único objetivo, que seria maior competitividade, novos nichos de mercado, a tentativa de melhoria da imagem ambiental e social da empresa e aumento na acumulação de capital.

Nas unidades da LDC-SEV do Mato Grosso do Sul com as quais obtivemos contato, notamos que, muitas vezes, para conseguir atingir os resultados e metas estabelecidas pela empresa, a mesma faz pressão sobre os supervisores, coordenadores, técnicos e operadores de cada área, como a redução de perdas na colheita, diminuição de paradas na planta fabril, diminuição de riscos de acidentes e

aos impactos ambientais, entre outros, além da área administrativa<sup>139</sup>, no qual são cobradas muita eficiência e precisão de dados e informações.

A partir dessas situações, tais trabalhadores mostram alguns diferenciais como polivalência, versatilidade e flexibilidade, pois esses profissionais são reduzidos em quantidade e são estimulados a efetuarem várias ações ao mesmo tempo sob determinadas situações, o que aumenta a pressão pela responsabilidade no processo como também o grau de intensidade do emprego de sua força de trabalho<sup>140</sup>.

Não podemos esquecer que no contexto de reestruturação produtiva e de mecanização da colheita da cana, os “motoristas” precisam saber de algo mais do que simplesmente dirigir, há a necessidade de serem mecânicos e operadores de colhedoras. Essa polivalência dos trabalhadores não se restringe apenas na planta fabril, mas no campo também. Cada um com suas especificidades busca novos patamares de acumulação do capital, utilizando-se de diversas formas de gestão e controle do trabalho.

Entendemos que uma das formas de subjugar os trabalhadores ao capital é a contratação por meio de aliciadores ou “gatos”<sup>141</sup>, como são chamados os contratantes que trazem pessoas de outras localidades para trabalhar nas unidades agroprocessadoras de cana. Isto não ocorre no grupo LDC desde 2008, pois as unidades passaram gradativamente pelo processo de mecanização na colheita, não utilizando este tipo de atuação.

No entanto, vários problemas surgem com a mecanização da colheita e do plantio nas unidades da LCD-SEV, como a falta de mão-de-obra especializada, já que os cortadores de cana da safra anterior a 2008 não estavam “preparados” o suficiente segundo as unidades. Isso não deixou alternativa senão a de buscar mão-de-obra especializada em outros estados do país, como Paraná e São Paulo.

---

<sup>139</sup> O Sistema de Gestão Administrativa da LDC-SEV é totalmente diferente do sistema praticado anteriormente pelo grupo Tavares de Melo. Após assumir as unidades, digo por experiência própria, a empresa através de sua diretoria reduziu em pouco mais de um ano mais da metade dos funcionários existentes na área administrativa das unidades MR e Passa Tempo. Anteriormente, um empregado desse setor trabalhava apenas para uma das unidades. Logo após tal grupo assumir, o mesmo funcionário passou a trabalhar para três unidades (MR, Passa Tempo e Rio Brillhante). Ou seja, houve um tipo de fusão do mesmo funcionário para trabalhar nas três unidades e um enxugamento dos postos de trabalho, além de manter os mesmos salários. Isso mostra mais uma forma encontrada pelo capital para explorar o trabalhador e obter maiores lucros.

<sup>140</sup> Cf. OLIVEIRA, 2009.

<sup>141</sup> Lembramos que este tipo de contratação é proibido pelo no artigo 207 do Código Penal Brasileiro, que diz: “Aliciar trabalhadores, com fim de levá-los de uma para outra localidade do território nacional em condições precárias, terá como pena, detenção de 01 (um) a 03 (três) anos, e multa”.

As unidades também precisam de outros trabalhadores menos qualificados, mas que saibam trabalhar com as máquinas modernas, como tratores, caminhões e colhedoras. Aliado a isso, por conta da falta de condições e de subsídios para produzir na terra, os assentados ou seus filhos estão adentrando nesse ramo de produção com a sua mão-de-obra. Nesse caso, o assalariamento no corte de cana se constitui como uma alternativa para continuar reproduzindo sua condição de camponês<sup>142</sup>.

Como é o exemplo de alguns filhos de moradores dos assentamentos Triângulo, Margarida Alves, Taquara, São Judas e Bom Sucesso em Rio Brillhante que se mudaram para a cidade a fim de trabalhar nas unidades Passa Tempo e Rio Brillhante. Contudo, há também aqueles que mesmo permanecendo na propriedade se submetem ao trabalho no setor canavieiro. O principal objetivo dos mesmos é de se manter na propriedade, uma vez que não conseguem tirar o sustento de sua família somente da terra, como o assentamento Santa Guilhermina, localizado em Maracaju, que fica a mais de 20 km da unidade MR de onde partem algumas pessoas todos os dias para lá trabalharem.

Gostaríamos de deixar claro que, não estamos falando sobre o desaparecimento da classe dos camponeses ou não, mas sim mostrar os fatos que realmente estão acontecendo na região das unidades canavieiras do grupo estudado.

No ano de 2008, a unidade Passa Tempo contratava indígenas que se deslocavam da cidade de Sidrolândia e Dourados todos os dias para cortar cana<sup>143</sup>. Os mesmos saíam de suas casas em torno de 4 horas da manhã e retornavam por volta das 6 da tarde, percorrendo uma longa e extenuante jornada de trabalho. Porém, a partir de 2009, nenhuma das unidades da Dreyfus no Mato Grosso do Sul fez contratação de cortadores de cana indígenas.

No entanto, estas unidades possuem contratos com fornecedores de cana/esteira, que prescreve o fato de o fornecedor entregar cana na indústria, ou seja, todo o processo de plantio, manejo, colheita e transporte da matéria-prima deve ser realizado pelo contratado, o que possibilita o uso do corte manual, uma vez

---

<sup>142</sup> A intenção de nossa pesquisa não é fazer a discussão sobre camponês, produtor familiar, pequeno produtor, assentado, enfim, todas as terminologias utilizadas no campo, cada uma expressando suas especificidades. Mas sim discutir sobre o papel desta classe (expropriados pelo capital) e suas formas utilizadas para resistir enquanto tal.

<sup>143</sup> Neste período chegou a contratar 06 turmas de cortadores, ou seja, mais de 200 indígenas para o corte da cana.

que esses fornecedores não possuem um volume de capital muito grande e, assim, não podem mecanizar totalmente suas lavouras. Dessa forma, o corte da cana volta ao processo que destacamos como a utilização de mão-de-obra migrante ou indígena, pagamento por produção, entre outros.

Vale ressaltar que esse tipo de contratação se deve principalmente à exploração da mão-de-obra que é feita por parte das empresas. Os trabalhadores indígenas não sabem quanto ganham os cortadores não-indígenas cuja força física e a resistência às doenças de “brancos” são menores. Assim várias empresas do setor canavieiro no Mato Grosso do Sul ainda tem a prática de contratar indígenas.

No entanto, Alves (2006) destaca que os trabalhadores que apresentam maior produtividade não são necessariamente os que tem maior massa muscular, mas sim os que tem maior resistência física, pois a atividade realizada é repetitiva e exaustiva, tendo como agravante o sol forte, a fuligem, por conta da cana estar queimada, a poeira, a fumaça e longa jornada de trabalho diário.

Já algumas das unidades agroprocessadoras do grupo LDC-SEV localizadas em São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Norte e Paraíba ainda processam com a colheita manual, o que traz a tona todos os problemas relatados, inclusive de condições análogas a escravidão.

Segundo o Jornal Estadão (2009), a LDC (nome utilizado pela empresa antes da fusão com a Santa Elisa Vale) foi condenada pela 2ª Vara da Justiça do Trabalho de Jaboatão (SP) por danos morais coletivos e a pagar uma multa de R\$ 1 milhão de reais, devido aos trabalhadores rurais estarem irregulares no ambiente de trabalho<sup>144</sup>.

Não obstante, segundo o MPT (Ministério Público do Trabalho), seis fazendas do grupo tiveram suas atividades de corte de cana interditadas em Lagoa da Prata (MG), na qual, durante a operação, foram identificados cerca de 530 trabalhadores terceirizados em condições inadequadas de saúde e segurança no trabalho. As principais irregularidades são: terceirização ilícita, locais inadequados

---

<sup>144</sup> Segundo o Ministério Público do Trabalho, os autos do processo apontaram que a LDC Bioenergia (representada na Unidade São Carlos) não disponibilizava número suficientes de assentos nos locais de refeição; instalações sanitárias precárias nas frentes de trabalho; falta de efetivação e utilização inadequada dos EPIs por parte dos trabalhadores; não disponibilização de alguns EPIs por parte da empresa; quantidade insuficiente de água potável nos locais de trabalho; desrespeito às pausas para o descanso, que é obrigada por lei. Matéria publicada no Estadão, datada de 23 de abril de 2009, com o título: “Justiça multa LDC Bioenergia por danos morais”. No site: <<http://www.estadao.com.br/noticias/economia,justica-multa-ldc-bioenergia-por-danos-morais,359518,0.htm>>. Acesso em: 15 de março de 2010.

para refeição e sanitários, falta de água potável, ausência de kit de primeiros socorros e EPIs. Destaca também a ocorrência de duas mortes ocorridas em 2007 e 2008 na mesma unidade<sup>145</sup>.

Outra prática bastante empregada pelas empresas agroindustriais canavieiras, principalmente nas novas fronteiras de expansão, é a de utilização de mecanismos coercitivos como premiações no final da safra e bonificações durante a mesma, o que altera o ritmo do trabalho. O pior é que esse quesito tem alta taxa de aprovação entre os trabalhadores, pois os mesmos não consideram que estão sendo explorados.

Vale lembrar que segundo Thomaz Júnior (2002), os trabalhadores são submetidos pelo capital para trabalharem até a exaustão, uma vez que são remunerados por produção<sup>146</sup>. Assim, acabam antecipando sua morte, em vista do grande dispêndio de energia e desgaste físico, que não é repostos.

Outra questão que deve ser levada em consideração é a contratação de migrantes e não da população local por entenderem que trabalhadores do Nordeste e interior de Minas Gerais são menos esclarecidos quanto a seus direitos, são menos sindicalizados, são passíveis de “manipulação” e mais susceptíveis às regras impostas pelo capital. Com isso tais trabalhadores não ameaçam a tranquilidade da empresa do ponto de vista reivindicativo.

Vale lembrar que muitos migrantes saem de suas famílias com a ilusão de que vão ganhar muito dinheiro cortando cana e com a expectativa de poderem garantir o sustento e uma condição de vida melhor para a família. Por tal fato é que

---

<sup>145</sup> Informação do site: <<http://www.pgt.mpt.gov.br/noticias/noticias-das-prts/forca-tarefa-identifica-mais-de-500-terceirizados-na-multinacional-ldc-bioenergia.html>>. Publicação em: 24 de novembro de 2009 e Acesso em: 15 de março de 2010. Intitulada “Força-tarefa identifica mais de 500 terceirizados na multinacional LDC Bioenergia”.

<sup>146</sup> Segundo Silva (2006), por meio do método relacionado os trabalhadores e o sindicato tem o controle da metragem, através de pirulitos (quantidade produzida num dia) obrigatoriamente fornecidos pela unidade processadora diariamente. Também, foi desenvolvido um *software* de computador que faz o controle do peso da cana procedente dos talhões, sempre sob a fiscalização do sindicato. A unidade é obrigada a fornecer um mapa agrônomo da área a ser efetuado o corte de cana para que antes de iniciar a safra o sindicato já saiba quantos metros de cana tem em cada talhão. Feito isso, o controle de pesagem é realizado, evitando assim a ocorrência de “roubo” por parte dos fiscais ou dos empreiteiros na frente de corte. No estado de São Paulo, foi votado em convenção coletiva e decidido que, a partir de 1986, o sistema de pagamento dos cortadores de cana seria efetuado de modo que os trabalhadores pudessem ter maior controle sobre seu processo de trabalho. No entanto, esse fato não acontece na prática pela razão de que os trabalhadores que deveriam acompanhar todo não o fazem, pois como ganham por produção, preferem não parar o corte para fiscalizar tal procedimento. Às vezes, o acompanhamento não se dá por desconhecimento dos cortadores de cana desse processo, ou por medo de serem punidos ou demitidos. Tal situação se torna pior, quando os cortadores de cana pertencem aos fornecedores, pois as unidades agroprocessadoras não têm controle sobre os mesmos, o que de certa forma, atrapalha a ação dos sindicatos.



se submetem aos preceitos do capital. O exemplo mais prático dessa situação é o sistema de 5 por 1 adotado por muitas empresas, inclusive a LDC-SEV<sup>147</sup>.

Não só o campo participa das estratégias utilizadas pelas unidades agroindustriais canavieiras, mas também a indústria e o administrativo por meio do PPR (Programa de Participação nos Resultados), no qual a diretoria define algumas metas que devem ser cumpridas, podendo em alguns casos até superá-las. Essa estratégia apresenta resultados muito relativos, pois alguns setores trabalham mais que outros e recebem menos e vice-versa, ou seja, escamoteia a realidade de cada trabalhador<sup>148</sup>.

Um aspecto importante que não devemos deixar passar, diz respeito à constante pressão com que trabalham os profissionais do setor administrativo. Os mesmos são pressionados diariamente para cumprir com suas tarefas, correndo o risco de ter que ficar após o expediente em caso de não cumprimento de tais trabalhos. Na LDC-SEV, por exemplo, o funcionário administrativo sabe o horário que deve chegar, mas não sabe quando irá sair. Além de serem muito cobrados com relação à eficiência, agilidade, flexibilidade e muitas outras qualidades que o funcionário “deve” ter.

Dessa forma, Alves (2005) nos relata que a principal estratégia da captura da anuência do trabalhador utilizada pelo capital no contexto do modelo de acumulação toyotista, é a “*emulação individual*”, expressa por meio do pagamento de bônus por produtividade e/ou participação nos resultados. E, complementa que, essa estratégia não é um mérito do padrão de acumulação toyotista por não se tratar de uma invenção sua, apenas de um ‘meio refinado e civilizado’ de exploração da força de trabalho.

---

<sup>147</sup> Nesse sistema, trabalha-se cinco dias semanais e folga um dia da semana que pode ou não ser no final de semana. Porém a folga é realizada numa forma de rodízio, ou seja, vez ou outra coincide com o sábado, domingo ou feriado (dados obtidos por meio do Anexo III).

<sup>148</sup> Nas unidades da Dreyfus no Mato Grosso do Sul, as metas são um pouco mais difíceis de serem atingidas, pois cada setor tem que cumprir com suas metas (controle agrícola, controladoria, recursos humanos, saúde e segurança do trabalho, etc). No entanto, as mesmas são analisadas quanto a muitas informações para se obter um índice, que não tem muito a ver com o setor de indústria e administrativo, como quantidade de cana moída, absenteísmo, qualidade da cana, produtividade, entre outros, ou seja, os profissionais que trabalham em tais setores, por terem a característica de responderem por três unidades, são prejudicados no pagamento, pois recebem o dinheiro de apenas uma unidade. Certamente, isso é mais uma forma de exploração do capital para com o trabalho (dados obtidos por meio do Anexo III).

### 3.2 – O PROCESSO DE MECANIZAÇÃO DO CORTE DA CANA-DE-AÇÚCAR COMO MAIS UMA ESTRATÉGIA DE EXPLORAÇÃO DO CAPITAL

O setor agroindustrial canavieiro vem crescendo nos últimos anos a uma velocidade impressionante por conta dos incentivos do Estado, enquanto regulador, normatizador e financiador desse processo; além do aumento da demanda pelo etanol, como um combustível ambientalmente correto não só no Brasil, mas no mundo todo (isso se deve em parte pelas visitas do presidente Lula a outros países, vendendo a imagem do etanol como combustível renovável e sem maiores danos ao meio ambiente).

Segundo Thomaz Júnior (2002), o capital agroindustrial canavieiro busca assegurar-se de todas as formas e subsumir o trabalho sob seu controle; e uma das formas dele conseguir sua autoafirmação é intensificando e fortalecendo a integração entre a planta fabril e a lavoura, ou seja, a lavoura tem de acompanhar o ritmo determinado pela indústria. Assim, a mecanização do corte de cana se constitui uma peça fundamental no processo.

Vale lembrar que a mecanização do corte de cana-de-açúcar foi uma estratégia adotada pelo capital canavieiro logo após os anos de 1980. Este período registrou muitas paralisações, reivindicações e greves por parte dos trabalhadores<sup>149</sup>. O principal motivo de tais greves foi devido a algumas mudanças ocorridas no processo de trabalho na colheita, durante a qual a quantidade de ruas colhidas pelos cortadores de cana passou de cinco para sete, o que intensificou o trabalho no corte da cana, resultando numa maior exploração da força de trabalho e manutenção dos salários. Após muitas reivindicações, os manifestantes conseguiram o retorno das cinco ruas<sup>150</sup>.

Diante do resultado, o capital agroindustrial canavieiro enxergou na mecanização do processo produtivo uma alternativa para resolver as paralisações, uma vez que se os trabalhadores fossem pressionados à mecanização, cederiam muitas das suas exigências, além de uma forma de racionalizar os custos e incrementar a produtividade do trabalho, ou seja, obter maiores lucros.

No entanto, a partir de meados da década de 1990, os ambientalistas surgem com uma discussão sobre as queimadas da cana-de-açúcar. Os fatores

---

<sup>149</sup> Temos como exemplo, a Greve de Guariba, em 1984.

<sup>150</sup> Cf. SILVA, 2004, p. 46.

anteriores aliados aos interesses dos fabricantes de máquinas agrícolas tornam a pressão para a mecanização ainda maior. Perante esse quadro, o Estado se posiciona e começa a abrir linhas de créditos para a aquisição de tais máquinas.

Com isso, houve, segundo Oliveira (2009), um 'barateamento' dos custos de aquisição das mesmas, além do maior aperfeiçoamento técnico por parte dos trabalhadores, fazendo com que o uso das colhedoras ampliasse cada vez mais nas empresas de pequeno, médio e grande porte. Conseqüentemente, houve o aumento da colheita mecanizada da cana crua em todo o país, mas, principalmente em São Paulo, sem, contudo eliminar a colheita da cana queimada, uma vez que muitas empresas ainda resistem nessa prática.

Contudo, alguns estados produtores se manifestam a favor da mecanização. Assim, criaram Protocolos Ambientais no ano de 2007 que exigiam que as novas unidades iniciassem o processamento da cana com a maior parte da colheita mecanizada, ou que gradativamente fizesse tal mudança. Além disso, reforçamos que houve um crescimento significativo na produção de novas colheitadeiras no Brasil (Figura 21).

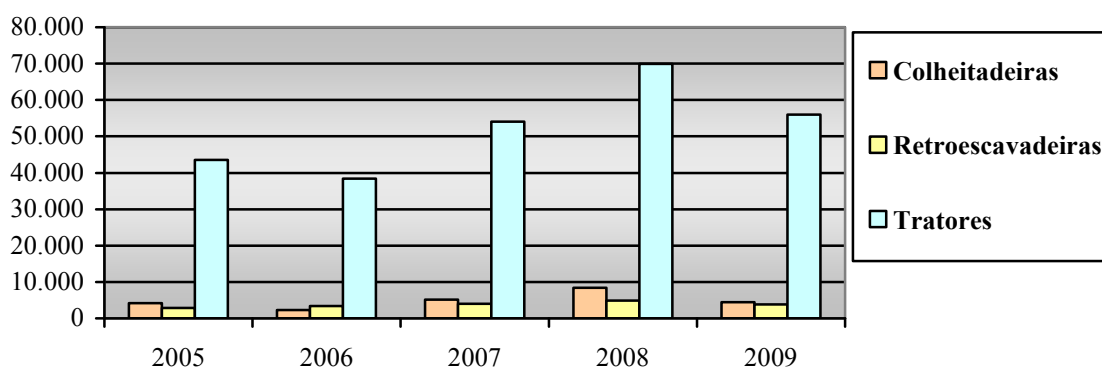


FIGURA 21 – PRODUÇÃO DE MÁQUINAS UTILIZADAS NO SETOR CANAVIEIRO – PERÍODO 2005 A 2009

FONTE: Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores – ANFAVEA.  
ORG.: DOMINGUES, A. T., 2010.

Verificamos que a quantidade de colheitadeiras produzidas pelas indústrias no período estudado teve uma alta significativa no ano de 2008. Seu crescimento superou os 63%, atingindo mais de 8.400 unidades. Contudo, a partir da tabela 21 fica claro que esse “*boom de crescimento*”, que vinha permeando os últimos anos,

foi freado pela crise nos EUA no final de 2008 e se estendeu pelo ano de 2009. Isso afetou o mundo todo, inclusive o Brasil.

Uma característica que ajuda a manter os índices de mecanização são os novos modelos de colheitadeiras que estão sendo lançado a cada ano com inovações tecnológicas e com melhores desempenhos. Isso certamente reforça a substituição da mão-de-obra humana pela máquina, uma vez que tais máquinas representam maior quantidade de cana colhida em menor tempo com menores gastos e maiores lucros<sup>151</sup>.

Contudo, quem ganha é o capital e quem perde são os trabalhadores do corte da cana, pois – anteriormente ao processo de mecanização – os mesmos tinham no corte manual uma ferramenta muito influente contra o capital e se paralisassem suas atividades, todos os outros setores da unidade processadora acabavam parando também. Isso já não ocorre mais devido à mecanização, pois qualquer ameaça de paralisação por parte dos trabalhadores, há um posicionamento dos dirigentes das unidades a favor da total mecanização e os mesmos não a fazem por receio de perderem seus empregos. Atualmente, isto significa que com o apontamento tecnológico do corte de cana crua, o processo se reverte em benefício do capital.

Dessa forma, o capital controla os trabalhadores do corte de cana, que reivindicam seus direitos; conseqüentemente, este capital controla o trabalho também. No entanto, a partir daí, surgem os trabalhadores mais qualificados que no momento estão ligados ao corte mecanizado, como: operadores de máquinas e de colheitadeiras, tratoristas e motoristas que, independente de serem terceirizados (no transporte e carregamento) se encontram mais fortalecidos. Assim, se a máquina é o trunfo do capital contra o trabalhador no corte manual, a máquina também pode ser um trunfo dos operadores contra o capital (THOMAZ JUNIOR, 2002b).

Nesse sentido, enxergamos que os trabalhadores do corte da cana-de-açúcar foram largados a própria sorte, uma vez que foram abandonados pelo Estado e principalmente pelos seus representantes. Na maioria das vezes, os sindicatos apenas fazem trabalhos assistencialistas, deixando de lado o real interesse do

---

<sup>151</sup> Segundo Oliveira (2009), em 2006 a John Deere (empresa fabricante de colheitadeiras), lançou o modelo 3510, que possui capacidade para colher cerca de mil toneladas de cana crua num período de 24 horas, enquanto os modelos mais antigos colhem no máximo 750 toneladas/dia. Essa máquina, por exemplo, substitui em média 100 trabalhadores cortando cana queimada e 200 cortando cana crua.

trabalhador rural: a luta por melhores condições de trabalho.

Outra característica assumida com a mecanização do corte passou a ser referência para a quantidade de cana cortada manualmente pelos trabalhadores, fazendo com que haja a subsunção real do trabalho, para o qual o corte manual torna as condições de trabalho cada vez mais precárias e os trabalhadores superexplorados. Como exemplo, destacamos que na década de 1980 a média de corte dos trabalhadores era de 5 a 6 toneladas de cana/homem/dia; na década de 1990, essa média passou para 9 a 10 toneladas de cana/homem/dia.

Em 2009, principalmente em regiões onde as máquinas ditam o ritmo de produtividade, a maioria das empresas agroindustriais canavieiras estabelece metas de corte manual de 12 a 18 toneladas de cana/homem/dia, especialmente no estado de São Paulo onde o índice de mecanização é maior do que nos outros estados/regiões. (THOMAZ JÚNIOR, 2009).

Segundo Thomaz Júnior (2009), um fator importante que deve ser destacado é o aumento da produtividade do corte exigido pelas empresas, que cooperou para uma redução do trabalho feminino nos canaviais. Em anos anteriores, mulheres tiveram grande peso no contingente de força de trabalho no corte de cana, porém com as mudanças implementadas no agronegócio canavieiro, em particular, com a adoção da mecanização da colheita, elas são as mais afetadas juntamente com os trabalhadores mais velhos, devido às exigências com os patamares médios de corte (THOMAZ JUNIOR, 2009).

Mesmo assim, as mulheres ainda são encontradas em pequeno número realizando outras funções como bituqueiras, aplicadoras de venenos, capina manual, entre outras. Silva (2004) destaca que por elas serem consideradas frágeis e incapazes de garantir o mesmo nível de produtividade do homem são relegadas às funções mais perigosas. No entanto, vale destacar que tais trabalhadoras estão adentrando no mercado como operadoras de tratores, colheitadeiras e máquinas, além de motoristas dos caminhões canavieiros.

Todavia, segundo Thomaz Júnior (2009), num futuro próximo, a quase totalidade da massa de trabalhadores da degradante e extenuante tarefa de cortar cana-de-açúcar manualmente seja extinta, o que pode deixar milhares de trabalhadores excluídos do processo e à deriva, descartados do mercado de trabalho. No entanto uma parte dos trabalhadores já está sendo realocada dentro do próprio setor, como bituqueiro, cortador de cana crua, irrigação, fertirrigação, etc.

### 3.3 – A RESISTÊNCIA POR PARTE DOS TRABALHADORES ASSENTADOS E A LUTA PELA TERRA

O desemprego gerado no campo, principalmente por conta da modernização/mecanização da atividade agrícola, em especial a canavieira, coloca muitos desafios aos trabalhadores rurais, aos agricultores familiares e aos assentados, pois precisam driblar e se manter resistentes às formas de exploração e de subordinação do capital ao trabalho para sobreviverem.

Segundo Thomaz Júnior (2007, p.25), o momento aponta para a ocorrência de um conjunto de redefinições do universo do trabalho com mudanças de funções laborativas, novas profissões, categorias sindicais, que implicam na composição de “*novos espaços de sociabilidade*”, bem como em transformações na subjetividade e nos territórios do trabalho.

Assim, é interessante apreendermos as novas territorialidades, estratégias e rearranjos espaciais empreendidos pelo capital, em particular o agroindustrial canavieiro, além da subordinação e a superexploração da força de trabalho, sob a influência da luta de classes no campo.

A luta pela terra<sup>152</sup> é algo que ocorre desde a transição do sistema feudal para o sistema capitalista, a partir do século XIII, momento em que os camponeses se defrontam com um sistema *novo*, com leis que legitimam a propriedade privada da terra. Vale lembrar aqui que o camponês sujeita a renda da terra ao capital, mas não o trabalho.

Na cotidianidade tal processo reflete a luta da classe dos trabalhadores expropriados e/ou “expulsos” do campo para garantir a produção de alimentos básicos à sua sobrevivência enquanto ser humano. No entanto, o Estado e suas leis legitimam outra forma de produção que é a produção em grande escala, ou seja, o agronegócio, onde suas relações são totalmente o oposto ao defendido pelos trabalhadores.

Como se sabe, o processo de expansão ou territorialização da cana-de-açúcar é muito intenso no Mato Grosso do Sul<sup>153</sup>, pois além do capital internacional ter mostrado interesse pela região por meio da compra ou fusão de várias unidades

---

<sup>152</sup> De acordo com Alentejano (1996, p. 29), a luta pela terra é “encarada como um processo amplo que deverá abarcar todo o campo brasileiro e todas as categorias de agricultores com pouca ou nenhuma terra, visando uma efetiva reconstrução da sociedade e do campo”.

<sup>153</sup> Para ver mais detalhes dessa expansão, consulte Azevedo (2008).

existentes e a implantação de outras unidades agroindustriais, notamos que o Estado legitima esse tipo de investimento.

Baseamo-nos, portanto, em alguns exemplos concretos, mas pontuais, de experiências de luta pela terra em pleno fervor do desenvolvimento do capital canavieiro no território de Mato Grosso do Sul. Vale destacar o quão importante é a luta pela terra e pela Reforma Agrária no Estado, pois essa luta é uma afronta ao modo de vida, produção e reprodução do capital, em especial o capital agroindustrial canavieiro, e não apenas como construção de alternativas de trabalho, mas de reprodução da vida.

As entrevistas realizadas<sup>154</sup> no assentamento Santa Guilhermina<sup>155</sup>, localizado em Maracaju, próximo a unidade agroprocessadora de cana MR do grupo LDC-SEV nos permitiram observar que as condições em que os trabalhadores se encontram se assemelham a muitos outros movimentos de luta pela terra que acontecem em vários cantos do Brasil, ou seja, passam por diversas dificuldades e mesmo assim se mantem firmes diante da luta por um pedaço de terra. Moram em barracos feitos de lona, durante um tempo, até conseguirem se assentar, após o assentamento das famílias as dificuldades ainda permanece, pois os mesmos não tem recursos para se manterem na terra, então surgem os assentados assalariados.

Mesmo com tantos contratemplos, a luta por melhores condições no assentamento continua, uma vez que tais locais não tem infraestrutura adequada para receber esses moradores (escola, igreja, posto de saúde, estradas, entre

---

<sup>154</sup> Realizamos entrevistas (Anexo V) com os representantes dos assentamentos nos municípios de Maracaju e Rio Brilhante, com o intuito de absorver suas estratégias de lutas contra a reprodução do capital. Foi aplicada em quase todos os assentamentos (10 dos 13 assentamentos apresentados), pois em alguns deles não encontramos os responsáveis.

<sup>155</sup> O assentamento Santa Guilhermina fica a aproximadamente 40 km da unidade agroindustrial Maracaju, o que facilita a relação direta que esta tem com os trabalhadores assentados. Segundo entrevistas, ter a usina perto do assentamento é muito bom, pois a mesma gera muito emprego para esses trabalhadores. E, no início, avaliavam o processo de expansão do setor agroindustrial canavieiro como positivo, pois houve abertura de muitas vagas para os trabalhadores da região, inclusive do assentamento. Em seguida, este empreendimento seria maléfico por conta dos prejuízos trazidos pela empresa, como: queima da cana, pulverização de inseticidas e herbicidas muito próximo ao assentamento, precarização das condições das estradas que dão acesso ao assentamento, poeira causada pela utilização das estradas em período de colheita, entre outros. De todos os problemas, segundo os entrevistados, o mais grave é a pulverização de inseticidas e herbicidas utilizados para o controle de pragas e a aplicação de dessecantes que constantemente são utilizados na secagem da palha para a queima da cana. Este procedimento, que parece normal para a usina, prejudica grandemente os pequenos agricultores que moram próximos aos canaviais e, em particular, todo o assentamento Santa Guilhermina, pois, de acordo com os moradores, vários tipos de hortaliças e frutas foram plantados no local. No entanto, o dessecante acabou prejudicando o desenvolvimento destas plantas e, recentemente, os moradores não podem plantar tais verduras e frutas (como a manga, a goiaba, o mamão, a laranja, o limão, a mexerica, etc.) e passam a comprar na cidade.

outros). As reivindicações por melhores condições de vida começam logo após serem assentados. Nos assentamentos de Rio Brilhante o desfecho das lutas e conquistas se dá da mesma forma, ou seja, através de muitos conflitos e discussões. Anterior ao período de expansão da cana-de-açúcar, nesta porção do Estado, vários assentamentos foram criados, principalmente em Rio Brilhante (Tabela 22).

TABELA 22 – ASSENTAMENTOS DOS MUNICÍPIOS DE MARACAJU E RIO BRILHANTE

| <b>Assentamento</b>      | <b>Município</b> | <b>Nº de famílias</b> | <b>Ano de criação</b> |
|--------------------------|------------------|-----------------------|-----------------------|
| <b>Bom Sucesso</b>       | Rio Brilhante    | 27                    | 2000                  |
| <b>Canta Galo</b>        | Maracaju         | 50                    | 2001                  |
| <b>Fortaleza</b>         | Rio Brilhante    | 14                    | 2000                  |
| <b>Fortuna</b>           | Rio Brilhante    | 108                   | 1998                  |
| <b>Lagoa Azul</b>        | Rio Brilhante    | 117                   | 2005                  |
| <b>Margarida Alves</b>   | Rio Brilhante    | 120                   | 2001                  |
| <b>Santa Guilhermina</b> | Maracaju         | não informado         | não informado         |
| <b>São Judas</b>         | Rio Brilhante    | 187                   | 1998                  |
| <b>Silvio Rodrigues</b>  | Rio Brilhante    | 120                   | 2001                  |
| <b>Taquara</b>           | Rio Brilhante    | 67                    | 1998                  |
| <b>Tereré</b>            | Rio Brilhante    | 20                    | 2002                  |
| <b>Triângulo</b>         | Rio Brilhante    | 50                    | 1997                  |
| <b>Valinhos</b>          | Maracaju         | 86                    | 2002                  |

FONTE: Agraer (Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural), INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária).

ORG.: DOMINGUES, A. T., 2010.

Vale ressaltar que em Maracaju existem apenas três assentamentos e uma área que foi conquistada pelos quilombolas, que não está explicitada na Tabela 22, mas se localiza no alto da Serra de Maracaju (Comunidade Quilombola Colônia de São Miguel). Em Rio Brilhante, há dez assentamentos e a Agrovila José Cazusa, que se localiza a 5 km do centro desse município. Ali, residem 54 famílias que possuem em torno de dois hectares para cultivarem hortaliças, pois há uma área de várzea e propícia a tal cultura.

Notamos que todos os assentamentos mostrados na tabela 22 foram ocupados anterior ao ano de 2006 e que, após esse ano, não obtivemos mais nenhum assentamento implantado. Isso mostra, que ao chegar nesses locais, a força do capital agroindustrial canavieiro automaticamente imobilizou os movimentos de luta pela terra no que diz respeito à conquista de mais assentamentos. O capital



aliou-se à força estatal, que é representado na figura do governador do Estado e que apóia todo e qualquer investimento em nome do “desenvolvimento”, desregulou o ritmo do assentamento de um número cada vez maior de famílias, a exemplo do que vinha acontecendo anteriormente em tais municípios.

Outro fator importante que merece destaque é o estado em que se encontram os trabalhadores e suas famílias. Eles estão totalmente abandonados à própria sorte, contando com apenas algumas poucas conquistas. Mesmo assim, tais trabalhadores resistem à falta de apoio e à falta de infraestrutura e começam a trabalhar em fazendas vizinhas e nas unidades agroindustriais canavieiras.

Neste sentido, vemos que, embora o próprio governo federal reconheça que a maior parte dos alimentos produzidos para consumo na mesa dos brasileiros se origina de pequenas porções de terras, onde camponeses o produzem, até hoje não se realizou uma política de incentivos fiscais ou de transferência de renda para esses produtores.

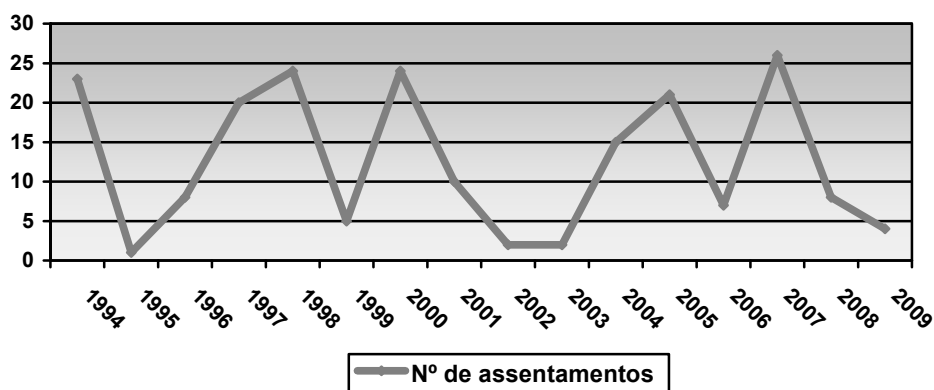


FIGURA 22 – QUANTIDADE DE ASSENTAMENTOS IMPLANTADOS EM MATO GROSSO DO SUL – PERÍODO 1994 A 2009

FONTE: INCRA<sup>156</sup>.

ORG.: DOMINGUES, A. T., 2010.

Através das informações, verificamos que em alguns anos a implantação de assentamentos no Estado foi maior que em outros, ou seja, houve certa oscilação no período analisado até o ano de 2007, pois notamos que após tal ano a quantidade

<sup>156</sup>

Informações obtidas no endereço eletrônico: <[http://www.incra.gov.br/portal/arquivos/servicos/numeros\\_reforma\\_agraria/area\\_incorporado\\_prog\\_reforma\\_agraria\\_032010.xls](http://www.incra.gov.br/portal/arquivos/servicos/numeros_reforma_agraria/area_incorporado_prog_reforma_agraria_032010.xls)>. Acesso em: 03 de julho de 2010.

cai drasticamente. Percebemos que a queda na implantação se deve ao Estado legitimar seu apoio ao capital, representado na agricultura empresarial, além de não apoiar a agricultura familiar.

Isso muito favorece a expropriação de terras, uma vez que estamos diante de um amplo processo de expropriação de agricultores por conta das grandes empresas capitalistas, que estão apoiadas particularmente nos incentivos fiscais, começando a vislumbrar grandes negócios na propriedade da terra. A expulsão atinge não só posseiros, mas também arrendatários, parceiros e agricultores familiares<sup>157</sup> (MARTINS, 1991).

Segundo Martins (1991), a expropriação é a instauração do divórcio ou separação entre o trabalhador e as coisas necessárias para trabalhar, como a terra, as ferramentas, as máquinas e as matérias-primas, sendo a primeira condição e o “primeiro passo para que se instaure, por sua vez, o reino do capital e a expansão do capitalismo”. A separação ou o divórcio é o que tecnicamente se chama de expropriação, pois o trabalhador “perde o que lhe é próprio, perde a propriedade de seus instrumentos de trabalho”. Portanto, se quiser laborar, o trabalhador terá de vender a sua força de trabalho ao capitalista que é quem tem agora os instrumentos de trabalho.

Quanto às relações existentes entre os trabalhadores rurais e a agroindústria canavieira, encontramos ainda a razão de sua proletarização nos assentamentos que fizemos entrevistas<sup>158</sup>, pois ao perguntarmos qual o motivo que os leva a trabalharem na unidade agroindustrial, cem por cento das respostas obtidas foram: por não ser possível sobreviver apenas com o valor obtido através da venda do leite e de outros produtos. Então, uma pessoa da família deixa o restante laborando nos lotes para ele/ela poder trabalhar no setor agroindustrial canavieiro, alegando assim fazer o complemento da renda para que não precisem sair da terra onde residem.

O fato nos mostra a estratégia utilizada pelos assentados para a permanência na propriedade. O que nos deixa mais impressionado sobre os assentados é que os mesmos se submetem ao capital agroindustrial canavieiro, para ficarem em sua terra, pois, segundo aqueles, os incentivos do governo não é o

---

<sup>157</sup> Tomemos como base, que agricultura familiar é a realizada pelos assentados e a agricultura empresarial é a realizada pelos proprietários de grandes extensões de terras ou empresas capitalistas.

<sup>158</sup> Assentamento Canta Galo, Santa Guilhermina, Valinhos, Triângulo, São Judas, Bom Sucesso e Fortaleza.

bastante para que sejam auto-suficientes, ficando os trabalhadores, reféns do capital.

No que diz respeito a “insistência” dos trabalhadores em permanecerem na sua terra, vemos que, segundo Mizusaki (2009), baseado em Oliveira (2001), teimosamente os trabalhadores camponeses lutam no Brasil em duas frentes. Em um primeiro momento, lutam para entrar na terra e se tornarem trabalhadores camponeses proprietários; já em um segundo momento, lutam para permanecer e sobreviver da terra como produtores de alimentos fundamentais à sociedade brasileira. São, portanto, uma classe que está em processo de luta permanente, pois os diversos governos não os tem considerado em suas políticas públicas.

Não obstante, no tocante aos trabalhadores que saem para complementar suas rendas, concordamos com Oliveira (1997, p. 57), quando argumenta que:

[...] a presença do trabalho acessório do camponês é outro elemento componente da produção camponesa. Através do trabalho acessório o camponês pode se transformar periodicamente em trabalhador assalariado, recebendo salário por período de trabalho. Essa transformação periódica constitui-se em fonte de renda monetária que suplementa o rendimento com as culturas em suas propriedades [...].

Somamos a isso o que Marques (2008, p. 56) argumenta sobre a América Latina, ou seja, a reprodução social do campesinato nunca esteve em situação tão crítica, pois muitos camponeses são mantidos em um estado permanente de semi ou sub-proletarização, cujas condições de trabalho são extremamente precárias. Como exemplo, podemos citar o trabalho temporário no corte da cana no Brasil. Isto ocorre ora porque o recurso ao trabalho assalariado é o que permite ao camponês manter a posse da terra, ora porque é a alternativa encontrada para a obtenção da renda necessária para o seu sustento.

Como vemos, a busca pela manutenção da propriedade da terra tem-se consolidado acima de qualquer outro desejo do trabalhador, pois ele tira o seu sustento e o de sua família da terra, apesar de todos os problemas que sabemos que existe.

Adicionalmente, segundo Martins (1995), a troca de força de trabalho e capital sob forma de salário, parece justa, mas não é, pois como percebemos, os

sujeitos se veem no final do processo com resultados diferentes em suas mãos, pois o trabalhador se encontra apenas com o salário que o permite reproduzir-se num dia exatamente como era no dia anterior, e com o capitalista o processo é diferente por ele se deparar com o lucro que o permite reproduzir-se num dia como senhor de uma riqueza maior ainda do que a que tinha no dia anterior.

Contudo, o que podemos verificar é que os camponeses tem uma grande capacidade de serem inventivos, criativos e flexíveis<sup>159</sup>, diante das adversidades que encontram pela frente.

No tocante às flexibilizações, os trabalhadores são até capazes de se subproletarizarem para se manter em seu "pedaço de chão". Entretanto, isso vem ocorrendo desde o século XX, permeando o século XXI, durante os quais as comunidades camponesas demonstram habilidade para se ajustar às novas condições impostas pelo capital e também há "uma grande flexibilidade para encontrar novas formas de se adaptar e ganhar a vida". Há lugares onde as comunidades de trabalhadores camponeses ganham a vida com "novos métodos de produção" e, em outros, "os camponeses ganham a vida por meio da combinação do trabalho camponês e do trabalho não-camponês" (SHANIN, 2008). Ou seja, os trabalhadores tem provado ser extremamente maleáveis e produtivos em situações de crise e não há uma forma simplista para descrever isso.

Além disso, percebemos qual a intenção do capital, representada pela agroindústria canavieira, com relação à exploração da mão de obra utilizada, pois para os trabalhadores, concordamos com Graziano da Silva (1997, p.4) quando diz que, "o sinal visível de que não podiam mais garantir a sua reprodução era o assalariamento temporário fora, que ocorria fundamentalmente em unidades de produção vizinhas por ocasião da colheita".

Portanto, verificamos que não basta distribuir terras para os trabalhadores, é necessário que haja políticas públicas de modo que os assentados tenham condições de produzir, permanecendo na terra e reproduzindo o modo de vida camponês, passando às outras gerações. Se os governos não realizam isto, os trabalhadores se veem diante de dívidas e se sentem impossibilitados de saná-las. Então, se entregam ao trabalho das unidades agroprocessadoras de cana, deixando

---

<sup>159</sup> Segundo Shanin (2008) a explicação para essa intensa resistência, está na natureza da economia familiar, que não tem sido tão estudada quanto às economias estatal e de mercado. Em situação de crise, a lógica da economia camponesa é particularmente eficiente e tende a resolver os problemas de forma mais barata.

muitas vezes a mulher e os filhos para produzir na terra. Na maioria dos casos, a terra está muito arrasada e sem qualidade para a produção, mas mesmo assim, insistem em permanecer na terra.

### 3.3.1 – Os Números dos Conflitos na Luta pela Terra

No Mato Grosso do Sul, segundo dados fornecidos pela CPT/MS, de 1995 a 2009, foram registrados 32 assassinatos de trabalhadores rurais (entre eles estão índios, posseiros, trabalhadores desempregados, pequenos agricultores expropriados etc.). Dentre estes assassinatos, estão os de dois trabalhadores do acampamento que se localizava às margens da fazenda Engenho Novo, próximo ao distrito de Prudêncio Thomaz (município de Rio Brillhante).

Os trabalhadores foram assassinados a mando da proprietária, senhora Laura de Costa Brito. Após o fato ocorrido, o INCRA desapropriou a propriedade e lá assentou 120 famílias em 2001. Logo, tal assentamento leva o nome de um dos assassinados: Silvio Rodrigues<sup>160</sup>.

Vários conflitos envolvendo sem terras e fazendeiros aconteceram no Estado. Entre 2006 e 2009, ocorreram 71 conflitos. Isto se deve ao reflexo das 183 ocupações ocorridas entre os anos de 2000 e 2009. No entanto, mesmo com todo o histórico de conflitos envolvendo a luta pela terra, somente 10 mil famílias foram assentadas até 2006, enquanto cerca de 30 mil ainda se encontrava acampada aguardando o processo desapropriação (Tabela 23).

---

<sup>160</sup> Além do Silvio Rodrigues, foi morto Ranildo Silva, ambos foram líderes do movimento de luta pela terra.

TABELA 23 – CONFLITOS OCORRIDOS NO MATO GROSSO DO SUL NO ANO DE 2009

| <b>Municípios</b> | <b>Nome do Conflito</b>   | <b>Famílias</b> | <b>Áreas (ha)</b> |
|-------------------|---|-----------------|-------------------|
| Amambai           | Faz. Piquenique   | 80              | 398               |
| Amambai           | Faz. Madama   | 50              | 2.181             |
| Dourados          | Porto Cambira do Tekoha Passo Piradju                               | 40              | -                 |
| Dourados          | Faz. Serrana  | 15              | 100               |
| Dourados          | Comunidade Apyka'y  | 10              | 15                |
| Iguatemi          | Faz. Cachoeira  | 20              | -                 |
| Miranda           | Faz. Petrópolis   | 30              | -                 |
| Paranhos          | Faz. São Luiz/Triunfo   | 18              | -                 |
| Paranhos          | T.I. Arroio Corá  | 100             | 7.205             |
| Ponta Porã        | Faz. Cambará  | 33              | -                 |
| Rio Brilhante     | Faz. Sto Antônio da Nova Esperança / Comunidade Laranjeira Nhanderu | 35              | 450               |
| Sidrolândia       | Faz. 3R   | 33              | -                 |
| Sidrolândia       | Faz. Querência São José   | 33              | -                 |

FONTE: Comissão Pastoral da Terra / MS.

ORG.: DOMINGUES, A. T., 2010.

Como notamos, o histórico de conflitos no ano de 2009 foi intenso, principalmente na região Centro-Sul do Estado, sendo que os municípios se centram na região, com exceção de Miranda. Outro aspecto a ser destacado foi o assassinato de 10 indígenas, resultado dos conflitos que envolveram fazendeiros e índios, em um ambiente de demarcação de terras. Estas foram consideradas terras indígenas pela FUNAI.

Segundo o CIMI (Conselho Indigenista Missionário), o monocultivo da cana-de-açúcar exacerba as questões fundiárias no Estado. Os povos Guarani-Kaiowá vivem em situação de extrema precariedade e o principal motivo é a falta de terra, que gera graves problemas sociais (morte de crianças por desnutrição, suicídios, alcoolismo, assassinatos, entre outros). Tais indígenas tem sido vítimas de violência de alguns latifundiários e também do trabalho análogos à escravidão no corte da cana<sup>161</sup>.

Muitos ainda persistem na luta por um pedaço de terra para sua sobrevivência. Como resultado, o número de acampamentos às margens de rodovias do Estado chegou a 42 entre 2001 e 2009, conforme dados da CPT/MS.

<sup>161</sup> Cf. Relatório "Os impactos da produção de cana no Cerrado e Amazônia". Organizado pela Comissão Pastoral da Terra e Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, 2008. Disponível em: <<http://www.cptpe.org.br/files/cartilhaimpactoscana.pdf>>. Acesso em: 15 de abril de 2010.

Porém, a quantidade de acampamentos instalados veio caindo ao longo dos anos, pois em 2001 haviam se instalado dez e no ano de 2009, apenas dois acampamentos se instalaram. Isso mostra que as forças dos mesmos declinaram no período em que a cana estava em sua ascensão.

Segundo Oliveira (2009), para o assentado, a sua propriedade ou o símbolo da propriedade da terra significa a possibilidade de um controle mais efetivo sobre seu processo de trabalho. Também é a garantia de que não será posto fora de sua terra à força ou não será expropriado (mesmo que isto ocorra ideologicamente), uma vez que as condições reais de liberdade do seu processo de trabalho são subjugadas pelo capital. Estes exemplos mostram a consolidação de um modelo de sociedade que privilegia a produção agroexportadora em detrimento das unidades familiares, expressando a participação no agronegócio canavieiro, como uma das principais alternativas para os assentados continuarem mantendo suas famílias nos lotes.

### 3.4 – A SUPEREXPLORAÇÃO DOS TRABALHADORES NO MATO GROSSO DO SUL

De acordo com o Repórter Brasil (2009), o ano de 2009 foi marcado por uma intensa movimentação do setor agroindustrial canavieiro no Brasil, mesmo tendo ocorrido uma forte crise no ano anterior, na qual as usinas sofreram com a retração da oferta de crédito. No entanto, as operações de várias delas voltaram ao azul diante de um cenário de constante aumento da demanda por etanol no mercado brasileiro. Tal crise favoreceu uma consolidação maior dos grupos internacionais capitalizados, que adquiriram grandes companhias nacionais por meio de fusões e/ou aquisições e já são responsáveis pela moagem de 20% da cana-de-açúcar produzida no país.

Segundo a Conab, a produção brasileira de cana na safra 2009/10 atingiu 612,2 milhões de toneladas, portanto houve uma alta de 7,1% em relação a 2008/09 e, para 2010/11, a previsão é de produzir mais de 650 milhões de toneladas, obtendo uma variação de 6,5%. O Estado de São Paulo concentrou 57,8% da produção do país e colheu mais de 354 milhões de toneladas. Contudo, verificamos que três estados brasileiros obtiveram um crescimento de forma mais expressiva em

termos de aumento da quantidade de cana colhida. Dentre eles, estão: Goiás, tendo uma produção superior a 44 milhões de toneladas, ou seja, 50% maior em comparação com o ano anterior; Mato Grosso do Sul, obtendo uma produção de 28,8 milhões de toneladas e, por conseguinte, constatou um avanço de 38%, e, por último, Minas Gerais, produzindo mais de 49 milhões de toneladas de cana colhidas, obteve uma alta de 20%.

Por meio das fusões e/ou aquisições, notamos que há uma busca pela liderança no mercado. O maior grupo agroindustrial canavieiro do país é a Cosan. Em 2009, comprou unidades do grupo Nova América, elevando sua capacidade de processamento para 63 milhões de toneladas de cana/ano com 23 unidades agroprocessadoras. Em segundo lugar aparece, o grupo LDC-SEV com 13 unidades, produzindo 40 milhões de toneladas de cana-de-açúcar. O processo de consolidação do setor favorece o aperfeiçoamento na gestão das companhias, inclusive na área de sustentabilidade, mas os problemas sociais e ambientais enfrentados pelo setor continuam, e às vezes pioram<sup>162</sup>.

Devido ao crescimento, alguns desdobramentos se consolidam motivados pela expansão e concentração do setor no país. Dentre eles, a superexploração do trabalho – formas típicas e assemelhadas de trabalho escravo, o desrespeito às comunidades tradicionais (indígenas, camponeses, posseiros, fundos de pasto, esses nas áreas de cerrado e na Amazônia), a degradação ambiental mediante a contaminação dos solos, mananciais, desmatamento, queimadas entre outros. Como exemplo, podemos citar o caso da Consan que, em 31 de dezembro de 2009, teve seu nome incluído na “lista suja” do trabalho escravo pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)<sup>163</sup>.

Em 2008, o MTE realizou dez operações no Mato Grosso do Sul e fiscalizou quatorze fazendas, resgatando do trabalho escravo 236 trabalhadores. As fazendas

---

<sup>162</sup> Segundo informações da Repórter Brasil, a Cosan foi inserida pelo Ministério do Trabalho e Emprego na lista suja do trabalho escravo no final de 2009, de onde só saiu temporariamente após obter uma liminar na Justiça.

<sup>163</sup> A inclusão da Cosan na “lista suja” do MTE deve-se a uma fiscalização ocorrida em junho de 2007, na unidade Junqueira, em Igarapava (SP), na qual foram libertados 42 trabalhadores que estavam em regime de semi-escravidão. O prazo de mais de dois anos entre a libertação e a inclusão na lista ocorreu devido tempo necessário ao trâmite do processo administrativo dentro do ministério. Imediatamente após o anúncio, estatais como o BNDES e empresas privadas como o Wal-Mart anunciaram a suspensão de seus negócios com a companhia sucroalcooleira. No entanto, os advogados da empresa recorreram da decisão e conseguiram uma liminar do Tribunal Regional do Trabalho de Brasília, retirando o nome da empresa da lista, pois alegaram que tais trabalhadores flagrados eram de empresas terceirizadas (REPÓRTER BRASIL, 2009).



foram multadas em mais de R\$ 534 mil. Em 2009, foram realizadas três operações e fiscalizados cinco estabelecimentos, resgatando 22 trabalhadores de condições análogas à escravidão, não havendo multa. Isto não quer dizer que o trabalho escravo diminuiu; apenas mostra que ainda persistem essas práticas de exploração por parte de alguns empresários.

Ao longo de 2009, acompanhamos que o governo brasileiro e os empresários do setor reforçaram seus ânimos para tentar mudar a imagem dos canaviais e das usinas. Em junho, foi lançado o “Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana-de-Açúcar”. O compromisso foi assinado por 331 usinas brasileiras (80% do total) e os termos foram aprovados pela Feraesp<sup>164</sup>, Contag, Unica e Fórum Nacional Sucreenergético<sup>165</sup>.

No entanto, vemos que algumas unidades ainda continuam com a prática da utilização de condições análogas à escravidão. Segundo a CPT, no Mato Grosso do Sul, entre 2000 e 2009, mais de 65 mil trabalhadores foram libertados em seus locais de trabalho em mais de 140 conflitos e denúncias. No setor canavieiro, temos o exemplo da unidade Debrasa, localizado em Brasilândia<sup>166</sup>, a Destilaria Centro Oeste Iguatemi Ltda, em Iguatemi. Ambas tem o nome incluído na “lista suja” do Compromisso.

Uma prática que se tornou muito comum no Mato Grosso do Sul com a expansão do setor agroindustrial canavieiro é a contratação de mão-de-obra indígena nas lavouras canavieiras. Isso sem dúvida trouxe muitas consequências, como perda de identidade como índio, exploração da mão-de-obra por parte das

---

<sup>164</sup> Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo.

<sup>165</sup> Apesar das intenções, o compromisso possui algumas falhas, pois o mesmo aceitou como signatárias unidades que violam os direitos dos trabalhadores, unidades que violaram os direitos mesmo após terem assinado o documento e continuam como signatária, falta de monitoramento para confirmar se as mesmas estão seguindo os termos de tal compromisso.

<sup>166</sup> Segundo notícia publicada no site <<http://www.reporterbrasil.org.br/exibe.php?id=1233>>, cujo título era: “Fiscais resgatam 831 indígenas de usinas de cana-de-açúcar no MS”, de 21 de novembro de 2007. Acesso em: 03 de julho de 2010. Nesse ato, foram resgatados 831 trabalhadores indígenas em condições degradantes e muito precárias, na unidade Debrasa da CBAA em Brasilândia. De acordo com a matéria, o alojamento era de causar espanto, pois os índios de amontoavam em blocos retangulares semelhantes a uma cela de prisão, as paredes estavam cobertas de mofo e os colchões estavam sujos. Também foram encontrados lixos esparramados por todo o alojamento, além de o único sanitário disponível estar entupido e fétido, ou seja, sem as mínimas condições de uso. Faltava água para o banho de todos e a alimentação era muito precária, pois os indígenas comiam sentados no chão e suas marmitas não eram bem fechadas, o que facilita a entrada de moscas e insetos. E para finalizar os salários estavam atrasados.

agroindústrias, trabalho extenuante, que os mesmos não estavam acostumados, trabalho análogos à escravidão, entre outros<sup>167</sup>.

Segundo Brand (2010), os índios gostam de trabalhar em grupo e em sua maioria são submissos e eficazes, o que favorece a exploração da mão-de-obra e, portanto, são preferidos no trabalho da cana-de-açúcar<sup>168</sup>. Diante disso, a Comissão de Fiscalização do Trabalho do Mato Grosso do Sul resolveu encarar o desafio de debater o tema do trabalho indígena nas unidades agroprocessadoras de cana e buscar alternativas para a mecanização e a exploração do trabalho. Os municípios do Estado com o maior número de indígenas envolvidos no trabalho canavieiro são Dourados, Caarapó, Amambaí, Aquidauana e Miranda.

Uma preocupação é que a mecanização levará os índios a fazer pressão sobre as terras, conforme Rosalino (responsável por grupos indígenas para trabalho nas usinas) e não há dúvidas que a questão de fundo é da territorialidade ou do território, ou seja, sem resolver a questão das terras indígenas, não haverá solução efetiva. É preciso mais do que simplesmente fazer debates sobre tal assunto; é necessário que todos cobrem mais responsabilidades sociais daqueles que enriqueceram e enriquecem a custa da destruição da terra indígena e da mão de obra destes. Como na França, onde grupos de solidariedade aos povos indígenas tem feito uma ampla campanha exigindo medidas efetivas da LDC-SEV<sup>169</sup>.

Apesar de todas as denúncias e descobertas de trabalho escravo indígena e de todas as represálias sofridas por eles, o Estado passou a financiar tal situação, pois o BNDES foi acusado de fazer empréstimos para o cultivo da cana-de-açúcar em áreas consideradas de reservas indígenas no Mato Grosso do Sul para as unidades Nova América (grupo Shell/Cosan) e Monteverde (Bunge). O Ministério Público Federal (MPF) foi quem denunciou tal ocorrência e segundo o mesmo, o financiamento da atividade incentiva os conflitos por terra e viola os direitos indígenas no Estado. Lembra ainda que o financiamento público para a expansão do

---

<sup>167</sup> Cf. RIBEIRO, 2002.

<sup>168</sup> Informação obtida por meio do site: <<http://www.ecodebate.com.br/2010/04/22/cerca-de-10-mil-indigenas-no-ms-ainda-trabalham-de-forma-degradante-nas-usinas/>>. Com o título "Cerca de 10 mil indígenas no MS ainda trabalham de forma degradante nas usinas". Datada de 22 de abril de 2010. Acesso em: 03 de julho de 2010.

<sup>169</sup> Ibidem.

cultivo de cana é vedada em terra indígenas através da Resolução 3813/2009, do Banco Central<sup>170</sup>.

As estratégias utilizadas pelas unidades agroindustriais canavieiras mudaram nas últimas safras. Atualmente as principais autuações são por excesso de jornada e por violações à saúde e à segurança do trabalhador, como em alguns casos em que as instalações sanitárias não são adequadas, o transporte até a frente de trabalho é feito em ônibus inseguro e não são fornecidos ao trabalhador equipamentos de proteção individual<sup>171</sup> (EPIs), entre outros.

Percebemos que as estratégias do capital agroindustrial canavieiro mudam a todo instante com um único objetivo que é obter cada vez mais lucros maiores, não levando em consideração as diferenciações locais e regionais, modificando ou alterando também a rotina de muitos trabalhadores residentes no Mato Grosso do Sul.

### 3.5 – AS CERTIFICAÇÕES AMBIENTAIS COMO ESTRATÉGIA DO CAPITAL AGROINDUSTRIAL CANAVIEIRO

O setor agroindustrial canavieiro vem demonstrando uma alta capacidade de formar estratégias para alcançar novos patamares de acumulação. A partir dos anos de 1990, foram criados os selos verdes e os certificados como barreiras não-tarifárias e que provam a qualidade dos produtos garantindo a procedência em um processo produtivo, tendo o menor impacto possível sobre o ambiente.

A partir disso, foram criados – para uso internacional – a ISO (Organização Internacional de Padronização), no qual seu principal objetivo é padronizar as leis e normas que regem tais certificados. Daí surge os modelos que conhecemos atualmente que são a ISO9000 e ISO14000.

De acordo com Oliveira (2009), a ISO9000 desenvolveu o Sistema de Gestão da Qualidade que aponta para o Controle de Qualidade de produtos e processos realizados nas unidades agroprocessadoras, baseados na norma ISO9001. A ISO14000 elaborou um Sistema de Gestão Ambiental pautada na norma ISO14001, a

---

<sup>170</sup> Dados obtidos através do site < <http://www.ruralcentro.com.br/noticias/22003/bndes-acusado-de-financiar-cana-em-area-indigena-de-ms>>. Com o seguinte título: “BNDES acusado de financiar cana em área indígena de MS. Datada de 11 de maio de 2010. Acesso em: 03 de julho de 2010.

<sup>171</sup> Cf. Repórter Brasil, 2009.

qual é ordenada por um conjunto de procedimentos e técnicas direcionadas para a gestão de empresas, tendo como interface o meio ambiente. Contudo, o termo de qualidade passou para o discurso empresarial, bem como se tornou um aspecto qualitativo na concorrência entre as empresas nacional e internacionalmente.

Diríamos então que, com mais essa estratégia do capital canavieiro, houve um acirramento da concorrência internacional por parte dos grupos agroindustriais. Logo, começaram a assumir novos mecanismos de racionalização. Isso ocasionou a adoção de novos sistemas de gestão e que, conseqüentemente, refletiu nas relações de trabalho e no controle do processo produtivo e dos trabalhadores.

As empresas que tem a característica da certificação tendem a serem empresas “enxutas”, principalmente do ponto de vista da quantidade de trabalhadores, como forma de garantir a eficiência da certificação. A alteração mais sentida acontece no âmbito da lavoura canavieira, onde o conflito capital x trabalho se torna mais evidente, pois há os problemas de descumprimento da legislação trabalhista, da exploração dos trabalhadores e de desrespeito ao meio ambiente. Como aspecto facilitador do processo de certificação e também para garantir a continuidade do certificado, tais empresas reduzem o número de trabalhadores nas lavouras, ficando, portanto, a contratação destes sob o encargo dos fornecedores e parceiros. Assim, se a empresa tem menos trabalhadores no campo, fica mais fácil o controle dos mesmos, além de facilitar treinamentos, conscientizações e qualificações<sup>172</sup>.

Para que qualquer uma das certificações seja implantada, é necessário que haja uma adequação às normas da mesma, ou seja, passam a envolver os trabalhadores da lavoura, do escritório e da fábrica. Assim, tais trabalhadores são praticamente obrigados a direcionarem suas atenções ao cumprimento das metas impostas pelas empresas. Com isso, “o discurso da integração e o estímulo a participação faz parte do jogo estratégico do capital, no sentido de conquistar a confiabilidade do trabalhador e apropriar-se de sua subjetividade” (OLIVEIRA, 2009, p. 151).

Quando falamos em apropriação, não estamos falando apenas da subjetividade do trabalho, mas também da apropriação da natureza, que se dá sob exploração direta (principalmente água e solo) e indireta que estão introduzidas nos discursos ambientais mascarados de ótimos propósitos e com o objetivo de esconder

---

<sup>172</sup> Cf. OLIVEIRA, 2009.

os reais interesses capitalistas. Isso faz com que apareçam novos nichos de mercado, que haja agregação de valor e diferenciação do produto, conseqüentemente, conquista de novos mercados e aumento da acumulação de capital. Como exemplo prático, há a co-geração de energia que aos poucos foi agregada ao processo produtivo canavieiro, a fabricação de açúcar orgânico, dentre outros.

### 3.6 – A CO-GERAÇÃO DE ENERGIA COMO MECANISMO DE ACUMULAÇÃO DE CAPITAL

De acordo com Oddone (2002), a co-geração é definida como um processo de transformação de uma forma de energia em mais de uma forma de energia útil, lembrando que as formas de energia útil mais empregadas são a energia mecânica e a térmica (que é onde se encaixa a co-geração de energia a partir do bagaço da cana). Tal autor salienta que a co-geração nos mostra uma alta eficiência energética, uma vez que não há desperdício de energia térmica, pois a energia é utilizada em processos industriais, como secagem, evaporação, aquecimento, cozimento, destilação, etc.<sup>173</sup>

No início, o bagaço de cana foi empregado nas unidades canavieiras apenas para geração de calor, substituindo a madeira que era usada até então, mas recentemente o bagaço passou também a gerar vapor para ser transformado em energia a partir do calor. Porém, somente a partir de 1998, com o Decreto nº 2.655, é que as unidades poderiam comercializar o excedente de sua produção.

Com a crise ocorrida no setor elétrico em 2001, denominada de “apagão”, aumentou o interesse do governo brasileiro por outras fontes de geração de energia. A partir disso, as unidades agroindustriais canavieiras passam a ser inseridas no mercado da produção de energia. Isso se fortalece e torna-se mais atraente financeiramente, devido ao custo elevado da produção de energia hidrelétrica, de petróleo ou termelétrica. Contudo, por ser um processo muito recente, ainda faltam pesquisas tecnológicas que aprimorem tal processo, a fim de maximizar a eficiência da

---

<sup>173</sup> Ainda segundo o mesmo autor, os conceitos aplicam-se didaticamente à cadeia sucroalcooleira, pois no processamento da cana-de-açúcar há uma alta demanda de energia térmica, mecânica e elétrica. Logo após a extração do caldo, é possível queimar o bagaço obtido em caldeiras, produzindo vapor que é utilizado para obter as três fontes de energia. A co-geração movimentará uma cadeia energética com potencial de dobrar a energia obtida pela produção do álcool, uma vez que o mesmo responde por cerca de um terço da produção de energia contida na planta industrial.

co-geração na cadeia produtiva da cana-de-açúcar<sup>174</sup>.

Com isso, o governo brasileiro regulamentou a compra de energia elétrica por parte das concessionárias de energia, dos autoprodutores que podem vender seus excedentes. Assim, muitas unidades do setor agroindustrial canavieiro passam a aproveitar mais esse mecanismo de acumulação do capital, obtendo lucros mais elevados. A unidade Passa Tempo aproveitou a estratégia e instalou todos os equipamentos necessários. Já a unidade Rio Brilhante foi projetada desde o início da montagem para gerar energia a partir do bagaço. No entanto, o grupo tem outras unidades que co-geram energia no Brasil (Tabela 24).

TABELA 24 – RANKING DAS UNIDADES PRODUTORAS DE ENERGIA ELÉTRICA CO-GERADA A PARTIR DO BAGAÇO DE CANA NAS UNIDADES DA LDC-SEV

| <b>Unidade</b>  | <b>Município</b> | <b>Estado</b>       | <b>KW</b> |
|-----------------|------------------|---------------------|-----------|
| Vale do Rosário | Morro Agudo      | São Paulo           | 93.000    |
| Santa Elisa     | Sertãozinho      | São Paulo           | 58.000    |
| Cresciunal      | Leme             | São Paulo           | 42.300    |
| Luciânia        | Lagoa da Prata   | Minas Gerais        | 40.000    |
| Rio Brilhante   | Rio Brilhante    | Mato Grosso do Sul  | 40.000    |
| Giasa           | Pedras de Fogo   | Paraíba             | 30.000    |
| Estivas         | Arês             | Rio Grande do Norte | 17.000    |
| MB              | Morro Agudo      | São Paulo           | 16.400    |
| Passa Tempo     | Rio Brilhante    | Mato Grosso do Sul  | 10.000    |
| Jardest         | Jardinópolis     | São Paulo           | 8.000     |
| São Carlos      | Jaboticabal      | São Paulo           | 6.800     |
| Continental     | Colômbia         | São Paulo           | -         |
| Maracaju        | Maracaju         | Mato Grosso do Sul  | -         |

FONTE: UDOP.

ORG: DOMINGUES, A. T., 2010.

<sup>174</sup> De acordo com o Balanço Energético Nacional (2003), a participação da biomassa na matriz energética brasileira ainda é muito aquém do que pode ser utilizado, pois participa com apenas 27%, no qual 11,9% provêm da utilização de lenha de carvão vegetal e 12,6% do bagaço de cana-de-açúcar. Segundo a ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica), o potencial autorizado para empreendimentos de co-geração de energia elétrica, a partir do bagaço da cana-de-açúcar é de 1.198,2 MW por unidade produtora. Informações obtidas no site: <[http://www.agricultura.gov.br/pls/portal/docs/PAGE/MAPA/PLANOS/PNA\\_2006\\_2011/PLANO%20NACIONAL%20DE%20AGROENERGIA%202006%20-%202011-%20PORTUGUES.PDF](http://www.agricultura.gov.br/pls/portal/docs/PAGE/MAPA/PLANOS/PNA_2006_2011/PLANO%20NACIONAL%20DE%20AGROENERGIA%202006%20-%202011-%20PORTUGUES.PDF)>. Acesso em: 10 de julho de 2010.

Verificamos que 85% das unidades da LDC-SEV co-geram energia a partir do bagaço de cana-de-açúcar, perfazendo um potencial de mais de 360KW de produção em todas suas unidades. Isso não é um mecanismo particular do grupo, pois no Mato Grosso do Sul encontramos outras unidades agroprocessadoras que também aderiram ao mecanismo (Tabela 25), da mesma forma que o restante do país.

TABELA 25 – RANKING DAS UNIDADES PRODUTORAS DE ENERGIA CO-GERADA A PARTIR DO BAGAÇO DE CANA NO MATO GROSSO DO SUL

| <b>Unidade</b>                 | <b>Município</b>     | <b>KW</b> |
|--------------------------------|----------------------|-----------|
| LDC Bioenergia – Rio Brilhante | Rio Brilhante        | 40.000    |
| Angélica                       | Angélica             | 32.000    |
| Coopernavi                     | Naviraí              | 12.000    |
| Brasilândia                    | Brasilândia          | 10.000    |
| Passa Tempo                    | Rio Brilhante        | 10.000    |
| CBAA                           | Sidrolândia          | 4.600     |
| Centro Oeste Iguatemi          | Iguatemi             | 4.000     |
| Alcoovale                      | Aparecida do Taboado | 3.900     |
| Energética Santa Helena        | Nova Andradina       | 3.200     |
| Safi                           | Nova Alvorada do Sul | 2.920     |

FONTE: UDOP.

ORG.: DOMINGUES, A. T., 2010.

Apesar do Mato Grosso do Sul estar iniciando o processo de co-geração de energia, há algumas unidades que já estão em processamento e ampliando sua capacidade de co-geração. Como exemplo, a unidade Passa Tempo que apresentou o projeto de ampliação da capacidade de produção da usina termoeletrica de biomassa anexa a tal unidade. Com o projeto, pretende ampliar em mais 60 MWh, pois atualmente gera 20MWh. Porém, tal ampliação dar-se-á em 2012 quando novos turbo geradores elevarão sua capacidade total para 80MWh, ou seja, um crescimento de 300% na co-geração de energia a partir do bagaço<sup>175</sup>.

<sup>175</sup> Tal projeto tem o apoio do Imasul (Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul) que dispôs do Relatório de Impacto Ambiental (RIMA). Este se refere ao licenciamento ambiental da co-geração de energia, bem como os impactos que podem ocorrer na região. As medidas serão destinadas a diminuir os possíveis impactos negativos. Em 2010, a LDC-SEV irá investir na ampliação de sua capacidade de co-geração e tem como objetivo exportar 1GWh/ano de energia produzida a partir da queima do bagaço. Notícia publicada no site da UDOP, no endereço eletrônico:

Segundo a UNICA, o setor energético irá contribuir com os objetivos da Política Nacional sobre Mudança do Clima. Em 2009, a bioeletricidade agro-sucroenergética representa entre 3 e 4% da oferta interna de energia do Brasil. Para que essa fonte de energia renovável contribua ativamente, são necessárias que sejam traçadas metas mais ousadas de inserção deste tipo de energia na matriz energética brasileira. Não obstante, o governo brasileiro quer aumentar o percentual de participação da co-geração de energia para mais de 11% da oferta total de eletricidade do país<sup>176</sup>.

Para que o projeto se confirme enquanto ação é necessário que se melhore a tecnologia empregada para o mesmo, uma vez que a maior parte das unidades ainda utiliza caldeiras de média pressão, mesmo existindo caldeiras mais potentes. Isso poderia elevar significativamente a eficiência energética. Também há o custo do investimento na produção de bioenergia que, conforme Souza (2002), o investimento médio por KW instalado varia entre R\$ 700 mil a R\$ 1,5 milhão dependendo do nível tecnológico de tal transação.

Mais uma vez o capital agroindustrial canavieiro se aproveita da estratégia de energia renovável ou bioenergia para exigir do governo contrapartidas como financiamentos, facilitação, além da fragilização das leis ambientais, das exigências no licenciamento ambiental, melhorias em infraestrutura, etc.

É importante ressaltar que houve um aumento significativo do interesse pela co-geração de energia entre a maioria das empresas e dos grupos agroindustriais canavieiros recentemente, o que coincide inclusive com o processo de reordenamento territorial e produtivo. Não só as unidades agroprocessadoras em funcionamento estão efetuando investimentos neste sentido, mas também as novas já tem introduzidos em seus projetos a perspectiva de co-geração de energia voltada para a comercialização. Como exemplo, há unidades que mudaram sua razão social devido à co-geração, como a unidade Santa Elisa, registrada recentemente como Companhia Energética Santa Elisa; além das unidades adquiridas pelo Grupo Louis Dreyfus que passaram a denominar-se LDC Bioenergia S/A<sup>177</sup>.

---

<<http://www.udop.com.br/index.php?item=noticias&cod=1067756>>. Datada de 05 de julho de 2010. Acesso em: 10 de julho de 2010.

<sup>176</sup> Ainda de acordo com a UNICA, recentes pesquisas da União Européia detalha que fontes de geração de energia como o carvão emitem 800kg de CO<sub>2</sub> e o gás natural emite mais de 400kg de CO<sub>2</sub> por MWh. Levando em consideração a co-geração de energia a partir do bagaço da cana, para o ano de 2030, seriam evitadas a emissão de 170 milhões de toneladas de CO<sub>2</sub> na atmosfera.

<sup>177</sup> Cf. OLIVEIRA, 2009.



Portanto, vemos que a co-geração de energia a partir do bagaço da cana-de-açúcar se apresenta com um discurso ideológico muito forte no que diz respeito à questão ambiental (energia limpa, renovável, bioenergia), e sua principal finalidade é a venda de energia elétrica como mais um diferencial produtivo, mas ao mesmo tempo, intensificando a exploração e a precariedade do trabalho, descumprindo as leis trabalhistas, visando acima de tudo novas patamares de acumulação.

### 3.7 – A EXPANSÃO CANAVIEIRA E OS DESDOBRAMENTOS AMBIENTAIS

Até o presente momento, falamos sobre as certificações ambientais e a co-geração de energia, como mecanismo de acumulação, porém iremos tratar dos impactos ambientais causados pelo plantio, cultivo, queima e colheita da cana-de-açúcar. Enfim, trataremos dos principais processos que causam danos ao meio ambiente.

O monocultivo da cana-de-açúcar assim como outras monoculturas gera impactos ambientais por ser cultivado de maneira extensiva e com apenas um tipo de vegetal. Também empobrece o solo de forma a reduzir a biodiversidade e, conseqüentemente, causa a devastação ambiental. Os produtos químicos utilizados na lavoura canavieira (herbicidas, pesticidas, fungicidas, entre outros) poluem o solo e a água (rios e córregos próximos, além do lençol freático) por meio de sua utilização intensiva, além da compactação dos solos pela mecanização.

Vale ressaltar que embora o aumento da mecanização esteja ocorrendo de forma ampla as queimadas ainda são frequentes no processo de colheita da cana. Essa prática destrói alguns microorganismos do solo, polui o ar e causa doenças respiratórias, pois a queima da palha exala gases que contribuem para o efeito estufa, além das cinzas que são lançadas nos municípios próximos à lavoura canavieira.

Também há a contaminação dos recursos hídricos por meio da intensa utilização de agrotóxico nas operações agrícolas e para o processamento agroindustrial, pois a água que retorna aos corpos hídricos mantém taxas de contaminação acima dos índices recomendados no processo industrial para a

fabricação do açúcar, do álcool e o vinhoto que contamina rios e águas subterrâneas<sup>178</sup>.

Em Rio Brilhante, encontramos por meio de entrevistas informais, algumas pessoas que defendem o meio ambiente, com muito afinco. Diante da conversa, conseguimos fotos que mostram o poder destrutivo do capital canavieiro. Algumas demonstram o descaso com as embalagens de agrotóxicos, poluindo as águas (Figura 23). Outras revelam a mortandade de peixes, devido à poluição das águas (Figura 24). Também visualizamos em outras imagens, uma prática comum entre as unidades canavieiras, o desmatamento e o posterior enterramento de árvores (Figura 25), a fim de fugir da fiscalização.



FIGURA 23 – VASILHAMES DE AGROTÓXICOS ENCONTRADOS À MARGEM DO CÓRREGO VACARIA, EM RIO BRILHANTE/MS – 2008.

FOTO: LEITE, R.

---

<sup>178</sup> De acordo com a agrônoma Marília Castro Lima, da UFRPE (Universidade Federal Rural de Pernambuco), para cada litro de etanol produzido é gerado de 10 a 13 litros de vinhoto. Ainda afirma que no Brasil, a maior parte dos reservatórios de vinhoto não é feita de cimento, o que facilita a contaminação de águas subterrâneas, como os aquíferos. Informação do relatório “Os impactos da produção de cana no Cerrado e Amazônia”, produzido pela Comissão Pastoral da Terra e Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, no ano de 2008.



FIGURA 24 – MORTANDADE DE PEIXES, DEVIDO À POLUIÇÃO DAS ÁGUAS DO CÓRREGO VACARIA, EM RIO BRILHANTE/MS – 2008.

FOTO: LEITE, R.



FIGURA 25 – ENTERRAMENTO DE ÁRVORES EM PROPRIEDADE ARRENDADA PELA LDC-SEV, EM RIO BRILHANTE/MS – 2008.

FOTO: LEITE, R.

Podemos visualizar, por meio das figuras 23, 24 e 25, que o capital agroindustrial canavieiro não se importa com as questões ambientais. Quando os institutos governamentais vão fazer as fiscalizações os responsáveis da empresa na

parte ambiental os levam para um cenário diferente do que está sendo demonstrado, conseguindo assim as licenças ambientais.

Outro grave problema ambiental que é maquiado pelo capital canavieiro é as queimadas. Estas são constantes, principalmente no período de maior estiagem, que no Mato Grosso do Sul vai de julho à setembro. No referido período, o clima e as pastagens ficam mais secas e aptas às queimadas descontroladas. Foi o que aconteceu em 12 de agosto de 2010 em uma propriedade arrendada pela LDC-SEV (Figura 26). O fogo ficou descontrolado passando para outras propriedades e matas nativas. Chegou até a queimar um caminhão que estava no canavial no momento do fogo e que os trabalhadores da empresa não conseguiram tirar o mesmo a tempo (Figura 27). Tal ocorrência somente foi controlada após a chegada do corpo de bombeiros de Maracaju.



FIGURA 26 – ÁREA QUEIMADA PELO FOGO DESCONTROLADO EM PROPRIEDADE ARRENDADA PELA LDC-SEV, EM RIO BRILHANTE/MS – 2010.

FOTO: DOMINGUES, A. T.



FIGURA 27 – CAMINHÃO QUEIMADO PELO FOGO DESCONTROLADO, EM RIO BRILHANTE/MS – 2010.

FOTO: DOMINGUES, A. T.

Como já dissemos a monocultura da cana-de-açúcar além da causar vários tipos de impactos e degradações ambientais também explora os trabalhadores, no qual alguns trabalham em condições análogas à escravidão, expropriam comunidades camponesas, freiam a produção de alimentos, destroem a biodiversidade, entre outros aspectos.

Sabemos também que o principal motivo das consequências citadas é a expansão desenfreada do setor que no Brasil, segundo a Conab (2010), continua em expansão. Os maiores índices de crescimento são encontrados em São Paulo, Mato Grosso do Sul, Goiás e Minas Gerais, pois nestes estados além do aumento da área cultivada, entraram em funcionamento novas unidades agroprocessadoras de cana, sendo três em Minas Gerais, duas em São Paulo e Goiás e uma no Mato Grosso do Sul.

Quanto à área plantada, a estimativa para o Brasil é de aproximadamente 11 milhões de hectares, sendo que os estados mais expressivos são: São Paulo (5,5 milhões de hectares), Minas Gerais (750 mil hectares), Paraná (607 mil hectares), Goiás (601 mil hectares), Alagoas (464 mil hectares), Mato Grosso do Sul (420 mil hectares) e Pernambuco (334 mil hectares).

Dentre o Estado que mais cresceu em área plantada está o Mato Grosso do Sul, que obteve 28% de expansão da cana em seu território. Tais dados nos mostram a vocação que o país tem para a grande propriedade em detrimento da pequena, pois para se produzir a monocultura é necessária que haja muita terra disponível. Uma questão se coloca para pensarmos: seria possível um modelo de desenvolvimento que priorizasse a democratização de terra e a preservação dos recursos naturais?

Como já evidenciamos, o crescimento repentino da cana-de-açúcar empurra a fronteira agrícola da pastagem e da soja a outras áreas do país. Assim, biomas como o Pantanal, a Mata Atlântica e a Amazônia tornam-se vítimas do processo, pois as fazendas vão aos poucos adentrando os biomas<sup>179</sup>.

Vale ressaltar que o Zoneamento Agroecológico da cana-de-açúcar instituído pela esfera federal proíbe a expansão da gramínea na Amazônia, com exceção daquelas unidades agroindustriais canavieiras que já se encontram instaladas no local. No entanto, não se proíbe outras monoculturas que são empurradas para o cenário amazônico, como a soja, que também causam degradações e desmatamento e, às vezes, até piores, assim como a cana-de-açúcar e a pecuária extensiva. Outro aspecto que não se deve deixar passar com a expansão da cana diz respeito ao aumento do custo dos alimentos, tanto de forma direta como indireta.

O cerrado é outro bioma atingido diretamente pela expansão da cana-de-açúcar<sup>180</sup>. É o único bioma brasileiro que faz limites com todos os outros biomas. Por conta da sua extensão, a população existente na região deve ser levada em conta por esta ser imprescindível para a preservação da biodiversidade encontrada no mesmo. Percebemos que esse processo causa profundas mudanças na paisagem do cerrado e coloca em risco a própria existência do bioma.

De acordo com o ISPN (Instituto Sociedade, População e Natureza), há no cerrado uma concentração muito grande de unidades produtivas do setor agroindustrial canavieiro. Isto é decorrente pelo fato de que nos estados de São

---

<sup>179</sup> Conforme dados estatísticos do IBGE, a criação de gado na Amazônia praticamente dobrou nos últimos dez anos, pois o Censo Agropecuário de 2006 constata que desde 1996, o aumento da expansão agrícola foi de 275% na Região Norte. Entre 1990 e 2006, ocorreu um aumento de 18% anual das plantações de soja e 11% da criação de gado na Amazônia. Dentre os anos de 2006 e 2007, a safra da soja na região teve um incremento de 20%.

<sup>180</sup> A região é propícia ao desenvolvimento de culturas como a cana-de-açúcar, pois apresenta uma topografia favorável com terras planas, de boa qualidade e alto potencial hídrico.

Paulo, Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso<sup>181</sup>, o número de unidades cresceu absurdamente e ainda se encontram muitas unidades a serem implantadas ou em processo de análise de projeto. Este crescimento reforça mais uma vez a tese de que as empresas e grupos estão se territorializando no cerrado por várias facilidades e benefícios que aqui encontram, como incentivos fiscais por parte dos governos, terras mecanizáveis e com boa produtividade, água em abundância, e tantos outros motivos.

Segundo o professor Nilson Clementino Ferreira, do Instituto de Estudos Sócio-Ambientais (IESA) da Universidade Federal de Goiás (UFG), o cerrado brasileiro deve perder algumas extensões da sua biodiversidade para a monocultura da cana-de-açúcar nos anos próximos. O cerrado pode perder até 2035, cerca de 600 mil hectares somente para a cana por meio de desmatamentos, além de outras áreas (10 milhões de hectares) que seriam destinadas a outros fins, como a agricultura, a pastagem e o reflorestamento<sup>182</sup> (Tabela 26).

TABELA 26 – EXPANSÃO DA CULTURA DA CANA NO CERRADO BRASILEIRO – 2007-2035

| Uso do Solo     | Cana 2007 (ha)   | Cana 2035 (ha)    | Expansão    |
|-----------------|------------------|-------------------|-------------|
| Agricultura     | 2.286.300        | 7.407.700         | 224%        |
| Cerrado         | 104.400          | 714.500           | 584%        |
| Pastagem        | 722.300          | 6.304.900         | 773%        |
| Reflorestamento | 19.400           | 130.400           | 572%        |
| <b>Total</b>    | <b>3.132.400</b> | <b>14.557.500</b> | <b>365%</b> |

FONTE: Laboratório de Processamento de Imagens e Geoprocessamento – UFG.  
ORG.: DOMINGUES, A. T., 2010.

No total, a área com cana no cerrado saltaria de pouco mais de 3 milhões para mais de 14 milhões de hectares, o que reflete numa expansão de 365%. A área que mais perderia território para o cultivo da cana seria a pastagem, com mais de 6

<sup>181</sup> Dados do ISPN, no site: <<http://www.ispn.org.br>>. Acesso em: 15 de abril de 2010.

<sup>182</sup> De acordo com o Relatório “O Brasil dos Agrocombustíveis – Cana 2009: Impactos das lavouras sobre a terra, o meio e a sociedade”. Divulgado pela Repórter Brasil, no endereço eletrônico: <[http://www.reporterbrasil.org.br/documentos/o\\_brasil\\_dos\\_agrocombustiveis\\_v6.pdf](http://www.reporterbrasil.org.br/documentos/o_brasil_dos_agrocombustiveis_v6.pdf)>. Acesso em: 03 de abril de 2010.

milhões de hectares. Com relação ao cerrado, a cana avançaria mais de 584% sobre seu território, ultrapassando mais de 700 mil hectares.

De acordo com o discurso dos governos, a expansão da cana-de-açúcar incide também sobre as áreas consideradas degradadas<sup>183</sup>, dizendo que não teriam impactos sobre as mesmas por estarem dessa forma. Mas, vale lembrar que muitos investidores do setor estão interessados em tais áreas, o que não justifica a alegação do governo.

Segundo Oliveira (2009), outro grande problema ambiental com relação à atividade canavieira se refere à ausência ou destruição de reservas legais, uma vez que a preservação é obrigatória em manter 20% da propriedade de forma intacta, e de APPs (Áreas de Preservação Permanente). Esse problema deve se agravar, pois a expansão vem ocorrendo, sobretudo em áreas arrendadas, ou seja, quando se arrenda tal propriedade, as empresas não tem muita responsabilidade sobre a mesma. Para consolidar o fato, notamos que os plantios de cana avançam e ocupam as grandes extensões de áreas agricultáveis e, na maioria das vezes, não mantem conservadas com a cobertura florestal nativa em tais áreas, desrespeitando os percentuais e metragens recomendadas pela legislação ambiental específica.

Segundo um levantamento realizado pelo MMA (Ministério do Meio Ambiente), algumas áreas que são consideradas “Áreas Prioritárias para Conservação, Uso Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade Brasileira” (reconhecida por meio do Decreto nº 5.092, de 21 de maio de 2004, e instituída pela Portaria nº 126 de 27 de maio de 2004, do MMA). O levantamento conta com 900 áreas de todos os biomas, que estão de alguma forma ameaçadas e necessitam de conservação. Nesse sentido, Mato Grosso do Sul apresenta quatro regiões (Tabela 27) que estão diretamente ligadas ao setor canavieiro, ou seja, estão ameaçadas pela expansão da cana-de-açúcar.

---

<sup>183</sup> De acordo com o ISPN, os governos apresentam dados para justificar a teoria de que os empreendimentos estão sendo feitos sobre terras degradadas. Portanto, para justificar isso, alegam que no Brasil há milhões de hectares de terras simplesmente abandonadas. O que falta o discurso dominante explicar é que se as terras são degradadas, como há grandes grupos investidores nessas regiões sem a possibilidade de ter terras de boa qualidade, acesso a água e infra-estrutura?



TABELA 27 – ÁREAS PRIORITÁRIAS DO MATO GROSSO DO SUL, QUANTO À CONSERVAÇÃO E USO DA BIODIVERSIDADE AMEAÇADA PELA EXPANSÃO DA CANA-DE-AÇÚCAR

| <b>Região de Mato Grosso do Sul</b> | <b>Área (ha)</b> |
|-------------------------------------|------------------|
| Corredor Serra do Maracaju          | 619.100          |
| Planalto da Bodoquena               | 1.434.200        |
| Sidrolândia                         | 20.900           |
| Nascentes do Varadouro              | 764              |

FONTE: MMA.

ORG.: DOMINGUES, A. T., 2010.

Notamos que, no Estado, encontramos quatro áreas que sofrem com a monocultura da cana-de-açúcar. Apesar de estarem protegidas, todas se encontram próximas ou com a presença de nascentes de rios do pantanal sul-mato-grossense. Mesmo assim, as regiões são ocupadas pela agropecuária, plantações de eucalipto, e mais intensivamente pela cana-de-açúcar, uma vez que essas áreas são protegidas pelo ZAE/cana. As nascentes do Varadouro é uma área que consta moradores indígenas, quilombolas e assentados, além de se encontrarem constantemente sob ameaças da pecuária, das monoculturas da soja, do eucalipto e da cana-de-açúcar.

No Mato Grosso do Sul, segundo a CPT (Comissão Pastoral da Terra), tem-se duas ameaças ao Pantanal, que seriam a Usina CBAA, instalada no município de Sidrolândia, nas proximidades do Rio Miranda que alimenta as águas do Pantanal; e a Usina Sonora, localizada no município de Sonora (esta unidade representa perigo por estar localizada nas margens do Rio Correntes, que faz divisa entre o Bioma Cerrado e Pantanal<sup>184</sup>).

Contudo vemos que em todos os lugares ou regiões onde a atividade canaveira está se desenvolvendo ou se expandindo, há conflitos de luta pelo acesso à terra e à água, expropriação dos camponeses ou agricultores familiares, degradações ao meio ambiente, destruição dos recursos naturais, exploração de mão-de-obra. Tudo isso aliado ao discurso dominante de desenvolvimento<sup>185</sup>, e

<sup>184</sup> Cf. Relatório “Os impactos da produção de cana no Cerrado e Amazônia”. Organizado pela Comissão Pastoral da Terra e Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, 2008. Disponível em: <<http://www.cptpe.org.br/files/cartilhaimpactoscana.pdf>>. Acesso em: 15 de abril de 2010.

<sup>185</sup> Segundo Oliveira (2009), presenciamos um modelo de desenvolvimento que se mostra incompatível com a demanda histórica dos movimentos sociais. Esse modelo se baseia na legalização das terras griladas, principalmente em São Paulo, no aumento intensivo da concentração fundiária, no não cumprimento das leis ambientais e trabalhistas, na intensificação da exploração e no

ainda, ao Estado que regulamenta e normatiza, consolidando tal discurso perante a sociedade. Isso, conseqüentemente ocasiona uma territorialização, desterritorialização e (re)territorialização a favor do capital e contra os trabalhadores.

### 3.7.1 – Focando os Recursos Hídricos

A demanda por água para o consumo humano é uma das principais preocupações que se apresentam no momento. No entanto, a água para a produção de agrocombustíveis ocupa lugar de maior evidência. Uma pesquisa realizada pelo Comitê Científico do Instituto Internacional da Água de Estocolmo e divulgada pela CPT, adverte que a quantidade de água atualmente utilizada apenas na produção de alimentos do mundo todo é da ordem de 7 mil m<sup>3</sup> (por ano ou não), e há previsões de que esta quantidade atinja 11 mil m<sup>3</sup> no de 2050. Isso mostra que a produção demandará o uso de aproximadamente o dobro da água que está sendo usada recentemente. Resta-nos apenas saber se haverá essa quantidade de água disponível no planeta, pois para a produção de biocombustíveis, a demanda deve ser ainda maior (em torno de 20 a 30 milhões de m<sup>3</sup>)<sup>186</sup>.

Porto-Gonçalves (2007) nos chama a atenção para a questão da água, pois ela deve ser tratada e discutida da mesma forma que a questão agrária ou a questão urbana. Devemos indagar as razões que levam a água a ser colocada em questão, e ao mesmo tempo, identificar os diferentes que o fazem (empresas, assentados, pescadores, sociedade organizada, ONGs, e outros). O referido autor ainda, completa que

[...] um habitante urbano consome, em média, três vezes mais água do que um habitante rural. Consideremos que, além do fato de um urbano exigir maior quantidade de matéria e energia que um habitante rural, há uma abissal diferença entre ricos e pobres, tanto no interior das cidades, num mesmo país como entre os países e essa é uma das razões principais dos conflitos e guerras cada vez mais intensos pelo controle dos recursos naturais e, em particular, pela água por seu caráter estratégico [...]. [...] considere-se que a água para consumo humano direto corresponde a somente 10% do consumo total sendo que, de longe, é a *agricultura, com*

---

controle do trabalho e da natureza, utilizando isso a seu favor. Também subjugando os pequenos produtores camponeses e sua produção de alimentos, além da Soberania Alimentar.

<sup>186</sup> Cf. Relatório “Os impactos da produção de cana no Cerrado e Amazônia”. Organizado pela Comissão Pastoral da Terra e Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, 2008. Disponível em: <<http://www.cptpe.org.br/files/cartilhaimpactoscana.pdf>>. Acesso em: 15 de abril de 2010.

*70%, a atividade que mais demanda água.* Afinal, essa distribuição praticamente meio a meio entre a população rural e a urbana implica que as atividades agrícolas devam aumentar a produtividade para garantir o abastecimento das cidades, ensejando uma pressão maior sobre a água, o solo e o subsolo. Não sem sentido, vêm se ampliando as áreas agrícolas irrigadas e o consumo (e o desperdício) de água aumentou significativamente, sobretudo, depois da Revolução (nas relações sociais e de poder por meio da tecnologia) Verde. A água está presente, por meio dos processos de produção agrícola e industrial, nos produtos finais: 1kg de milho ou de soja exige mil litros de água para ser produzido; 1kg de frango exige 2000 litros de água [...]. (2007, p. 197-198, grifo nosso).

Destacamos a relação que a água tem com a agricultura por entendermos que essa é uma discussão pertinente ao nosso objeto de estudo e tende a ser futuras discussões nas próximas pesquisas, além de realizarmos um entendimento melhor de como se dão as relações que envolvem a água ou o acesso a ela.

Outro tema de fundamental importância recai sobre a distribuição naturalmente desigual da água no planeta em um contexto geopolítico marcado por relações sociais e de poder. Esta intervenção tem feito com que muitas indústrias sejam transferidas para os países ricos em água, como por exemplo, o Brasil, por que sua produção exige uma grande demanda da mesma. As indústrias de papel, celulose, de alumínio e do agronegócio em geral se incluem perfeitamente na situação. Em outras palavras, exportamos soja, milho, alumínio, papel, celulose, açúcar e álcool. Tais produtos tem muita água embebida em seu processo de produção. Logo, há muita água sob forma de grão<sup>187</sup>. Porto-Gonçalves complementa que

[...] os conflitos quanto aos usos da água tendem, portanto, a se aguçarem no contexto de relações sociais e de poder desiguais que caracteriza o mundo contemporâneo. É preciso ficar atento porque, quanto à água, não será necessariamente sob a forma de aquedutos ou de navios que veremos a água ser drenada das regiões e países periféricos para as regiões e países hegemônicos e, sim, pelos volumes de grãos e de matérias semi-industrializadas numa geografia desigual dos proveitos para uns e dos rejeitos para a maioria [...]. (2007, p. 198)

---

<sup>187</sup> Cf. CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES, (2007).

Logo, o autor sugere que ao exportarmos, principalmente os produtos produzidos pela agricultura brasileira, estamos transportando água sob forma do produto. Isso deve ser analisado melhor por nós enquanto pesquisadores, pois muitas empresas e grupos internacionais estão se instalando no Brasil com o intuito de produzir e exportar, principalmente as multinacionais do agronegócio. Deixando às nossas custas, todo um emaranhado de prejuízos ambientais, sociais, entre outros.

Por isso, surgem algumas dúvidas. Seria mais uma estratégia dos grupos internacionais de poupar seus territórios das degradações ambientais e explorações dos recursos naturais e dos trabalhadores envolvidos no setor? O que faz um grupo como a Louis Dreyfus, que nem sequer conhecia o Mato Grosso do Sul, e de repente resolve se instalar em municípios do Estado, além da obtenção de lucros? Porque não escolheram qualquer outro país do planeta? São questões que devemos refletir, não deixando de lado a discussão sobre as vantagens hídricas que o Brasil possui, em detrimento de outros países.

Vale ressaltar que no Cerrado brasileiro a expansão da monocultura da cana-de-açúcar pode diminuir a oferta de água ao longo dos anos, uma vez que para se expandir é necessário o desmatamento da vegetação nativa. Isso resulta na falta de cobertura do solo e assim suas consequências brotarão, como por exemplo, erosões, assoreamentos de encostas, rios, lagos, prejudicando a secagem dos mananciais e contaminando os cursos d'água.

Dessa forma, o uso dos recursos hídricos também requer atenção<sup>188</sup>. Apesar de empresas agroindustriais canavieiras como a Dreyfus alegarem que no processamento da cana pouca água é utilizada, tendo em vista que esta adota o sistema de circuito fechado com resfriamento e reuso da água (Figuras 28 e 29), o consumo é elevado e a água que a empresa utiliza vem de fontes do “reservatório do futuro”, como é chamado o Aquífero Guarani.

---

<sup>188</sup> Segundo o Relatório “Impactos da indústria canavieira no Brasil”, publicado em 2008 pelo BNDES, as informações sobre os usos dos recursos hídricos no país ainda é muito incipiente. Na esfera federal, foi criada em 2000 a ANA (Agência Nacional das Águas), que deve coordenar o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, porém a mesma ainda se encontra em fase de consolidação. Acessado no site: <<http://www.plataformabndes.org.br/index.php/pt/noticias/38-materias/133-impactosindustriacanaieirabrasil>>. Acesso em: 30 de janeiro de 2010.



FIGURA 28 E 29: TANQUE DE RESFRIAMENTO DA LDC BIOENERGIA S/A - UNIDADE RIO BRILHANTE

FONTE: Pesquisa de campo.

Lembramos que as unidades Maracaju e Passa Tempo utilizam água dos respectivos córregos Olho d'água e Passa Tempo, mas a unidade Rio Brilhante utiliza 100% de água do Aquífero Guarani por meio de poços artesianos. Também salientamos que, após o processo de produção de álcool, são liberados alguns resíduos que são chamados de vinhaça ou vinhoto; que, por sua vez, é destinado ao uso nas lavouras canavieiras como adubo, através da fertirrigação. Segundo algumas pesquisas<sup>189</sup>, a vinhaça liberada pelas agroindústrias canavieiras é prejudicial ao solo se houver uso constante da mesma, ou seja, o solo pode perder seus nutrientes e empobrecer.

Thomaz Júnior (2009) destaca que uma superposição ou até mesmo uma disputa direta entre outras frações do capital agroindustrial está ocorrendo, ressaltando que há porções do território que estão vivenciando constantes disputas (intra e intercapital) com a participação de grupos estrangeiros. Isso de certa forma se consolida no poder de classe que o capital passa a ter sobre as melhores terras agricultáveis e planas do país, além de regiões “privilegiadas” com água em

<sup>189</sup> Segundo Paulo Roberto Fravet (2009), a vinhaça é produzida em grandes volumes, é um resíduo ácido e corrosivo, por isso causa asfixia aos animais aquáticos, além de possuir um cheiro desagradável. Também, quando é armazenada em reservatórios contribui para a dispersão de doenças endêmicas devido à população de insetos que se proliferam. Dados encontrados no site: <[http://www.editora.ufla.br/site/\\_adm/upload/revista/34-3-2010\\_13.pdf](http://www.editora.ufla.br/site/_adm/upload/revista/34-3-2010_13.pdf)>. Acesso em: 10 de julho de 2010.

abundância, como é o caso do capital agroindustrial canavieiro. Assim, as estratégias do processo de expansão dos agronegócios se consolidam territorialmente de forma incisiva em várias porções do espaço, chamado de Polígono do Agronegócio<sup>190</sup>.

O que estamos presenciando é nada mais do que o controle do território e da água de forma articulada ou vinculada, para o qual Torres (2007) dá o nome de hidroterritórios. Ela complementa que

[...] entende-se como *hidroterritórios*, aqueles territórios demarcados por questões de poder político e/ou cultural oriundas da gestão da água, assumindo assim, o papel determinante em sua ocupação. A princípio este território é demarcado pela disputa dos estoques de água, não se restringindo limites aos aquíferos onde estão localizados, podendo inclusive gerar conflito pela posse e controle da água, por exemplo, pela implantação de um canal, barragem ou açude entre outras obras hídricas. No aspecto de formação territorial, o *hidroterritório* pode assumir dimensões e delimitações múltiplas, a origem e trajetória da água é que vai demarcar seu tamanho e forma. (p. 14-15)

Ainda segundo a autora, o capitalismo está a serviço do capital que, por sua vez, está empenhado em promover hidroterritórios privados<sup>191</sup>, ou seja, fazer com que a sociedade reconheça a água como mercadoria. Como consequência da escassez e das novas imposições que garantam a água como mercadoria, o acesso à água se torna cada vez mais restrito.

A classe desprovida de renda acaba sendo aquela que mais sofre com a situação, já que o acesso à mesma fica garantido apenas aos setores dominantes. Dessa forma, as desigualdades são recriadas, ou seja, uma nova visão de um

<sup>190</sup> Cf. Thomaz Júnior, 2009.

<sup>191</sup> De acordo com Torres (2007), existem três classificações de hidroterritórios e cada um varia de acordo com o tipo de gestão que, por sua vez, é marcada por um tipo de ideologia: 1) Hidroterritórios privados são locais totalmente mercantilizados que se expressam em um valor econômico por quantidades de água, distinto do pagamento de serviço de tratamento e distribuição; 2) Hidroterritórios de Luta são aqueles locais resistentes à mercantilização que não reconhecem a água como mercadoria, entrelaçando uma luta de classe, revelada por questões de exploração econômicas e sociais; 3) Hidroterritórios Livres: regiões em que a situação da política aplicada na gestão da água deve ser de total socialização, tornando-a assim inalienável e disponível para as gerações futuras. Esses dois últimos apresentam raízes profundas da cultura, das crenças e dos costumes daqueles que habitam esse território e as ideologias demonstram a autonomia de identidade quando se nega a prática da água mercantilizada.

elemento essencial à vida é incluída, transformando em condição particular que pode excluir parte da humanidade do acesso à água<sup>192</sup>.

No início do século XXI, muitos conflitos sociais giram em torno de recursos hídricos. O Mato Grosso do Sul não é diferente (Tabela 28). Segundo dados da CPT, no Brasil de 2005 a 2009, tivemos 294 conflitos relacionados à questão da água, o que demonstra que a discussão ainda está em emergência.

TABELA 28 – CONFLITOS RELACIONADOS À ÁGUA NO MATO GROSSO DO SUL – 2005-2009

| Ano  | Cidade       | Local                         | Motivo                                  |
|------|--------------|-------------------------------|---|
| 2005 | Ponta Porã   | Ass. Dorcelina Folador        | Diminuição do acesso à água             |
| 2006 | Bataguassu   | Lago da Usina Sérgio Motta    | Não cumprimento de procedimentos legais |
| 2006 | Maracaju     | Ass. Tupã Baê                 | Divergência com fazendeiros             |
| 2006 | Mundo Novo   | Colônia Z – 13/ Colônia Z-8   | Destruição ou poluição                  |
| 2006 | Nioaque      | Faz. Areias                   | Divergência com acampados               |
| 2007 | Antônio João | Nhanderu Marangatu/Morro Alto | Destruição ou poluição                  |
| 2009 | Dourados     | Comunidade Apyaka'y           | Impedimento de acesso à água            |

FONTE: Caderno de Conflitos – CPT.  
ORG.: DOMINGUES, A. T., 2010.

Podemos notar que com a exceção dos conflitos de Bataguassu e Nioaque, todos os municípios restantes, se localizam na região sul do Estado. Não obstante, afirmamos que o palco de conflitos pelo acesso à água ou questões que giram em torno dela é a mesma região quão se desenvolve rapidamente a monocultura da cana-de-açúcar, podendo ser crucial nas discussões e conflitos dos próximos anos.

Segundo Thomaz Júnior (2009), a dinâmica que envolve o agronegócio, em particular a vinculação à expansão e consolidação da cana-de-açúcar, das plantas agroprocessadoras no país, é realizada “na medida de sua estreita vinculação à apropriação privada da terra e das fontes de água ou dos recursos hídricos”, o que nos estimula “a operar/aperfeiçoar o conceito de agronegócio”. A partir disso, notamos que o sucesso do agronegócio não pode ser atribuído apenas à sua

<sup>192</sup> Cf. TORRES, 2007.

“territorialização e/ou monopolização das terras, mas também ao acesso e controle da água”. Por fim, o autor completa, dizendo que

[...] a monopolização da terra e da água são, definitivamente, elementos indissociáveis para o capital. A água historicamente vinculada ao acionamento dos pivôs-centrais e a irrigação das grandes plantações para exportação, num ritmo de destruição sem limites, mais recentemente também se inscreve na produção de energia elétrica. É dessa complexa e articulada malha de relações que estamos entendendo esse processo no âmbito do agrohidronegócio, por onde nos propomos entender os desafios da dinâmica geográfica da reprodução do capital no século XXI [...]. [...] e é por dentro das contradições que explicitam as faces da luta de classes pela via das disputas territoriais que podemos entender o esforço permanente do capital para expulsar os trabalhadores da terra e a perseverança dos trabalhadores para se manterem na terra. Assim, temos o redesenho das formas de uso e exploração da terra, por meio das ações do capital, [...]. (THOMAZ JÚNIOR, 2008, p. 9-10)

Em vista disso, é fato que devemos nos envolver mais com a questão da água (universidade, movimentos sociais, políticos, sociedade organizada e ONGs) para que possamos fazer discussões sobre os usos e re-usos da mesma e, assim, entendermos qual a finalidade do processo de mercantilização da água, ou seja, quais serão os benefícios e desvantagens e a quem isso deverá pertencer. Afinal, estamos assistindo as empresas e grupos internacionais/multinacionais se instalarem nas melhores regiões onde há o abundante acesso a terra e água.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com essa pesquisa, tentamos entender as contradições que fazem parte do agronegócio canavieiro no Mato Grosso do Sul. Os estudos e levantamentos realizados junto à produção acadêmico-científica, bibliotecas virtuais, *sites*, livros, periódicos, banco de dados, entre outros, bem como junto à pesquisa empírica, aos trabalhos de campo e às entrevistas fundamentaram as discussões e reflexões dentro da mesma.

Nos anos de 2008 e 2009, a expansão da cana-de-açúcar no Brasil alcançou patamares jamais comprovados no país em 2009. O fato se deve a um conjunto de forças hegemônicas (capital agroindustrial canavieiro, políticas incentivadoras dos governos estadual e federal) que construíram referenciais de apoio junto à população em geral, ou seja, um sentimento de estar apostando o “combustível limpo” e mais recentemente a “energia limpa”. Assim, entendemos que o Estado tem um papel crucial na consolidação e na implementação de políticas voltadas à melhoria da infraestrutura e logística, além dos incentivos fiscais que valem para os próximos anos.

Ficamos atentos às repercussões da reestruturação produtiva do capital encimada nas cadeias produtivas do agronegócio canavieiro e as suas vinculações, que estão, aos poucos, sendo construídas e ampliadas para os conglomerados e corporações transnacionais agro-químico-alimentar-financeiros. A territorialização da monocultura canavieira, a intensificação da exploração de mão-de-obra, principalmente indígena, e a degradação dos recursos naturais (solos, água, matas nativas etc.) são as principais marcas de tal processo.

No que diz respeito às relações de trabalho no setor canavieiro, principalmente no corte manual da cana-de-açúcar, as condições encontradas são precárias em comparação com outras partes do território nacional, pois fundamentada nos ganhos por produção e, portanto, no esforço físico, tem-se as marcas da degradação do trabalho por meio das metas pré-estabelecidas pelo capital. Outro ponto a destacar é a distância que separa os trabalhadores dos seus familiares, uma vez que muitos deles são migrantes e retornam aos seus lugares de origem somente com o término da safra.

Ações do grupo LDC-SEV territorialmente identificadas em Maracaju e Rio Brilhante nos possibilitaram entender a mudança no perfil da produção agropecuária e as repercussões na produção de outras culturas, como é o caso dos alimentos. Com isso constatamos que as ações do agronegócio canavieiro de maneira geral se baseiam na adoção e na subordinação de tecnologias de ponta, na produção em larga escala, na exploração dos recursos naturais com base na prática da monocultura e na superexploração do trabalho.

Assim, a investigação empírica, o conjunto de leituras efetuadas e os levantamentos que realizamos junto a outras fontes, nos deram o suporte para a compreensão e reflexão acerca da temática em estudo.

Primeiramente, analisamos a territorialização da cana-de-açúcar no Mato Grosso do Sul com destaque para os fatores que tem atraído o capital agroindustrial canavieiro para esta nova frente de expansão. Encontramos vários motivos, dentre eles estão: 1) preço da terra cujo valor para arrendamento e compra é bem menor se comparado ao Estado de São Paulo, onde a produtividade é muito próxima; 2) não estarem em terras devolutas; 3) altos incentivos fiscais; 4) boas condições de infraestrutura; 5) proximidade com o mercado consumidor; 6) topografia plana e clima propício ao cultivo da gramínea; 7) créditos rurais favoráveis; 8) pesquisas tecnológicas agropecuárias por parte dos institutos estatais, Embrapa principalmente; 9) trabalhadores sem mobilização por seus direitos; e, 10) falta de lutas constantes por parte dos movimentos sociais.

Tudo isso propicia um clima favorável a expansão. Notamos também que o crescimento do setor agroindustrial canavieiro nos últimos anos é devido principalmente ao aumento da demanda interna por etanol com a proliferação da produção de carros *flex*, além, é claro, da expectativa da consolidação da exportação.

Logo depois, verificamos que houve (re)arranjos espaciais dos cultivos existentes até então no Estado, como a soja, o milho, além da pecuária, sendo o mais marcante.

Por último, constatamos a degradação das relações de trabalho e os níveis de exploração/precarização que caracterizam as contradições no (o pagamento por produção, contratação ilegal de migrantes, fragilização das relações de trabalho devido à adoção das novas tecnologias); além da degradação do meio ambiente (contaminação de nascentes, dos solos, queimadas, aterramento de árvores, entre

outros), rebatendo na perda constante e crescente da qualidade de vida dentro e fora do trabalho.

Quanto à divisão territorial do trabalho, Mato Grosso do Sul se encontra inserido na condição de importante criador e produtor de gado, sobretudo de corte. É fato que nos últimos anos foi um período durante o qual se verificou a diversificação da sua balança comercial e o estímulo em larga escala à produção canavieira entre outras (produção de eucaliptos), impactando diretamente nas relações de produção.

Além disso, constatamos que em função do desenvolvimento e do apoio incondicional, por parte do Estado, ao agronegócio canavieiro, houve a diminuição da área plantada com alimentos no Mato Grosso do Sul, como por exemplo, arroz, feijão e a mandioca. Essas ações do capital agroindustrial canavieiro estabelecem uma lógica perversa que desembocam numa série de impactos negativos já citados (dentre eles a expropriação das famílias de pequenos agricultores de seus territórios tradicionais, a instabilidade na soberania alimentar, o atraso na demarcação de terras indígenas, entre outros).

Os interesses do capital internacional estão induzindo a expansão da cana-de-açúcar no Brasil, principalmente nas novas frentes de expansão, por meio de aquisições e/ou fusões entre grupos do setor agroindustrial canavieiro, como se deu no caso da LDC-SEV.

O conflito por território no Mato Grosso do Sul é constante, devido a dois fatores. O primeiro deles diz respeito aos movimentos sociais que, mesmo sendo poucos, lutam por terras para sua sobrevivência, segundo encontramos os próprios latifundiários ou proprietários de grandes porções de terras que “resistem” em sua produção, tentando barganhar uma fatia maior dos lucros obtidos por meio da agroindústria canavieira.

A maioria dos trabalhadores do setor se mostra polivalente, versátil e flexível diante das condições impostas pelas agroindústrias, sendo eles “estimulados” ou “pressionados” a exercerem várias funções dentro do seu cargo. Como muitos trabalhadores locais não tem esse ritmo frenético do capital agroindustrial canavieiro, as empresas acabam por contratarem migrantes que – além de estarem longe de suas famílias – são muito mais passíveis de manipulação, uma vez que os mesmos são menos sindicalizados, dando maior tranquilidade à empresa.

Apreendemos as novas territorialidades, as estratégias e os rearranjos espaciais compreendidos no âmbito do capital agroindustrial canavieiro, além da

subordinação e da superexploração da força de trabalho sob a influência da luta de classes no campo. Mesmo assim, o Estado legitima outra forma de produção em grande escala, ou seja, o agronegócio, cujas relações são opostas às defendidas pelos trabalhadores.

De acordo com Martins (1991), essa expropriação é a constituição da ruptura entre o trabalhador e as coisas necessárias para trabalhar, como a terra, as ferramentas, as máquinas e as matérias-primas. Esse divórcio é o que tecnicamente se chama de expropriação, pois o trabalhador perde o que é seu de direito, ou seja, perde a propriedade de seus instrumentos de trabalho. Portanto para laborar, o trabalhador terá de vender a sua força de trabalho ao capitalista que é o detentor dos instrumentos de trabalho.

Com relação às condições subumanas de trabalho, o capital (re) inventa novas estratégias que mudam a cada ano conforme a sua necessidade. Recentemente as autuações são por excesso de jornada e por violações à saúde e à segurança do trabalhador.

Outra estratégia de acumulação de capitais que constatamos foi a criação de selos verdes e certificados, que provam a qualidade dos produtos e garantem a procedência em um processo produtivo, tendo um menor impacto possível sobre o ambiente. Dessa forma, a estratégia do capital canavieiro favoreceu um acirramento da concorrência internacional por parte dos grupos agroindustriais; que, por sua vez, começaram a assumir novos mecanismos de racionalização, dentre eles, novos sistemas de gestão. Consequentemente, isso refletiu nas relações de trabalho e no controle do processo produtivo e dos trabalhadores.

O percurso que o capital agroindustrial canavieiro percorreu até recentemente, tanto no Estado como nos municípios abordados, nos indica que o desafio está em entender o trabalho e sua práxis social no contexto da consolidação do capital agroindustrial canavieiro no Mato Grosso do Sul para além das fronteiras e delimitações teóricas. Esse desafio já assumido por Thomaz Júnior em suas pesquisas e de forma particular na sua tese de livre docência (2009) e, também, nas discussões no âmbito do CEGeT. Considerando os limites temporais e “espaciais” da pesquisa e de nossas limitações teóricas, estamos certos de que se faz necessário continuar avançando.

Por isso, nos sentimos estimulados a persistir nas nossas pesquisas no âmbito da Geografia do Trabalho sob a perspectiva de compreensão das relações

de e seus desdobramentos para os trabalhadores. Assim, a construção dos referenciais teóricos que dão sustentação para a *leitura* geográfica do trabalho está na base das nossas preocupações para o futuro próximo.

É importante destacar que essa análise nos permitiu também refletir acerca de importância da Geografia e do nosso papel como pesquisador e educador, ou seja, “formadores de opinião”. Entretanto, acreditamos que diante da complexidade da temática abordada na dissertação, nossa discussão não foi esgotada, daí nossa intenção em prosseguir nos estudos e de buscar ampliar o entendimento das contradições do sistema metabólico do capital, em suas múltiplas facetas, das relações sociais de produção e de trabalho.

## REFERÊNCIAS

- ALENTEJANO, Paulo Roberto R. O sentido da reforma agrária no Brasil dos anos 90. *Cadernos do CEAS*, Salvador, n.166, p. 19-35, nov./dez.. 1996.
- ALSEMI, Renato. Febre do etanol continua alta no Centro-Oeste. *Jornal Cana*. Ribeirão Preto – SP, v.2, n.173, p.58-59, maio/2008.
- ALVES, Francisco. Por que morrem os cortadores de cana? *Revista Eletrônica Pastoral do Migrante*, mar. 2006. Disponível em: <[http://www.pastoraldomigrante.com.br/index.php?view=article&catid=39%3Aartigos&id=146%3Apor-que-morrem-os-cortadores-de-cana-&option=com\\_content&Itemid=78](http://www.pastoraldomigrante.com.br/index.php?view=article&catid=39%3Aartigos&id=146%3Apor-que-morrem-os-cortadores-de-cana-&option=com_content&Itemid=78)>. Acesso em: 15 mai. 2009.
- ALVES, Giovanni. *O novo (e precário) mundo do trabalho: Reestruturação produtiva e crise do sindicalismo*. São Paulo: Boitempo, 2005.
- ANDRADE, Manuel Correia de. *Modernização e pobreza: a expansão da agroindústria canavieira e seu impacto ecológico social*. São Paulo: Editora Unesp, 1994.
- ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2007. 9º ed.
- ASCOM PTR DA 3º REGIÃO. Força-tarefa identifica mais de 500 terceirizados na multinacional LDC Bioenergia. *Ministério Público do Trabalho*, nov. 2009. Disponível em : <<http://www.pgt.mpt.gov.br/noticias/noticias-das-prts/forca-tarefa-identifica-mais-de-500-terceirizados-na-multinacional-ldc-bioenergia.html>>. Acesso em: 15 de mar. 2010.
- AZEVEDO, José Roberto Nunes de; THOMAZ JÚNIOR, Antonio. *Expansão da Agroindústria Canavieira no Mato Grosso do Sul: Relação Capital x Trabalho e Reconfiguração Espacial*. 2009. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências Humanas. UFGD/Dourados, 2008.
- BACKES, Thaine Regina. *Da homogeneização da paisagem à reprodução ampliada do capital: uma análise da expansão da cana-de-açúcar no Estado do Mato Grosso do Sul*. *Caminhos da Geografia (UFU. Online)*, v.9, n.26, p.173-184, 2008.
- \_\_\_\_\_. *O capital agroindustrial canavieiro no Mato Grosso do Sul e a internacionalização da produção*. 2009. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências Humanas. UFGD/Dourados, 2009.
- BARRETO, Maria Joseli. Dinâmica geográfica da expansão da agroindústria canavieira no Pontal do Paranapanema e os desdobramentos para o trabalho: os casos da usina Alvorada do Oeste e da destilaria Decasa. *Revista Eletrônica Pegada*, v. 9, n. 1, jun. 2008. Disponível em:<<http://www4.fct.unesp.br/ceget/PEGADA91/09-9-1-MariaJoseliBarreto.pdf>>. Acesso em: 15 de out. 2009.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. *Mapa interativo de projetos apoiados pelo BNDES*. Brasília, 2010. Disponível em: <[http://www.plataformabndes.org.br/mapas/index.php?c=1&f=consultar&tipofrm=geral&cidade\\_ref\\_1=BR.MS&cidade\\_ref=BR.MS.05400&textoBusca=&mostratabela=0&buscar=buscar](http://www.plataformabndes.org.br/mapas/index.php?c=1&f=consultar&tipofrm=geral&cidade_ref_1=BR.MS&cidade_ref=BR.MS.05400&textoBusca=&mostratabela=0&buscar=buscar)>. Acesso em 25 de mai. 2010.

BELIK, Walter; VIAN, Carlos Eduardo de Freitas. Os desafios para a reestruturação do complexo agroindustrial canavieiro do Centro-Sul. *Revista Economia*, v.4, n.1, p. 153-194, jan./jul. 2003.

BRAND, Antonio Jacó. Fim do trabalho escravo. In: *Portal Ecodebate*. Cerca de 10 mil indígenas no MS ainda trabalham de forma degradante nas usinas. Abr. 2010. Disponível em: <<http://www.ecodebate.com.br/2010/04/22/cerca-de-10-mil-indigenas-no-ms-ainda-trabalham-de-forma-degradante-nas-usinas/>>. Acesso em: 03 de jul. 2010.

BRASIL. Presidência da República. Decreto n. 76.593 de 14 de nov. de 1975. *Institui o Programa Nacional do Alcool e dá outras providências*. Brasília, 1975.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Lei Complementar n. 31 de 11 de out. de 1977. *Cria o Estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências*. Brasília, 1977.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Decreto n. 5.092 de 21 de maio de 2004. *Define regras para identificação de áreas prioritárias para a conservação, utilização sustentável e repartição dos benefícios da biodiversidade, no âmbito das atribuições do Ministério do Meio Ambiente*. Brasília, 2004.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Decreto n. 6.961 de 17 de set. de 2009. *Aprova o zoneamento agroecológico da cana-de-açúcar e determina ao Conselho Monetário Nacional o estabelecimento de normas para as operações de financiamento ao setor sucroalcooleiro, nos termos do zoneamento*. Brasília, 2009.

BRAY, Silvio Carlos; FERREIRA, Enéas Rente; RUAS, Davi Guilherme Gaspar. *As políticas da agroindústria canavieira e o Proálcool no Brasil*. Marília: UNESP, 2000.

BRUM, Argemiro Jacob. *Modernização da Agricultura Trigo e Soja*. Petrópolis: Vozes, 1988.

CAMARGO, Beatriz; HASHIZUME, Maurício. Fiscais resgatam 831 indígenas de usina de cana-de-açúcar no MS. *Repórter Brasil*, nov. 2007. Disponível em: <<http://www.reporterbrasil.org.br/exibe.php?id=1233>>. Acesso em: 03 de jul. 2010.

CAMPO GRANDE NEWS. Juiz ordena despejo imediato de índios em Rio Brilhante. *Folha do MS*, set. 2009. Disponível em: <[http://www.folhadoms.com.br/site/index.php?option=com\\_content&view=article&id=1694:juiz-ordena-despejo-imediato-de-indios-em-rio-brilhante&catid=52:justica&Itemid=125](http://www.folhadoms.com.br/site/index.php?option=com_content&view=article&id=1694:juiz-ordena-despejo-imediato-de-indios-em-rio-brilhante&catid=52:justica&Itemid=125)>. Acesso em: 01 de jun. 2010.

\_\_\_\_\_. BNDES acusado de financiar cana em área indígena de MS. *Portal Rural Centro*, mai. 2010. Disponível em:

<<http://www.ruralcentro.com.br/noticias/22003/bndes-acusado-de-financiar-cana-em-area-indigena-de-ms>>. Acesso em: 03 de jul. 2010.

CANA avança sobre áreas de pecuária e soja no MS. *Açúcar Ético*. França, out. 2006. Disponível em: <<http://www.sucro-ethique.org/Cana-avanca-sobre-areas-de.html>>. Acesso em: 01 de jun. 2010.

CANASAT. Mapeamento da cana via imagens de satélite de observação da Terra. *Área de colheita e de reforma de cana-de-açúcar no Estado de Mato Grosso do Sul – safra 2009/2010*. Disponível em: <[http://150.163.3.3/canasat/data/xls/MS\\_2009-2010.xls](http://150.163.3.3/canasat/data/xls/MS_2009-2010.xls)>. Acesso em 29 de mai. 2010.

CAPITAL NEWS. Usina vai ampliar em 300% cogeração de energia em Rio Brilhante. *UDOP*, jul. 2010. Disponível em: <<http://www.udop.com.br/index.php?item=noticias&cod=1067756>>. Acesso em: 10 de jul. 2010.

CASTORIADIS, Cornelius. “Reflexões sobre o “desenvolvimento” e a “racionalidade” In: \_\_\_\_\_. *As encruzilhadas do labirinto/2 – os domínios do homem*. Trad. José O. A. Marques. São Paulo: Paz e Terra, 1987, p. 135-158.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. *Os impactos da produção de cana no Cerrado e Amazônia*, 2008. Disponível em: <<http://www.cptpe.org.br/files/cartilhaimpactoscana.pdf>>. Acesso em: 15 de abr. 2010.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. *Terceiro Levantamento de 2008 - Cana*. Brasília, 2008.

\_\_\_\_\_. *Terceiro Levantamento de 2009 - Cana*. Brasília, 2009.

\_\_\_\_\_. *Sexto Levantamento de 2010 - Grãos*. Brasília, 2010.

\_\_\_\_\_. *Primeiro Levantamento de 2010 – Cana*. Brasília, 2010b.

DIÁRIO MS. Índios podem ficar sem terras em Maracaju, no Mato Grosso do Sul. *Índios Online*, jul. 2008. Disponível em: <[http://www.indiosonline.org.br/novo/indios\\_podem\\_ficar\\_sem\\_terras\\_em\\_maracaj/](http://www.indiosonline.org.br/novo/indios_podem_ficar_sem_terras_em_maracaj/)>. Acesso em: 01 de jun. 2010.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. *Pesquisa, desenvolvimento e inovação para o agronegócio brasileiro. Cenários 2002-2012*. Brasília, 2003.

ESCOBAR, Herton. Zoneamento da cana pode alterar dinâmica de ocupação do Cerrado. *Repórter Brasil*, set. 2009. Disponível em: <<http://www.reporterbrasil.com.br/agrocombustiveis/clipping.php?id=144>>. Acesso em: 08 de jun. 2010.



FABRINI, João Edmilson. *A Posse da Terra e o Sem-Terra no Sul do Mato-Grosso do Sul: o caso Itaquirai*. 1996. Dissertação (Mestrado em Geografia). FCT/UNESP, Presidente Prudente. 1996.

\_\_\_\_\_. Latifúndio e Agronegócio: semelhanças e diferenças no processo de acumulação de capital. *Revista Eletrônica Pegada*, v.9, n.1, jul. 2008. Disponível em: <<http://www4.fct.unesp.br/ceget/PEGADA91/01-9-1-Sumario.htm>>. Acessado em: 13 de mar. 2010.

FERNANDES, Bernardo Mançano; MOLINA, Mônica Castagna. O Campo da educação do campo. In: MOLINA, M. C.; JESUS, S. M. A. (Orgs). *Por uma educação do campo: Contribuições para a construção de um projeto de educação do campo*. Brasília: Articulação Nacional por uma Educação do Campo, 2004.

FIGUEIREDO, Alvanir de. *A presença geoeconômica da atividade ervateira*. 1968. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. UNESP/Presidente Prudente, 1968.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da indignação/cartas pedagógicas e outros escritos*. São Paulo: UNESP, 2000.

GASQUES, José Garcia. *et al* (2004). *Desempenho e crescimento do agronegócio no Brasil*. Texto para discussão nº1009. Brasília: IPEA, 2004. 43p. ISSN 1415-4765. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/pub\td\2004\td\\_1009.pdf](http://www.ipea.gov.br/pub\td\2004\td_1009.pdf)>. Acesso em 01/01/10.

GRAZIANO NETO, Francisco. *A questão agrária e ecologia: crítica da moderna agricultura*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

GRAZIANO DA SILVA, José. *O novo rural brasileiro. Nova economia*. Belo Horizonte, 1997.

HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização: Do "Fim dos Territórios" à Multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

\_\_\_\_\_. A multiterritorialidade do mundo e o exemplo da Al Qaeda. *Terra Livre*, São Paulo, v. 1, n. 18, jan./jun. 2002, p.37- 46.

IANNI, Octavio. Estado e capitalismo segundo Engels. *Marx e Engels na História*. Humanitas, 1996. Org. Osvaldo Coggiola.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS. *Muito mais do que um banco*. Mai. 2009. Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <<http://www.polis.org.br/utilitarios/editor2.0/UserFiles/File/BNDES+para+o+MST%5B1%5D.doc>>. Acesso em: 25 de mai. 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Produção Agrícola Municipal. Brasília*, 2008.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. *Área Incorporada ao Programa de Reforma Agrária*. 1994-2009. Disponível em: <[http://www.incra.gov.br/portal/arquivos/servicos/numeros\\_reforma\\_agraria/area\\_incorporado\\_prog\\_reforma\\_agraria\\_032010.xls](http://www.incra.gov.br/portal/arquivos/servicos/numeros_reforma_agraria/area_incorporado_prog_reforma_agraria_032010.xls)>. Acesso em: 03 de jul. 2010.

KAGEYAMA, Ângela; GRAZIANO DA SILVA, José. *A dinâmica da agricultura brasileira: do complexo rural aos complexos agroindustriais*. Campinas: UNICAMP, 1987.

FRAVET, Paulo Roberto Fávero de, et al. Efeito de doses de torta de filtro e modo de aplicação sobre a produtividade e qualidade tecnológica da soqueira de cana-de-açúcar. *Ciência e Agrotecnologia*, Lavras, v.34, n.3, p. 618-624, mai./jun., 2010. Disponível em: <[http://www.editora.ufla.br/site/\\_adm/upload/revista/34-3-2010\\_13.pdf](http://www.editora.ufla.br/site/_adm/upload/revista/34-3-2010_13.pdf)>. Acesso em: 10 de jul. 2010.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. Agricultura e Campesinato no Mundo e no Brasil: Um renovado desafio à reflexão teórica. In: PAULINO, E.T., FABRINI, J. E. (Orgs.). *Campesinato e territórios em disputa*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARTINS, JOSÉ DE SOUZA. *Os camponeses e a política no Brasil*. As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. 2.ed. Petrópolis:Vozes, 1983. 210 p.

\_\_\_\_\_. Terra de negócio e terra de trabalho: contribuição para o estudo da questão agrária no Brasil. In: *Expropriação e violência*. 3ªed. São Paulo: Hucitec, 1991.

\_\_\_\_\_. *Os camponeses e a política no Brasil*. 5ª ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

MARX, Karl. *O capital*. São Paulo: Ciências Humanas, 1978. Livro 1, cap. VI inédito.

MATTOS, Júlia. Com a Satelisa Vale, LDC-SEV torna-se a 2ª maior usina do mundo. *Jornal Cana*. Nov. 2009. Disponível em: <<http://www.jornalcana.com.br/pdf/191/%5Cusinas.pdf>>. Acesso em: 29 de mai. 2010.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. *Plano Nacional de Agroenergia 2006-2011*. Brasília, 2006.

\_\_\_\_\_. *Anuário Estatístico da Agroenergia*. Brasília, 2009.

MIZUSAKI, Márcia Yukari. *Território e Reestruturação Produtiva na Avicultura*. Dourados: Editora UFGD, 2009.

MONTENEGRO GÓMEZ, Jorge Ramón. *Desenvolvimento em (des)construção: narrativas escalares sobre desenvolvimento territorial rural*. Presidente Prudente, 2006.

NEVES, Marcos Fava; CONEJERO, Marco Antonio. Grandes Estratégias ao Agronegócio Brasileiro. In: *Agronegócios e Desenvolvimento Sustentável. Uma agenda para a liderança mundial na produção de alimentos e bioenergia*. Atlas, 2007, p.32-42.

NOTÍCIAS MS. Agronegócio do MS em julho de 2008 cresce mais de 100%. *Portal MS*. Disponível em: <<http://www.portalms.com.br/noticias/detalhe.asp?cod=20694>>. Acesso em 15 de mar. 2009.

O ESTADO DE SÃO PAULO. LDC-SEV nasce com valor de mercado de R\$ 8 bilhões. *Portal Exame*. Out. 2009. Disponível em: <<http://portalexame.abril.com.br/ae/economia/ldc-sev-nasce-valor-mercado-r-8-bilhoes-581601.shtml>>. Acesso em: 01 de nov. 2009.

ODDONE, Domingos Carlos. *Cogeração: uma alternativa para a produção de eletricidade*. 2002. Dissertação (Mestrado em Energia) – PIPGE, USP, São Paulo, 2002.

OLIVEIRA, Ana Maria Soares; THOMAZ JÚNIOR, Antonio . *A relação capital-trabalho na agroindústria sucroalcooleira paulista e a intensificação do corte mecanizado: gestão do trabalho e certificação ambiental*. 2003. Dissertação (Mestrado em Geografia) - FCT/UNESP. Presidente Prudente, 2003.

\_\_\_\_\_. *Reordenamento territorial e produtivo do agronegócio canavieiro no Brasil e os desdobramentos para o trabalho*. 2009. Tese (Doutorado em Geografia). FCT/UNESP. Presidente Prudente, 2009.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *Agricultura e Indústria no Brasil. Boletim Paulista de Geografia*, n.57. Associação dos Geógrafos Brasileiros. São Paulo: AGB, 1981. nº 58.

\_\_\_\_\_. *Agricultura brasileira: desenvolvimento e contradições*. São Paulo: mimeografado, 1992.

\_\_\_\_\_. *Modo capitalista de produção e agricultura*. 3ª. Ed. São Paulo: Ática, 1997.

\_\_\_\_\_. *Agricultura, território e movimentos sociais* (Palestra). USP/FFLCH, Dezembro de 2005.

PACCA, Francisco Sollberger. Programa: Desenvolvimento do setor sucroalcooleiro. *Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário da Produção, da Indústria, do Comércio e do Turismo*. 2009. Disponível em: <<http://www.seprotur.ms.gov.br/index.php?inside=1&tp=3&comp=1768&show=977>>. Acesso em 17 de dez. de 2009.

PLATAFORMA BNDES. *Impactos da indústria canavieira no Brasil: poluição atmosférica, ameaça a recursos hídricos, riscos para a produção de alimentos, relações de trabalho atrasadas e proteção insuficiente à saúde de trabalhadores*. IBASE, nov. 2008. Disponível em: <<http://www.plataformabndes.org.br/index.php/pt/noticias/38-materias/133-impactosindustriacanaieirabrasil>>. Acesso em: 30 de jan. 2010.

PORTO, Gustavo. Justiça multa LDC Bioenergia por danos morais. *Estadão*, abr. 2009. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/economia,justica-multa-ldc-bioenergia-por-danos-morais,359518,0.htm>>. Acesso em: 15 de mar. 2010.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A luta pela apropriação e reapropriação social da água na América Latina. In: FERNANDES, B.M. *Campesinato e Agronegócio na América Latina: A questão agrária atual*. São Paulo: Expressão popular, 2007, p 195-221.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

REPÓRTER BRASIL. *O Brasil dos agrocombustíveis. Os impactos das lavouras sobre a terra, o meio e a sociedade*. v. 6. jan. 2010. Disponível em: <[http://www.reporterbrasil.org.br/documentos/o\\_brasil\\_dos\\_agrocombustiveis\\_v6.pdf](http://www.reporterbrasil.org.br/documentos/o_brasil_dos_agrocombustiveis_v6.pdf)>. Acesso em 27 de mai. 2010.

RIBEIRO, Júlio César. Geografia do Trabalho e Desenvolvimento Desigual-Combinado dos Espaços Mundiais: Gênese e Estrutura da Escravidão Capitalista. *Revista Eletrônica Pegada*, v. 3, número especial, ago. 2002. Disponível em: <<http://www4.fct.unesp.br/ceget/PEGADA3ESP/juliov3neago2002.pdf>>. Acesso em: 12 de out. 2010.

RIO BRILHANTE. Câmara Municipal. Lei n. 1.507 de 21 de dez. de 2007. *Dispõe sobre o plantio de cana-de-açúcar no Município de Rio Brilhante, Estado de Mato Grosso do Sul, fixando limites de área a ser plantada*. Rio Brilhante, 2007.

SENSOR RURAL SEADE. São Paulo: SEADE, n. 14, jan./abr. 2001.

SHANIN, Teodor. Lições camponesas. In: FABRINI, J.; PAULINO, E. (Orgs). *Campesinato e territórios em disputa*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. “Se eu pudesse eu quebraria todas as máquinas”. In: ANTUNES, R. & SILVA, M. A. M. *O avesso do Trabalho*. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 1ª edição, 2004, p.111-141.

\_\_\_\_\_. A morte ronda os canaviais paulistas. *Revista Reforma Agrária*. São Paulo. n. 2, p.111-141, 2006.

SOUZA, Sônia Maria Ribeiro de. Agronegócio, discurso e hegemonia do capital: reforma agrária e luta de classes no campo. 2010. Relatório de Qualificação (Doutorado em Geografia) - FCT/UNESP. Presidente Prudente, 2010. 184 p.

SOUZA, Suzane Tosta; CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. *As “novas” estratégias do capital para o campo brasileiro a partir do discurso do agronegócio*. *Revista Eletrônica Pegada*, v. 9, n.1, jun. 2008. Disponível em: <<http://www4.fct.unesp.br/ceget/PEGADA91/01-9-1-Sumario.htm>>. Acesso em: 12 de mar. 2010.

THOMAZ JÚNIOR, A. *A Territorialização do Monopólio: as agroindústrias canavieiras em Jaboticabal*. (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1989.

\_\_\_\_\_. *Por trás dos canaviais os (nós) da cana. Uma contribuição ao entendimento da relação capital x trabalho e do movimento sindical dos trabalhadores na agroindústria canavieira paulista*. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1996.

\_\_\_\_\_. *Por trás dos canaviais os (nós) da cana. A relação capital x trabalho e o movimento sindical dos trabalhadores na agroindústria canavieira paulista*. 1.ed. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2002.

\_\_\_\_\_. “Desenho societal dos sem-terras no Brasil, 500 anos depois”. *Revista da ABRA*, Campinas, n.25, v.28, 2002b. p.31-46.

\_\_\_\_\_. Não há nada de novo sob o sol num mundo de heróis! (A civilização da barbárie na agroindústria canavieira). *Revista Eletrônica Pegada*, v. 8, n.2, dez. 2007. Disponível em: < <http://www4.fct.unesp.br/ceget/PEGADA82/pegada82.htm>>. Acessado em: 18 de jun. 2010.

\_\_\_\_\_. Por uma “cruzada” contra a fome e o agrohidronegócio – nova agenda destrutiva do capitalismo e os desafios de um tempo não adiado. *Revista Eletrônica Pegada*, v.9, n.1, jun. 2008. Disponível em: < <http://www4.fct.unesp.br/ceget/PEGADA91/02-9-1-ThomazJr.pdf>> . Acesso em: 20 de mai. 2010.

\_\_\_\_\_. *Dinâmica geográfica do trabalho no século XXI. Limites explicativos, autocrítica e desafios teóricos*. 2009. Tese (Livre docência em Geografia). FCT/UNESP. Presidente Prudente, 2009.

THOMPSON, E. P. Costume, lei e direito comum. In: *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

TORRES, Avani Terezinha Gonçalves. *Hidroterritórios (novos territórios da água): os instrumentos de gestão dos recursos hídricos e seus impactos nos arranjos territoriais*. 2007. 121 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2007.

UDOP. *Cana-de-açúcar: usina eldorado (MS) planeja expansão para a safra 2009/2010*. Agência Safras. jan. 2008. Disponível em: <[http://ultimosegundo.ig.com.br/economia/safra/2008/01/18/cana\\_de\\_acucar\\_usina\\_eldorado\\_ms\\_planeja\\_expansao\\_para\\_safra\\_200910\\_1157496.html](http://ultimosegundo.ig.com.br/economia/safra/2008/01/18/cana_de_acucar_usina_eldorado_ms_planeja_expansao_para_safra_200910_1157496.html)>. Acesso em: 01 de jul. 2009.

VALOR ECONÔMICO. Avanço da cana-de-açúcar sobre grãos perde força. *FMC Agricultural Products*, jan. 2008. Disponível em: <<http://www.fmcagricola.com.br/news/detNoticia.php?idNoticia=892&agrolink=1>>. Acesso em 05 de jun. 2010.

VILADESAU, Tomás Palau. El agronegocio de la soja en Paraguay – Antecedentes e impactos sociales y económicos. In: FERNANDES, B. M. (Org). *Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual*. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 17-43.

ZYLBERSZTAJN, Decio. Conceitos gerais, evolução e apresentação do sistema agroindustrial. In: ZYLBERSZTAJN, D.; NEVES, M. F. (Orgs.). *Economia e gestão dos negócios agroalimentares*. São Paulo: Pioneira, 2000. Cap.1, p.1-21.

**ANEXO**

## ANEXO I

### ENTREVISTA REALIZADA JUNTO À AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA

1 - Quais os fatores que influenciaram na implantação da agroindústria na área:

- Baixo preço das terras;
- Devido o grupo empresarial já possuir terras na área;
- Devido ao consumo interno de açúcar e álcool;
- Devido à região estar localizada numa área pouco expressiva quanto às agroindústrias canavieiras;
- Devido aos incentivos governamentais.

Se houver mais de uma comente:

2 - Quais os fatores que contribuíram para a expansão da agroindústria na região?

3 - Qual a expressão territorial da usina em área plantada (ha), por unidade agroindustrial?

Própria:

Arrendada:

Parceira:

Fornecedores:

4 - Qual (is) é (são) as formas de pagamento do arrendamento? E a parceria?

5 - Qual é a produtividade média da empresa nos últimos anos?

6 - Qual o percentual de cana-de-açúcar colhida, nas 3 últimas safras, por unidade industrial?

Própria:

Arrendada:

Fornecedores:

7 - O plantio é manual ou mecanizado, ou ambos? Qual a percentagem?

8 - A colheita é feita manual ou mecanizada, ou ambas? Em qual proporção? Comente.



9 - Existe perspectiva de aumento da mecanização do corte da cana-de-açúcar? Comente.

10 - A empresa contrata empreiteiros (gatos) que recrutam a mão-de-obra volante para trabalhar na lavoura da cana-de-açúcar?

11 - A empresa faz ou já fez contratação de mão-de-obra indígena? Se sim, quais as principais etnias? Quantas turmas?

12 - A empresa emprega mão-de-obra de assentamentos? Quantas pessoas? De quais assentamentos?

13 - A empresa emprega mão-de-obra de acampamentos? Quantas pessoas? De quais acampamentos? Comente.

14 - A empresa oferece condições para qualificação quanto à possibilidade de remanejamento da mão-de-obra utilizada no corte para outras funções? Como funciona?

15 - Existem atualmente cursos de qualificação profissional para os trabalhadores?

16 - Existe alguma forma de premiação para os trabalhadores que se destacam no corte da cana-de-açúcar? Comente.

17 - Existe perspectiva de aumento da mecanização do corte de cana-de-açúcar nos próximos anos?

18 - Quais são as perspectivas da empresa em relação à produção orgânica e à certificação ambiental – ISO?

19 - Quais são os subprodutos que a empresa produz, atualmente?

20 - A empresa desenvolve ou visa a investir em projetos de:

a) Produção e venda de energia elétrica;

b) Crédito de Carbono (Protocolo de Kyoto);

c) Seqüestro de Carbono;

d) Biodiesel;

e) Biocombustível;

21 - Existe preocupação quanto à exportação, especialmente do açúcar e do álcool? Se sim, quais as preocupações e quais os principais destinos?

22 - Como vocês avaliam o processo de expansão da cana-de-açúcar no Mato Grosso do Sul?

23 - Quais as repercussões do processo de desregulamentação do setor canavieiro para a empresa, nos últimos anos?

24 - Há políticas específicas por parte da empresa em relação à conservação ambiental e recuperação de áreas degradadas pelas queimadas?

25 - Qual a sua visão das novas tecnologias que substituem a mão de obra do homem pelas máquinas (no caso das colhedoras)?

26 - Como é feito o cálculo do salário do trabalhador rural (cortadores de cana)?

27 - Quais as perspectivas o grupo quer alcançar no Mato Grosso do Sul?

28 – Qual a capacidade de moagem da unidades produtivas?

Maracaju:

Passa Tempo:

Rio Brilhante:

29 – Quais os municípios que a empresa obtém cana plantada? Qual a área de cana plantada por município?

30 – A empresa recebeu ou recebe muitos incentivos por parte do governo? Se sim, quais?

31 – A empresa pretende ampliar produção nas unidades existentes ou construir novas unidades produtivas?

32 – Qual a quantidade de funcionários de cada unidade produtiva (lavoura, indústria e escritório) ?

Maracaju:

Passa Tempo:

Rio Brilhante:

33 – De onde provém a água utilizada no processo industrial? Por quê?

34 – Qual cultura ou atividade existia no local antes dos proprietários arrendarem para a empresa?

## ANEXO II

### ENTREVISTA REALIZADA JUNTO ÀS PREFEITURAS

- 1 – Nome/Cargo que exerce:
- 2 – Quais os fatores que influenciaram na implantação da agroindústria na região:
- 3 – Quais os fatores que contribuíram para a expansão da agroindústria na região?
- 4 – Qual a expressão territorial da usina em área plantada (há)?
- 5 – Essa área representa quanto, em percentual de área, da região?
- 6 – As empresas fazem contratação de mão-de-obra indígena, assentamentos ou acampamentos? Se sim, por quê?
- 7 – A prefeitura faz alguma ação em convênio com as usinas instaladas no município? Se sim, quais?
- 8 – Existem cursos de qualificação profissional para os trabalhadores deste setor realizados pela prefeitura?
- 9 – Como o prefeito avalia o processo de expansão da cana-de-açúcar neste município?
- 10 – O que pensa a respeito das novas tecnologias que substituem a mão de obra do homem pelas máquinas (no caso das colhedoras)?
- 11 – Aqui pretende-se ampliar a produção nas unidades existentes ou construir novas unidades produtivas no setor?
- 12 – Nessas empresas são muitas vezes utilizadas mão-de-obra de migrantes oriundos da Bahia, Minas Gerais. Esses migrantes trazem algum tipo de transtorno para o município ou você acha isso benéfico aos munícipes?
- 13 – Quais as ações ou medidas que a prefeitura toma em relação à assistência básica da população (saúde, educação e infra-estrutura)?
- 14 – Opinião sobre o desenvolvimento municipal:
- 15 – Quais são os principais problemas enfrentados pela prefeitura:
- 16 – Opinião da prefeitura, quanto às relações de trabalho no setor canavieiro:
- 17 – Quantos assentamentos existem no município? Cada um possui quantas famílias.

18 – Existe algum programa ou parceria dos assentados com a prefeitura municipal?  
Qual?

19 – Essa expansão impacta a produção de alimentos?

### ANEXO III

#### ENTREVISTA REALIZADA JUNTO AOS SINDICATOS DOS TRABALHADORES

- 1 - Nome do presidente:
- 2 - Membro do sindicato desde quando:
- 3 - Possui sede própria:
- 4 - Número de associados filiados e em dia:
- 5 – Número de associados apenas da LDC:
- 6 - Base territorial que abrange:
- 7 - Ações realizadas pelo sindicato:
- 8 - Opinião sobre o desenvolvimento municipal:
- 9 - Distribuição dos trabalhadores por atividade econômica no setor:
- 10 - Opinião acerca da expansão da atividade canavieira em Mato Grosso do Sul e, em particular, no município no qual se territorializa:
- 11 - Acompanhamento sobre os assentamentos e utilização da mão-de-obra dos mesmos em agroindústrias canavieiras:
- 12 - Condições de trabalho a que estão expostos os trabalhadores rurais:
- 13 - Quais são os principais problemas enfrentados pelo sindicato:
- 14 - Ocorrência de greves nos últimos anos. Por quê.
- 15 – Opinião do sindicato, quanto as relações de trabalho no setor canavieiro:

**ANEXO IV**  
**ENTREVISTA REALIZADA JUNTO AOS ACAMPAMENTOS**

1 - Nome:

2 - Acampamento:

3 – A qual movimento você pertence?

( ) MST ( ) Fetagri ( ) CUT ( ) Outros. \_\_\_\_\_

4 – De onde você veio? Cidade, Estado? Por quê?

5 – Quantas pessoas moram neste acampamento?

6 – Quantas pessoas trabalham?

7 – Tem alguém deste acampamento que trabalha na usina? Se sim, quantas pessoas?

8 - Como você avalia esse processo de expansão da cana-de-açúcar em Rio Brilhante?

**ANEXO V****ENTREVISTA REALIZADA JUNTO AOS ASSENTAMENTOS**

1 - Nome:

2 - Assentamento:

3 – De qual movimento você pertence ou pertenceu?

(  ) MST (  ) Fetagri (  ) CUT (  ) Outros. \_\_\_\_\_

4 – Arrenda ou conhece algum assentado que arrenda terras para alguma usina aqui neste assentamento? Se sim, qual usina?

5 – Qual sua economia de subsistência?

6 - O plantio e a colheita são realizada manual ou mecanicamente, ou ambos? Especifique.

7 – Você conhece alguém deste assentamento que mora aqui e trabalha na usina?

8 – Você conhece alguém que saiu daqui para trabalhar na usina?

9 – Existe alguma programa ou parceria dos assentados com a prefeitura municipal, o governo do estado ou o governo federal?

10 - Como você avalia esse processo de expansão da cana-de-açúcar no Mato Grosso do Sul?

11 – Qual sua renda média?

12 – Qual cultura ou atividade existia no local antes de se tornar um assentamento?

## ANEXO VI

### LEI Nº 1.479/2007

Dispõe sobre a doação de imóvel urbano à Empresa Louis Dreyfus Commodities Bioenergia S/A.

Donato Lopes da Silva, Prefeito Municipal de Rio Brilhante, Estado de Mato Grosso do Sul, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Prefeito Municipal de Rio Brilhante-MS, autorizado a doar e outorgar Escritura Pública de Doação à EMPRESA LOUIS DREYFUS COMMODITIES BIOENERGIA S/A, inscrita no CNPJ sob nº 51.376.853/0038-55, com sede na Rodovia BR 163, KM 329 + 600m – Fazenda Santa Maria, zona rural do Município de Rio Brilhante-MS, de um terreno urbano, assim discriminado: Lote nº 01 AB, parte da Quadra nº 3-B, da expansão do Conjunto Habitacional Benedito da Silva Rondon, medindo 2.529,44m<sup>2</sup> (dois mil, quinhentos e vinte e nove vírgula quarenta e quatro metros quadrados), dentro dos seguintes limites e confrontações: NORTE: 44,98m com a Rua Maria de Jesus Cerveira; SUL: 53,98m com a Avenida Lourival Barbosa; LESTE: 50,86m com os lotes 01AC e 01AD; OESTE: 53,00m com a Rua Osmar Endrigo, conforme a matrícula nº 13.003, do Livro nº 2-AV, fls. 278 do CRI local.

Art. 2º A doação de que trata o art. 1º desta Lei, tem a finalidade específica de que a donatária construa no local um Centro de Educação Infantil – Creche -, para atender crianças daquela região, cuja área construída deverá ter no mínimo 500,00m<sup>2</sup> (quinhentos metros quadrados).

Art. 3º A doação e mesmo a Escritura Pública de Doação será feita sob condição resolutive de que a donatária construa no terreno, no prazo de 06 (seis) meses, a contar da data da publicação da presente Lei.

Parágrafo único. Por se tratar de um Centro de Educação Infantil, o projeto de construção deverá obedecer às normas estabelecidas pelo Ministério da Educação e Cultura – MEC.

Art. 4º Deverá constar expressamente na Escritura Pública de Doação, a cláusula de revogação automática, e consequente cancelamento da matrícula no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca, caso a donatária não haja feito no prazo estipulado no art. 3º desta Lei, a inscrição ou averbação do habite-se”, à margem do Registro Imobiliário.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio Brilhante/MS, 16 de julho de 2007. Donato Lopes da Silva. Prefeito Municipal.



## ANEXO VII

### LEI Nº 1.507 DE 2007

Dispõe sobre o plantio de cana-de-açúcar no Município de Rio Brilhante, Estado de Mato Grosso do Sul, fixando limites de área a ser plantada.

A Câmara Municipal de Rio Brilhante, Estado de Mato Grosso do Sul, aprovou projeto de lei de autoria do vereador Sidney Foroni, e, eu, Prefeito Municipal, nos termos da Lei Orgânica do Município, sanciono a seguinte Lei:

Art.1o Fica fixado o limite máximo de 40% (quarenta por cento) da extensão territorial total do Município para o plantio da cultura de cana-de-açúcar.

§ 1o O limite estabelecido neste artigo somente poderá ser atingido de forma gradativa e proporcional, de acordo com o seguinte cronograma:

I - no ano 2008: até 24% (vinte e quatro por cento) da área total do município;

II - no ano 2009: até 28% (vinte e oito por cento) da área total do município;

III - no ano 2010: até 32% (trinta e dois por cento) da área total do município;

IV - no ano 2011: até 36% (trinta e seis por cento) da área total do município;

V - no ano 2012: até 40% (quarenta por cento) da área total do município.

§ 2o A expansão gradativa do plantio de cana-de-açúcar prevista no § 1o deste artigo deverá ser precedida de requerimento do interessado, que deverá apresentar o respectivo projeto de expansão ou proposta devidamente justificada, cujo plantio somente poderá ser iniciado após o deferimento da Secretaria Municipal de Desenvolvimento e do Chefe do Poder Executivo Municipal.

§ 3o Fica vedado o plantio de cana-de-açúcar e de demais cultivos agrícolas em áreas de preservação ambiental, permanente, em torno de mananciais, nascentes de córregos, minas, ribeirões, matas ciliares a uma distância mínima de 30m (trinta metros) de acordo com a legislação federal e estadual.

Art. 2o Os projetos de plantio de cana-de-açúcar a serem desenvolvidos no município de Rio Brilhante, deverão ser apresentados à Secretaria Municipal de Desenvolvimento e ao Conselho Municipal de Proteção, Manejo e Conservação de Recursos Ambientais - COMPARA -, acompanhados de levantamento topográfico, planimétrico, mapa e memorial descritivo, da área que se pretende cultivar, todos elaborados por profissional habilitado.

Art. 3o Compete à Secretaria Municipal de Desenvolvimento o acompanhamento e controle do percentual das áreas da extensão territorial do Município de Rio

Brilhante que serão utilizadas para o plantio de cana-de-açúcar, mantendo cadastro atualizado sobre estas áreas, incluindo as áreas que já estão sendo utilizadas.

Art. 4o Atingido o percentual de 40% (quarenta por cento) da extensão territorial total do Município para o plantio da cultura de cana-de-açúcar, ou os percentuais fixados no cronograma estabelecido pelo § 1o, do art. 1o desta Lei, não será concedido alvará de ampliação ou de construção e funcionamento a novas unidades industriais de processamento de cana-de-açúcar, ou autorização para a expansão de área a pessoas físicas ou jurídicas interessadas, e todo e qualquer novo empreendimento de plantio que seja realizado de forma contrário a esta Lei, ficará sujeito às seguintes sanções:

I - notificação do proprietário da área ou arrendatário para que no prazo de 10 (dez) dias realize a eliminação da plantação realizada;

II - imposição de multa mensal de R\$ 1.000,00 (um mil reais) por hectare plantado até a eliminação da plantação.

Art. 5o No prazo de 60 (sessenta) dias o Poder Executivo Municipal realizará a regulamentação desta Lei no que concerne aos mecanismos de controle, acompanhamento e fiscalização percentual das áreas da extensão territorial do Município de Rio Brilhante que serão utilizadas para o plantio de cana-de-açúcar e da aplicação das sanções pelo descumprimento desta Lei.

Art. 6o Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio Brilhante/MS, 21 de dezembro de 2007.

DONATO LOPES DA SILVA

Prefeito Municipal

## ANEXO VIII

### LEI Nº 1.532 DE 17 DE JUNHO DE 2008

Dispõe sobre emprego do fogo como método despalhador e facilitador do corte de cana-de-açúcar e dá outras disposições.

O Prefeito Municipal de Rio Brilhante, Estado de Mato Grosso do Sul, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º O emprego do fogo como método despalhador e facilitador do corte de cana-de-açúcar em áreas passíveis de mecanização da colheita, das áreas mecanizadas de cada unidade agroindustrial ou propriedade não vinculada à unidade agroindustrial, cuja plantação esteja pronta para ser colhida e industrializada, será eliminado de forma gradativa no Município de Rio Brilhante, devendo a redução ser iniciada a partir do ano de 2009 e com término no ano de 2012, não podendo a redução ser inferior aos seguintes percentuais do cronograma abaixo:

I – em 2009: 25% (vinte e cinco por cento);

II – em 2010: 50% (cinquenta por cento);

III – em 2011: 75% (setenta e cinco por cento);

IV – em 2012: 100% (cem por cento).

§º 1º Para os efeitos deste artigo, considera-se mecanizável a área na qual está situada a lavoura de cana-de-açúcar, cuja declividade seja inferior a 12% (doze por cento).

§ 2º O conceito de que trata o parágrafo anterior deverá ser revisto periodicamente para adequar-se à evolução tecnológica na colheita de cana-de-açúcar, oportunidade em que serão ponderados os efeitos sócio-econômicos decorrentes da incorporação de novas áreas ao processo de colheita mecanizada.

§ 3º Uma vez estabelecido um novo conceito de área mecanizável, com declividade não inferior ou maior de 12% (doze por cento), as novas áreas incorporadas ao conceito de áreas passíveis de mecanização de colheita, nos termos do parágrafo anterior, terão a redução gradativa do emprego do fogo como método despalhador e facilitador do corte de cana-de-açúcar, conforme o "caput" deste artigo, contada a partir da publicação de regulamento, definindo o novo conceito de área mecanizável.

§ 4º A palha da cana-de-açúcar colhida mecanicamente não poderá ser queimada, sob pena de aplicação da multa estabelecida no art. 11 desta Lei.

Art. 2º A cada ano, contados da data de entrada em vigor desta Lei, deverá ser realizada, pelos órgãos competentes, a avaliação das consequências socio-

econômicas decorrentes da aplicação das determinações contidas nesta Lei para promover os ajustes que se fizerem necessários nas medidas impostas.

Art. 3 Não se utilizará o fogo como método despalhador e facilitador do corte de cana-de-açúcar a menos de:

I - um raio de 5 (cinco) quilômetros do perímetro da área urbana, da sede do município, do Distrito de Prudêncio Thomaz, dos povoados ou dos aglomerados rurais;

II - 100 (cem) metros do limite das áreas de domínio de subestações de energia elétrica;

III - 50 (cinquenta) metros contados ao redor do limite de estação ecológica, de reserva biológica, reservas legais e áreas de preservação permanente, de parques e demais unidades de conservação estabelecidos em atos do poder federal, estadual ou municipal e de refúgio da vida silvestre, conforme as definições da Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000;

IV - 25 (vinte e cinco) metros ao redor do limite das áreas de domínio das estações de telecomunicações;

V - 15 (quinze) metros ao longo dos limites das faixas de segurança das linhas de transmissão e de distribuição de energia elétrica;

VI - 15 (quinze) metros ao longo do limite das áreas de domínio de rodovias federais e estaduais.

Parágrafo único. A partir dos limites previstos nos incisos anteriores, deverão ser preparados, ao redor da área a ser submetida ao fogo, aceiros de, no mínimo, 5 (cinco) metros, mantidos limpos e não cultivados, devendo a largura ser ampliada, quando as condições ambientais, incluídas as climáticas, e as condições topográficas exigirem tal ampliação.

Art. 4o O responsável pela queima deverá:

I - realizar a queima obrigatoriamente no período noturno, compreendido entre o pôr e o nascer do sol, evitando-se os períodos de temperatura mais elevada e respeitando-se as condições dos ventos predominantes no momento da operação de forma a facilitar a dispersão da fumaça e minimizar eventuais incômodos à população;

II - dar ciência formal e inequívoca aos confrontantes, por si ou por seus prepostos, da intenção de realizar a queima controlada, com o esclarecimento de que, oportunamente, a operação será confirmada com indicação de data, hora de início e local;

III - dar ciência formal, com antecedência mínima de 96 (noventa e seis) horas, da data, horário e local da queima aos lindeiros;

IV - quando for o caso, sinalizar adequadamente as estradas municipais e vicinais, conforme determinação do órgão responsável pela estrada;

V - manter equipes de vigilância adequadamente treinadas e equipadas para o controle da propagação do fogo, com todos os petrechos de segurança pessoal necessários, visando a segurança das propriedades lindeiras;

VI - instalar torres de vigilância devidamente equipadas com rádio-transmissores, quando for o caso;

VII - promover cursos de treinamento de combate a incêndio direcionado aos trabalhadores rurais, quando necessário;

VIII - providenciar o acompanhamento de toda a operação de queima, até sua extinção, com vistas à adoção de medidas adequadas de contenção do fogo na área definida para o emprego do fogo;

IX - providenciar o oportuno acompanhamento de toda a operação de queima, até sua extinção, com vistas à adoção de medidas adequadas de contenção do fogo na área definida para o emprego do fogo.

Parágrafo único. É vedado o emprego do fogo, numa única operação de queima, em área contígua superior a 500ha (quinhentos hectares), independentemente de o requerimento ter sido feito de forma individual, coletiva ou por agroindústria.

Art. 5o O requerimento de autorização, para cada imóvel, independentemente de estar vinculado à agroindústria, deve ser instruído nos termos do regulamento.

§ 1º Sendo contíguos os imóveis, o requerimento de autorização pode ser instruído com uma única planta, observadas as exigências fixadas, sendo que cada imóvel deverá ser referido à respectiva matrícula ou ao documento imobiliário a que corresponder.

§ 2º Considera-se comunicação de queima controlada de palha de cana-de-açúcar o documento subscrito pelo interessado no emprego do fogo para despalhamento da cana-de-açúcar, mediante o qual dá ciência a Secretaria Municipal de Desenvolvimento e ao Conselho Municipal de Proteção, Manejo e Conservação de Recursos Ambientais – COMPARA -, de que cumpriu os requisitos e as exigências legais.

§ 3º O requerimento para a queima pode ser apresentado individualmente pelo titular do imóvel, por grupo de titulares ou por agroindústria que mantenha com o mesmo titular, ou diversos titulares, contrato de arrendamento, parceria ou outro instrumento hábil a garantir o fornecimento de cana-de-açúcar para suas atividades.

§ 4º No caso de grupo de titulares, o documento poderá ser subscrito pela associação de fornecedores de cana-de-açúcar que os representa na região onde se insere a área objeto da queima, ficando os associados responsáveis pelo cumprimento das exigências legais e a entidade apenas pela apresentação dos documentos necessários à instrução do requerimento.

§ 5º Excepcionado o disposto no § 4º deste artigo, caso o requerimento seja feito por grupo de titulares ou por agroindústria, cabe ao interessado subscrever a comunicação de queima controlada.

§ 6º O requerimento será instruído com procuração específica, quando efetuado por terceiro, pessoa física ou jurídica.

Art. 6º O Município de Rio Brilhante, determinará a suspensão da queima quando:

I - constatados e comprovados risco de vida humana, danos ambientais ou condições meteorológicas desfavoráveis;

II - a qualidade do ar atingir comprovadamente índices prejudiciais à saúde humana, constatados segundo o fixado no ordenamento legal vigente;

III - os níveis de fumaça originados da queima, comprovadamente, comprometam ou coloquem em risco as operações aeronáuticas, rodoviárias e de outros meios de transporte.

Art. 7º Os requerimentos para realização da queima deverão ser protocolados até o dia 1º de abril de cada ano, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento e no Conselho Municipal de Proteção, Manejo e Conservação de Recursos Ambientais – COMPARA – devendo constar dos requerimentos as áreas, as datas e horários em que ocorrerão a queima.

§ 1º A autorização será expedida:

I - no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data em que for protocolado o requerimento, salvo se houver exigência a ser cumprida, que deverá ser comunicada ao interessado por escrito, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data do protocolo;

II - no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data do cumprimento da exigência a que se refere o inciso I deste artigo;

III - expirados os prazos constantes neste parágrafo, considera-se automaticamente concedida a respectiva autorização, independentemente de sua comunicação ou de qualquer outra manifestação da autoridade ao requerente.

§ 2º O requerimento de que trata o “caput” deste artigo poderá ser enviado por meios de comunicação eletrônicos.

Art. 8º A Secretaria Municipal de Desenvolvimento manterá cadastro das colheitadeiras disponíveis, por tipo, capacidade, idade e outros elementos essenciais, bem como de todas as novas colheitadeiras ou equipamentos ligados à operação e à propriedade.

Art. 9º A Secretaria Municipal de Desenvolvimento, com a participação das demais Secretarias envolvidas, acompanhará a modernização das atividades e a avaliação dos impactos da queima sobre a competitividade e ocorrências na cadeia produtiva.

Art. 10. A Secretaria Municipal de Desenvolvimento, ouvido o COMPARA, deverá autorizar, excepcionalmente, a queima da palha da cana-de-açúcar, com base em estudos técnico-científicos, como instrumento fitossanitário.

Art. 11. Em caso de descumprimento desta Lei, será aplicada a pena de multa ao proprietário da lavoura queimada:

§ 1º A multa a que se refere o caput deste artigo será de 3 (três) salários mínimos por hectare queimado, e, em caso de reincidência este valor será aplicado em dobro.

§ 2º Os recursos oriundos do pagamento das multas a que se referem este artigo, serão revertidos ao Fundo Municipal do Meio Ambiente, que deverá ser criado por lei pelo Poder Executivo, no prazo de 90 (noventa) dias.

Art. 12. A fiscalização, a autuação e a aplicação das multas previstas nesta Lei serão realizadas pela Prefeitura Municipal, através dos setores competentes.

Art. 13. As despesas decorrentes com a execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 14. Aplicam-se subsidiariamente a esta Lei, as disposições da Lei Federal nº 9.605/1998, dos Código Penal e de Processo Penal, Normas e Ordens de Serviço do IBAMA e da legislação municipal em vigor relativa à matéria.

Art. 15. O Poder Executivo regulamentará a presente Lei, no que for necessário, no prazo de 90 (noventa) dias.

Art. 16. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio Brilhante-MS, 17 de junho de 2008.

DONATO LOPES DA SILVA

Prefeito Municipal

## ANEXO IX

### PORTARIA MF Nº 275, DE 16.10.1998 - DOU 19.10.1998

O Ministro de Estado da Fazenda, no uso da atribuição que lhe é conferida pelo art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição e tendo em vista o disposto no art. 18 da Medida Provisória nº 1.690-4, de 25 de setembro de 1996, no art. 3º, inciso III, da Lei nº 8.178, de 1º de março de 1991, no art. 70, inciso II, da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, na Resolução CIMA nº 05, de 10 de setembro de 1996 e no art. 3º, inciso III, da Portaria MF nº 463, de 8 de junho de 1991, resolve:

Art. 1º. Os preços-base da tonelada de cana-de-açúcar fornecida as usinas e destilarias autônomas de todo o País, posta na esteira, são os indicados no item I do anexo a esta Portaria, neles já incluídos os valores do transporte, de R\$ 1,7055 (hum inteiro, sete mil e cinqüenta e cinco décimo de milésimos de Real) no Estado do Mato Grosso do Sul, de R\$ 1,7441 (hum inteiro, sete mil, quatrocentos e quarenta e um décimos de milésimos de Real) por toneladas nos demais Estados da Região Centro-Sul e nos da Região Nordeste, de R\$ 1,9492 (hum inteiro, nove mil quatrocentos e noventa e dois décimos de milésimos de Real) por tonelada nos Estados da Região Norte e os tributos incidentes nas operações de venda do produto, inclusive a Contribuição para Financiamentos do Seguro Social – COFINS e a Contribuição para o Programa de Integração Social – PIS.

§ 1º. Nos Estados onde for diferido o programa do imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadoria e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, incidente sobre a cana-de-açúcar, para o momento de saída do produto resultante de sua margem e industrialização, o pagamento da tonelada de cana-de-açúcar, aos fornecedores, será feito com desconto da parcela correspondente ao referido imposto.

§ 2º. Os produtores de cana-de-açúcar dos Estados do Nordeste receberão, a título de média interna de apoio às lavouras canavieiras da Região, o valor de R\$ 5,0734 (cinco inteiros, setecentos e trinta e quatro décimos de milésimos de Real) por tonelada de produto entregue às usinas e destilarias nordestinas, na forma e nos prazos divulgados pelo Poder Executivo, em atos normativos próprios.

Art. 2º. Os preços de faturamento do açúcar cristal Standard, na condição PVU (Posto Veículo na Usina) serão calculados a partir do valor do Produto Industrial e



dos tributos incidentes sobre a matéria-prima, indicados no item II do anexo a esta Portaria, e incluirão, também, todos os tributos incidentes nas operações de venda.

Art. 3º. Os preços do álcool dos tipos hidratado e refinado, para fins carburantes ou industriais, na condição PVD (Posto Veiculo na DEstilaria), serão calculados a partir dos valores de Paridade e dos tributos incidentes sobre a matéria-prima, indicados no item III do anexo a esta Portaria e inclusão, também, todos os incidentes nas operações de venda.

Art. 4º. O preço básico do mel residual com 55% de Açúcares Redutores Totais, na condição PVU, fica estabelecido em R\$ 70,3942 (setenta e três mil, novecentos e quarenta e dois décimos de milésimos de Real) por tonelada métrica do produto.

Parágrafo único. Na Região Norte-Nordeste, quando o mel residual for destinado à exportação, será devido ao Estado exportador o valor de R\$ 21,1037 (vinte e um inteiro e mil e trinta e sete décimos de milésimos de Real) por tonelada métrica, a título do ICMS incidente sobre a cana-de-açúcar utilizada como matéria-prima.

Art. 5º. Os preços da cana-de-açúcar, inclusive os fretes, fornecida às usinas e destilarias autônomas de todo o País, os do açúcar cristal Standard, os do álcool hidratado para fins carburantes, os do álcool para fins não carburantes de todos os tipos e os do mel residual, na condição PVU ou PVD, serão liberados em 1º de fevereiro de 1999.

Art. 6º. Esta Portaria entra em vigor á zero hora do dia primeiro de novembro de 1998.

Art. 7º. Revogam-se as Portarias MF nºs 294, 110 e 102, respectivamente de 13 de dezembro de 1996, 20 de maio de 1997 e 28 de abril de 1998.

PEDRO SAMPAIO MALAN

#### ANEXO

##### I - CANA-DE-AÇUCAR NA ESTEIRA (R\$/ton):

|   | ICMS –<br>18% | ICMS –<br>17% | ICMS –<br>12% | ICMS –<br>7% | ICMS –<br>0% |
|---|---------------|---------------|---------------|--------------|--------------|
| Rio de Janeiro, Espírito Santo e Minas Gerais | 21,3656       | 21,0997       | 19,8636       | 18,7644      | 17,4151      |
| Mato Grosso                                   | -             | 25,3231       | 23,8396       | -            | 20,9010      |
| Mato Grosso do Sul                            | -             | 23,3928       | 22,0223       | 20,8036      | 19,3078      |
| Demais Estados do                             | 20,9808       | 20,7199       | 19,5060       | 18,4266      | 17,1015      |

|                                 |   |         |         |   |         |
|---------------------------------|---|---------|---------|---|---------|
| Centro-Sul e Região<br>Nordeste |   |         |         |   |         |
| Estados da Região<br>Norte      | - | 27,0338 | 25,4501 | - | 22,3129 |

II - AÇUCAR CRISTAL Standard (R\$/ saco de 50kg):  
 PRODUTO INDUSTRIAL: 12,6612  
 TRIBUTOS SOBRE A MATÉRIA-PRIMA

|                              | PIS    | COFINS | ICMS   |
|------------------------------|--------|--------|--------|
| Rio de Janeiro               | 0,0681 | 0,2095 | 1,8857 |
| São Paulo e Minas Gerais     | 0,0612 | 0,1883 | 1,6940 |
| Demais Estados do Centro-Sul | 0,0604 | 0,1859 | 1,5801 |
| Sergipe                      | 0,0653 | 0,2011 | 1,7090 |
| Demais Estados do Nordeste   | 0,0645 | 0,1986 | 1,6877 |
| Estados do Norte             | 0,0641 | 0,2591 | 2,2020 |

III - ÁLCOOL (R\$/m<sup>3</sup>)  
 VALOR DE PARIDADE: (\*)

|   | HIDRATADO | REFINADO |
|---|-----------|----------|
| Rio de Janeiro e Espírito Santo                   | 427,6728  | 515,3960 |
| Minas Gerais                                      | 421,2379  | 507,6410 |
| Mato Grosso                                       | 452,7419  | 545,6069 |
| Mato Grosso do Sul                                | 427,3568  | 515,0148 |
| Demais Estados do Centro-Sul e<br>Região Nordeste | 394,7871  | 475,7647 |
| Região Norte                                      | 493,4839  | 594,7060 |

(\*) hidratado - 92,6 A 93,8 graus INPM  
 refinado - 94,2 graus INPM

TRIBUTOS SOBRE A MATÉRIA-PRIMA

| HIDRATADO                     | PIS    | CONFINS | ICMS    |
|-------------------------------|--------|---------|---------|
| Rio de Janeiro e Minas Gerais | 2,0807 | 6,4298  | 578738  |
| Espírito Santo                | 2,0847 | 6,3500  | 53,9784 |
| Mato Grosso                   | 2,2680 | 6,9729  | 59,2689 |

|                               |        |        |         |
|-------------------------------|--------|--------|---------|
| Mato Grosso do Sul            | 2,0942 | 6,4415 | 54,7491 |
| São Paulo                     | 1,8770 | 5,7771 | 51,9933 |
| Demais Estados do Centro/Sul  | 1,8549 | 5,7057 | 48,4941 |
| Sergipe                       | 2,0932 | 6,4407 | 57,9710 |
| Demais Estados do Nordeste    | 2,0671 | 6,3609 | 54,0691 |
| Região Norte                  | 2,5839 | 7,9511 | 67,5864 |
| REFINADO                      |        |        |         |
| Rio de Janeiro e Minas Gerais | 2,0995 | 6,4572 | 58,1206 |
| Espírito Santo                | 2,0734 | 6,3771 | 54,2088 |
| Mato Grosso                   | 2,2756 | 7,0026 | 59,5196 |
| Mato Grosso do Sul            | 2,1031 | 6,4692 | 54,9826 |
| São Paulo                     | 1,8851 | 5,8016 | 52,2150 |
| Demais Estados do Centro-Sul  | 1,8629 | 5,7301 | 48,7009 |
| Sergipe                       | 2,1021 | 6,4682 | 58,2182 |
| Demais Estados do Nordeste    | 2,0759 | 6,3880 | 54,2995 |
| Região Norte                  | 2,5949 | 7,9850 | 67,8746 |